



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***“Olhe, se você for pra feira eu garanto a você que nunca vai faltar um real no seu bolso”*: novas disposições e mobilização de capitais de agricultores feirantes na construção e consolidação da Feira do Produtor no município de Areia-PB.**

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso

**Campina Grande
2024**

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso

***“Olhe, se você for pra feira eu garanto a você que nunca vai faltar um real no seu bolso”*: novas disposições e mobilização de capitais de agricultores feirantes na construção e consolidação da Feira do Produtor no município de Areia-PB.**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCG como requisito final para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota

Co Orientadora: Patrícia Alves Ramiro

**Campina Grande
2024**

F945o Frutuoso, Rosana Fernandes de Oliveira.
“Olhe, se você for pra feira eu garanto a você que nunca vai faltar um real no seu bolso”: novas disposições e mobilização de capitais de agricultores feirantes na construção e consolidação da Feira do Produtor no município de Areia-PB / Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso. – Campina Grande, 2024.
247 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação: Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota, Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro".
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Capital Social. 3. Feira – Agricultores – Feirantes Associados. 4. Feira do Produtor – Areia-PB. I. Villota, José Maria de Jesus Izquierdo. II. Ramiro, Patrícia Alves. III. Título.

CDU 316.334.55(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM
14 DE JUNHO DE 2024

(Nº 142)

CANDIDATA: **Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso**. COMISSÃO EXAMINADORA: José Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFMG, Presidente da Comissão e Orientador; Patrícia Alves Ramiro, Doutora, PPGS/UFPA, Coorientadora; Roberto de Sousa Miranda, Doutor, PPGCS/UFMG, Examinador Interno; Roseli de Fátima Corteletti, Doutora, PPGCS/UFMG, Examinadora Interna; Márcia Calderipe Farias Rufino, Doutora, PPGAS/UFAM, Examinadora Externa; Geovani Jacó de Freitas, Doutor, PPGS/UECE, Examinador Externo. TÍTULO DA TESE: *“OLHE, SE VOCÊ FOR PRA FEIRA EU GARANTO A VOCÊ QUE NUNCA VAI FALTAR UM REAL NO SEU BOLSO: novas disposições e mobilização de capitais de agricultores feirantes na construção e consolidação da Feira do Produtor no município de Areia-PB”*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14:00h - LOCAL: na modalidade online através do Google Meet. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Doutora em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 14 de junho de 2024.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFMG

Presidente da Comissão e Orientador

PATRÍCIA ALVES RAMIRO, Doutora, PPGS/UFPA

Coorientadora

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, Doutor, PPGCS/UFCC
Examinador Interno

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI, Doutora, PPGCS/UFCC
Examinadora Interna

MÁRCIA CALDERIPE FARIAS RUFINO, Doutora, PPGAS/UFAM
Examinadora Externa

GEOVANI JACÓ DE FREITAS, Doutor, PPGS/UECE
Examinador Externo

ROSANA FERNANDES DE OLIVEIRA FRUTUOSO
Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado da candidata **ROSANA FERNANDES DE OLIVEIRA FRUTUOSO**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 14/06/2024, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSELI DE FATIMA CORTELETTI, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2024, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, PROFESSOR**, em 14/06/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 17/06/2024, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA ALVES RAMIRO, Usuário Externo**, em 17/06/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso, Usuário Externo**, em 17/06/2024, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4501569** e o código CRC **C5C0592D**.

Dedicatória

*À minha amada família, meu
companheiro Rony Frutuoso e aos
meus gatos Chica, Juca e Nina,
dedico esta tese.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus porque até aqui me sustentou;

Aos meus pais Antonia e Francisco que sempre estiveram orando e torcendo por mim;

A todas as famílias de agricultores e agricultoras da feira do produtor no município de Areia-PB, pelo carinho com que me receberam e me acolheram na feira e em suas residências, pela amizade firmada, mas sobretudo, por todo o conhecimento partilhado ao longo desta pesquisa;

Ao meu orientador Jesus Izquierdo e à minha coorientadora Patrícia Ramiro pelas sugestões e críticas visando melhorar este trabalho;

Ao professor Roberto Miranda por ter me acompanhado até a etapa final deste trabalho;

À professora Marie France por todas as contribuições feitas em várias etapas de construção desta tese;

Aos professores(as) Roselli Corteletti, Geovane Jacó e Márcia Calderipe por aceitarem o convite para participar desta defesa;

Ao grupo de pesquisa Identidade e Memórias das Classes Populares Rurais e Urbanas (IMCP/UFPB) por lerem parte desse texto e me ajudarem com dicas valiosas;

A todos os meus amigos(as), em especial, ao Arthur Francisco e ao Romualdo Sales, com quem partilhei minhas alegrias e angústias;

Aos funcionários do PPGCS/UFCG, em especial ao Rinaldo, pela disponibilidade em me ajudar nos processos burocráticos;

À CAPES que proporcionou bolsa para realização do doutorado;

Ao meu querido e amado esposo Rony por ter estado ao meu lado nos melhores e piores momentos de construção e finalização deste trabalho.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo analisar um grupo de agricultores que são também feirantes associados num projeto de comercialização de uma feira popular no município de Areia, estado da Paraíba, todas as sextas-feiras pela manhã desde o ano de 2008, denominada “Feira do produtor”. Observamos as dinâmicas sociais envolvidas na criação e permanência da feira, assim com as trajetórias dos agentes sociais inseridos na proposta e suas expectativas em relação ao projeto de comercialização. Projeto de comercialização da produção local, que tem em uma de suas principais características, oferecer produtos locais e livre de agrotóxicos em contraponto aos produtos oriundos do CEASA e comercializados pelos comerciantes da feira livre que acontece aos sábados. Analisamos o processo de organização e articulação entre diferentes atores sociais e instituições públicas e privadas com ênfase na caracterização dos feirantes e suas possibilidades no negócio. A abordagem metodológica adotada foi mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos através da combinação de um conjunto de técnicas de coleta de dados tais como: pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados primários e secundários, observação participante, realização de entrevista e anotações em diário de campo. Além disso, os conceitos de espaço social e capitais em Bourdieu foram essenciais para entender como os agentes disputam esses espaços e como a posse de determinado capital ou sua ausência irá influenciar na entrada, permanência ou mesmo na saída da feira. Os resultados mostraram que a criação da feira e da associação dos agricultores feirantes não foram suficientes para consolidar a feira enquanto um projeto coletivo, pois a maioria dos agricultores não conseguiram permanecer. Dos poucos que permaneceram, alguns adquiriram novas disposições que juntamente com os capitais acumulados ao longo de suas trajetórias individuais, lhes permitiu construir novos capitais em torno do projeto da Feira do Produtor e até se lançar outros projetos de comercialização. Dessa forma, a chegada à feira resultou na reconstrução das subjetividades e na aquisição de novos conhecimentos pelos participantes, trazendo mudanças significativas na dinâmica de suas vidas.

Palavras-chave: feira; agricultores(as); capital social; Areia.

Abstract

The research aims to analyze a group of farmers who are also market vendors, associated with a marketing project for a popular market in the municipality of Areia, in the state of Paraíba, held every Friday morning since 2008, called the "Producers' Market." We observed the social dynamics involved in the creation and sustainability of the market, as well as the trajectories of the social agents involved in the initiative and their expectations regarding the marketing project. The project, which focuses on the commercialization of local production, is characterized by offering local products free of pesticides, in contrast to products sourced from CEASA and sold by vendors at the open market that takes place on Saturdays. We analyzed the process of organization and coordination among different social actors and public and private institutions, with an emphasis on characterizing the vendors and their business opportunities. The methodological approach was mixed, integrating qualitative and quantitative methods through the combination of various data collection techniques, such as bibliographic and documentary research, primary and secondary data collection, participant observation, interviews, and field notes. Furthermore, Bourdieu's concepts of social space and capital were essential to understanding how the agents compete for these spaces and how the possession or lack of certain capital influences their entry, permanence, or even exit from the market. The results showed that the creation of the market and the association of market farmers were not sufficient to consolidate the market as a collective project, as most farmers were unable to remain. Of the few who stayed, some acquired new dispositions, which, together with the capital accumulated throughout their individual trajectories, allowed them to build new capital around the "Producers' Market" project and even launch other marketing ventures. Thus, their participation in the market led to the reconstruction of subjectivities and the acquisition of new knowledge by the participants, bringing significant changes to the dynamics of their lives.

Keywords: market; farmers; social capital; Areia

Résumé

La recherche vise à analyser un groupe d'agriculteurs qui sont également des vendeurs de marché, associés à un projet de commercialisation d'un marché populaire dans la municipalité d'Areia, dans l'État de Paraíba, qui se tient tous les vendredis matin depuis 2008, appelé « Marché des producteurs ». Nous avons observé les dynamiques sociales impliquées dans la création et la durabilité du marché, ainsi que les trajectoires des agents sociaux impliqués dans l'initiative et leurs attentes concernant le projet de commercialisation. Le projet, axé sur la commercialisation de la production locale, se caractérise par l'offre de produits locaux exempts de pesticides, en contraste avec les produits provenant du CEASA et vendus par les commerçants du marché libre qui a lieu les samedis. Nous avons analysé le processus d'organisation et de coordination entre différents acteurs sociaux et institutions publiques et privées, en mettant l'accent sur la caractérisation des vendeurs et leurs opportunités commerciales. L'approche méthodologique adoptée était mixte, intégrant des méthodes qualitatives et quantitatives à travers la combinaison de plusieurs techniques de collecte de données, telles que: recherche bibliographique et documentaire, collecte de données primaires et secondaires, observation participante, entretiens et notes de terrain. De plus, les concepts d'espace social et de capital chez Bourdieu ont été essentiels pour comprendre comment les agents se disputent ces espaces et comment la possession ou l'absence d'un certain capital influence leur entrée, leur maintien ou même leur sortie du marché. Les résultats ont montré que la création du marché et de l'association des agriculteurs vendeurs de marché n'ont pas suffi à consolider le marché en tant que projet collectif, car la plupart des agriculteurs n'ont pas pu rester. Parmi les rares qui sont restés, certains ont acquis de nouvelles dispositions qui, avec les capitaux accumulés au cours de leurs trajectoires individuelles, leur ont permis de construire de nouveaux capitaux autour du projet du « Marché des producteurs » et même de lancer d'autres projets de commercialisation. Ainsi, leur participation au marché a entraîné la reconstruction de leurs subjectivités et l'acquisition de nouvelles connaissances par les participants, apportant des changements significatifs dans la dynamique de leurs vies.

Mots-clés: marché ; agriculteurs ; capital social ; Areia.

Lista de Figuras

Figura 1 Localização do Município de Areia-PB	31
Figura 2 Assentamentos no município de Areia.....	36
Figura 3 Lei 618 de 2004 que cria a Feira do Produtor de Areia	44
Figura 4 Balança mecânica.....	66
Figura 5 Locais de funcionamento da Feira do Produtor	68
Figura 6 Feira do Produtor em seu quarto local diferente	69
Figura 7 Feira do Produtor em seu primeiro endereço	72
Figura 8 Capacitação das agricultoras	76
Figura 9 Segundo endereço da Feira	77
Figura 10 Feira em frente a Secretaria municipal de saúde.....	78
Figura 11 Disposição das barracas dentro do Mercado público.....	82
Figura 12 Barracas no Mercado público.....	83
Figura 13 Feira do Produtor no Mercado Público	83
Figura 14 Diferenciação nos uniformes.....	83
Figura 15 Poste que divide os feirantes	86
Figura 16 Barraca de seu Samuel	87
Figura 17 Clientes e vendedores.....	88
Figura 18 Reunião entre prefeitura e feirantes na sede da EMPAER Areia.....	90
Figura 19 Reinauguração da feira na agenda da prefeita.....	92
Figura 20 Compartilhamento da notícia pelo ex-prefeito.....	92
Figura 21 Reinauguração da Feira do Produtor em seu quarto local.....	93
Figura 22 Caminhão muito próximo das barracas.....	94
Figura 23 Lei regulamentado a Feira do Produtor.....	95
Figura 24 Jovens são "contratados" para desmontar e guardar as barracas.....	97
Figura 25 Feira em sua atual localização.....	98
Figura 26 Feira do Produtor	98
Figura 27 Barraca de café da manhã	99
Figura 28 Organização na apresentação dos produtos.....	100
Figura 29 Mangas	102
Figura 30 Convite para a inauguração da Feira da fruta e verdura.....	106
Figura 31 Antes	107
Figura 32 Depois	107

Figura 33 Fachada antes	108
Figura 34 Fachada depois	108
Figura 35 Ata de mudança do nome da associação	109
Figura 36 Ficha de filiação	115
Figura 37 Reunião ADAF	120
Figura 38 Reunião ADAF na EMPAER	120

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Produção agrícola em Areia	40
Gráfico 2 IDH de Areia	54
Gráfico 3 Relação de homens e mulheres da ADAF.....	116
Gráfico 4 Faixa etária das associadas	117
Gráfico 5 Estado civil das associadas.....	117
Gráfico 6 Filhos.....	118
Gráfico 7 Alfabetização das associadas.....	118
Gráfico 8 Faixa etária dos associados	121
Gráfico 9 Estado civil dos associados	121
Gráfico 10 Filhos.....	122
Gráfico 11 Alfabetização dos associados	122
Gráfico 12 Formas de posse da terra	125
Gráfico 13 Número de Agricultores	129

Lista de Quadros

Quadro 1 Entrevistas realizadas	12
Quadro 2 Entendimento sobre agroecologia entre os feirantes	28
Quadro 3 Destino dos equipamentos	64
Quadro 4 Agricultoras	131
Quadro 5 Agricultores	133

Lista de abreviaturas e siglas

ADAF	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar
ADAMA	Associação de Desenvolvimento do Agronegócio no Município de Areia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAPA	Associação Protetora de Animais Patinhas de Areia
ASA	Articulação do Semiárido
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATURA	Associação Turística e Rural de Areia
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEFFA	Centros Familiares de Formação por Alternância
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID	Coronavírus Disease
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
FASE	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NEDET	Núcleo de Extensão Territorial
NEXTAP	Núcleo de Extensão Territorial do Agreste Paraibano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PB	Paraíba
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POAB	Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido Social-Democracia Brasileiro
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA	Projeto de Tecnologias Alternativas
RN	Rio Grande do Norte
SAFER	Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 CONTEXTUALIZANDO AS FEIRAS NO NORDESTE E O BREJO PARAIBANO.....	15
1.1 <i>A feira como expressão sociocultural</i>	21
1.2 <i>Paradigmas para a construção das feiras agroecológicas</i>	25
1.3 <i>A região do brejo paraibano e o município de Areia</i>	30
1.3.1 <i>Areia: passado e presente</i>	31
1.3.2 <i>A luta por direitos e a criação dos assentamentos.....</i>	35
1.3.3 <i>Bases econômicas de Areia no século XXI.....</i>	37
2 DE “UMA DAS MAIORES FEIRAS DA PARAÍBA” À “FEIRINHA”: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DA FEIRA DO PRODUTOR DE AREIA.....	42
2.1 <i>Institucionalização da feira do produtor de Areia e os atores sociais envolvidos</i>	42
2.2 <i>“Letra-morta”: A Lei 618 – 2004 de criação da feira</i>	43
2.3 <i>O Projeto de criação da feira popular</i>	52
2.4 <i>A feira do produtor de Areia</i>	66
2.5 <i>Trajетória da feira do produtor entre 2008 e 2023</i>	70
2.5.1 <i>Em frente a secretaria.....</i>	77
2.5.2 <i>Em 2019, a feira do agricultor foi para dentro do mercado.</i>	81
2.5.3 <i>2022 – A feira do produtor em frente ao STR de Areia.....</i>	89
2.5.4 <i>2023 – A feira do produtor ao lado da saída do Mercado Público</i>	94
2.6 <i>Sociabilidades na feira do produtor.....</i>	96
2.6.1 <i>O mercado público sem a feira do produtor</i>	105
3 A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (ADAF)	109
3.1 <i>História da associação.....</i>	109
3.2 <i>Categorias de trabalhadores da Associação.....</i>	124
3.3 <i>Quem são os agricultores e agricultoras da feira do produtor?</i>	129
3.4 <i>Perfil socioeconômico dos agricultores.....</i>	131
3.5 <i>Os agricultores que saíram da feira do produtor</i>	134
3.5.1 <i>“A intenção é boa, mas o local não vai dar certo”</i>	135
3.5.2 <i>“Quando você muda de canto você perde muito freguês”</i>	135
3.5.3 <i>“A gente precisa de um lugar fixo para não ficar mexendo”</i>	137
3.5.4 <i>“O que conquista o cliente é o vendedor”</i>	138

3.5.5	“Acho melhor ser separado”	139
3.5.6	“Antes no mercado era separado”	140
3.6	<i>Agricultoras que deixaram a feira</i>	142
3.6.1	“Um dia eu volto”	143
3.6.2	Maternidade e a saída da feira	144
3.6.3	Sobrecarga de trabalho e a saída da feira	146
4	HISTÓRIAS DE VIDA DOS AGRICULTORES E A CHEGADA NA FEIRA DO PRODUTOR	150
4.1	<i>“A gente sofreu muito na infância para chegar aonde hoje nós estamos, um pouco mais acomodado, né?”</i> 150	
4.2	<i>“Eu sei que a feirinha ajudou, a feirinha ajudou bastante, a feirinha ajudou a gente”</i> ...	163
4.3	<i>“O difícil não era produzir, era comercializar”</i>	173
4.4	<i>“Tudo que eu tenho agradeço a Deus e a feira do agricultor”</i>	183
4.5	<i>“De tudo um pouquinho que tinha aqui no lote, eu levava”</i>	193
4.6	<i>“O negócio é a gente não parar, tem que aproveitar as oportunidades”</i>	199
4.7	<i>“Eu comecei vendendo codorna aqui na feirinha, eu vendia codorna”</i>	206
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
6	ÁLBUM DE FOTOS	217
7	REFERÊNCIAS	222
8	ANEXO	229

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar um grupo de agricultores feirantes num projeto popular de comercialização que acontece no município de Areia, estado da Paraíba, todas as sextas-feiras pela manhã desde o ano de 2008, denominada “Feira do produtor”. A feira aqui estudada vai muito além de um espaço de trocas mercantis e de sociabilidades, ela representa uma tentativa de inovação das práticas produtivas de um grupo social que vive em constante busca por autonomia e reconhecimento social. Ao adentrar no universo da feira do produtor de Areia, foi possível perceber que a luta dos feirantes por condições de vida mais justas teve início muito antes da existência da própria feira. A criação da feira é uma das grandes vitórias que os agricultores se orgulham de ter conquistado, porém as dificuldades enfrentadas ao longo de sua existência, sobretudo, a luta por um espaço fixo para o seu funcionamento, resultou na saída de muitos agricultores e agricultoras. Aos que permaneceram, a feira permitiu novas possibilidades de mudança de vida. E, é essa história que pretendemos contar.

Em meados da década de 1930, no município de Areia, na Paraíba, foi instalada a Usina Santa Maria, dedicada à produção de açúcar. Ao longo dos anos, essa usina cresceu significativamente, transformando o cenário local e trazendo um período de crescimento e “prosperidade” para a região e o município de Areia. A expansão da Usina Santa Maria foi viabilizada por incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Governo Federal, especialmente com a política de modernização do setor sucroalcooleiro em 1975. Isso impulsionou a produção de cana-de-açúcar através da incorporação de grandes extensões de terras na região.

O avanço da produção da cana resultou na ruptura das relações tradicionais (existentes entre proprietário e moradores), provocando a expropriação de terras e a expulsão dos moradores. A expansão da usina causou diversas mudanças, sendo as mais evidentes ocorridas no cenário municipal. O aumento das terras para a produção de cana-de-açúcar trouxe como consequência a diminuição de terras para o cultivo de lavouras alimentares, fato que causou impacto no abastecimento alimentar da região, piorando, principalmente, a vida dos trabalhadores (Menezes, Malagodi; Moreira, 2013). Com as limitações de terras para o cultivo de alimentos, muitos daqueles trabalhadores expulsos de onde viviam foram morar na periferia da cidade em condições precárias de subsistência à procura de trabalho.

Entre os anos 1980 e 1990, o setor canavieiro da Paraíba entra em “crise”, seja pela redução da área colhida ou pelo endividamento das usinas. No caso da Usina Santa Maria S/A, ela ocupava o 14º lugar entre os maiores devedores, segundo relatório do Banco do Brasil. A Usina além de dívidas de investimento e custeio, acumulava uma dívida de 5 milhões de dólares de créditos trabalhistas, sendo este valor superior ao valor das 12 propriedades que estavam no nome da empresa (Menezes, Malagodi e Moreira, 2013). A falência da Usina Santa Maria, assim como da Usina Tanques no município de Alagoa Grande nos anos 1990, resultou numa crise que impactou profundamente a vida da maioria dos atores sociais da região. Com a criação de um excedente de mão de obra, muitas famílias se viram obrigadas a adotar diversas estratégias de sobrevivência, como migrar para outras regiões canavieiras do Nordeste, em busca de sustento.

Após a falência da Usina Santa Maria, os trabalhadores que ainda residiam nas propriedades da empresa permaneceram no local, aguardando a decisão judicial sobre os processos trabalhistas. Eles mantinham a esperança de receber os salários atrasados e outros direitos acumulados ao longo de décadas de trabalho. Depois de muita pressão por parte dos movimentos sociais, o Governo Federal desapropriou as terras que pertenciam à Usina Santa Maria, criando dez assentamentos de reforma agrária, situados nos municípios de Areia, Pilões e Serraria.

Embora o objetivo da criação dos assentamentos tenha sido o de minimizar os efeitos sociais e econômicos deixados pelo fracasso da agroindústria açucareira e de criar alternativas de emprego e abertura para novas alternativas econômicas para esses trabalhadores (Menezes; Malagodi; Moreira, 2013), eles não foram suficientes, tendo em vista que, a maioria dos assentamentos, em especial, os localizados no município de Areia, não possuíam um mínimo de estrutura para assentar essas pessoas tais como: saneamento básico, ruas asfaltadas, transporte público etc.

Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores dos assentamentos era a questão da comercialização da sua produção (Santos, 2014). Recentemente, políticas públicas de apoio à agricultura familiar facilitaram a comercialização de sua produção. Embora alguns agricultores já vendessem seus produtos para o governo por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e uma parte fosse consumida pela própria família, uma parcela significativa da produção ainda era vendida para atravessadores a preços muito abaixo dos praticados nas feiras.

No entanto, a mudança de ex-morador e/ou ex-assalariado da usina para assentado implicou em novos investimentos mentais que os agentes tiveram que aprender para lidar com

a nova realidade de assentado. A entrada na feira também demandou dos assentados novos conhecimentos sobre os processos produtivos e as diversas formas de comercialização. Essa mudança também ocorreu com outros participantes da feira, pois muitos trabalhavam no comércio local ou os que exerciam atividade não agrícola também precisaram aprender a dinâmica de mercado. Assim, as mudanças positivas em termos de mobilidade social dos agentes é o que Ramiro (2021) definiu de “reconversão dos de baixo”. Além disso, a criação da associação dos agricultores da feira do produtor também exigiu dos agentes adaptação e aprendizado quanto aos processos organizativos e às regras de convívio coletivo do grupo.

Dito isto, a pergunta que norteia a nossa pesquisa é: quais as novas disposições que os agentes precisaram incorporar diante da nova realidade social de agricultores feirantes? Nossa hipótese é que a criação da Feira do Produtor e da Associação, bem como as transformações ocorridas no espaço da feira e da inserção de novos atores, possibilitou mudanças nas posições sociais dos agentes, onde quem dispunha de determinados ‘capitais’ conseguiu adentrar na feira e, principalmente, permanecer nela.

A feira do produtor de Areia, surgiu no contexto das políticas públicas de combate à fome e à desnutrição no país, mas também da mobilização de agricultores que buscavam uma alternativa para escoar sua produção e ter uma renda complementar. Os anos 2000 foi marcado por intensas transformações no que se refere às políticas públicas voltadas para o campo, em especial para a agricultura familiar. Frutuoso (2019) afirma que, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, diversas políticas foram implementadas com vistas à segurança alimentar da população, ao incentivo da produção camponesa e à sustentabilidade ambiental. Além disso, “foi um período em que os movimentos sociais e sindicais dos camponeses conseguiram dialogar com o governo, abrindo espaço para novas ideias, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e a diminuição da pobreza no país” (Frutuoso, 2019, p. 12). Nesse sentido, essas políticas tinham como objetivo incentivar os agricultores a produzirem mais (e produtos saudáveis), fomentando a economia local e fortalecendo o grupo de agricultores através do incentivo de criação de associações e cooperativas.

Nessa direção, a proposta de venda direta nas feiras motivou um pequeno grupo de agricultores a se reunir. Com o apoio de agentes do poder público local, conseguiram um espaço para comercializar seus produtos, oferecendo uma alternativa à feira livre, que é mais tradicional e consolidada entre os moradores da cidade de Areia. Assim, no ano de 2008, foi criada a feira do produtor no município de Areia através de um edital do Governo Federal do projeto intitulado “Comercialização Direta da Agricultura Familiar – Feira Popular”.

O abastecimento da feira do produtor de Areia é proveniente de áreas de assentamentos rurais da reforma agrária e de pequenas propriedades localizadas no próprio município. Além disso, parte dessa produção também abastece o mercado público local através da venda de frutas, verduras e animais de grande, médio e pequeno porte. Ao contrário de muitas feiras da agricultura familiar e agroecológicas já consolidadas no estado, por exemplo: as feiras agroecológicas da Ecovárzea e da Ecosul, no município de João Pessoa, criada em 2001 e 2002 respectivamente; a feira agroecológica de Campina Grande, criada em 2002; a “feira mãe”, feira agroecológica do município de Lagoa Seca, criada em 2001; e a feira agroecológica no município de Remígio, criada em 2006 (Lima, 2017), a feira do produtor de Areia, conforme mostraremos, também foi criada dentro do contexto de um discurso agroecológico (mas não é uma feira agroecológica) e de políticas de combate à fome e à desnutrição, porém ela ainda se encontra em processo de disputa por um espaço físico e reconhecimento social e “oficial” para o seu funcionamento. Segundo Lima (2017), as feiras de João Pessoa, Campina Grande, Lagoa Seca e Remígio são organizadas com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Polo da Borborema. No caso da feira do produtor de Areia, ela não faz parte de nenhuma dessas redes de apoio.

A feira é uma importante atividade comercial em nossa sociedade, tendo em vista que ela é responsável por abastecer significativa parte da demanda de alimentos das cidades brasileiras, além de contribuir para a economia local, através de empregos diretos e indiretos. Ao longo do tempo, as feiras foram tomando formas variadas, de acordo com os produtos vendidos e do público-alvo. Feiras de roupas, de carros, de animais (exemplo: gado), de objetos usados ou de alimentos diferenciados (exemplos: orgânicos e veganos) são alguns exemplos de feiras existentes no país.

No Nordeste brasileiro (como em outras partes do país), o surgimento de algumas cidades está diretamente ligado ao comércio que se mobiliza ao redor das feiras, um exemplo disso é a cidade de Campina Grande, que antes mesmo de se constituir como cidade, servia de entreposto para tropeiros e mascates que trocavam e comercializavam mercadorias. Pensar a feira vai muito além de um espaço que conta a história local como se ela estivesse presa ao passado. A feira, mesmo sendo atividade vista como tradicionalmente carregada de elementos do passado, também pode ser vista como um espaço de relações para além dela.

Meu interesse e envolvimento acadêmico com a temática da sociologia rural se deu entre os anos 2015-2016, a partir da minha inserção no Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) que me proporcionou conhecer pessoas e uma nova realidade daquela que eu conhecia. Mesmo após minha saída do NEDET, e como aluna de mestrado pelo Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), continuei acompanhando as reuniões do Fórum Territorial da Borborema. A vivência adquirida, por meio deste projeto, mais minha pesquisa de mestrado, me possibilitou uma leitura das políticas públicas para o campo, bem como sobre as condições dos agricultores da região.

Em 2017, tive a oportunidade de participar de um Dia de Campo com diversos professores/pesquisadores oriundos de diversas instituições do Brasil e da França. Essa experiência foi muito inspiradora, pois me permitiu ter um olhar mais sensível e cuidadoso quando se trata de pesquisa de campo. No mesmo ano, fui convidada para participar do grupo de pesquisa “Reconfigurações do brejo paraibano no século XXI”, que me proporcionou participar de uma etnografia coletiva a fim de conhecer melhor a área de estudo, a história da cidade contada pelos nativos, mas sobretudo, de viver novas experiências, reflexão e compartilhamento das pesquisas desenvolvidas pelos integrantes da equipe. No final do mestrado eu já tinha interesse em estudar a feira, no caso, a feira do município de Remígio. Porém, a partir do meu envolvimento com o grupo, redirecionei o meu olhar para a feira do produtor de Areia.

Como aluna do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), além dos conhecimentos adquiridos durante período regular das disciplinas, também realizei disciplinas específicas sobre etnografia e campesinato no Nordeste pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB). Essas disciplinas foram importantes para o desenvolvimento teórico e metodológico da minha pesquisa. Participei de diversas atividades e eventos nacionais e regionais de forma remota em virtude da pandemia da COVID-19, atividades que contribuíram para a minha formação. Além disso, participei de um grupo de estudo na UFCG sobre “História de vida na pesquisa em Ciências Sociais”, que me proporcionou conhecer outras metodologias de pesquisa e de forma mais prática, aproximando o pesquisador e o interlocutor por meio do relato de vida desses agentes. Foi a partir dessas vivências teórico-empíricas que se intensificou a “curiosidade” de compreender a dinâmica na feira do produtor de Areia.

Dessa forma, o meu envolvimento acadêmico com o tema da sociologia rural, além do conhecimento teórico, me permitiu vivências em campo através do contato direto com agricultores e movimentos sociais do campo. Essas experiências foram importantes, pois pude conhecer de perto um pouco da difícil realidade vivida por muitos agricultores(as), sobretudo na região do brejo paraibano, despertando em mim o interesse de participar de grupos de pesquisa e me aprofundar em temas voltados para problemáticas do mundo rural. Estudar uma experiência de comercialização direta, de um grupo de produtores rurais num contexto de

transformação social e econômica me possibilitou compreender também as formas de resistência, organização e estratégias de reprodução deste grupo social.

Descrever a história desse grupo social, historicamente marginalizado é uma forma de trazer para o debate a importância da agricultura familiar no combate à fome e à desnutrição, mas também como uma alternativa de produção sustentável frente ao agronegócio. A relevância desse estudo se traduz também em possibilitar recuperação da história de luta dos antigos trabalhadores da Usina Santa Maria após sua falência, e a atuação desses agentes na busca por direitos e reconhecimento social enquanto agricultores familiares, bem como apresentar a história de trabalhadores que migraram para a região Sudeste do Brasil no contexto da decadência da Usina, mas que retornaram a sua cidade de origem para trabalhar na agricultura familiar. Desta forma, esse estudo faz um resgate da memória da luta do povo do campo, em especial, através dos próprios relatos dos agricultores.

A pesquisa tem como referência os trabalhos desenvolvidos por inúmeros pesquisadores que se debruçaram no estudo da região canavieira no Nordeste e no brejo paraibano (Almeida, 1980; Melo, 1975; Garcia Jr., 1989; Moreira e Targino, 1997), bem como as lutas dos trabalhadores e dos ex-moradores dos engenhos e da Usina Santa Maria pelos direitos trabalhistas e pelo direito à terra (Menezes, Malagodi; Moreira, 2013; Sigaud, 1979; Tosi, 1988). Esses trabalhos são de suma importância para compreendermos o processo histórico nessa região, bem como as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas durante o auge da produção canavieira e após o seu declínio.

Para compreensão desta feira em específico, procuramos contextualizar historicamente nosso objeto de pesquisa dentro de um processo maior de transformação social pelo qual o município de Areia vivenciou através da criação e pós falência da Usina Santa Maria, bem o contexto das políticas públicas de segurança alimentar implementadas ano de 2003 (Frutuoso, 2019). No caso da feira do produtor de Areia, não dá para pensar esse grupo de forma isolada, tendo em vista que mantém relações externas, seja a nível local com a venda de seus produtos nas feiras ou para atravessadores, ou a nível nacional quando vendem parte de sua produção ao Governo Federal através das políticas públicas. Portanto, há uma “rede de relações de grupos que conecta as localidades e as instituições nacionais” como afirma Wolf (2003, p.75).

Por fim, destaco que o desafio na construção desse trabalho não foi nada fácil, como não é fácil o trabalho intelectual, e em nosso período de desenvolvimento da pesquisa, enfrentamos desafios enormes, o trabalho em campo, tão importante nos estudos rurais foi muito prejudicado na pandemia que atingiu a todos, além disso, vários problemas de saúde física e mental dificultaram minha pesquisa. Mas acredito que tenha contribuído para

pensarmos nos caminhos percorridos pelas populações de menor poder socioeconômico no contexto das transformações pelo qual o brejo paraibano tem passado nos últimos 30 anos. Olhar para a feira do produtor e os hoje seus 10 componentes é observar como atores e instituições buscaram e buscam encontrar soluções que possam fortalecer a agricultura familiar em contextos muitas vezes adversos.

Percurso Metodológico

Como pode se observar, a feira de Areia nos remete a um microcosmo social diferenciado. Nela se entrecruzam espaços, valores, práticas e sentimentos que fazem desta feira um contexto de produção de sentidos, de modos de experienciar a vida coletiva. A percepção dessa singularidade nos colocou o desafio de desenhar uma metodologia adequada na qual se integram elementos epistemológicos dos diversos métodos de fazer pesquisa. No entanto, mais do que o conhecimento desses métodos, no andamento do nosso estudo, sentimos a necessidade de pensar o instrumental metodológico a partir da peculiaridade do campo. Por outras palavras, a partir da nossa inserção no campo, foi a singularidade da feira de Areia que nos orientou no desenho das estratégias de coleta de dados empíricos.

A construção do modelo analítico contém recortes específicos de algumas das ferramentas da metodologia qualitativa e quantitativa, as quais são pertinentes conforme o objetivo proposto pela pesquisa. Dado que nosso estudo demanda abordar o entramado do processo histórico de construção da feira, bem como as vivências desse processo por atores sociais concretos, a utilização do instrumental metodológico demanda procedimentos específicos. Em razão desse fato, consideramos oportuno combinar diversas estratégias de coleta de dados. Portanto, nosso trabalho foi conduzido através de um exercício de mixagem ou, por outras palavras, de uma prática de bricolagem ou *bricoleur* que nos permite captar as nuances do nosso objeto de estudo através de diversas formas de abordagem. Nesse sentido, as orientações metodológicas de Denzin e Lincoln (2006, p.18) são pertinentes quando afirmam que:

A diversidade de práticas metodológicas da pesquisa qualitativa pode ser vista como soft science, jornalismo, etnografia, bricolagem, confecção de colchas e montagem. O pesquisador, por sua vez, talvez seja visto como um bricoleur, um indivíduo que confecciona colchas, ou, como na produção de filmes, uma pessoa que reúne imagens transformando-as em montagens.

A construção da bricolagem ou *bricoleur*, conforme as orientações de Denzin e Lincoln (2006), será realizada através da combinação de um conjunto de técnicas de coleta de dados. Para tanto, foram utilizados os seguintes recursos: pesquisa bibliográfica e documental, coleta

de dados primários e secundários, observação participante, realização de entrevista e anotações em diário de campo. Sendo assim, a maioria das informações contidas neste trabalho é resultado da combinação dessas duas abordagens: a qualitativa que,

Permite descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 1999, p. 80).

E a quantitativa que,

Consiste em criar uma (ou várias) base de dados repertoriando fatos sociais observados em pesquisa de campo, em explorar esta base com auxílio de um programa de tratamentos estatísticos, para finalmente interpretar os resultados do ponto de vista sociológico. Cada uma dessas etapas é abundantemente nutrida pelo pensamento do pesquisador, por sua cultura científica e por seus conhecimentos qualitativos (Selz, 2015 p. 204).

Desta forma, a nossa pesquisa está pautada numa abordagem quantitativa e qualitativa que como afirma Queiroz (2008 p. 24), “possibilita um aprofundamento cada vez maior das facetas do objeto de estudo”.

Pesquisar a feira do produtor no município de Areia, no brejo paraibano tem sido um dos grandes desafios enquanto pesquisadora, não apenas pelos desafios financeiros e logísticos, mas sobretudo pela familiaridade com o objeto que faz com que o pesquisador se veja em determinados momentos envolvido em demasia, dificultando o exercício de distanciamento do objeto, um problema epistemológico muito discutido entre os teóricos da antropologia e sociologia, em especial aos que se debruçaram em entender as relações do pesquisador em campo. Tornar o familiar em estranho tem sido um desafio. Mas os desafios não são apenas os de teor teórico-metodológico. Existem situações em campo que não estão nos cadernos metodológicos e que o pesquisador(a) precisa saber compreender o momento, e tentar da melhor maneira possível contornar, por exemplo, de o pesquisado ver o pesquisador como alguém que chegou para solucionar um problema existente dentro do grupo; ou situações de constrangimento ou assédio.

Embora a pesquisa de campo e os primeiros contatos com os agricultores tenham ocorrido no início de 2020, o processo de aproximação com o campo e com os agentes da feira começou meses antes, através de uma pequena rede de contatos que já havia estabelecido durante o mestrado e o projeto de extensão (NEDET). O objetivo era entrar no campo através dos próprios agricultores e foi o que ocorreu. Ter a aprovação do grupo foi primordial para que eu tivesse livre acesso ao campo de pesquisa. Além disso, as dificuldades de deslocamento no

início da pesquisa foram grandes barreiras para o trabalho de campo. Sem transporte próprio, precisei viajar de ônibus de Campina Grande até Areia e, às vezes, de Areia para Pilões ou para os assentamentos, utilizando vans ou motocicletas. A pandemia da Covid-19, que atingiu o país no início do ano de 2020, foi o maior desafio para todos que viveram esse período triste da nossa história, onde sobreviver era o único objetivo. O campo fechou! Por quase dois anos, entre aberturas e fechamentos da feira, foi necessário utilizar outras ferramentas para manter contato com os agricultores, por exemplo as redes sociais como *WhatsApp* e *Facebook*. Foi desta forma que tive acesso às inúmeras informações que eles relataram sobre as dificuldades enfrentadas durante o período em que tiveram que ficar longe da feira por causa da pandemia. Porém, em 2022, que o retorno ao campo acontece de forma mais intensa, pois os casos de Covid-19 já haviam sido controlados. Foram inúmeras visitas à feira e participações em reuniões a convite do presidente da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (ADAF).

Ao apresentar os tipos de recursos utilizados na coleta de dados empíricos para fundamentar nossa pesquisa, ressaltamos a relevância da prática etnográfica que os feirantes nos permitiram vivenciar. Essa imersão no cotidiano dos feirantes foi fundamental para a compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas na feira. Nesse sentido, vale destacar a diferença entre prática e experiência etnográfica proposta por Magnani (2009).

Segundo Magnani, a primeira abordagem refere-se à ação prolongada, na qual o pesquisador estabelece relações duradouras que vão além do campo de pesquisa. A segunda abordagem ocorre quando o pesquisador está apenas de passagem pelo campo, permanecendo por poucas horas e tentando captar o máximo de informações nesse curto período. No caso da nossa pesquisa, procuramos não nos limitarmos apenas ao espaço da feira, mas participar das reuniões da associação, dos eventos ligados aos agricultores da feira do produtor, visitar a residência dos agricultores(as). Desta forma, além da confiança, laços de afetos foram construídos, que me renderam inúmeros convites para participar de outros eventos importantes para os agricultores.

Para realizar a caracterização da feira do produtor de Areia e dos agentes que dela participam foi necessário antes entender um pouco mais sobre a área de estudo através de um levantamento bibliográfico sobre pesquisas realizadas na região do brejo paraibano, que nos permitiu “levantar as primeiras questões considerando as particularidades da região” (Beaud, 2007), recuperando o processo de luta sujeitos até a criação dos assentamentos no município. O acesso às fontes documentais, aos dados primários e secundários nos permitiu uma visão

geral da realidade estudada, tais como: documentos sobre a criação da feira, do estatuto da ADAF; as fichas dos filiados, bem como as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs); além de documentos retirados dos sites oficiais do município (decretos, informações sobre chamada pública do PNAE), do estado (informações sobre execução do PAA) e do governo federal (Diário Oficial, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre outros).

Durante a pesquisa o caderno de campo foi de suma importância, pois nele está descrito tudo o que observei durante minhas idas a campo, desde falas, comportamentos, movimentos corporais e até acontecimentos que a princípio podem ser irrelevantes (como brincadeiras jocosas entre feirantes e conhecidos, por exemplo), mas que foram descritos. Como afirma Da Matta (2010), “a necessidade do diário de campo que pode atuar como uma memória social”, gravando aquilo que de outro modo estaríamos fadados a esquecer pelo fato de não ter, naquele momento, nenhum sentido”. Além disso, o caderno de campo permitiu num primeiro momento descrever os acontecimentos e, posteriormente, na etapa de digitação, tentei organizar de forma mais compreensiva os meus dados que Brandão (2007) define como “articular os dados”.

Um questionário socioeconômico foi aplicado em 2022 visando conhecer os perfis de quatorze agricultores da feira do produtor. O questionário foi aplicado em dois momentos: durante o funcionamento da feira dentro do Mercado Público (feira livre) e após a realocação da feira fora do mercado¹. Desta forma, foi possível identificar de forma mais geral quem são os agricultores(as), onde vivem, há quanto tempo trabalham na feira entre outras informações. Outro ponto importante sobre o questionário é que ele nos permitiu saber o que os agricultores pensavam sobre a mudança de local da feira e o que entendiam sobre agroecologia.

A observação participante foi o recurso mais utilizado durante as idas a campo, pois ela permitiu conhecer o local de pesquisa, perceber como se davam as relações e os comportamentos dos agentes pesquisados. De acordo com Beaud (2007), as observações são úteis na medida que capta informações sobre o comportamento dos indivíduos em um determinado contexto, além de permitir descrever como as pessoas agem em determinados ambientes, quais são as dinâmicas de grupo, as interações sociais, as relações de poder, entre outras informações. Segundo Brandão (2007), esse momento de contato com a região pesquisa é enriquecedora, pois permite ao pesquisador viver um tempo de puro contato pessoal e até afetivo com os lugares e as pessoas locais. Nesse sentido, o autor define esse conviver como o “primeiro nível do sentir”, sentir como é o lugar, como são as pessoas e como se envolver,

¹ Os dados do questionário estão disponíveis no capítulo 3 deste trabalho.

fazendo com que o pesquisador entre pela “porta da frente e entre devagar”. Essa entrada lenta, conforme define Brandão (2007, p. 14), é para que não tenha “característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário”. Estar constantemente no campo foi uma forma de criar confiança com o grupo (embora que, no contexto de pandemia essa constância não tenha sido possível, após chegada da vacina e da diminuição dos casos da Covid-19, conseguimos estar mais presente no campo) e entendermos as dinâmicas de socialização dos indivíduos e grupos. Além das inúmeras idas a campo, participamos de várias reuniões com os agricultores e eventos que de alguma forma estiveram relacionados à pesquisa, mas também como forma de estar perto dos agentes.

Em relação às entrevistas, Beaud (2007) aponta que elas são importantes para obter informações sobre as experiências, opiniões e valores dos indivíduos em relação a determinados temas. Através das entrevistas, é possível explorar em profundidade as percepções e visões de mundo das pessoas, bem como seus sentimentos e emoções em relação a determinados assuntos.

Durante a pesquisa de campo, entrevistamos vários agricultores(as), incluindo dois presidentes de associações: um representando os interesses dos feirantes da ADAF e outro do Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (SAFER). Além disso, entrevistamos um representante da Câmara Municipal. Vale ressaltar que, com o representante da ADAF foram realizadas duas entrevistas nos anos de 2020 e 2022. Na primeira, a escolha do local foi do próprio entrevistado (que se deslocou do seu sítio até as dependências do SAFER), porém, durante a entrevista, ocorreram algumas interrupções, seja de pessoas que chegavam para pedir informações ou até mesmo por brincadeiras entre o entrevistado e o representante do SAFER. Embora o local não tenha sido apropriado e mesmo com as interrupções, as informações dadas pelo entrevistado não foram comprometidas, principalmente por se tratar de informações mais gerais tais como: a criação da feira e do estatuto da associação, bem como o seu funcionamento.

Com base na experiência inicial das entrevistas, decidimos não replicar a abordagem com outros agricultores na feira, devido ao ambiente de trabalho, a intensa circulação de pessoas e o elevado nível de ruído. Na segunda entrevista, e com o mesmo agricultor, conseguimos ir até a sua residência, o que permitiu um maior conforto em relação à primeira, pois o entrevistado estava mais à vontade. Procuramos fazer as entrevistas sempre nas residências dos entrevistados(as), mesmo quando estes locais eram de difícil acesso. Porém, novas situações

foram se apresentando fazendo com repensássemos as estratégias de entrevistas de acordo com as disponibilidades dos entrevistados.

Das dez entrevistas realizadas (conforme quadro abaixo), quatro ocorreram nos sítios dos agricultores, que também são seus locais de moradia e trabalho. Uma entrevista foi realizada na propriedade de um agricultor, distante de sua residência. A entrevista com o representante do SAFER aconteceu na sede do sindicato, pois além de ser agricultor, ele é associado da ADAF e participou da criação da feira. Um vereador também foi entrevistado, pois foi o responsável técnico pelo projeto de criação da feira; esta entrevista ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, que, embora não fosse o local mais apropriado, foi o único possível. Além disso, entrevistei duas agricultoras: uma na sede do SAFER e outra na própria feira. Entrevistar as mulheres foi um dos maiores desafios da pesquisa, pois o trabalho delas não terminava com o encerramento da feira. Depois da feira, essas agricultoras vão realizar atividades domésticas, cuidar dos filhos etc. Diante disso, elas preferiram conversar ali mesmo, na feira, pois não teriam outro momento melhor para nos dar atenção.

Quadro 1 Entrevistas realizadas

Quantidade	Locais
4	Sítio/Residência
1	Sítio/Trabalho
2	Sindicato/SAFER
1	Sindicato/STR
1	Feira do Produtor

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Uma agricultora relatou que sua moradia é muito distante da feira, exigindo um percurso de aproximadamente 13 km, em um caminho de difícil acesso. Por essa razão, ela achou mais fácil conversar conosco na própria feira do que nos deslocarmos até sua residência. Essa agricultora, chamada Berenice, possui uma banca de flores na feira e, infelizmente, não conseguimos entrevistá-la. Essa dificuldade de deslocamento e a falta de tempo disponível demonstram que o trabalho das agricultoras não termina com o encerramento da feira. Pelo contrário, uma nova jornada se inicia quando elas chegam em casa, com as tarefas domésticas, cuidados com a família e o planejamento da semana seguinte.

As entrevistas seguiram um roteiro, mas nada engessado. A ideia sempre foi deixar o entrevistado falar com a menor interrupção possível, de forma que eles pudessem desenvolver seus pensamentos, mas sobretudo para que se sentissem à vontade para falar. Desta forma, o nosso objetivo era o de ganhar a confiança do pesquisado, conseguir compreender o que estava sendo dito e entrar momentaneamente em seu universo mental (Beaud, 2007). Vale ressaltar

que, não existe um modelo único de entrevista. Em algumas entrevistas, principalmente nas residências dos entrevistados, era constante a presença do cônjuge ou de um parente mais próximo, que às vezes agia para intervir, “corrigindo” o entrevistado quando este *falava algo errado* ou não lembrava de uma determinada situação, mas também no sentido de orientar ou vigiar o que o entrevistado falava.

Em todas as entrevistas foi utilizado o telefone celular (*smartphone*) para gravação, o que me permitiu escutar as entrevistas várias vezes quando surgiam dúvidas (Thompson, 1992). Todas as entrevistas foram realizadas com autorização dos entrevistados, com garantias de anonimato dos seus nomes. O tempo das entrevistas variaram entre 43:11 min até 01:47h. Além de gravar as entrevistas, o celular que, embora não tivesse uma boa qualidade de resolução, foi de extrema importância para fazer registros fotográficos de vários momentos durante a pesquisa de campo.

Por fim, esta pesquisa optou por não publicizar os nomes dos agricultores(as) visando garantir sua privacidade, especialmente em tópicos sensíveis. Assim, seus nomes reais foram substituídos por nomes fictícios. Para evitar desconfiância ou constrangimentos em relação a assinatura de seus nomes, optamos por registrar a autorização na própria gravação. Os nomes reais dos agentes públicos citados nesta pesquisa foram mantidos. Aos demais (agricultores e feirantes com quem dialogamos informalmente), optamos por identificá-los também com nomes fictícios.

Quanto à estrutura deste trabalho, além dos elementos pré-textuais e pós-textuais, da introdução e das considerações finais, organizamos o conteúdo em quatro capítulos, conforme resumido a seguir:

O primeiro capítulo oferece um breve debate sobre as feiras no Nordeste e o surgimento das feiras agroecológicas. Embora nossa feira não seja agroecológica, procuramos situar nosso objeto de pesquisa dentro do contexto histórico das discussões sobre feiras agroecológicas e políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, no período em que foi criada a feira do produtor de Areia. Além disso, apresentamos ao leitor o município de Areia, na Paraíba, e seu contexto social e econômico.

O segundo capítulo é a apresentação do nosso objeto de pesquisa, como se deu o processo de construção da feira do produtor, destacando alguns atores que julgamos terem sido importantes durante o processo. De forma mais detalhada, analisamos o projeto de criação da feira que vai contribuir na formalização da atividade dos agricultores feirantes entre outros documentos como a Lei 618/2004 de criação da feira do produtor no município de Areia. Por fim, descrevemos a trajetória da feira desde a sua criação até a atualidade, mostrando os cinco

lugares por onde a feira passou e os conflitos gerados a cada mudança de local. Desta forma, buscou-se entender como os espaços são hierarquizados a partir das desigualdades entre os agentes que disputam esse espaço, bem como os sentidos produzidos sobre esses espaços a partir da posição desses agentes.

O terceiro capítulo descreve e analisa o processo de organização dos agricultores a partir da formalização de uma associação após criação da feira do produtor. Em seguida, apresentamos algumas categorias de trabalhadores da feira a partir da sua condição e uso da terra. Apresentamos os associados através dos indicadores: sexo, idade, estado civil, filhos, ciclo familiar, nível de escolaridade e tamanho da propriedade. Por fim, analisamos os motivos de saída e permanência de alguns agricultores da feira.

O quarto capítulo apresenta a história individual de sete agricultores feirantes, analisando como as trajetórias de cada um influenciam sua atuação tanto coletiva quanto individualmente em seus projetos de comercialização. A partir dessas histórias, buscamos compreender como os percursos vividos impactam suas práticas e estratégias no contexto da feira.

1 CONTEXTUALIZANDO AS FEIRAS NO NORDESTE E O BREJO PARAIBANO

As feiras no Nordeste representam espaços ricos em história, cultura e sociabilidade, desempenhando um papel fundamental na vida dos camponeses e moradores das pequenas comunidades. Ao longo dos anos esses locais de trocas mercantis têm sido palco de diversas transformações sociais e econômicas, refletindo as dinâmicas regionais e as relações de gênero presentes nesses contextos. Neste capítulo, exploraremos a importância das feiras como espaços de expressão sociocultural, manifestada através da arte e da música. Também discutiremos brevemente o papel central das feiras na reprodução econômica e social do campesinato. Além disso, abordaremos os paradigmas para a construção das feiras agroecológicas, lembrando que a feira do produtor de Areia, embora não seja agroecológica, surgiu dentro de um contexto de discussão e criação desse novo modelo produtivo, merecendo, portanto, uma reflexão rápida. Por fim, apresentaremos a região do brejo paraibano e o município de Areia, onde foi realizada a pesquisa, oferecendo um breve panorama histórico da cidade e região para situar historicamente e geograficamente a feira do produtor de Areia.

No âmbito da análise feita pelas ciências sociais, percebemos uma significativa produção de trabalhos sobre as feiras². Não é o objetivo deste trabalho fazer uma análise detalhada de todas as pesquisas já realizadas sobre o tema. Portanto, será apresentada apenas uma breve revisão do quadro teórico, destacando alguns autores e definições de conceitos selecionados que corroboram a investigação sociológica proposta. Considerando que a feira ainda é um importante meio de comercialização para a grande maioria dos camponeses e moradores de pequenos municípios brasileiros (Sato, 2012; Brasil e Schneider, 2020), é necessário ampliar a compreensão sobre esses espaços de trocas mercantis e de sociabilidade.

Marie France Garcia Parpet, em seu estudo sobre feiras no Nordeste, buscou entender a importância desses espaços na reprodução econômica e social do campesinato no Brejo paraibano. Entre suas reflexões, destacou-se a questão da divisão sexual do trabalho entre os camponeses, tanto dentro da unidade de produção quanto no âmbito doméstico e nas feiras. A autora descreve as relações das mulheres camponesas no espaço da feira e seus arredores, na casa e na unidade de produção, explorando os significados que emergem dessas interações. Com base nos censos realizados por ela na década de 1980 (em 1982 e 1989), a pesquisadora

² Para saber mais sobre o panorama do que vem sendo desenvolvido sobre as feiras no país, ler: Araujo e Ribeiro, 2018).

observou um aumento relativo no número de mulheres ocupando os espaços da feira, embora elas ainda fossem minoria. Por fim, Garcia Parpet (1992) constatou que a divisão sexual do trabalho, anteriormente restrita ao espaço doméstico, não havia suscitado nenhum questionamento radical. Conseqüentemente, a construção da mulher como dependente não foi eliminada da vida pública, e a dominação masculina no espaço público não foi posta em xeque.

Assim, Garcia Parpet trouxe importantes reflexões que guiaram nossa pesquisa para entender aspectos sociais de diferenciação, com foco na feira, onde a divisão das tarefas domésticas era reproduzida pela divisão sexual do trabalho. Essa classificação de tarefas masculinas e femininas está fortemente enraizada na ideia de que, se um homem realizar tarefas consideradas femininas, compromete sua masculinidade. Portanto, a feira é tanto um lugar de afirmação das identidades quanto de sua reprodução e dominação. E, como afirma Bourdieu (2013), a capacidade de dominar o espaço apropriado depende do capital que os indivíduos possuem, ou seja, a posse ou não de um determinado capital pelo indivíduo, influenciará sua posição no espaço e, no caso da feira, influenciará na distribuição dos indivíduos, seja por sua posição econômica ou de gênero.

Embora a pesquisa de Garcia Parpet tenha sido realizada nas décadas de 1980 e 1990, e reconhecendo que desde então houve avanços significativos na criação de políticas públicas para as mulheres e sua maior participação nos espaços públicos, ainda é possível observar, no caso da feira do produtor de Areia, que as atividades realizadas pelas mulheres são classificadas como femininas. Isso reflete a persistente divisão sexual do trabalho, tanto dentro da unidade produtiva quanto no ambiente doméstico.

Em seu estudo sobre mercados de rua e feira de Porto Alegre, São Paulo e Paris, Viviane Vedana buscou refletir sobre os simbolismos relacionados à circulação dos alimentos, figurados nas formas e na memória da duração dessas práticas cotidianas que se desenvolvem nas ruas da cidade e estão relacionadas ao alimento. Vedana (2008) afirma que, os mercados e feiras são importantes espaços de sociabilidade, de trocas sociais, de afirmação de laços, e mostra o aspecto do individual da relação cidade com o alimento. No mercado é possível ter dimensão sobre a circulação mundial de alimentos, onde em um lugar de abundância em alimentos também existe fome e pobreza, o que nos leva a pensar o problema da desigualdade social e da falta de acesso à alimentos por parte da população mais vulnerável, em especial os chamados moradores de rua.

Ao estudar o cotidiano e as formas de vida social, Viviane Vedana (2008) estava preocupada com a dimensão coletiva das práticas onde um espaço público de simples circulação de alimentos, torna-se um ambiente onde se compartilha sentidos e memórias. Interessa-nos

pensar como os agricultores compartilham esses sentidos e memórias na feira do produtor em Areia. A feira é um espaço de construção de afetividades, mas também de hostilidade, onde os agentes, explícita ou implicitamente, vão criando sentimentos, costurando relações de afinidade e antipatia. Porém, essas questões individuais sempre são relegadas a segundo plano quando a feira está sob ameaça, prevalecendo a colaboração de todos.

Para estudar o universo da feira e dos agentes que fazem parte desse espaço social, é necessário fazer algumas considerações sobre cultura e identidade na perspectiva construída pela sociologia e antropologia. Embora existam diversos posicionamentos sobre a definição de cultura, ambas as disciplinas não negam sua existência.

Segundo Laraia (2009), a cultura não está ligada a determinismos biológicos e nem por questões geográficas, ou seja, a cultura não é passada por genes e tampouco está relacionada a uma determinada região. A cultura é algo complexo, porém ela é fruto de um processo de interação entre os indivíduos que dominam os símbolos que são partilhados entre si. É através do processo de socialização que os indivíduos herdam elementos culturais do seu povo ou grupo, desenvolvida ao longo do tempo. Portanto, a cultura é um processo acumulativo. Para Geertz (1978, p. 15), que parte do raciocínio de Max Weber em que, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Assim, ele entende a cultura como uma teia complexa, cuja análise consiste em desvendar seus significados e estabelecer conexões entre seus diversos elementos. Isso possibilita a interpretação aprofundada do que se deseja estudar.

Partindo das formulações feitas pelos autores, podemos pensar a feira como um lugar onde a cultura está enraizada através dos costumes, das tradições, trocas de conhecimentos e de reafirmação de identidades por diversos indivíduos, no caso da feira do produtor de Areia, a identidade de ser agricultor/produtor tem sido um elemento de diferenciação perante outros grupos. Identidade que também pode ser entendida como semelhanças e diferenças do indivíduo em relação a si e aos demais.

Oliveira (1976) elabora a noção de identidade contrastiva para pensar um tipo particular de identidade social que ele chama de identidade étnica, ou seja, “(...) quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente” (ibidem, 36). A partir dessa concepção de identidade formulada por Oliveira, podemos então pensar onde ela é desenvolvida e percebida no espaço da feira pesquisada.

Também se faz necessário discutir a noção de espaço social e sociabilidades de forma que, tais definições seja um guia conceitual para uma análise da feira para além de uma descrição espacial ou de uma local de trocas econômicas. Esses conceitos nos permitirão pensar a feira como um espaço de disputas, relações sociais e de afirmação de identidades.

Pierre Bourdieu (2013), ao conceituar o espaço social como constituído por diversos campos (como o econômico, o intelectual etc.) onde ocorrem disputas e diferenciações, revela que o mundo social pode ser compreendido através das relações de poder e das lutas entre os agentes sociais, que são caracterizados de acordo com suas posições dentro desses campos. Desta forma, o espaço social está inscrito nas estruturas espaciais e mentais, resultados dessas estruturas onde o poder se exerce e se afirma (Bourdieu, 2008a). A partir da visão de espaço social é possível compreender a dinâmica do espaço da feira e como os agentes se inserem nela e disputam posições. Porém, o pesquisador sociólogo só conseguirá mensurar empiricamente a posição ocupada pelos agentes no espaço, a partir do volume de capitais acumulados por estes, ou seja, quem possuir maior volume de capitais ou de maior valor, estará numa posição dominante no campo em questão (Monteiro, 2018).

Para entender o processo de diferenciação, Bourdieu propõe uma sociologia dos campos e do espaço social, recuperando conceitos de antagonismos de classe e estrato social de Marx e Weber respectivamente, mas avançando em sua análise, no sentido de propor uma explicação sobre os processos de diferenciação, baseado na empiria, sem reduzir sua análise a fatores somente economicista e de *status* na percepção de classe social. Assim, as disputas dentro dos campos se dão por vários tipos de recursos que são traduzidos em diversos tipos de capitais (econômico, cultural, social, dentre outros), sendo o campo o lugar das práticas e das disputas, e os capitais os bens que se disputam.

Numa sociedade hierarquizada, diferentes classes tendem a possuir determinados tipos de capitais, por exemplo, a classe dominante é aquela que detém o maior volume de capital material e simbólico (econômico e cultural) dentro das sociedades que são dominantes; a pequena burguesia tende a imitar o estilo de vida da classe dominante objetivando ascender socialmente através de capitais cultural e social; e as classes populares que não possuem capital econômico e cultural (pelo menos os capitais legitimados pelas classes capazes de legitimar outras classes).

No caso dos agricultores da feira do produtor que fazem parte das classes populares, podemos afirmar que há dois tipos de capitais que predominam na relação entre os agentes que são: capital econômico e capital social. É importante salientar que, quando falamos em capital econômico, estamos nos referindo aos bens materiais que os agentes dispõem, e no caso da feira

do produtor, é possível observa que, mesmo pertencendo a classes populares, alguns agentes dispõem de maior capital econômico, principalmente quando este é analisado dentro do campo da feira e em relação a outros feirantes, pois possuir o capital econômico poderá ser determinante para entrar, mas sobretudo, permanecer na feira. Sobre isso, Bourdieu (2011, p.107) afirma que, “(...) a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular depende, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar”.

Além do capital econômico, outro capital será importante para que os agentes da feira construam suas relações tanto do ponto de vista de interesse do grupo quanto de interesse individual. O capital social é importante para que determinados agentes consigam ter sucesso na reivindicação de projetos coletivos, mas também nos projetos individuais. Assim, foi possível observar que alguns agricultores mobilizam esse capital como forma de fortalecer as redes de relações, através de contatos com políticos locais ou entidades representativas.

Nesse sentido, as redes sociais (comunidades virtuais) são ferramentas fundamentais para mostrar esse estreitamento de laços, através de fotos, vídeos e depoimentos com gestores locais. É importante frisar, que nem todos os agentes da feira agem da mesma forma. Embora alguns mantenham uma relação mais próxima com os gestores, muitos preferem não se expor nas redes sociais. Outros destacam que preferem manter uma relação mais "profissional" para evitar associações com grupos políticos e prevenir a cobrança de fidelidade a determinado grupo, o que poderia levar a pedidos de favores futuros. De toda forma, o capital social e o econômico são mobilizados para alcançar objetivos variados, sobretudo como uma estratégia de reprodução do grupo familiar onde segundo Bourdieu (2011), essas estratégias utilizadas pelos indivíduos ou famílias têm como objetivo conservar ou aumentar o seu patrimônio visando manter ou melhorar a sua posição social.

Jan Douwe Van Der Ploeg (2008) com a noção de “princípio camponês”, nos alerta em relação à capacidade de resistência das comunidades camponesas às intimidações de grupos que, amparados em valores demarcadores de classes sociais, assumem atitudes de hostilidade ao trabalhador da terra. Ploeg analisa a relação do homem com a natureza, sua história de luta e resistência diante de situações hostis e de sua busca por autonomia. Desta forma, elenca dez características que são fundamentais que irão definir a condição camponesa:

(1) A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e,

dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (Ploeg, 2008, p. 40).

Esses elementos de construção da “condição camponesa” e do modo como o camponês faz agricultura propostos por Ploeg, nos ajudam a compreender como os agricultores da feira de Areia se relacionam com esse ambiente hostil, buscam por autonomia e como criam respostas frente aos problemas que se apresentam no cotidiano.

Entendemos que as estratégias de reprodução dos agricultores/assentados fazem parte de um processo definido por Ploeg (2008) como “o modo de produção camponesa” que irá se diferenciar das demais formas de produção (capitalista e empresarial), no sentido de que se utiliza do trabalho familiar, diversificando sua produção, mesmo com pouca disponibilidade de terras. A combinação das diversas atividades agrícolas e não agrícolas como estratégias de reprodução social dos agricultores familiares Ploeg (2008, p. 49) denomina como *pluriatividade*, uma “forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investirem na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família”. Desta forma, vender na feira, trabalhar no corte da cana, exercer atividades em outros estabelecimentos, participar das políticas públicas, entre outras atividades, podem ser entendidas como estratégias de reprodução social dos agricultores da feira do produtor de Areia para a manutenção do grupo familiar.

As feiras são importantes canais de escoamento da produção dos agricultores e de abastecimento direto de consumidores, uma fonte de renda para pequenos agricultores e comerciantes, além de ser um importante instrumento de fortalecimento da economia local. No Brasil, o comércio de trocas data desde o período colonial. Se para alguns a feira é um espaço apenas para negociar, para outros ela é um espaço que vai além do simples vender um produto, ela é o lugar de reafirmação de suas identidades, de práticas, de um modo de vida, como por exemplo, a do camponês.

A feira é também o lugar da reciprocidade entre os agricultores feirantes através das trocas de produtos, do partilhamento da barraca, do empréstimo da balança, dar carona até a feira ou na volta para comunidade, de técnicas produtivas. Segundo Pra *et al* (2016), esse tipo de relação gera um sentimento de respeito e amizade entre os participantes, melhorando o processo de construção social da feira e fortalecendo o “dispositivo sociopolítico e organizacional” em torno da associação.

A feira é um espaço coletivo de práticas mercantis, mas também é um espaço rico em processos de interação, de construção de relações sociais entre feirantes e os diversos agentes que frequentam semanalmente esse espaço, seja em busca de negociar mercadorias ou de entretenimento. Ela é o local onde os visitantes podem se deleitar com uma diversidade de cores e aromas nas bancas de temperos, e saborear uma ampla variedade de sabores, desde as barracas de frutas até as de café da manhã. É um espaço repleto de sons, gestos e de técnicas corporais que juntos tornam-se “maneiras de fazer” a feira por parte dos feirantes (Vedana, 2016) seja na forma de vender os produtos ou nas brincadeiras com os fregueses ou com colegas de banca.

Sato (2012) ao realizar um estudo sobre a feira livre, buscou investigar os processos cotidianos que envolvem a organização do trabalho nesse espaço. Para tanto, a autora se debruçou no dia a dia de uma feira livre de São Paulo, captando múltiplas conversas e retratando este universo que modifica as ruas de nossa cidade, permitindo uma sociabilidade coletiva. Além disso, Sato mostra que esse espaço aparentemente familiar esconde uma complexidade, sendo um dos seus objetivos, tornar visíveis as diversas inserções que permaneceram por muito tempo invisíveis.

1.1 A feira como expressão sociocultural

A feira é poesia e cultura popular, retratada em diversas canções, como a famosa "A Feira de Caruaru" de Luiz Gonzaga, onde o músico detalha o universo da feira e tudo o que nela se encontra. Em uma de minhas últimas conversas com um agricultor, ele me confidenciou que estava muito cansado e pensando em deixar a feira, pois suas outras fontes de renda lhe permitiam uma vida confortável. Mas, logo em seguida, ele disse: “*eu ainda não saí porque gosto vir para a feira, de conversar com as pessoas, reencontrar amigos*”. Após essa fala, o agricultor acena sorridente para dois conhecidos que passam próximo a sua barraca. Nesse episódio, podemos observar que a feira vai muito além da troca ou da venda de mercadorias, ela proporciona aos agentes que nela frequentam a possibilidade de construir relações duradouras.

A feira também foi tema de várias canções, sendo retratada de forma colorida e animada, destacando sua diversidade. Algumas dessas canções incluem a agitação dos vendedores, a variedade de produtos à venda, os aromas deliciosos da comida, e até mesmo a experiência de se apaixonar em meio a toda essa animação. O grupo musical “Fim de Feira” também exprime

na canção “na feira não falta nada” essa infinidade de opções que se pode encontrar na feira que vai desde alimentos até entretenimento e confusão.

A música "Feira de Mangaio", lançada na década de 1970, foi composta por Sivuca e Glorinha Gadêlha e, posteriormente, incorporada ao repertório de Clara Nunes – cantora brasileira, considerada uma das grandes intérpretes do Brasil (Taveira, 2020). A canção busca valorizar a tradição, os costumes e a cultura do povo nordestino através da descrição de uma feira de mangaio, seus produtos e o cotidiano dela. Segue a letra:

Fumo de rolo arreio de cangalha
 Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Bolo de milho broa e cocada
 Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Pé de moleque, alecrim, canela
 Moleque sai daqui me deixa trabalhar
 E Zé saiu correndo pra feira de pássaros

*E foi passo-voando pra todo lugar
 Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaiero ia se animar
 Tomar uma bicada com lambu assado
 E olhar pra Maria do Joá*

Cabresto de cavalo e rabichola
 Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Farinha, rapadura e graviola
 Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Pavio de candeeiro, panela de barro
 Menino vou me embora tenho que voltar
 Xaxar o meu roçado que nem boi de carro
 Alpargata de arrasto não quer me levar

*Porque tem um sanfoneiro no canto da rua
 Fazendo floreio pra gente dançar
 Tem o Zefa de purcina fazendo renda
 E o ronco do fole sem parar*

Ei, forró da muléstia

Além disso, a feira também foi tema de filmes como em “A grande feira”, de Roberto Pires, onde narra os conflitos entre classes e dramas sociais. Obras como o romance “A bagaceira”, de José Américo de Almeida (2004), também retrataram a feira de Areia. De fato, a feira ainda é palco para diversas obras artístico-culturais e de interesse de diversos pesquisadores que buscam entender como esse espaço acomoda tanta riqueza histórica e diversidade cultural.

Existem feiras para todos os públicos como as feiras de confecções, de artesanato, de livros, feiras de venda de carros, feiras de produtos usados, feira de produtos naturais etc. Vários estudos foram realizados sobre as feiras, enfatizando sua importância, principalmente as feiras que abastecem diretamente os consumidores com os produtos alimentícios. Há também muitas nomenclaturas para se referir a essa prática mercantil como feiras de rua, mercados ou praças de mercados (Garcia-Parpet, 2021).

No Nordeste, o surgimento da feira esteve ligado ao sistema da plantation (Palmeira, 2014; Garcia Jr., Heredia e Garcia, 1979; Garcia-Parpet, 1983), pois como o comércio no período colonial estava direcionado apenas para a produção e exportação de açúcar, boa parte da mão de obra (principalmente, a escravizada) estava voltada para a produção açucareira, era necessário criar mecanismos que suprissem a falta de alimentos que afetava a maioria da população na época. No período dos engenhos de açúcar, havia barracões onde os moradores desta localidade abasteciam-se de produtos que não produziam em seus roçados. Garcia Jr., Heredia e Garcia (1979) afirmam que, na Zona da Mata Pernambucana, “tradicionalmente os *moradores de engenho* eram abastecidos pelo proprietário, através de produtos adquiridos nos barracões”. Nessa região próxima ao Agreste, existiam muitas feiras que eram frequentadas, principalmente pelos *senhores de engenho* para abastecerem os seus *barracões*. Esses barracões eram considerados espaços de endividamento, pois os moradores nunca conseguiam quitar suas dívidas, ficando sob o domínio dos senhores de engenho.

Outro tipo de definição de feira que é importante destacar ainda desse período dos engenhos, se refere à distinção dos setores dentro da própria feira. Ao analisar as feiras de Palmares e de Carpina na Zona da Mata Pernambucana, Palmeira (2014, p. 331) observou que tanto os trabalhadores rurais e feirantes dificilmente se referiam “à feira como um todo, mas à “feira da farinha”, à “feira das frutas” (que numa época em que o produto mais vendido era a banana era designada como “feira da banana”)”. É muito comum encontrarmos nas cidades grandes feiras com essas características, destinadas à venda de produtos específicos.

A feira de Caruaru (IPHAN, 2006) é um espaço que compõe várias feiras. Nela é possível encontrar a "feira de ervas", "feira de flores e plantas medicinais", a "feira do couro", a "feira da Sulanca" entre outros setores denominados como feira. Ao estudar os feirantes da feira de Caruaru em Pernambuco, Sá (2018) buscou investigar a condição de vida-trabalho e o modo como os feirantes vivem em contextos periféricos do mundo contemporâneo.

Feiras de produtos usados também são muito comuns nas cidades de médio e grande porte, atraindo muitas pessoas pela diversidade de produtos disponíveis e pelos preços acessíveis. É importante destacar que esse tipo de mercado além da venda de artigos, também

compra, troca e recebe doações de pessoas que, por algum motivo, querem desfazer de algum bem usado. Os produtos adquiridos pelos feirantes são recuperados e colocados à venda. Contudo, um dos grandes problemas relacionados à comercialização desses produtos está relacionada à falta de documentos que comprovem a sua origem, dando margem para o crime de receptação. Um exemplo desse tipo de feira, muito comum em muitas cidades do Brasil é o mercado do “Vuco vuco” situado na cidade de Mossoró - RN. É uma feira que data desde os anos 1960 e, que, ao longo dos anos foi ganhando importância na economia local e crescendo seu espaço físico com a adesão de mais feirantes interessados nesse tipo de mercado.

Do ponto de vista econômico, esse tipo de feira pode ser pensado como uma alternativa para as pessoas que não possuem nenhuma renda. Além disso, essas feiras permitem criar uma ideia de consumo consciente ao adquirirem produtos usados ou mesmo doando algum produto sabendo que este poderá ser útil para outra pessoa. Por outro lado, como pontuamos, não podemos ignorar os elementos relativos a atividades ilícitas como furtos e roubos que acabam de certa forma abastecendo esse tipo de feira.

Outro tema muito importante são as relações de gênero dentro do espaço da feira no Nordeste. Garcia-Parpet (1983;1992) se debruçou muito sobre esse tema. Ao estudar as feiras no Nordeste, a autora observou que esses espaços são predominantemente masculinos. No entanto, na Paraíba, ela notou um leve aumento no número de mulheres participando da feira. Garcia-Parpet estudou a feira livre do município de Remígio no Brejo Paraibano nos anos de 1982 e 1989, onde observou que, mesmo com essa pequena inclusão da mulher na feira, os espaços por elas ocupados eram espaços tidos como femininos, ou seja, nos bancos de café ou nas barracas de verduras onde não necessita da “arte de convencer” (Garcia-Parpet, 1992, p. 5).

Corroborando com análise de Garcia-Parpet, Palmeira (2014, p. 332-333) mostra que as mulheres da feira da Zona da Mata Pernambucana também ocupam setores de “pouca relevância” como mostra a fala de uma entrevistada: “A mulher não vende farinha na feira porque é uma coisa de muita responsabilidade. Tem que ser pro homem. Mulher só vende uma coisinha maneira. Mulher não dá para vender farinha, que farinha exige muito cálculo. Não é fácil vender farinha”. Essa exclusão das mulheres na feira é reflexo do acontece no campesinato (Garcia-Parpet, 1992), onde essas mulheres ocupam os espaços da cozinha ou do quintal com a plantação de horta e criação de pequenos animais e, quando as mulheres colaboram com o trabalho no roçado, este não é considerado trabalho, e sim uma ajuda (Heredia, 2013).

A feira de Campina Grande, umas das mais tradicionais do país, tem sua origem ligada diretamente ao surgimento da cidade. Segundo Morais (2016, p. 36), a feira era o local onde os

boiadeiros e tropeiros paravam para descansar após uma longa jornada entre o agreste e o sertão, pois além de negociarem suas mercadorias, aproveitavam para descansar. Por se tratar de um local geograficamente estratégico para esses negociantes, a feira teve um papel central no crescimento econômico e populacional da cidade. Embora não possua a imponência do passado, a feira de Campina Grande continua sendo um importante elo entre campo e cidade, misturando em um só espaço, passado e presente, o tradicional e o moderno.

É importante ressaltar que as feiras ou alguns setores delas passaram por muitas mudanças ao longo de sua existência, seja expandindo sua estrutura física, seja no uso de novas tecnologias como balanças eletrônicas, máquinas de passar cartão de crédito entre outros. Mas também, novas feiras foram surgindo com o passar do tempo, tendo diversas denominações, e pensadas para públicos específicos, porém, o que há em comum entre todas as feiras é a sua relação direta com o consumidor. Essas novas feiras como a feira agroecológica, feira orgânica, feira da agricultura familiar ou feira do produtor, traz consigo uma nova forma de fazer agricultura, com um discurso de valorização do agricultor camponês e da produção sustentável.

1.2 Paradigmas para a construção das feiras agroecológicas

Segundo Abreu *et al.* (2009), o tema da agricultura alternativa no Brasil remete aos anos de 1970, fazendo parte de uma problemática mais geral envolvendo a agricultura e o meio ambiente. Para os autores (Abreu *et. al.*, 2009), as organizações políticas comprometidas com uma agricultura de base ecológica e com a construção de modelo novo de sociedade, que reivindicam por equidade e justiça social são as que estão diretamente envolvidas com os movimentos de transformação social. Desta forma, a agricultura de base ecológica discutida no país colocava em questão o modelo produtivista de desenvolvimento e sua relação com o meio socioambiental. Porém, essa agricultura de base ecológica terá significados diferentes em outras partes do mundo. Na Europa ela vai surgir do movimento da contracultura e da crítica a sociedade do consumo e nos Estados Unidos essa agricultura de base ecológica será adaptada e inserida dentro de um contexto de reconhecimento da pequena propriedade familiar (Brandenburg, 2002).

No Brasil, a década de 1970 foi marcada por diversas mobilizações de cunho ecológico e de debate contra o modelo tecnológico da revolução verde e de destruição do meio ambiente, mas também de crítica à exclusão social. É nesse período que diversas organizações não-

governamentais (ONGs), a exemplo das ONGs ambientalistas, irão se consolidar, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que conjuntamente com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (FASE), irão atuar e apoiar diversas organizações de agricultores alternativos. O resultado dessas atuações em conjunto será a criação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) que expandirá de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, formando uma rede de organizações com entidades presentes em dez estados brasileiros distribuídos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Abreu *et al.*, 2009).

Nos anos de 1990, o debate ganha força e a sociedade civil começa a tomar consciência sobre a importância de se discutir o tema sobre o desenvolvimento sustentável. É nesse período que o Brasil sedia a Conferência das Nações Unidas Rio-1992, se inserindo nos debates internacionais ligados ao tema, conferindo uma crescente visibilidade pública às discussões relacionadas à sustentabilidade da agricultura (Schmitt, 2016). É a partir dos anos 2000, que vários movimentos sociais e organizações do campo reivindicam políticas de fortalecimento da agroecologia, sendo criada, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Além disso, após muita pressão de setores da sociedade civil e debates em torno da criação de uma legislação nacional voltada para a produção de orgânicos no país, e inspiradas nos princípios da agroecologia, foi sancionada em dezembro de 2003 a Lei 10.831 definindo normas de produção e comercialização da agricultura orgânica (Bertoncello e Bellon, 2008).

Como pudemos observar, o movimento por uma agricultura alternativa que iniciou na década de 1970 teve boa parte de suas reivindicações atendidas a partir dos anos 2000. É importante lembrar que, a partir dos anos 2003, com a nova política de combate à fome e desnutrição, no mesmo ano foi reinstalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ampliando as possibilidades de articulação prática e discursiva entre “o fortalecimento da agricultura familiar” (Schmitt, 2016, p. 34). Schmitt (2016) destaca que as novas dinâmicas conversacionais entre os diversos atores sociais em diferentes espaços de interlocução com o Governo Federal, permitiu adaptações “pro-agroecologia” em programas governamentais específicos, editais de projetos e chamadas públicas voltados para o tema da agroecologia. Desta forma:

A criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012 possibilitou, nesse sentido, um salto de qualidade ao institucionalizar, com a criação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), uma arena específica de diálogo em torno do tema (Schmitt, 2016, p. 34).

Paulino (2017), ao analisar o cenário científico agroecológico brasileiro e a rede de discursos para a construção desse campo através da criação de políticas públicas para o mundo rural, concluiu que a institucionalização da agroecologia é um processo que ocorre a partir de uma rede internacional de “humanos e não-humanos”. Esse processo envolve uma intensa agenda de pesquisa, na qual grupos de cientistas brasileiros, juntamente com movimentos sociais e ONGs, contribuíram ativamente para a construção de políticas públicas a partir dos anos 2000. O Estado ao reconhecer a agroecologia como um novo modelo de desenvolvimento rural, traz novas possibilidades de ações e de valorização de uma produção sustentável, associada à agricultura familiar.

a palavra Agroecologia, pela força que vem ganhando a ciência agroecológica, passou a ser usada para efeitos de marketing tanto em eventos nacionais e internacionais sobre produção e produtos orgânicos, como, inclusive, em políticas públicas, discursos de parlamentares, assim como por setores da mídia e do agronegócio (Caporal e Azevedo, 2011, p. 88).

Contudo, a palavra agroecologia tem sido utilizada de forma equivocada e de má fé a fim de alcançar objetivos pessoais ou vantagens políticas, desconsiderando os saberes históricos dos agricultores, bem como uma gama de conhecimentos científicos que juntos buscam uma nova alternativa de desenvolvimento rural frente ao atual modelo de agricultura.

Nesse sentido, Ploeg (2008) nos mostra como o “Império” vem se apropriando dos discursos agroecológicos e sustentável visando desconstruir os modos de produção local, além de apropriação dos recursos naturais (terras, recursos hídricos, material genético e saídas de mercado).

Enquanto o que é necessário é o aumento do emprego produtivo e do valor agregado produzido, o Império resulta na redução abrupta de ambos. Onde o desenvolvimento é necessário, o Império cria lugares cuja principal qualidade e razão de ser é a pobreza continuada - e se algum valor agregado for produzido, ele é sugado pelo Império. O mesmo se aplica à sustentabilidade e à qualidade dos alimentos, da vida e do trabalho. O Império produz apenas uma sustentabilidade virtual e qualidades virtuais. Prescrevendo e controlando o trabalho de milhões de pessoas (através da alocação de recursos e, particularmente, através da autorização de seu uso por meio de ciclos rígidos de planejamento e controle), a produção é, de certo modo, congelada (Ploeg, 2008, p. 288).

Desta forma, ao se apoderar desses discursos, colocando nas prateleiras das grandes redes de supermercados produtos tidos como saudáveis, criando a sensação de uma produção sustentável, o Império esconde mecanismos de controle, manipulação e as piores condições de produção.

O município de Areia está situado em uma região com intensa atividade político-social, promovida por organizações da agricultura familiar que são porta-vozes do debate sobre a

transição para a agroecologia. No entanto, observando as atividades dos entrevistados, o discurso agroecológico não é algo familiar no cotidiano desses agricultores (as), muito pelo contrário, alguns entrevistados sequer sabiam o que significava agroecologia³. Embora o projeto inicial da feira fosse torná-la agroecológica, diversos problemas impediram que esse objetivo fosse alcançado. Um dos obstáculos pode ter sido o baixo capital ecológico dos agricultores, conforme afirma Irisvaldo⁴:

existia sim, a pretensão de que ela fosse agroecológica, mas nunca foi posto em prática, não, porque vários agricultores mesmo sendo familiares, eles utilizam alguns produtos como herbicidas, e isso impedia se a gente fosse exigir que fosse agroecológica, 90% iriam ficar fora. Então, não se exigiu, não. Mas boa parte acabou aceitando esse trabalho de desenvolver as suas práticas lá, no campo, é fundamentado na base agroecológica, mas não foi criado para ser uma feira agroecológica (Irisvaldo, 2022).

Outra coisa importante é que o entendimento do ser agroecológico passa por uma validação institucional que requer seguir algumas regras, como afirma Zé Ilton⁵:

Porque pra ser uma agroecológica ou totalmente ecológica, ela tem que ter vários fatores, tem que ter o selo, né? É porque a agroecologia ou feira ecológica, né? Ecológica, ela tem que ter todo, todo procedimento até a água tem que ser feita a análise. É como é que você vai fazer o manejo de solo? É o que você vai usar como defensivo? Tudo isso conta e eu não vejo ela como feira agroecológica ou ecológica. Eu vejo ela como feira do agricultor familiar (Zé Ilton, 2022).

No ano de 2022, foram aplicados alguns questionários para traçar o perfil dos agricultores(as). A última questão do questionário era a seguinte: O que você entende por feira agroecológica ou agroecologia? No quadro abaixo, temos as respostas dos agricultores (as) que foram as mais variadas. Observamos que muitos agricultores têm dificuldades em definir a agroecologia em termos acadêmicos e científicos; alguns não sabiam responder à pergunta e, ocasionalmente, solicitavam que nós explicássemos o significado do termo.

Quadro 2 Entendimento sobre agroecologia entre os feirantes

MULHERES	HOMENS
----------	--------

³ Para maior entendimento sobre o conceito de agroecologia, ver: Altieri, (2004).

⁴ Irisvaldo Silva do Nascimento, é casado, possui formação em técnico agropecuária, graduação e mestrado em agronomia pela UFPB. Em 2005, assumiu a secretaria de agricultura no município. Atualmente, está como vereador pelo Partido Social-Democracia Brasileira (PSDB) é palestrante, Sócio proprietário da empresa Vila Real Palestras, membro da Associação Turística e Rural de Areia (ATURA), membro da Associação Protetora de Animais Patinhas na Areia (APAPA), membro do Conselho de Cultura, Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

⁵ José Ilton Cordeiro da Cruz, é casado, possui ensino médio completo e, atualmente, está no segundo mandato como presidente do Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (SAFER), além de fazer parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e do CMDRS. Antes, exerceu atividades de auxiliar de serviços gerais e de cortador de cana nas antigas usinas Santa Maria e Tanques, respectivamente.

“Voltado para a produção orgânica” – M. M.	“Eu produzo orgânico” – D. L.
“Limpeza, não poluir” – M. D.	“É que não tem infecção sobre a terra” – M.
“Ei, mulher, eu não sei não. Me explica aí alguma coisa” – R.M.	“A feira que não tem produto agrotóxico, é feira do produtor” – E. M.
“É a feira do agricultor. Agroecologia é que não usa agrotóxico, é tudo natural” – A	“Ecologia é trabalho 100% em sintonia com a natureza, mas na prática é difícil” – L. F.
“Agora você me pegou de surpresa. É trabalhar sem produto químico, só com produtos naturais, sem agrotóxicos” - E.	“Ela é agroecológica. É uma feira orgânica não bota veneno. Ela não tem selo, ela é agroecológica” – A.F.
	“Esse negócio eu não sei o que é, não!” – A. P.
	Não soube explicar – T.
	Não soube explicar – S. N.

Pesquisa de campo, 2022.

No máximo recebemos respostas referente a produção agrícola sem defensivos agrícolas, respostas dadas por lideranças sociais, com maior participação em debates políticos. Mas apesar disso, observamos que a produção ‘sem veneno’, ressaltada pela grande maioria dos entrevistados (lideranças e agricultores) é um valor compartilhado por todos como um elemento de diferenciação entre seus produtores e os ofertados pela feira livre e os supermercados locais.

A construção de uma oposição entre agricultores feirantes (da feira pesquisada) e os demais comerciantes locais (feira livre) não é sustentada sem um incômodo por parte daqueles que comercializam produtos principalmente vindos das Centrais de Abastecimento (CEASA) e dos grandes produtores.

Para além dos discursos de uma produção sem veneno, há uma preocupação que perpassa o ser agricultor, de uma identidade que lhes é própria. Ao serem colocados dentro do mercado (discutiremos sobre isso mais adiante), essa identidade foi apagada, pois dentro do mercado todos eram iguais para os consumidores menos atentos. Desta forma, o trabalho do agricultor desaparecia, pois com os feirantes comercializando mercadorias proveniente da CEASA, os produtos dos agricultores perdiam o seu valor simbólico, passando a ser só mais um produto vendido na feira.

E esse valor atribuído ao produto pelo agricultor nem sempre é compreendido pelo cliente, pois na feira o sentido visual muitas vezes prevalece. Na hora de escolher um produto, por exemplo, muitos clientes acabam comprando uma palma/concha de banana maior (da

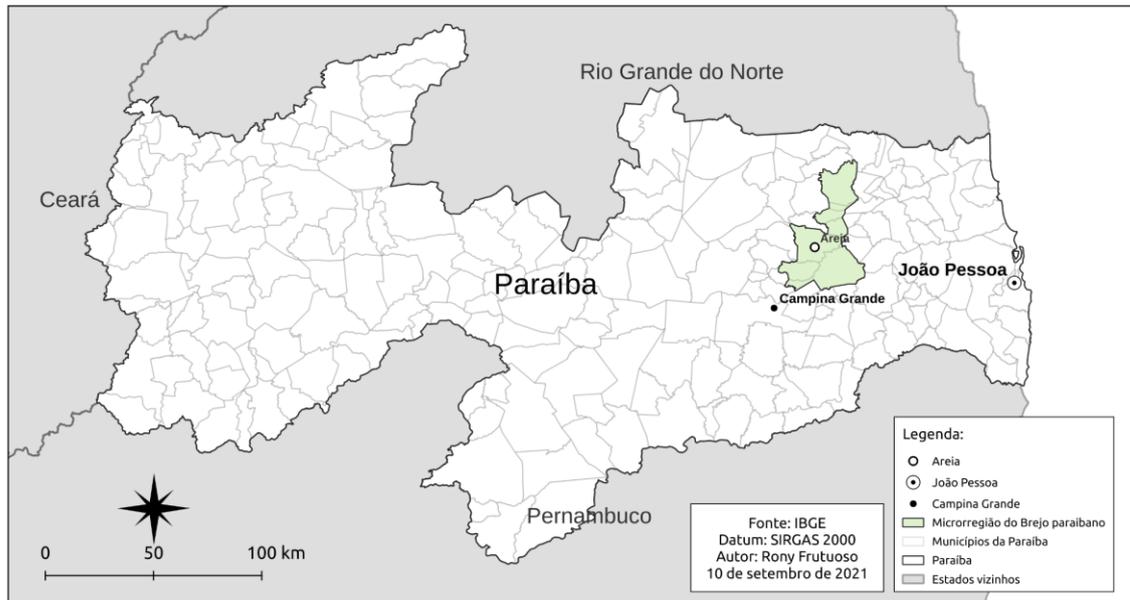
CEASA) do que uma pequena (do agricultor), pois a lógica para muitos é que, quanto maior for a palma/concha da banana mais saciado ele ficará. Muitas vezes quando estive na barraca do seu Samuel, vi alguns clientes reclamar do tamanho das palmas/conchas da banana. Isso mostra também que na maioria das vezes o cliente é atraído primeiro pelo visual, pela apresentação do produto.

Pelo que apresentamos neste tópico, compreendemos a importância da discussão sobre agroecologia como elementos presente no movimento político e social que fez surgir a feira do agricultor de Areia, no entanto, e pelo que podemos observar em campo, essa discussão se perde com o decorrer do tempo e diante de outras dificuldades, como por exemplo, a luta constante por um local digno para o funcionamento da feira. Infelizmente outras situações de ordem existencial fizeram com que os agricultores não se envolvessem politicamente no que se refere a transição agroecológica, restando desta, só a importância da produção agrícola sem o uso de defensivos agrícolas, e mesmo nesse quesito, como observamos, os agricultores ainda precisam avançar bastante, e eles sabem disso.

1.3 A região do brejo paraibano e o município de Areia

O município de Areia está localizado na região do Brejo Paraibano (figura nº 1), ocupando uma área territorial de 269,130 km², com uma população estimada em 22.493 habitantes e IDH de 0,594 (IBGE, 2021). Situa-se na parte oriental do planalto da Borborema, com altitude de 623 em relação ao nível do mar, apresentando clima tropical quente e úmido, e temperaturas amenas nos meses de junho a agosto.

Figura 1 Localização do Município de Areia-PB



Atualmente, a economia do município está voltada para a agricultura, produção de cachaça e o turismo. Além disso, há um processo de construção e de reconhecimento do município como a “terra da cultura” no contexto da Paraíba em virtude das figuras ilustres, a exemplo de Pedro Américo que pintou o quadro “O Grito do Ipiranga”, por possuir uma paisagem arquitetônica urbana do século XIX bem preservada, que demonstra a importância histórica do município para o estado da Paraíba, sendo reconhecido em 1979 como Patrimônio Estadual através do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e em 2005 foi reconhecido como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Santos, 2014; Oliveira, 2021).

1.3.1 Areia: passado e presente

Ao longo da sua existência, a cidade de Areia viveu diversos ciclos econômicos (algodão, café, agave e a cana-de-açúcar) proporcionado pelas boas condições climáticas e geológicas da região. Com a crise na atividade algodoeira no século XIX, os grandes proprietários do município voltaram sua produção para a cana-de-açúcar que já existia desde o surgimento da cidade, porém era realizado com outras culturas. Assim, os banguês eram “engenhos primitivos” que, mesmo com uma produção pequena, conseguiam manter a

economia da cidade e a classe produtora (Almeida, 1980, p. 32). A cidade de Areia começou a se expandir e ganhar destaques, sobretudo, pelo aumento na produção de derivados do cultivo da cana como: a rapadura, e aguardente e o açúcar, mas também da extração do agave e na produção de farinha, segundo Almeida (1980, p. 37).

No século XX, o Nordeste viveu um “surto usineiro” com o aumento do número de usinas em vários estados da região, despertando o interesse do Governo Federal para a nova indústria. Desta forma, o Estado concedia benefícios, como empréstimos aos proprietários que em contrapartida, deveriam fazer benfeitorias de ordem pública como estradas de ferro, para que estes recursos fossem utilizados beneficiando a população da região e não somente os proprietários. Porém, os proprietários estavam interessados em mais terras e, mesmo com a crise dos preços altos do açúcar, a produção não parou. É nesse período que o número de usinas aumenta no Nordeste chegando a existir 130 instalações, sendo que a Paraíba possuía 5 usinas (Melo, 1975). Começava uma nova história do açúcar com a criação da usina.

No caso da Paraíba, duas usinas surgiram nesse período: a Usina Tanques em 1928, no município de Alagoa Grande, e a Usina Santa Maria em 1930, no município de Areia. A Usina Santa Maria foi instalada por iniciativa do empresário Francisco de Assis Pereira de Melo, que unificou três pequenos engenhos que produziam rapadura (Santos, 2014). Porém, somente em 1932 é que a usina vai começar a moer. Ao longo do tempo, a Usina Santa Maria foi aumentando a sua capacidade de produção, fazendo com que adquirisse mais terras, chegando a possuir terras nos municípios de Areia e Pilões. Com o crescimento da Usina Santa Maria e arrendamento de alguns engenhos, este último passa a ser apenas fornecedor de matéria prima para a Usina. A cana-de-açúcar começa a dominar a região e modificar o cenário do município de Areia que passa a viver momentos de crescimento e prosperidade.

No ano de 1952, os herdeiros de Francisco de Assis Pereira de Melo venderam a Usina Santa Maria para o Industrial Solon Lira Lins, que em 1964 vai transformá-la em sociedade anônima, sendo denominada de Usina Santa Maria S/A (Santos, 2014). Mas todo esse processo de expansão da usina só foi possível graças aos generosos incentivos fiscais e créditos subsidiados que impulsionaram a produção de cana-de-açúcar na Paraíba. Segundo Santos (2014), a Usina construiu vilas operárias em sua sede que tinha como objetivo manter e controlar a mão de obra que lá existia.

No início dos anos 1970, a conjuntura internacional estava favorável para o mercado brasileiro, levando o Governo a criar programas de modernização do setor sucroalcooleiro para melhoramento da produção de açúcar. Porém, no ano de 1975 o setor açucareiro entra em crise em virtude da diminuição da demanda internacional do açúcar, fazendo com que o governo

criasse uma política para salvar a indústria sucroalcooleira, além disso, no mesmo período, o setor petrolífero passava por momentos negativos. É a partir daí, que os usineiros veem com bons olhos a política do governo para a produção de álcool, como afirmam Aragão e Pakman (1991, p. 116):

A priorização da produção de álcool carburante, em paralelo aos interesses do setor empresarial e às dificuldades da nação, explicam a implantação, em 1975, do Programa Nacional de Álcool – Proálcool. Este se insere na mesma filosofia modernizante que presidia as reestruturações comandadas pelo Estado na agroindústria açucareira desde a segunda metade dos anos 60.

Com a produção de cana em alta, devido à chegada do Proálcool, a demanda por mais terras também vai aumentar e mudará o cenário da região paraibana, causando um impacto muito grande, pois era necessário incorporar mais terras para a expansão canavieira. O avanço da cana impactou os moradores da usina causando uma ruptura nas relações tradicionais (entre proprietários e moradores), provocando a expulsão e expropriação. É desta forma, expulsando os moradores de suas propriedades, quebrando as regras do sistema de moradia, que os proprietários e senhores de engenho conseguiram aumentar suas terras.

A implantação do referido Programa redefiniu a região canavieira no Estado da Paraíba, seja incorporando novos municípios ou pela expansão da fronteira canavieira nos municípios que já produziam cana, passando 15 municípios em 1975 para 38 nos anos de 1980 (Menezes, Malagodi e Moreira, 2013). É nesse período que vários engenhos serão arrendados, passando a serem fornecedores de cana para a Usina Santa Maria. O resultado foi que, ao expandir o domínio da produção canavieira sobre as áreas de pequena produção rural, muitos trabalhadores foram expulsos dos engenhos, somado a isto, a chegada dos direitos também contribuirá com o processo de expulsão dos trabalhadores. Desta forma, surgiram novos tipos de relações com a expulsão de muitos moradores, transformados em trabalhadores nas plantações de cana ou indo morar em condições precárias nas cidades. Para os que permaneceram na usina, lhes foi negado o direito de cultivar.

A expansão da Usina Santa Maria causou mudanças tanto no cenário do município, pois com o aumento das terras para a produção de cana-de-açúcar, as terras para cultivo de lavouras alimentares diminuem causando impacto no abastecimento alimentar da região e piorando principalmente a vida dos trabalhadores (Menezes, Malagodi e Moreira, 2013). Além disso, os trabalhadores expulsos vão morar na periferia da cidade, sem as mínimas condições, conforme afirma Santos (2014, p. 61):

Em Areia essas transformações no campo resultaram na transferência de domicílio de parcela significativa das famílias camponesas para a periferia da cidade, mais

precisamente para o Bairro da Jussara, que não apresentava nenhuma estrutura para recebê-los, apenas localizava-se estrategicamente às margens da rodovia a Usina à cidade.

Já na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, o setor canavieiro da Paraíba entra em “crise”, seja pela redução da área colhida, assim como pelo endividamento das usinas. O caso da Usina Santa Maria S/A chama a atenção. Segundo o relatório do Banco do Brasil, à época ela ocupava o 14º lugar entre os maiores devedores. A Usina, além de dívidas de investimento e custeio, acumulava um débito de 5 milhões de dólares de créditos trabalhistas, sendo este valor superior ao valor das 12 propriedades que a constituíam (Menezes, Malagodi e Moreira, 2013). Em 1994, a usina terminou suas atividades.

A falência da Usina Santa Maria⁶ vai resultar numa crise que vai impactar no desenvolvimento territorial da região, criando um excedente de mão de obra que vai migrar para outras regiões canavieiras do Nordeste. Desta forma, além do desemprego em massa, a falência da Usina vai causar uma crise econômica e uma perda de investimentos público e privado. Nesse sentido, é necessário fazer uma reflexão sobre o papel e as responsabilidades do Estado e das empresas do agronegócio em relação à sociedade, pois é o Estado quem custeou com recursos públicos empresas falidas ou empresas que não tem nenhum projeto de retorno social para a região ou comunidade, pois quando “quebram” deixam rastro de destruição ambiental e social, deixando a população local a própria sorte.

Em suma, o processo de falência da usina está relacionado a diversos fatores como: redução da área produzida e colhida devido à ausência de chuvas decorrente a grave seca que atingira o Nordeste naquele período dos anos 1990; diminuição dos créditos e cobranças das dívidas por parte do Governo Federal; cobranças dos débitos das empresas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Receita Federal; elevação dos custos de produção da lavoura segundo os usineiros; a perda do poder político e econômico dos empresários do setor face à do Sul que tinha maior capacidade produtiva (Moreira e Targinho, 1997) entre outras causas, que contribuíram para a crise no setor canavieiro.

⁶ Sobre a história e falência da Usina Santa Maria, ver: Cabral, 2022.

1.3.2 A luta por direitos e a criação dos assentamentos

Inicialmente, os trabalhadores/antigos moradores da usina reivindicavam o pagamento dos direitos trabalhistas, porém esse processo foi levando muitos anos, tornando um movimento a favor da permanência deles nas terras. Segundo Menezes, Malagodi e Moreira (2013), houve uma intensa mobilização envolvendo diversos setores democráticos e dos movimentos em defesa dos trabalhadores da usina, que assumiram a reivindicação de partes da terra e criação de assentamentos de reforma agrária.

A situação de penúria em que os trabalhadores se encontravam repercutiu na imprensa local, fazendo com que as entidades e os representantes que apoiavam a luta dos trabalhadores criassem um Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina⁷ com o objetivo de orientá-los na luta pelos direitos e pela terra. Após muita pressão por parte dos movimentos sociais, o Governo Federal desapropriou as terras que pertenciam à Usina Santa Maria, criando dez assentamentos de reforma agrária, situados nos municípios de Areia, Pilões e Serraria.

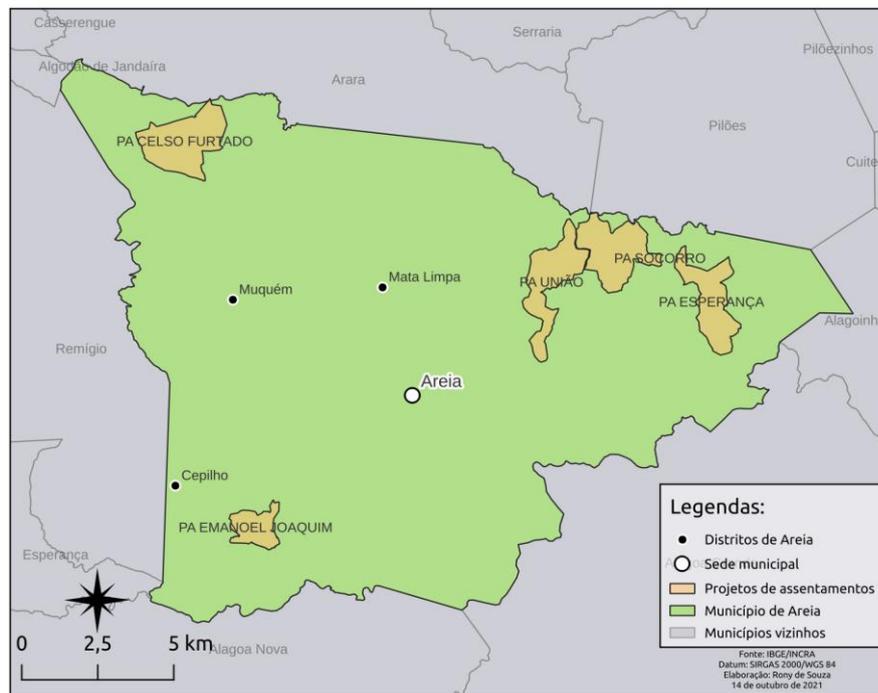
Para Menezes, Malagodi e Moreira (2013, p. 341) a criação dos assentamentos “cumpre um duplo papel histórico: de um lado, minimiza os efeitos sociais e políticos do fracasso do projeto agroindustrial, consubstanciado na usina e, de outro, cria alternativa de emprego e renda para a população rural, abrindo assim espaço para processos de reconversão produtiva”. A criação dos assentamentos demonstra o fracasso da agroindústria na região, que mesmo com todos os investimentos estatais, não conseguiu evitar a falência, mas também, uma forma de minimizar os impactos sociais causados por ela, além de criar alternativas de renda para a população rural.

No município de Areia foram criados três assentamentos (União, Socorro e Esperança). Em agosto de 1997, o governo federal decretou a desapropriação das terras de cinco fazendas localizadas na Usina Santa Maria, sendo três destas para a criação do Assentamento União e duas para a criação do Assentamento Esperança. Em agosto de 1999, ocorreu a desapropriação de partes das terras da Usina Santa Maria pelo governo federal, dando surgimento ao Assentamento Socorro. Desta forma, 141 famílias foram contempladas com os Projetos de Assentamentos – PA, sendo 56 famílias no PA União, 45 famílias no PA Socorro e 40 famílias no PA Esperança (Santos, 2014). É importante salientar que, essas informações referem-se apenas aos assentamentos do município de Areia, pois os demais assentamentos, mesmos

⁷ Ver mais em: Santos (2014, p. 65).

situados em áreas que eram da usina, ficam em outros municípios conforme citado anteriormente.

Figura 2 Assentamentos no município de Areia



Fonte: Incra, 2021.

Ainda sobre a criação dos assentamentos, embora o governo federal resuma os assentamentos rurais a “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário” (Brasil, 2021a), essa definição não consegue explicar a grande diversidade que são os assentamentos rurais, pois uniformiza-os, e desconsidera fatores geográficos (áreas mais acidentadas que outras, solo pouco produtivos, etc.), de infraestrutura (estradas de acesso aos assentamentos muito precárias, dificuldades de se locomover por falta de transporte público, etc.), diversidade cultural e religiosa. Sobre o funcionamento dos assentamentos, o Governo Federal (Brasil, 2021a) afirma que os assentamentos, “contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura, e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas”. Como foi dito, os assentamentos em Areia só foram criados porque foi necessária uma grande empresa falir para que os trabalhadores tivessem direito aos seus direitos.

É importante destacar que os antigos moradores da Usina Santa Maria já estavam cultivando nas áreas da usina antes do processo de desapropriação, seja para a sua subsistência, tendo em vista que ainda não haviam recebido os salários atrasados e demais direitos trabalhistas, mas também como forma de resistência, cultivando culturas permanentes que eram

proibidas pelo fato de ainda não ter saído a decisão sobre o processo de desapropriação. O fato é que esses trabalhadores já estavam nas terras, produzindo alimentos mudando aos poucos a paisagem do local. Desta forma, a região que antes predominava o cultivo intensivo da cana, passa agora por uma reconfiguração dos espaços onde o que se vê são vários tipos de culturas.

A principal ocupação das famílias assentadas (dos três assentamentos) reside na agricultura familiar. A produção dentro dos assentamentos é diversificada seja das lavouras temporárias (milho, feijão, macaxeira, mandioca, cana-de-açúcar e outras) ou das lavouras permanentes (banana, laranja, manga e outras). Além disso, a pecuária (criação de aves, bovinos, ovinos caprinos e outros) também é uma atividade presente dentro dos assentamentos, sendo mais expressiva no PA União (Santos, 2014). Essa diversidade produtiva garante ao agricultor alimento para o consumo familiar, mas também para comercialização. A comercialização dos produtos dos assentados acontece por meio da venda de parte da produção para os atravessadores, parte vendida nas feiras livre e do produtor no município, e em feiras nos municípios vizinhos, e outra parte é vendida para os mercados institucionais como: PNAE e PAA. No caso da produção da cana-de-açúcar, a comercialização é destinada aos engenhos locais e às fazendas de criação de gado em Areia e em alguns municípios vizinhos.

1.3.3 Bases econômicas de Areia no século XXI

Como vimos, na região do brejo paraibano foram desenvolvidas diversas culturas, mas que ao longo do tempo foram perdendo sua centralidade na economia da região. Contudo, vale a pena destacar que, no caso da produção de cana-de-açúcar, e mesmo com o seu declínio, ela nunca desapareceu por completo. Para Oliveira (2021, p.38), a presença da cana de açúcar se dá pelo fato de que, foi ela “imprimiu uma marca mais profunda, que ainda hoje pode ser percebida nas relações sociais, na estrutura fundiária, no patrimônio material e imaterial da região”. A cana é produzida por pequenos proprietários, e assentados em paralelo a outras culturas e/ou à criação de pequenos animais. Essa produção é vendida para os engenhos da região, sobretudo, na cidade de Areia onde estão concentrados o maior número de engenhos de cachaça da Paraíba. Atualmente, a economia do município gira em torno da produção de cachaça, do turismo, do funcionalismo público e da agricultura.

A falência da Usina Santa Maria foi determinante para que os agentes situados em diferentes posições sociais adotassem novas práticas frente à ameaça de declínio de uma região

historicamente reconhecida regionalmente. Diante disso, era necessário buscar alternativas capazes de manter as relações de poder e de dominação dos agentes sociais. Algumas alternativas encontradas pelos senhores de engenho da região e a partir dos capitais (econômicos, tecnológicos, sociais, culturais e políticos) que possuíam foram: a negociação de terras com o Estado brasileiro para fins de desapropriação; venda de terras para grandes construtoras ou loteamento das mesmas para criação de condomínios de médio e/ou alto padrão; investimentos em pecuária bovina e, por fim, a reconversão dos engenhos em produtores de cachaça artesanal (Ramiro e Garcia-Parpet, 2019).

Para que a cachaça passasse a ser valorizada, várias estratégias foram criadas como a realização de eventos, festivais, criação de museus que contam a história do produto até passeios guiados dentro dos engenhos de cachaça onde são apresentados todos o processo de fabricação, mas também, a história de vida dos donos que geralmente vem com um discurso de superação associado com o de empreendedorismo. Além disso, os novos empresários da cachaça precisaram adquirir conhecimento e equipamentos necessários para produzir o produto e construir um discurso de cachaça “artesanal” em oposição a cachaça produzida de forma industrial⁸. Atualmente, Areia conta com 11 engenhos de cachaças e está entre um dos dez municípios do país com o maior número de registros da bebida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁹. Além disso, alguns engenhos foram transformados em espaços de visitação, onde os turistas podem desfrutar de um ambiente criado para que estes possam vivenciar experiências do mundo rural, passando pela degustação de bebidas e de análise sensorial, gerando memórias afetivas. Assim, o turismo rural e cultural tem se consolidado no município através de ações de vários agentes que irão fomentar o desenvolvimento do turismo na cidade.

O funcionalismo público desempenha um papel importante impulsionando a economia do município através da geração de renda e do consumo. Atualmente, Areia conta com um quadro funcional de 721 servidores públicos (efetivos, contratados e cargos comissionados¹⁰) e com uma folha de pagamento mensal de R\$2.534.085,73 (Dois milhões quinhentos e trinta e quatro mil oitenta e cinco reais e setenta e três centavos). A folha de pagamento do município tem um impacto significativo na economia local, funcionando como um motor que impulsiona o comércio e os serviços. Quando os servidores municipais recebem seus salários (sobretudo,

⁸ Sobre isso, ver Ramiro e Garcia-Parpet (2019).

⁹ Ver Souza (2024) e Oliveira (2021).

¹⁰ Mais detalhes na página oficial da prefeitura de Areia - PB:

<https://portaldoservidor.publicsoft.com.br/sistemas/PortalDoServidor/views/webservice/api.php?db=MDg3NTQxMTEwMDAxMDM,¶ms=1,4,2024,%20,,,,,%20&print=1&os=0>

em dia), eles têm mais renda disponível para gastar em bens e serviços na comunidade. Isso leva ao aumento da demanda por produtos e serviços locais, o que beneficia as empresas e cria empregos.

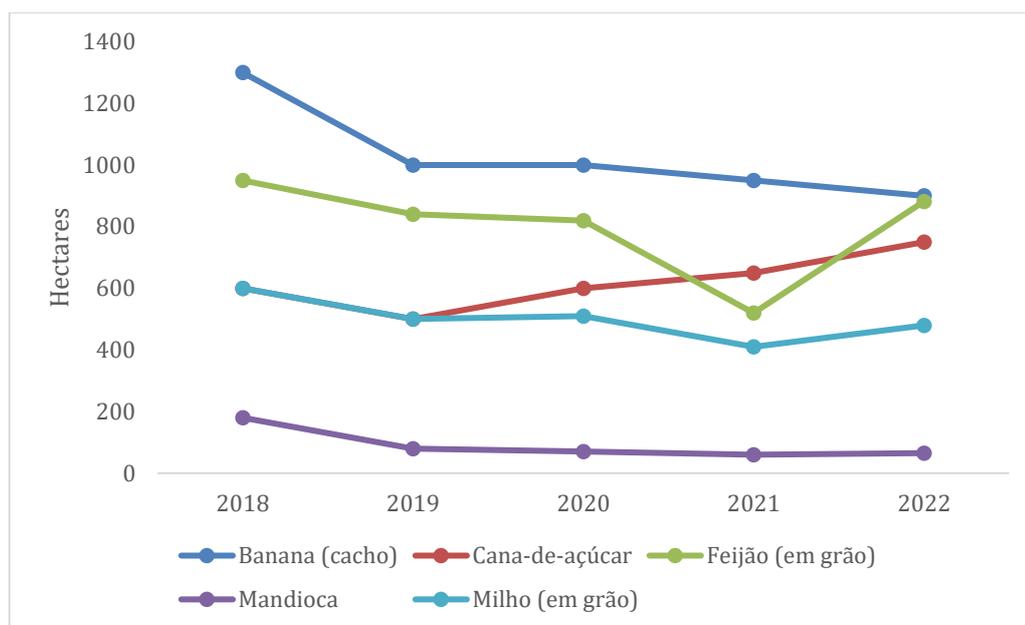
Por fim, a agricultura familiar tem desempenhado um importante papel na economia do município, além de promover um impacto significativo na segurança alimentar, garantindo a oferta, o acesso a alimentos frescos e saudáveis para a população local, demonstrando que esse modelo agrícola contribui para a preservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais sobre manejo do solo e das plantas. Entre os anos de 2018-2022, foram produzidas aproximadamente vinte e quatro mil toneladas de alimentos no município, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) com informações levantadas até o ano de 2022. Esse dado corresponde tanto às lavouras temporárias (milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar e outras culturas) como as permanentes (banana, laranja, manga, abacate e outras culturas). No gráfico abaixo, temos a área plantada ou destinada à colheita (hectares) no período. Embora a área destinada a cultura da banana tenha sofrido uma queda de 2018 a 2022, o produto ainda permanece como o mais produzido no município e com mais retorno financeiro, sobretudo para as famílias assentadas de Areia¹¹. Um dado que nos chama a atenção diz respeito a área plantada de culturas temporárias, como é o caso do feijão, que no ano de 2021 tem uma queda na área plantada. Um fator importante que pode ter contribuído para essa diminuição, foi a escassez hídrica enfrentada pelo município, devido a uma estiagem prolongada desde o ano anterior, levando o município a decretar “Situação de Emergência por Seca”¹². Porém, no ano de 2022 a área plantada vai aumentar indicando, que além do aumento das chuvas, a criação de barreiros¹³ como meio de armazenamento de águas das chuvas pode ter contribuído para mitigar os problemas causados pela falta de água.

¹¹ Ao analisar o percentual de famílias assentadas dos cinco assentamentos no município de Areia, Santos (2014) observou que entre as culturas permanentes, a banana era o produto mais rentável em três dos cinco assentamentos, o que demonstra que o produto é responsável por adquirir retorno financeiro de forma mais rápida.

¹² Decreto Municipal 004/2021 disponível em: <https://areia.pb.gov.br/decreto/decreto-no-004-2021/>

¹³ Barreiros são “pequenos reservatórios de terra para armazenamento da água de chuva que escoam na superfície de uma área preestabelecida, cuja água é utilizada para irrigar as culturas nos veranicos que ocorrem no período de chuva” (Brito et al., 2019, p. 309).

Gráfico 1 Produção agrícola em Areia



Fonte: PAM/IBGE, 2023.

Outra informação importante que o gráfico traz é que, no ano de 2021, das culturas temporárias, apenas a cana-de-açúcar não sofre os impactos provocados pela seca no município, seguindo um aumento da área plantada nos anos seguintes. Embora os dados mostrem que a área plantada da cana tenha seguido uma sequência de aumento, se compararmos com os dados fornecidos por Oliveira (2021, p. 41), que no ano de 2015 foi “plantado uma área de 900 hectares de cana de açúcar em Areia, obtendo-se 45.000 toneladas do produto” houve uma redução na área plantada e na quantidade produzida (por tonelada)¹⁴. É possível que essa queda tenha se dado em virtude de o município não conseguir suprir a demanda dos engenhos de cachaça. Neste caso, a maioria tem comprado o produto em outras regiões, especialmente, na Zona da Mata Pernambucana.

De todo modo, os dados demonstram que a agricultura no município tem bastante potencial, sobretudo a agricultura familiar. Esse aumento na produção de gêneros alimentícios pode ser explicado através das políticas públicas de incentivo à produção como os programas governamentais PAA e PNAE, políticas de acesso a créditos. Somado a isto, o aumento no limite de venda do agricultor familiar e do empreendedor rural para o PNAE dobrou de valor, que antes era de 20 mil reais por ano e em 2021 passou para 40 mil por ano também motivou muitos agricultores a produzirem mais.

¹⁴ Segundo o IBGE, a produção de cana-de-açúcar (tonelada por ano) foi: 36.000 em 2018; 27.500 em 2019; 33.000 em 2020; 32.500 em 2021 e 37.500 em 2022.

Observamos que a feira, como uma expressão sociocultural, vai além da simples troca de mercadorias, transformando-se em um espaço de poesia, cultura popular e relações interpessoais duradouras. Através das canções, da arte e da diversidade, as feiras refletem a riqueza cultural que permeia esse ambiente. Além disso, a feira oferece oportunidades de compartilhar experiências comunitárias, criando um elo entre o passado e o presente, entre o tradicional e o moderno.

Em relação a agroecologia, observamos que, mesmo a feira tendo sido criada em um contexto de surgimentos de feiras agroecológicas e sido pensada dentro desse modelo produtivo, ela não conseguiu se firmar, devido a inúmeras dificuldades como o baixo capital escolar e social da maioria dos agricultores feirantes que não conseguiram se articular com outros atores do campo da agroecologia na região, restando-lhes apenas a luta por espaço adequado para funcionamento e o discurso do não uso de defensivos agrícolas na produção.

Por fim, a presença da cana-de-açúcar em Areia ainda impacta as relações sociais e a estrutura fundiária da região de diversas formas, e mesmo com seu declínio econômico, a cana-de-açúcar deixou uma marca profunda que ainda é perceptível. A produção de cana-de-açúcar historicamente esteve ligada a relações de poder e dominação, com os senhores de engenho desempenhando um papel central na organização social e econômica da região. Mesmo após a falência da Usina Santa Maria, a produção de cana-de-açúcar continua a ser uma atividade relevante, mantendo aspectos tradicionais das relações de poder, da cultura e da economia local. Além dos setores tradicionais como a produção de cachaça, o turismo e a agricultura, o funcionalismo público e as políticas de incentivo à produção agrícola desempenham um papel significativo na economia de Areia no século XXI, contribuindo para a geração de renda, o desenvolvimento local e a diversificação econômica do município. No próximo capítulo, abordaremos sobre o processo de construção da feira do produtor de Areia, bem como os atores envolvidos.

2 DE “UMA DAS MAIORES FEIRAS DA PARAÍBA” À “FEIRINHA”: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DA FEIRA DO PRODUTOR DE AREIA

2.1 Institucionalização da feira do produtor de Areia e os atores sociais envolvidos

A feira do produtor ou da agricultura familiar de Areia surgiu no ano de 2008, conforme consta no estatuto da associação e, também, através dos relatos dos próprios agricultores que participaram do processo de criação. Assim, houve uma grande mobilização envolvendo vários atores sociais como: agricultores, representantes de sindicatos dos agricultores, representantes da assistência técnica e políticos locais para que a ideia da criação da feira de fato se concretizasse.

Ao contar a história da feira, não estaremos em busca de obter uma verdade absoluta dos fatos, mas nos interessa saber como essa história é contada a partir da visão e do lugar ocupado por cada ator social que de algum modo participou do processo de construção da feira. Essas histórias contadas pelos atores Pollak (1992) definiu como “cronologias plurais” onde o indivíduo faz o enquadramento da memória a partir da sua realidade e vivência. Todavia, traremos também documentos oficiais e imagens, não com o objetivo de validar ou invalidar as falas dos participantes, mas como forma de agregar informações sobre a história da feira.

No início das idas a campo, através de contatos já estabelecidos com os agricultores(as), cada um contou de forma breve sobre a história da feira e como se deu o processo de inserção nela. Alguns desses agricultores participaram desde o início da construção da feira justamente por serem eles os que reivindicavam um espaço para vender a sua produção. Os demais agricultores foram tomando conhecimento sobre a possibilidade de criação da feira através de amigos ou parentes, outros através de um vereador e, principalmente, através de representantes da EMPAER e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) que na ocasião, buscavam reunir o maior número de agricultores possíveis para que a feira se efetivasse.

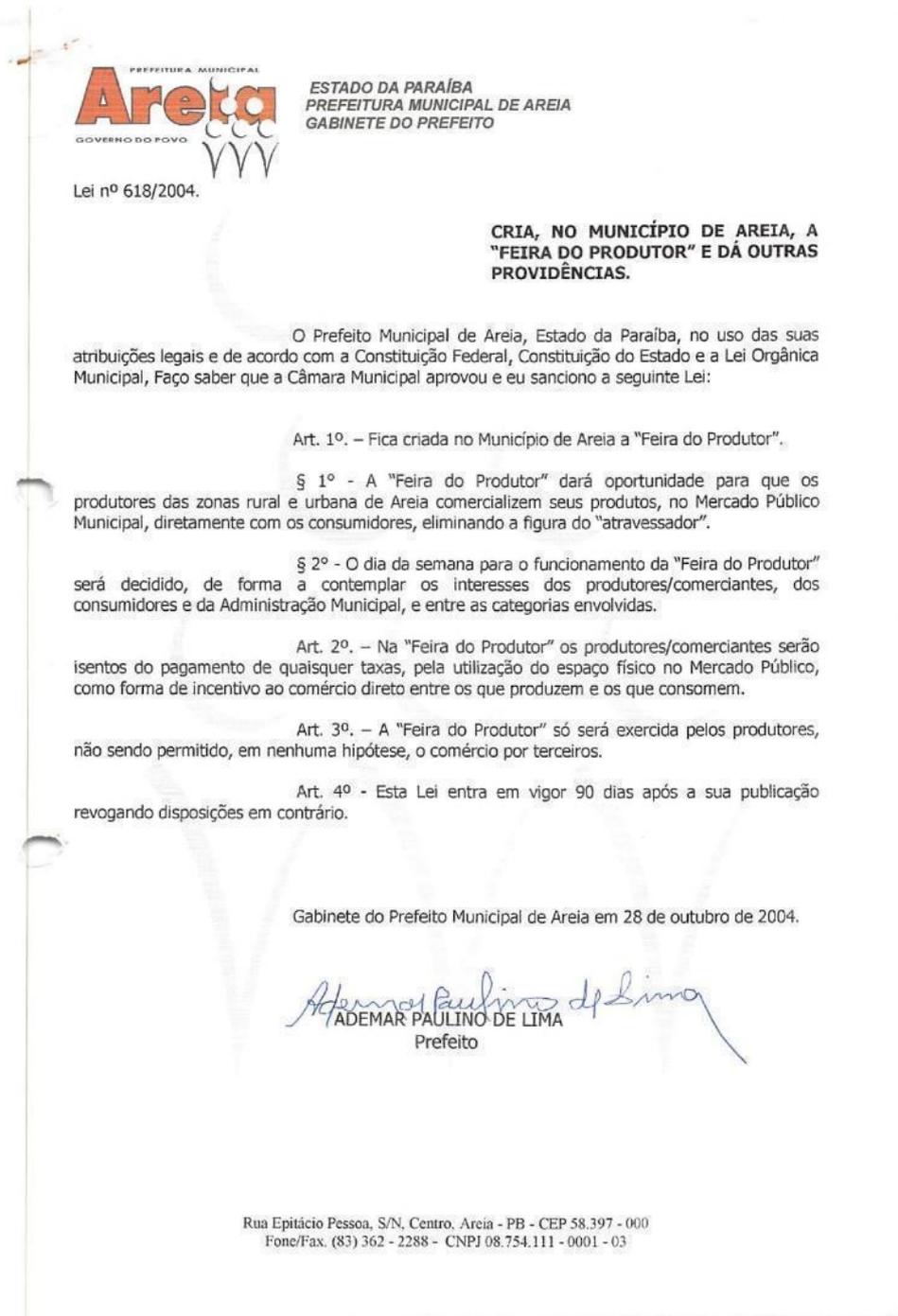
É importante esclarecer que nos anos 2000 várias feiras experimentais com características agroecológicas foram surgindo, estimulando outros agricultores a pensarem a possibilidade de ter um espaço específico para escoamento da sua produção.

2.2 “Letra-morta”: A Lei 618 – 2004 de criação da feira

Durante a pesquisa de campo, a primeira questão que se apresentava era sobre quando a feira havia surgido. Assim, para reconstituir a história da feira, era necessário buscar todas as informações possíveis, desde as falas dos atores até registros documentais e fotográficos a fim de nos aproximarmos o mais possível da realidade. Quando os atores contavam sobre o início da feira, sempre citavam a criação de um projeto e que este havia sido aprovado na Câmara Municipal no ano de 2008. Nas idas a campo e através de um contato indicado pela prefeita do município, conseguimos ter acesso a alguns materiais, mas eles não eram compatíveis com a data de criação da feira citada pelos entrevistados que era o ano de 2008. Na figura abaixo, temos um dos achados da pesquisa, a Lei 618 de 28 de outubro de 2004, aprovada e sancionada pelo então prefeito na época, Ademar Paulino de Lima.

No art. 1º da Lei 618/2004, fica criada a “Feira do produtor” no município de Areia. O parágrafo 1º dispõe sobre o objetivo da feira, que é o de dar oportunidade aos produtores rurais e urbanos de Areia venderem seus produtos no Mercado Público Municipal a fim de eliminar a figura do “atravessador”; e o parágrafo 2º dispõe sobre o dia de funcionamento da feira, ficando a cargo dos atores envolvidos (agricultores, consumidores, gestão municipal, entre outros) decidirem o melhor dia. No art. 2º da mesma Lei estabelece que os produtores/comerciantes serão isentos de quaisquer taxas pela utilização do espaço físico no Mercado Público visando incentivar a comercialização direta entre produtor e consumidor. No art. 3º, fica estabelecido que a “Feira do produtor” será exercida apenas pelos produtores, sendo vetada a participação de terceiros. O art. 4º e último da Lei 618, decide que a Lei deve entrar em vigor 90 dias depois de sua publicação revogando disposições em contrário.

Figura 3 Lei 618 de 2004 que cria a Feira do Produtor de Areia



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Após conhecimento e acesso a cópia deste documento, repassamos ao presidente da ADAF que, nos informou não ter conhecimento desta Lei e que repassou a cópia aos demais integrantes da feira via *WhatsApp*. A partir deste documento, novos questionamentos surgiram tais como: Por que a feira não foi instituída dentro do prazo estabelecido pela Lei 618/2004? Quem foi ou quais foram os responsáveis pela criação da feira do produtor nesse período? Voltando o nosso olhar para o documento, já no art. 1º é definido o local de funcionamento da

feira que será dentro do mercado público de Areia, local onde funciona uma feira aos sábados, mas que dispõe de uma estrutura física mínima para comportar a nova feira e os agricultores; além de apresentar o que talvez seja o principal motivo para a criação da feira que é “eliminar” a figura do atravessador. Outro ponto a ser destacado no parágrafo 2º é que a lei denomina esses novos agentes da feira como “produtores/comerciantes” como uma clara distinção aos agentes que já trabalham no local, ou seja, ambos são comerciantes, mas apenas um grupo produz o que vende. Em virtude de a feira do produtor funcionar dentro de um espaço onde já existe uma feira, vê-se a necessidade de que os atores envolvidos no processo de construção da feira do produtor decidam qual o melhor dia para o funcionamento da feira, tendo em vista que o mercado público funciona aos sábados.

Sobre a isenção de pagamento de taxas pelo uso do mercado público presente no art. 2º da lei, alguns agricultores relataram durante a pesquisa que pagavam uma taxa mínima pelo uso do espaço e outros disseram que não. Logo que teve acesso ao documento, o presidente da ADAF em conversa com o presidente da SAFER pensou em questionar a cobrança que estava sendo feita desde 2019, ano em que eles foram para dentro do Mercado Público, mas logo em seguida, resolveram não mais contestar. Segundo eles, o valor cobrado era muito pequeno para ser contestado. Em conversa com o presidente da ADAF, ele nos explicou que mensalmente pagava-se uma taxa no valor de R\$ 2,00 (dois reais) pelo uso do espaço mais R\$ 5,00 (cinco reais) para colocar e retirar as lonas das barracas. De qualquer forma, o representante da ADAF ficou surpreso e indignado por terem sido obrigados a pagar indevidamente essa taxa durante anos.

No art. 3º, podemos observar que, somente os produtores poderão participar da feira do produtor. Essa regra será o pilar que vai orientar o funcionamento da feira, definindo quem pode entrar nela, mas sobretudo, que vai se tornar o discurso de diferenciação dela da feira livre. Como veremos mais adiante no regimento da ADAF, somente os agricultores do município de Areia poderão vender sua produção na feira do produtor, desde que comprove ser agricultor por meio de documento oficial ou mesmo sem ter o documento, que comprove manter atividade na terra. Além disso, será necessário ser aprovada a sua entrada através de assembleia. Por fim, embora o art. 4º da lei estabeleça um prazo para a sua aplicação, este prazo não foi cumprindo, tendo em vista que a feira vai surgir de fato em 2008 e, somente em 2019, ela vai funcionar dentro do Mercado Público, que nesse período, irá ter uma grande rejeição por parte dos agricultores feirantes.

Além disso, no ano de 2008 foi lançado um edital disponível no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a prefeitura juntamente com os representantes da EMPAER

e do CMDRS decidiram propor um projeto para captar recursos para criação da feira. Assim, houve uma grande mobilização de vários atores sociais em prol de um projeto coletivo, que tinha como uma de suas principais justificativas eliminar a dependência desses agricultores dos atravessadores, mas também seria uma forma de estimular a economia local.

Desta forma, cada ator participou direta ou indiretamente da construção da feira, participando de reuniões, pensando cada etapa, seja na formulação do projeto, no local de funcionamento da feira, os critérios para fazer parte dela e, posteriormente, na criação de uma associação para os feirantes.

Um dos atores no processo de construção da feira do agricultor no município de Areia foi o presidente do SAFER, que na época da criação da feira fazia parte do CMDRS, que foi também o primeiro presidente da associação da feira e um dos primeiros associados da Associação (ADAF), relatou que o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) havia lançado um edital e a prefeitura de Areia “abraçou” a ideia:

Na época a Prefeitura se interessou, eu nem, eu não tinha nem noção o que era isso, mas o secretário como ele era antenado nisso aí, né? Ele viu que tinha esse projeto. Então ele escreveu o município, certo? O município abraçou que, como você está vendo, a gente está revitalizando a feira. Que na época o prefeito era o marido da prefeita de hoje, doutor “Elsinho” e ele abraçou, abraçou. Como na época eu era presidente do Conselho, ele mandou pra mim, porque quando se faz esse projeto para o município, o conselho tem que aprovar, se quer ou não. Aprovamos com pouco tempo, e chegou o retorno do Ministério do Desenvolvimento Social (Zé Ilton, 2022).

Após a aprovação, o recurso chegou ao município e foi realizada a licitação. Ainda segundo o informante, o valor utilizado foi de aproximadamente oitenta mil reais para a compra de produtos e materiais como barracas, freezer, balança, fardamento, além de um curso oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A feira começou com aproximadamente sete agricultores e funcionava na frente do Casarão José Rufino, um prédio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Vale ressaltar que nem todo o recurso foi utilizado, tendo que ser devolvido. Sobre isso, o informante relata com um certo tom de arrependimento, mas ao mesmo tempo, ciente da responsabilidade que pesava em seus ombros na prestação de contas do recurso.

Quando fomos ver com o que gastava não teve retorno e eu preferi não gastar aleatoriamente, devolvi. Que isso aí é um erro grande, mas que eu fiquei de mãos atadas. Eu digo, eu vou gastar sem saber com o quê e depois eu vou pagar o preço. Então, devolve que é melhor, afirma Zé Ilton (2022).

Mesmo sabendo que o restante do recurso poderia lhes ser úteis, o representante da SAFER optou por devolvê-lo, tendo em vista que, no momento, não sabia de que forma esse recurso poderia ser útil ao grupo. A ética é um comportamento muito valorizado entre os

agricultores camponeses, que está relacionado à honra e à honestidade. Desta forma, usar o dinheiro de forma indevida seria o mesmo que “*mexer com o que não é seu*”. Depois desse primeiro mandato, ainda assumiu mais um, vindo posteriormente a assumir a presidência da SAFER.

É importante destacar que, embora o informante tenha sido um dos principais articuladores para que a feira “saísse do papel”, ele nunca esteve sozinho. Há um outro ator importante nesse processo, que é o ex-presidente da ADAF. Além disso, é importante ressaltar que, antes de estarem à frente de alguma entidade representativa, os dois informantes citados têm uma trajetória de vida e de luta no campo e, por isso, se justifique todo o esforço empreendidos por ambos em prol dos agricultores, no sentido de ter um espaço que represente a categoria e os seus interesses.

Segundo o presidente da ADAF, um ator que ele destaca como importante na criação da feira do agricultor foi a então vereadora do município, mais conhecida como Lúcia de “cabeça”, que segundo ele, abraçou a ideia dos agricultores e criou um projeto para a criação da feira:

Essa feira foi um projeto de uma vereadora Lúcia né, conhecida como Lúcia de “cabeça” e o projeto dela, e via que a Areia tinha capacidade de ter uma feira dos agricultores aonde a gente já trabalhava com o PNAE do município, né? E ela viu que nossos produtos tinham que ser valorizado, né? Assim... Ela, como uma vereadora, fez o projeto e levou para a Câmara de Areia e foi aprovado e a gente deu continuidade a essa feira, né? (João, 2021).

É importante ressaltar que, o início dos anos 2000 foi o período em que a Paraíba começava a viver as primeiras experiências de produção agroecológica e muitas feiras surgiram desse processo. Areia é um município que pertenceu ao Território da Borborema¹⁵, Território conhecido pelo forte capital social e de identidade através de uma produção agroecológica. Como dito anteriormente, vários municípios pertencentes ao Território iniciaram o processo de transição agroecológica no início dos anos 2000¹⁶, porém até o ano de 2008 Areia não possuía uma feira do agricultor. Segundo o relato do informante, a representante do legislativo municipal via no município um grande potencial de produção da agricultura familiar.

¹⁵ Situado no Agreste paraibano, o território da Borborema, campo desse estudo, ocupa uma área de 3.233 km² (23,1% do Estado), sendo composto por 21 municípios, a saber: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea, os quais estão distribuídos em cinco microrregiões geográficas definidas pelo IBGE: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança. Estes municípios estão separados uns dos outros, em média, por distâncias entre 10 e 20 quilômetros e que variam muito em área, indo de pouco mais de 25 km² (Borborema) a 594 km² (Campina Grande). Entretanto, podemos considerar que a grande maioria é de pequenas dimensões, pois treze municípios (62%) têm até 200 km² e nove (43%) até 100 km² de área (CANIELLO et. al., 2014).

¹⁶ Ver mais em: Perondi (2014).

Ao analisar os dados sobre a produção de alimentos e da fruticultura em Areia, Santos (2014) mostra que, entre os anos de 1990 e 2012, as principais lavouras cultivadas no município sofreram oscilações tendo como principais causas os fatores de mercado e climáticos. O fator climático influenciou diretamente na queda da área cultivada, principalmente, entre os anos 2004 e 2012. Produtos como a fava, o milho, o feijão e a mandioca sofreram um grande recuo da área cultivada, justamente no período em que a região sofreu com a seca, sendo que “em 2004, a área plantada foi 5.900 hectares e em 2012 de apenas 970 hectares” (Santos, 2014 p. 84). Em relação à produção desses quatro alimentos, a autora afirma que sua diminuição se inicia a partir de 2007 persistindo até 2012 em função, principalmente, dos anos seguidos de seca.

Embora a região Nordeste tenha sofrido bastante com as secas intensas, o surgimento das feiras agroecológicas ou da agricultura familiar nesse período demonstra uma “resistência camponesa” (Ploeg, 2008) frente às inúmeras adversidades que se apresentavam. Nesse sentido, a criação das feiras pode ser vista como parte das estratégias de reprodução do grupo familiar camponês. Além disso, outro problema enfrentado pelos agricultores que serviu de impulso para pensar a criação da feira estava relacionado aos atravessadores.

No caso de Areia, a principal motivação relatada pela maioria dos atores para a criação da feira do agricultor foi a necessidade de ter mais um canal para o escoamento da produção para não ter que vendê-la aos atravessadores. Antes da criação da feira, a maioria dos agricultores pesquisados vendiam sua produção aos atravessadores, o que para muitos significava prejuízo, pois além dos valores baixos dos produtos, pois às vezes tinham que arcar com pagamento de trabalhadores para a colheita, algumas áreas onde estão as plantações (principalmente de bananas) são de terrenos acidentados que não podem ser acessados por maquinário, por exemplo. Em entrevista, o presidente da ADAF relata como surgiu a ideia de pensar a feira e de como a figura do atravessador era um entrave nessa relação de mercado:

Aí eu disse, por que a gente não dá certo? Que tem agricultor que trabalha com PNAE e com PAA, né? Vamos também levar os nossos produtos diretamente ao consumidor, entendeu? Porque o povo estava comprando ao atravessador, nossos produtos estavam vendendo muito ao atravessador. O atravessador era aquele que levava a nossa margem de lucro, né? Para ele, né? Os agricultores é quem estava perdendo um pouco de lucro, né? Aí nós vimos muito isso, que os atravessadores eram quem estava ganhando mais com os nossos produtos (João, 2021).

Ao se questionar “por que a gente não dá certo?”, o entrevistado que, além de ocupar a função de presidente da associação é também um agricultor, baseia o seu questionamento em outras experiências de feira que viu em João Pessoa e em Campina Grande. Além disso, ele vê nos agricultores do município um potencial produtivo para vender na feira, pois estes já

participam de programas governamentais como o PNAE e PAA através do fornecimento de produtos alimentícios para a prefeitura de Areia que redistribui para as escolas e, também, para as famílias de baixa renda do município.

Além de mais um lugar para vender a sua produção e, conseqüentemente, ter uma renda extra, um dos principais motivos que impulsionaram a criação da feira do agricultor foi a necessidade de retirar o atravessador da relação produtor e consumidor. Segundo o próprio presidente da associação, a maioria dos produtos comprados pelos consumidores era adquirido do atravessador, pois a maioria dos agricultores estavam vendendo a sua produção aos atravessadores, ou seja, produtos como a banana, por exemplo que era vendida na feira livre do município, era adquirida dos atravessadores. Desta forma, o atravessador levava parte do lucro do agricultor, “*Aí nós vimos muito isso que o atravessador era quem estava ganhando mais com os nossos produtos*”, afirma o entrevistado.

De fato, foi possível constatar em algumas conversas na feira que o agricultor sai perdendo nessa relação econômica com o atravessador, uma vez que, o agricultor se utiliza de consideráveis recursos financeiros e esforço físico no processo produtivo, tendo que vender o seu produto ao atravessador por um valor muito inferior ao praticado pelo mercado, fazendo com que parte do lucro fique na mão do atravessador, o que para esse agricultor não é uma troca justa. Em conversa com o presidente do SAFER (no ano 2022), perguntei quanto estava custando mais ou menos um milheiro de banana (medida comum na venda deste produto), que me respondeu: “*varia muito, entre 120,00 e 100,00 reais*”. Isso significa que, se uma unidade da banana custa 0,12 centavos, e se uma penca ou concha (como os agricultores costumam chamar) conter dez bananas, ela custará ao atravessador 1,20 reais (um real e vinte centavos).

Atualmente, o valor da penca banana praticado nas feiras livres de Areia e de Campina Grande, por exemplo, varia entre 4,00 reais e 5,00 reais dependendo do tamanho do produto. Infelizmente, não possuo a informação de qual é o valor da banana que o feirante paga ao atravessador pelo produto. De toda forma, parte do lucro fica com o atravessador e com o feirante (da feira livre) que não tiveram despesas na produção, restando ao agricultor um valor que mal cobre as despesas (da produção e da manutenção da família) e ao consumidor que paga mais caro pelo produto.

Assim, o agricultor consciente que sua relação com o atravessador não é justa, que além de ficar com parte do lucro, o atravessador dificulta em certa medida que o agricultor se articule com outros mercados, pois este geralmente fica dependente dele, assim, esse agricultor entende que é necessário tomar as rédeas e se tornar protagonista dentro desse processo. Lembrando que no caso da fala do presidente da ADAF, ele ressalta que parte dos agricultores já estão

inseridos nos mercados das compras governamentais e, por isso, também possuem capacidade produtiva de vender sua produção em mais um mercado, no caso, a feira. Contudo, esse mercado deve ser diferenciado.

O diferencial seria em relação à feira livre já existente no município, ou seja, uma feira constituída somente de agricultores familiares, de produzem os alimentos, uma produção relativamente livre de agrotóxicos, sem uso de venenos em contraponto aos produtos vindos da CEASA, como afirma o presidente da ADAF, que é agricultor e vende na feira do produtor: “*Aí tudo tem que ser da agricultura familiar, produtos sem agrotóxicos, não é tão orgânico, mas é sem agrotóxico*”, ou seja, uma feira que não possui atravessadores, onde os produtos são vendidos por quem produz, trazendo mais segurança para quem compra, pois quem adquire os produtos sabe da origem deles. Esse é o discurso que vai fazer com que a feira ganhe destaque, atraindo inúmeras pessoas em busca de uma alimentação mais saudável e com preços acessíveis.

Um ponto importante a ser frisado é que embora o processo de criação da feira estivesse inserido num contexto de surgimento de feiras agroecológicas, principalmente no Território da Borborema, e que a ideia inicial era que a feira fosse agroecológica, o projeto não se concretizou conforme pontua o vereador de Areia, Irisvaldo:

*existia sim, a pretensão de que ela fosse agroecológica, mas nunca foi posto em prática, não, porque vários agricultores mesmo sendo familiares, eles utilizam alguns produtos como herbicidas, e isso impedia se a gente fosse exigir que fosse agroecológica, 90% iriam ficar fora. Então, não se exigiu, não. Mas boa parte acabou aceitando esse trabalho **de desenvolver as suas práticas lá, no campo, eh, fundamentado na base agroecológica, mas não foi criado para ser uma feira agroecológica** (Irisvaldo, 2022).*

A ideia de construir uma feira de base agroecológica esbarra em inúmeras dificuldades estruturais, econômicas e de comportamentos (uso de agrotóxicos na produção) do grupo fazendo com que a construção da feira seja pensada inicialmente mais como uma estratégia de sobrevivência do grupo do que uma mudança de perspectiva produtiva. Porém, com o passar dos anos, além do discurso de uma feira do produtor, de quem produz alimentos, o discurso de uma produção livre de herbicidas também é inserido como forma de diferenciação do grupo em relação a outros mercados (feira livre e redes de supermercados).

Em relação à economia local, o presidente da ADAF em entrevista (março de 2020) revelou alguns números sobre o faturamento da feira: “*a média de 9.500 reais por feira. Acho que a gente juntando as quatro feiras, valor X, né. Juntando os 12 meses a gente chega a quase 400 mil reais por ano*”. As quatro feiras que ele se refere significa quatro feiras por mês que dá um valor de trinta e oito mil reais, lembrando que esse valor é apenas uma estimativa, pois nem

todos os meses esses valores serão exatos, podendo ter uma variação para mais ou para menos, dependendo da época, do tipo e dos preços dos produtos entre outros fatores.

Outro ator importante (citado por alguns agricultores) no processo de construção da feira do produtor em Areia é o vereador Irisvaldo, que em 01 de janeiro de 2005 havia assumido o cargo de secretário de agricultura do município. Em entrevista, Irisvaldo relatou que nessa época não havia nenhum espaço para comercialização de produtos da agricultura familiar e, que a ideia de criar esse espaço, partiu de um vereador chamado Edivaldo de Brito Lira:

Quando foi vereador ele entrou, nessa época ele não era mais, ele foi subsecretário junto comigo, mas seu Edivaldo de Brito Lira, ele entrou com um projeto na Câmara para criar o espaço para o agricultor, o pequeno agricultor, em especial o agricultor familiar. E, nesse espaço, haveria então a feira do agricultor também. Acabou não dando certo, mas a ideia foi... não conseguiu o espaço, mas a ideia depois foi também comprada por outro vereador e, quando eu estava secretário, e a gente participava das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, a gente sempre falava que poderia ter um espaço para que esse pessoal pudesse comercializar os seus produtos. Porque o maior problema de quem produz mesmo sendo agricultor familiar é a venda. A comercialização é o grande gargalo e a gente precisaria mudar isso (Irisvaldo, 2022).

De fato, uma das principais dificuldades para a reprodução da unidade familiar camponesa é a comercialização de sua produção. Sem acesso a padrões tecnológicos correntes no chamado “agronegócio”, a produtividade da agricultura familiar camponesa é baixa em relação a ele e, portanto, pouco competitiva comercialmente. Daí a condição histórica de penúria que caracteriza, sobretudo nos países em desenvolvimento. Segundo Mazoyer e Roudart (2010, 47), “a crise contemporânea está enraizada na crise geral e ampla das agriculturas camponesas menos dotadas pela natureza e pela história, resultantes essencialmente da concorrência com as agriculturas mais produtivas”. Em outras palavras, além de possuírem as terras mais improdutivas, o agricultor familiar também não dispõe de tecnologias para que possa competir igualmente com os grandes produtores. Para uma agricultura com base familiar, esses dois fatores são essenciais para inserção de seus produtos no mercado.

O vereador continua:

Então, em 2007, nós começamos a conversar pensando em como contribuir e trazer esse pessoal para o espaço que pudesse vender seus produtos e chamasse feira do agricultor, na época o pensamento era esse (Irisvaldo, 2022).

Em virtude da situação em que os agricultores se encontravam de dependência aos atravessadores, a ideia era de trazer esses atores para um local específico para vender os seus produtos. Embora naquele momento a ideia de feira agroecológica não fosse possível de se

concretizar, era necessário demarcar uma diferença entre a feira que estava prestes a nascer e a feira livre e, portanto, o nome escolhido foi feira do agricultor. O vereador segue dizendo:

Em 2008, o Ministério de Desenvolvimento Social na época, abriu um edital e nós, na época, elaboramos um projeto para dar um suporte aos agricultores e aprovamos esse projeto. Conseguimos na época 72 barracas, freezers, eu acho que foram 10 freezers, não lembro quantos carros de mão, mas caixa térmica, roupas, jalecos para eles irem todos de jalecos, foram 72 jalecos e um curso de capacitação, também de manuseio de alimentos, de atendimento e a gente conseguiu isso (Irisvaldo, 2022).

No ano de 2008, vários editais foram abertos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) juntamente com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) com o objetivo de ampliar e fortalecer as ações de combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional no país. Assim, foi elaborado o projeto, submetido ao CMDRS para aprovação e depois enviado ao MDS.

2.3 O Projeto de criação da feira popular

O projeto submetido ao MDS foi dividido em projeto técnico e plano de trabalho foi intitulado: “Projeto técnico comercialização direta da agricultura familiar (MDS/SESAN)” contendo 14 páginas, e mais 7 páginas detalhando o plano de trabalho. Faremos uma breve descrição de cada um deles.

O projeto técnico é composto por quinze itens e alguns subitens. No **primeiro item** “apresentação”, o parágrafo é iniciado com uma breve contextualização do município, localização geográfica, destacando a importância histórico-cultural do município e trazendo informações sobre um *passado áureo* dos engenhos de aguardente e de rapadura, mas chamamos à atenção a seguinte afirmação:

Apesar de, por muito tempo, os engenhos terem sido o grande fator de desenvolvimento econômico da região, devido à falta de investimentos nesta área e o atraso tecnológico, aliada a queda da cultura canavieira, houve uma vertiginosa queda no setor ocasionando ao fechamento dos engenhos e com isso aumentando o desemprego e os problemas sociais.

Existem alguns estudos sobre essa região, sobretudo a respeito da monocultura da cana de açúcar e os engenhos demonstrando que vários foram os fatores que levaram a decadência dos engenhos na região. Contudo, é importante lembrar que os empresários do setor canavieiro foram os que mais se beneficiaram com os programas de apoio produtivo ao setor,

principalmente, com a criação do PROALCOOL na década de 1970, onde tiveram acesso a linhas de créditos a juros baixos (Menezes, Malagodi e Moreira, 2013).

Em relação ao desemprego e aos problemas sociais que afetava sobretudo aos mais pobres, foi um processo que já estava ocorrendo, mas que vai se agravar a partir do momento em que os trabalhadores que moravam nesses engenhos foram expulsos da propriedade, sendo obrigados a viverem nas “pontas de rua”, na periferia da cidade de Areia formando uma massa de trabalhadores desempregados e sem moradia. Esse processo ocorrido em Areia também ocorreu na Zona da Mata Pernambucana onde houve expulsão dos trabalhadores dos engenhos (Sigaud, 1979).

Vale salientar também que a relação entre atividade monocultora e desenvolvimento social é algo que inexistente se olharmos do ponto de vista dos menos favorecidos, pelo contrário, será justamente nas regiões da monocultura canavieira que haverá uma maior incidência das desigualdades sociais exemplificada especialmente no flagelo da fome que assolou essas regiões tão ricas na perspectiva da acumulação capitalista (Castro, 2012; Linhart, 1981). Nesse sentido, nos parece que esse trecho do projeto que procura associar a atividade canavieira a um maior desenvolvimento social no município de Areia é apenas o reflexo do modo de pensar (*habitus*) daqueles que formularam tal proposta.

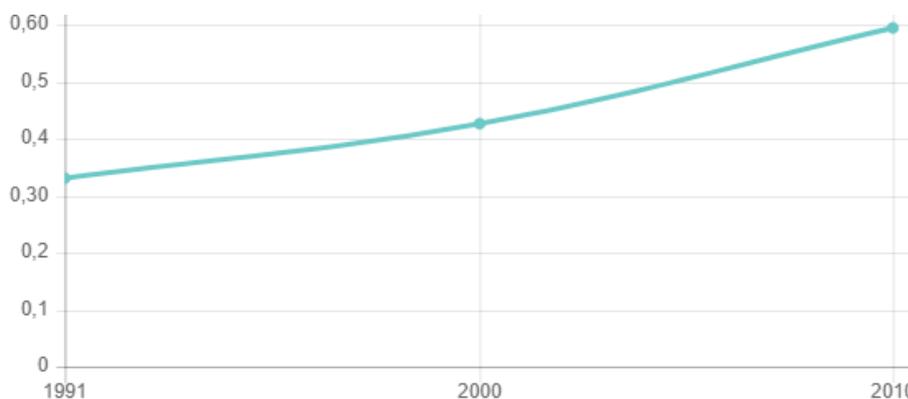
No segundo parágrafo da apresentação, o documento apresenta as comunidades quilombolas e assentamentos existentes no município, traz alguns números sobre os agricultores onde totaliza “1.304 agricultores cadastrados no PRONAF, sendo que 87,65% são PRONAF’s A, e B, ou seja, 1.143 agricultores pertencem aos PRONAF’s A e B”. No parágrafo seguinte, além do dado populacional, ressalta que o município é conhecido nacionalmente “por realizar o Bregareia – Festival da Cachaça e Rapadura do Brasil” destacando sua importância para o turismo local e para a promoção do “principal produto da economia local” que no caso é a cachaça.

No quarto parágrafo, o documento apresenta dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município e associa o quadro de pobreza local ao fim dos engenhos e da cultura da cana-de-açúcar:

O Índice de Desenvolvimento Humano local é de 0,611, o que deixa o município numa situação tida como de médio desenvolvimento humano, no entanto, em relação aos demais municípios brasileiros, Areia possui uma situação ruim, ocupando a 4.453^a, atrás de 4.452 municípios. E, em relação ao Estado, o município ocupa uma situação intermediária, ocupando 67^a posição, na frente de 156 municípios. Este quadro demonstra a situação de pobreza do município **ocasionada principalmente depois da derrocada dos engenhos e da cultura da cana-de-açúcar.**

Embora o projeto não apresente as fontes dos dados, é possível fazer algumas considerações sobre tais informações. O projeto foi pensado e escrito no ano de 2008. Nesse período, o Brasil já contava com dados referentes ao IDH dos anos de 1991 e 2000. Segundo o IBGE (2022), o IDH do município de Areia dos anos acima referidos era de 0,332 e 0,425 respectivamente conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 IDH de Areia



Fonte: IBGE, 2022.

A situação do município era ruim, mas quando comparamos com a média do estado nos mesmos anos (0,382 e 0,506) percebemos que há diferença significativa. De todo modo, os índices apontados pelo IBGE demonstram que nesses períodos a Paraíba apresentou níveis muito baixos de desenvolvimento humano, ou seja, seu IDH estava abaixo do 0,500. Sobre a associação entre a pobreza do município e o fim dos engenhos presente no documento, vale ressaltar que, os dados do IBGE mostram que esse processo de pauperização da população areiense já vinha ocorrendo antes mesmo do fim dos engenhos. Diversos autores (Tosi, 1998; Menezes, Malagodi e Moreira, 2013; Garcia Jr., 1989) discorrem sobre o processo de pauperização dos trabalhadores/moradores dentro dos engenhos, que vai se agravar ao longo do tempo com as expulsões dos mesmos pelos senhores de engenhos resultando em um desemprego em massa.

Nos três últimos parágrafos da apresentação do projeto, o documento afirma que, “Em situações como esta é fácil de se imaginar os problemas sociais existentes, principalmente relacionados a emprego e renda, situação comum na maioria dos pequenos municípios paraibanos, que tem na agricultura a base da sua economia”. Embora o documento associe o problema da pobreza ao fim dos engenhos, resultando numa perda de empregos gerados por eles, vale lembrar que a economia do município de Areia girava em torno da monocultura da cana-de-açúcar, inclusive, essa produção intensiva do produto vai acarretar numa diminuição da produção de alimentos justamente pela perda de área de cultivo em detrimento da cultura da

cana-de-açúcar, em outras palavras, os agricultores não podiam produzir, pois não havia terra suficiente para produzir o mínimo para a sua subsistência, tampouco produzir para comercializar, acarretando muitas vezes o problema da fome, como apontamos anteriormente.

Em seguida, o projeto apresenta a justificativa para a criação da feira:

Portanto, querendo minorar os problemas sócio-econômicos enfrentados pelo município, a Prefeitura apresenta o referido Projeto que tem como foco a implantação de uma Unidade de Comercialização da Agricultura Familiar, na modalidade Feira Popular, em uma área urbana medindo 800 m², localizada no pátio do Mercado Público. Tal iniciativa contribuirá para a redenção das famílias que vivem da agricultura familiar, como também da própria atividade desenvolvida; melhorando significativamente a situação de vida dessas famílias e dando uma sobrevivência mais digna.

A justificativa para a criação da feira usando palavras como “minorar” e “redenção” traz uma ideia de que a feira seria a “salvação” desse grupo, escondendo problemas mais profundos e estruturais como por exemplo a falta de políticas públicas locais para que esse grupo se desenvolva tais como: melhores condições sanitárias e de acesso a água, de transporte, de acesso ao sistema de saúde e de educação, de assistência técnica para população do campo etc. A feira é uma das possibilidades que o agricultor possui para a manutenção do grupo e não pode ser vista como uma “salvação” do grupo ou do trabalho por ele desenvolvido. Um ponto a ser destacado na justificativa diz respeito a localização para o funcionamento da feira que é o “pátio do Mercado Público”. É importante destacar que a ideia de a feira funcionar dentro da feira livre já existia através de uma lei municipal que iremos discorrer melhor mais adiante. Nesse sentido, a feira já existia legalmente, mas só irá se materializar quatro anos depois.

Ao final da apresentação, o proponente justifica que para a criação da feira é necessário a aquisição de materiais e equipamentos para o seu funcionamento.

Tal iniciativa consiste na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo para a instituição de uma feira, que terá por base a comercialização dos produtos produzidos pelas famílias de agricultores familiares, de origem agroecológica. Além desses itens o Projeto em questão também contará com a capacitação dos beneficiários, em número de 72 pessoas, para que assim desenvolvam habilidades para realizar negócios e ter bons resultados.

Um ponto que nos chama a atenção diz respeito ao tipo de processo produtivo que no projeto está como de “origem agroecológica”. Como dito anteriormente, nos anos 2000 o discurso agroecológico começa a ganhar força, principalmente em contraposição ao modo de produção intensiva do agronegócio. Dessa forma, ao afirmar que a produção dos agricultores era de “origem agroecológica”, agrega-se valor à feira e o projeto tem mais possibilidades de ser aprovado tendo em vista que o edital visava projetos que atuassem na garantia da segurança alimentar e nutricional. Além disso, embora houvesse a intenção de a feira ser agroecológica,

por vários motivos anteriormente citados, podemos dizer que essa intenção não se concretizou. Chama-nos a atenção o número bem significativo de participantes da feira ou de quem desejava se inserir nela, considerando que ela ainda estava em fase inicial. Isso mostra a importância da mobilização e da divulgação nas reuniões dos sindicatos, conselho municipal ou mesmo “boca a boca” entre os agricultores.

O **segundo item** é o título do projeto, denominado *Comercialização Direta da Agricultura Familiar - Feira Popular*. Neste item é importante atentarmos para alguns pontos de reflexão que consideramos ser a base para a implementação da feira, que estão ligados a um modo de comercialização onde a figura do atravessador é eliminada e do acesso a produtos com preços mais justos. Mas não é só isso! Há também um discurso de regionalização e de valorização da alimentação, de um estreitamento da relação entre do produtor e consumidor, de desenvolvimento local, do protagonismo do agricultor familiar como um dos principais atores na promoção da segurança alimentar e nutricional, de uma produção sustentável em contraposição às grandes cadeias de produção, mas também um discurso atrelado a um modo de vida e de consumo de produtos mais saudáveis.

O **terceiro item** é o da identificação, onde constam os dados da entidade proponente, que no caso, é a Prefeitura Municipal de Areia tendo como responsável o então prefeito Elson da Cunha Lima Filho e o responsável técnico Irisvaldo Silva do Nascimento. Atualmente, apenas Irisvaldo exerce cargo público como vereador do município. O ex-prefeito exerce a função de médico e a atual chefe do executivo municipal é sua esposa Silvia Cesar Farias da Cunha Lima, que também é médica. Contudo, observamos que ele exerce bastante influência local, principalmente entre os agricultores da feira do produtor, sendo às vezes atribuído ao ex-prefeito a ideia de criação da feira. É importante destacar que o próprio Elson ou “Dr. Elsinho” (como ele é chamado no município) faz questão de dizer que ele foi o idealizador da feira. Assim, este discurso é repetido e endossado pelos diversos atores, tirando o protagonismo e apagando a história de lutas dos agricultores por um espaço para comercialização dos seus produtos.

No **quarto item**, são apresentados os objetivos geral e específico para a criação da feira do agricultor familiar. O objetivo geral:

Instalar 01 unidade de comercialização direta da agricultura familiar no município de Areia – PB – do tipo feira livre, sendo necessária para isso a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, como também a capacitação de 72 famílias de agricultores familiares, beneficiários da ação, tendo seu funcionamento duas vezes na semana, no Centro da cidade, lugar que possui infra-estrutura mínima necessária ao bom funcionamento da feira; contribuindo para a melhoria da condição de vida da comunidade, na maioria, vulneráveis à fome.

Sobre o local de funcionamento da feira, a ideia inicial segundo Irisvaldo, seria um terreno que fica ao lado da feira livre, porém esse espaço foi vendido e, atualmente, funciona um supermercado:

Edivaldo Brito Lira entrou com um projeto para criar o espaço, aí tinha um espaço aqui muito bom e ele queria que aquele pertencesse, ia ser... se tivesse acontecido na época era o ideal e hoje era um sucesso. Mas, infelizmente, não houve isso. Inclusive, particular comprou o espaço que pertencia ao Estado. É hoje onde funciona um mercadinho aqui, na entrada da feira, do outro lado (Irisvaldo, 2022).

Segundo o vereador, a ideia de Edivaldo na época era que a prefeitura tomasse conta do espaço e que este se tornasse o espaço do agricultor, “seria o ideal”. Em virtude disso, a outra opção era colocar os agricultores dentro da feira livre, porém em dias separados, tendo em vista que dia de sábado é o dia de funcionamento da feira livre.

É importante destacar que, no período de elaboração do projeto, a feira do produtor já funcionava na frente do Casarão José Rufino. Além disso, a ideia de funcionamento da feira do produtor dentro da feira livre já havia sido proposta em forma de lei no ano de 2004. Sobre esses dois assuntos, tratarei detalhadamente mais adiante. Embora o projeto mencione que a feira funcionará “duas vezes na semana”, isso não ocorreu. Segundo Irisvaldo, houve várias tentativas de realização da feira em vários dias da semana para que os agricultores escolhessem qual seria o melhor dia:

Se pensou em um dia diferente da sexta-feira. O pessoal escolhe na sexta-feira, que é um dia que já tem tradicionalmente a feira livre, feira convencional. Na época, a gente achava que deveria ser num dia diferente. E a gente começou numa quarta. A gente foi na quarta, foi para a quinta, para ver se a gente fazia a feira do agricultor num dia diferente. Naquele dia, só era a feira do agricultor. Pronto. A gente fez essas experiências também (Irisvaldo, 2022).

Podemos observar na fala do entrevistado que existe uma resistência por parte do “pessoal”, no caso, dos agricultores em relação a escolha do dia do funcionamento da feira proposto pelo poder público. Há uma lógica por trás da escolha da sexta-feira. Durante a semana, os agricultores estão trabalhando dentro dos seus sítios, na produção de alimentos para levá-los para a feira. No sábado, é o dia escolhido por alguns para fazer a feira ou para vender o que sobrou da produção da sexta-feira em outros mercados. Além disso, a sexta-feira é um dia da semana em que a feira livre de Areia não funciona, e que, até então, não havia na época registros de feiras funcionando neste dia nas cidades vizinhas à Areia. Outro dado que nos chama a atenção são os números de participantes da feira (setenta e dois). Isso mostra a importância da feira como espaço de escoamento da produção da agricultura familiar, principalmente para os agricultores menos capitalizados. Além do objetivo geral, o projeto

propõe nove objetivos específicos que detalham melhor a finalidade da criação da feira tais como:

“Comercializar a produção dos agricultores, incentivando os agricultores a potencializarem a atividade produtiva da agricultura local, oferecendo assim uma maior capacidade de auto-sustentação econômica”. Nesse sentido, a feira passa a ter um papel importante de comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa, sendo considerada como uma importante estratégia de manutenção e reprodução de vida dos agricultores, além de ser “uma importante dimensão simbólica no modo de ser camponês” (Frutuoso, 2019 p. 23), pois comercializar a sua produção representa a expressão concreta do trabalho na terra (Woortmann, 1990; Garcia Jr., 1989).

“Motivar a gestão social e ambiental a partir da informação, organização e capacitação dos atores envolvidos”. Empoderar os agricultores foi um dos objetivos da criação da feira, desenvolvendo neles a capacidade de tomada de decisão frente a situações diversas, criando assim um capital social entre os agricultores da feira.

“Promover a melhoria do padrão de vida das famílias envolvidas, contribuindo para a inclusão social e econômica”. A feira, portanto, além de ser uma estratégia de obtenção de renda para esses agricultores, também insere socialmente esses agricultores historicamente marginalizados, marcados pelas lutas para “conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”, como afirma Wanderley (1996 p. 6).

“Otimizar uma atividade econômica existente no município”. O município de Areia já foi reconhecido como o maior centro comercial do interior da Paraíba no século XIX, se destacando pela produção em larga escala de diversos produtos (rapadura, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, fumo etc.), revelando seu potencial comercial e produtivo por possuir condições climáticas e geológicas que propiciaram o terreno fértil para a economia canavieira, como fora para outras culturas como o algodão, o café e o agave (Almeida, 1980).

Mesmo tendo condições climáticas favoráveis para a agricultura, grande parte dos agricultores ainda enfrentam dificuldades para desenvolver suas culturas por possuir poucas terras ou terras improdutivas (especialmente, as localizadas em áreas da antiga Usina Santa Maria), por enfrentar períodos de seca, pouca assistência técnica, recursos financeiros e humanos para ter um bom desempenho produtivo. De todo modo, a criação da feira estimula os agricultores a diversificarem a sua produção mesmo diante de um ambiente muitas vezes adverso.

“Capacitar os beneficiários pelo Programa, de forma a infundir-lhes uma correta consciência sobre manipulação de alimentos e oportunidades de negócio na agricultura

familiar”. Nesse objetivo específico, a ideia era que os agricultores tivessem curso de manipulação, armazenamento, preparo e até mesmo de exposição de alimentos, além de estratégias de vendas dos produtos.

“Valorizar a pessoa humana, canalizando as suas potencialidades e habilidades, práticas e experiências pessoais, para que possam sentir-se socialmente úteis e vinculadas ao seu meio social e econômico”. Esse objetivo específico parece bem interessante, pois a meu ver, busca resgatar e potencializar conhecimentos que estes agricultores possuem, que os diferenciam dos demais grupos sociais, e que fazem deles atores importantes dentro de um projeto maior que é o combate à insegurança alimentar, por exemplo.

“Promover maior capacidade de auto-sustentação econômica, ao mesmo tempo em que cumpre uma finalidade sócio-ocupacional”. O que nos chama a atenção nesse objetivo é a “finalidade sócio-ocupacional” da feira, ou seja, dar uma ocupação ao agricultor dentro da sociedade. Contudo, esse agricultor já exerce uma atividade que é o trabalho na terra, porém, pelo que o objetivo do projeto faz entender é que o agricultor não é socialmente reconhecido.

Ao analisar a questão do trabalho entre o subproletariado e o camponês na sociedade argelina, Bourdieu (1979) mostra que a ociosidade é vista como uma falta de moral. No caso da sociedade camponesa, mesmo que o trabalho na terra não tenha por fim o lucro aos moldes da sociedade urbana capitalista, os membros que dela fazem parte devem exercer algum tipo de função (por exemplo, mulheres cuidam da casa, crianças cuidam dos animais menores, e homens estão no roçado). Na sociedade urbana, o trabalho que não traz renda é uma atividade “mutilada”. Pela impossibilidade de ter um “trabalho verdadeiro”, o subproletário acaba renunciando à satisfação de ter uma boa renda e aceita qualquer tipo de trabalho para mostrar à sociedade que ele não é um desocupado. No caso da feira do agricultor em Areia, além de ter uma função social e econômica, ela, a partir do processo de socialização dos atores, também terá uma função afetiva na medida em que os indivíduos que dela participam (feirantes e clientes) criam laços a ponto de alguns agricultores participarem dela apenas pelos momentos de descontração com outros agricultores e clientes vivenciados no dia de feira.

“Motivar a gestão social e ambiental a partir da informação, organização e capacitação dos atores envolvidos” e “Promover a melhoria do padrão de vida das famílias envolvidas, contribuindo para inclusão social e econômica” são objetivos repetidos no projeto.

No **quinto item**, são apresentadas as justificativas para a implantação da feira. Mais uma vez, os problemas sociais vividos pelo município são destacados como desemprego, baixa escolaridade entre outros problemas, resultando em muitas pessoas abaixo da linha da pobreza e em situação de insegurança alimentar. Novamente, a situação de penúria em que se encontrava

o município é atribuída “depois da queda da cultura canavieira e conseqüente derrocada dos engenhos” contribuindo para “a perda da estabilidade financeira de grande parte da população”, colocando-os em situação de vulnerabilidade econômica, social e alimentar. O projeto apresenta alguns indicadores sociais do município que foram divulgados no Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000: “Esperança de vida ao nascer (63,6), Mortalidade infantil (47/1000 nascidos vivos), Taxa de analfabetismo (45,6%), Média anos de estudo da população (3 anos), Renda per capita (R\$ 90,70), Proporção de pobres (71,7%)” e associa esses dados como reflexo no baixo IDH do município 0,611 (que como já foi dito, esse valor é médio e não baixo).

Apresenta a necessidade de reconversão econômica do município, propondo ações que visem a criação de trabalho e emprego para o desenvolvimento local diante da crise econômica após “o fechamento do seu parque fabril”. Nesse novo processo de desenvolvimento, as questões ambientais são enfatizadas focando na sustentabilidade e na exploração dos recursos naturais conscientes, objetivando dar melhores condições de vida aos que vivem especialmente nas pequenas comunidades. Em seguida, explicita que o objetivo do projeto é o de “atender áreas agrícolas rural e peri-urbana do município” e as justificativas do projeto são:

O projeto justifica-se pela possibilidade dos produtores saírem do estado de estagnação em que se encontram, sem muitas perspectivas, ao longo dos anos, vivenciando um processo de redução de renda e empobrecimento, aliado ao incipiente nível organizacional e às limitações relacionadas às suas bases produtivas e as formas de comercialização. Com o projeto o município espera incentivar os agricultores familiares, via adoção de atividades de comercialização direta de alimentos, para agregar valor à produção e, via capacitação, adquirir habilidades para o controle da comercialização da produção. Com isso, supera-se a relação comercial junto ao atravessador, grande responsável pelos baixos preços dos produtos agrícolas da região, situação que vem contribuindo para a descrença dos agricultores na atividade realizada. Para a implantação e funcionamento do projeto, o município disponibilizará uma equipe técnica da Secretaria de Municipal de Agricultura, que prestará assistência/assessoria constante ao Projeto.

No **sexto item**, o projeto apresenta o público-alvo que são os agricultores familiares e assentados do município que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e alimentar e excluídas do processo produtivo. No **item** seguinte (**sétimo**), traz número de pessoas a serem beneficiadas diretamente, neste caso, 72 famílias residentes no próprio município, sendo muitas delas beneficiárias do Programa Bolsa família e de forma indireta, a população areense seria beneficiada com a oferta de produtos de qualidade e de baixo custo. Sobre a área de abrangência da feira, o **oitavo item** destaca onde funcionará a feira da agricultura familiar. O local destinado para o seu funcionamento foi o pátio do mercado público, com área de 800 m², localizado no centro da cidade, sendo esta área de propriedade da Prefeitura Municipal. No **nono item**, o

prazo para a execução do projeto é de um ano, tendo início em julho de 2008 e término em julho de 2009. Posteriormente, iremos tratar melhor esse item e ver que a execução do projeto não saiu como o planejado e, somente dez anos depois (no ano de 2019), os agricultores irão para o pátio do mercado.

O **décimo item**, metodologia, descreve os planos para a implementação da feira através da equipagem e da capacitação dos agricultores por meio de: Levantamento de dados para construir um perfil dos agricultores beneficiários, além de promover encontros a fim de esclarecer sobre o projeto e os seus objetivos; Seleção dos beneficiários; Sensibilização dos beneficiários feita por técnicos da Secretaria de Agricultura e de Assistência Social do Município, ligados ao projeto visando discutir em especial sobre “o processo da comercialização excedente de produtos oriundos da agricultura familiar”; Aquisição dos equipamentos e materiais por meio de procedimentos legais e distribuição dos materiais e equipamento para o funcionamento da feira. Ao final discorre sobre como será feita a gestão da feira:

A gestão da Feira Comunitária se dará de forma coletiva, através de um comitê gestor formado por dois representantes da Prefeitura Municipal e representantes dos agricultores e entidades de classe do mesmo, que terá como função a manutenção da feira limpa, fazendo uso das lixeiras, controlar a qualidade dos produtos comercializados; preenchimento de planilhas com dados de todos os produtos comercializados, para que com base nestes dados seja possível mensurar o volume dos produtos comercializados e oferta e procura.

Sobre a gestão da feira, logo depois da formulação do projeto e até mesmo de sua aprovação, ficou decidido que deveria se criar uma associação com regimento para que os próprios agricultores gerissem a feira. Sobre isso falarei logo adiante. O objetivo do proponente do projeto, a Prefeitura de Areia, era que a economia local aquecesse, gerando emprego e renda, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população residente do município.

O **item décimo primeiro** refere-se às metas, que estão divididas em metas 1 e 2.

A meta 1, que é o de implementação da feira, tem as seguintes etapas: a aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de material de consumo, contratação de serviços de terceiros – Pessoa Física e contratação de serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. Farei uma breve e resumida descrição dos produtos, quantidades e valores.

Na aquisição de equipamentos e material permanente, a meta era comprar 72 barracas de estrutura metálica, com toldo em lona 2m x 1,20m, com o valor unitário de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), totalizando um valor de R\$ 33.120,00 (trinta e três mil cento e vinte reais); 72 balanças mecânicas, em chapa metálica com capacidade de 10 a 16 kg, com valor unitário de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), totalizando um valor de R\$ 27.360,00

(vinte e sete mil trezentos e sessenta reais); 10 unidades de Freezer Horizontal 260L, com valor unitário de R\$ 1.469,00 (mil quatrocentos e sessenta e nove reais) totalizando um valor de R\$ 14.690,00 (quatorze mil seiscentos e noventa reais); 72 máquinas de calcular 12 dígitos, convencional a pilha, com valor unitário de R\$ 60,00 (sessenta reais) totalizando um valor de R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais). O total geral dessa primeira fase da meta 1 ficou estipulado no valor de R\$ 79.490,00 (setenta e nove mil quatrocentos e noventa reais).

Na aquisição de material de consumo, a meta era comprar 1.000 sacolas/embalagens com a logo marca da feira, com valor unitário de R\$ 8,00 (oito reais), totalizando 8.000,00 (oito mil reais); 200 caixas plásticas tipo feirante com capacidade para 30 kg, com valor unitário de R\$ 15,00 (quinze reais), totalizando R\$ 3.000,00 (três mil reais); 72 coletores de lixo com capacidade para 40 kg, com valor unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), totalizando R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais); 72 bancos plásticos, com valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), totalizando R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais); 72 caixas de luvas (contendo 100 unidades em cada caixa), com valor unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), totalizando R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais); 72 caixas de máscaras (contendo 100 unidades em cada caixa), com valor unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), totalizando R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais); 72 tábuas de altileno, com valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais), totalizando R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais); 72 conjuntos de facas inox convencional (com 3 peças em cada conjunto), com valor unitário de R\$ 70,00 (setenta reais), totalizando R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais). O total geral dessa segunda fase da meta 1 ficou estipulado no valor de R\$ 24.320,00 (vinte e quatro mil trezentos e vinte reais).

Na terceira fase da meta 1, que diz respeito à contratação de serviços de terceiros – Pessoa Física, não há informações sobre o tipo de serviço e nem de valores.

Na contratação de serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, a meta era comprar 72 camisetas em tecido de algodão colorido com impressão e logomarca, com valor unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), totalizando R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais); 72 bonés em tecido de algodão colorido com impressão e logomarca da feira, com valor unitário de R\$ 20,00 (vinte reais), totalizando R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais), 72 batas tipo jaleco para feirante em tecido brim, com valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais), totalizando o valor de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais); 72 aventais, com valor unitário de R\$ 8,00 (oito reais), totalizando R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais). O total geral dessa quarta fase da meta 1 ficou estipulado no valor de R\$ 5.976,00 (cinco mil novecentos e setenta e seis reais).

A meta 2 diz respeito a capacitação dos participantes da feira, os agricultores através de um curso. O curso denominado de “Gestão empreendedora e manipulação de alimentos” tinha

o objetivo de oferecer qualificação profissional, apresentando-lhes conhecimentos atualizados nas áreas de manejo e aproveitamentos da produção das frutas a fim de atender às exigências do mercado de trabalho, “despertar/aprimorar relacionamentos interpessoal, trabalhando a auto-estima, desenvolvendo habilidades de organização e planejamento”, além de “facilitar a compreensão da transferência de tecnologia de produção e gestão empreendedora de negócios”.

O conteúdo programático do curso era: Gestão empreendedora das unidades familiares produtivas; O papel e a importância da organização comunitária; Planejamento e gestão participativa; Gestão financeira; Condições de higiene e instalações sanitárias; O cooperativismo e a economia solidária; Manuseio de Gêneros Alimentícios; Marketing e Estratégia de Vendas. A duração do curso era de 120 horas, com formação de 03 turmas com 24 participantes em cada turma, totalizando 72 participantes.

A primeira etapa da meta 2 é a de aquisição de material de consumo. Nessa etapa, a meta era adquirir materiais de expediente tais como: canetas, lápis, pastas, papéis, copos descartáveis entre outros totalizando o valor de R\$ 634,60 (seiscentos e trinta e quatro reais). Por se tratar de uma lista extensa os detalhes sobre os tipos de materiais, as quantidades e os valores estarão disponíveis ao final deste trabalho (nos anexos). A segunda etapa da meta 2 é a contratação de serviços de terceiros – Pessoa Física. Essa etapa visa a contratação de profissional habilitado para realização do curso de capacitação de 120 horas, sendo o valor da hora/aula de R\$ 40,00 (quarenta reais) totalizando o valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

No **décimo segundo item**, o projeto informa sobre a estimativa dos custos, detalhando mais uma vez os produtos e serviços a serem adquiridos, as quantidades e os valores. Contudo, existe uma diferença no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para mais no valor final da estimativa que é de R\$ 115.255,60 (cento e quinze mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) sendo que o valor correto deveria ser de R\$ 115.220,60 (cento e quinze mil duzentos e vinte reais e sessenta centavos).

No **décimo terceiro item**, o projeto apresenta a contrapartida da entidade proponente. Nesse item, a prefeitura está disposta a assumir os custos da contratação de profissional para ministrar o curso de capacitação (com valor de R\$4.800,00) e de alguns materiais de consumo/expedientes como: pastas para cursistas, lápis grafite, borrachas, canetas, papel ofício, papel 40, fitas adesivas e copos descartáveis para água com valor de R\$ 455,60 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos). Assim, a contrapartida total seria no valor de R\$ 5.255,60 (cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

Resultados esperados é o **décimo quarto** item do projeto onde se há uma expectativa de que, através da implantação da feira “Unidade de Comercialização Direta da Agricultura Familiar – Feira Popular” haja uma diminuição da exclusão social e econômica e um aumento na geração de empregos, além de estimular “a participação democrática, considerando a autonomia do ser humano e respeitando as especificidades locais, culturais e ambientais” a fim de melhorar os indicadores sociais e econômicos do município de Areia.

O **décimo quinto** e último item do projeto é o de monitoramento e avaliação. Após a implantação da feira, buscar-se-á através de visitas à feira monitorar e avaliar se resultados correspondem aos objetivos e as metas traçadas pelo projeto. Para tanto, a prefeitura contará com participação de todos os atores envolvidos no processo de construção da feira tais como: “famílias, técnicos, Conselho Gestor da Feira, CMDRS, e a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural”, e a partir dos resultados, reformular novas estratégias, verificar dificuldades, melhorar a qualidade do atendimento, entre outras demandas que possam surgir. Em suma, o processo de monitoramento e avaliação definia as seguintes estratégias: “a) visita in loco; b) fichas de comercialização; c) elaboração de relatórios parciais, no final de cada mês de atividade; d) elaboração de um relatório final e após o término do projeto; e) sondagem junto às comunidades beneficiárias para verificar a efetividade social do projeto”. O projeto está datado em 27 de junho de 2008 e assinado pelo então prefeito Elson da Cunha Lima Filho.

O Projeto de criação da feira da feira popular foi aprovado no mesmo ano em que foi submetido ao MDS, todos os materiais e equipamentos foram comprados, o curso de capacitação foi realizado, contudo, somente em 2019 que os agricultores feirantes foram realocados para dentro do mercado conforme previa o projeto. Contudo, como veremos adiante, a chegada dentro do mercado público foi a contragosto dos próprios agricultores e mediante a conflitos.

Sobre os materiais e equipamentos adquiridos, no momento da pesquisa, presidente da SAFER informou que a maioria dos materiais não existem mais, muitos em virtude do desgaste do tempo, alguns estão com os agricultores e outros estão em posse da prefeitura, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 Destino dos equipamentos

Produto	Quantidade	Situação atual
Barraca de estrutura metálica	Mais ou menos 50 Unid.	Encontram-se no antigo matadouro da cidade.
Balança mecânica	72 Unid.	Estão todas com os agricultores.
Freezer horizontal 260L	04 Unid.	Secretaria de Educação Municipal.

Máquina de calcular	72 Unid.	Estão todas com os agricultores.
---------------------	----------	----------------------------------

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Dos equipamentos e materiais permanentes, alguns foram entregues aos agricultores, pois eram produtos de menor porte e eles podiam guardar em casa. É importante destacar que na época da aquisição dos materiais, a feira funcionava fora do mercado público, no centro da cidade. Desta forma, as barracas eram utilizadas durante o funcionamento da feira e depois guardadas dentro do mercado. Segundo informações do presidente da SAFER, das 72 barracas adquiridas pelo projeto, restaram mais ou menos 50 barracas, porém encontram-se guardadas em um galpão. Em relação aos *freezers*, o presidente da ADAF nos informou que, logo que eles chegaram foram distribuídos da seguinte forma: 03 ficaram com os agricultores e 07 com a prefeitura. Segundo o presidente da ADAF, os sete *freezers* ficaram com a prefeitura com a justificativa de guardar os produtos adquiridos do PNAE como frango e carne congelados e polpa de frutas.

Atualmente, existem apenas 01 *freezer* em posse de um agricultor e 04 que estão sendo utilizadas pela secretaria de educação do município, os demais foram apresentando problemas durante o seu uso e sem manutenção, muitos pararam de funcionar. No caso das máquinas de calcular e das balanças, todas foram entregues aos agricultores. Segundo o presidente da ADAF, as máquinas de calcular “se acabaram”, mas as balanças estão com os agricultores. Embora as balanças ainda estejam com os agricultores, elas não são mais vistas na feira. Atualmente, alguns agricultores revezam entre si o uso de uma balança digital.

Em uma de nossas visitas a campo, encontramos uma das balanças no sindicato SAFER (figura nº 4). Estava numa estante de escritório, na parte de baixo. Empoeirada e com o prato enferrujado, a balança em desuso parecia mais um artigo daqueles encontrados em museus, que contam alguma história ou um passado (não tão distante).

Figura 4 Balança mecânica

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Sobre os materiais de consumo (caixas plásticas, coletores de lixo, facas, tábuas entre outros), estes não existem mais. Segundo o presidente da SAFER, “acabou-se tudo”! Ele afirma que, logo que receberam os coletores de lixo, os agricultores utilizaram de várias formas (carregar água, guardar produtos) menos para coletar lixo. Em relação aos uniformes, a maioria dos agricultores ainda possuem, principalmente os que ainda permanecem trabalhando na feira.

2.4 A feira do produtor de Areia

A feira do produtor funciona todas as sextas-feiras, no centro da cidade de Areia próximo ao Mercado Público municipal. O horário de funcionamento é das 04h até 11h, mas o término da feira pode ser antecipado ou estendido caso os agricultores consigam respectivamente vender ou não toda a sua produção. As barracas são armadas todas as quintas-feiras no período da tarde, por dois rapazes “contratados” pelos agricultores que pagam o valor de dez reais por cada barraca. Na sexta-feira, antes do fim da feira, um dos rapazes passa em cada barraca para receber o valor acordado.

Atualmente, a feira está funcionando com dez barracas que foram reformadas pela gestão atual (2021-2024) do município após promessa de revitalização da feira. Contudo, os agricultores continuaram insatisfeitos, pois o material utilizado para a reforma dos “bancos” (como alguns costumam chamar) era de péssima qualidade. As barracas são de ferro, cobertas por uma lona e a bancada de madeira estilo compensado, este último é um material que segundo

os feirantes, se deteriora muito rápido, principalmente quando molha, criando mofo, além de não suportar grandes quantidades de produtos e não ter proteção nas laterais fazendo com que alguns produtos rolem e caiam no chão. Isso foi confirmado por dona Isabel, uma das agricultoras da feira, que relatou a precariedade das barracas: “*E aquelas tábuas que a gente coloca, que a gente coloca os produtos da gente em cima, que quando a gente coloca peso demais, cede ali, aquelas tábuas descem. Esse compensado está tão fraco, já estamos precisando, a estrutura já está pedindo outra*”.

Em relação ao uso de novas tecnologias, alguns agricultores ainda manifestam resistência, sobretudo os mais velhos. Isso pode ocorrer devido a um desajustamento do *habitus* (Bourdieu, 1979), quando as condições objetivas da realidade não correspondem às disposições incorporadas e praticadas pelos indivíduos, como é o caso dos agricultores que são inseridos dentro da lógica de transações monetárias via uso de tecnologias. Porém, foi possível observar que em uma das barracas havia uma imagem de um QR Code para que os clientes possam pagar via pix. Mesmo com a resistência de alguns agricultores, foi possível perceber que a maioria já está aderindo ao novo sistema de transação monetária como forma de não perder nenhuma venda. O desajustamento pode levar a conflitos internos e externos, resultando em ajustamentos contínuos do *habitus*, demonstrando que ele é um sistema aberto de disposições que está constantemente sendo afetado por novas experiências.

Desde a sua criação, a feira tem passado por diversas mudanças em seu local de funcionamento, o que tem gerado insatisfação dos agricultores e conflitos entre diversos atores. Na figura nº 5, podemos verificar os locais por onde a feira do produtor de Areia funcionou desde a sua criação. Essa incerteza quanto a ter um local específico para o funcionamento da feira é um dos motivos alegados pelos feirantes que deixaram de vender na feira do produtor. Assim, com tantas mudanças, muitos perderam os clientes, pois quando são mudados de um local para outro, os clientes em sua maioria não ficam sabendo e acabam indo comprar em outros locais, principalmente, no mercado público.

Figura 6 Feira do Produtor em seu quarto local diferente



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O município de Areia não possui um engajamento de uma produção agroecológica e orgânica por parte da sociedade e nem da prefeitura. Embora no município possua uma assistência técnica que é realizada pela Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), ela não é suficiente para a grande demanda dos agricultores, sobretudo, no acompanhamento mais direcionado à produção agroecológica. Apesar do município possuir dois sindicatos que realizam um trabalho diretamente com os trabalhadores rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), entidade histórica no município (Tosi, 1988), aparentemente cumpri um dever mais burocrático junto aos trabalhadores rurais, como por exemplo, a aquisição de aposentadoria e o Sindicato (SAFER), entidade mais recente que tem foco específico na agricultura familiar (Lei nº 11.326 de julho de 2006).

Além disso, vale ressaltar que, o município de Areia é vizinho de vários municípios que recebem apoio de uma importante entidade de apoio aos agricultores familiares na região e um grande baluarte em defesa da agroecologia e da transição agroecológica como forma de desenvolvimento social para os camponeses que é o Polo Sindical da Borborema¹⁷ juntamente com a ONG de prestação de assessoria técnica com foco na agroecologia AS-PTA, atuando em diversos municípios do Agreste paraibano e que possui uma rede de apoio com outras importantes entidades, como por exemplo, a Articulação do Semiárido (ASA). Porém, mesmo tão próximo de uma das maiores redes de apoio à produção agroecológica do país, os agricultores que compõem a feira do produtor de Areia não recebem nenhum tipo de apoio

¹⁷ O nome oficial da instituição é Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema (Poab).

nesse sentido, e tentam por conta própria construir sua própria rede de apoio, articulando ações junto a gestores públicos, por exemplo, executivo municipal e EMPAER, que quando prestam algum tipo de apoio, não tem necessariamente um foco agroecológico ou em ações que objetivam se consolidarem enquanto agricultores “diferenciados” do modo de produção convencional.

Outra importante entidade é o Serviço de Educação Popular (SEDUP) que desde os anos 1980 atua na região do brejo paraibano, reivindicando juntamente com os trabalhadores urbanos e rurais melhores condições de vida e de direitos trabalhistas. Participou junto aos canavieiros/as a luta pelos direitos trabalhistas após a falência da Usina Santa Maria, culminado com a desapropriação das terras da Usina para fins de reforma agrária. Mesmo com a sua atuação na região através do trabalho educativo visando o empoderamento dos grupos sociais, não há registro de sua atuação na construção da feira do produtor de Areia, embora alguns associados e associadas da ADAF façam parte da entidade. Porém, o SEDUP continua atuante na região, com projetos de agriculturas alternativas para os assentados da reforma agrária.

2.5 Trajetória da feira do produtor entre 2008 e 2023

A criação da feira do produtor em Areia se deu a partir da iniciativa dos próprios agricultores, que viram experiências de outras feiras sendo construídas nos anos 2000 e que estava dando certo, mas também de representantes do poder público que abraçaram a ideia. Em entrevista, João relatou como se deu esse processo:

Isso é uma lei municipal, de Areia, fundada por uma senhora chamada “Lúcia de cabeça”, uma vereadora que deu entrada do projeto na prefeitura, na Câmara. Aí com o apoio da EMATER, nós adquirimos oito barracas. Aí, tudo isso foi conversado, mastigado, tudo direitinho, em reunião. Foi fundada a associação primeiro, que no caso, era ADAMA. Aí fomos nessa reunião, fizemos a diretoria, toda a diretoria da associação e fomos discutir o local, no centro, na praça, no centro da cidade. Aí, pronto! Nós discutimos, o prefeito nem sei quem era naquela época. Seu Paulo, acho que era seu Paulo. Aí nós fomos para a praça, as oito pessoas. Começamos ali. Ela pensou o projeto e nós discutimos o lugar (João, 2021).

A partir da ação dos agricultores e da articulação da vereadora do município Maria Lúcia Souto dos Santos, conhecida como “Lúcia de Cabeça” que na época era filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que levou o projeto da criação da feira para a discussão (e aprovação) na câmara municipal de Areia que eles conseguiram espaço para comercializar a

sua produção. Durante toda a pesquisa, apenas seu João cita o nome da ex-vereadora como tendo um papel fundamental para a criação da feira.

Além disso, várias feiras agroecológicas que estavam surgindo nesse período serviram de inspiração para que os agricultores pensassem na possibilidade de criar uma feira especificamente de agricultores do município de Areia, conforme afirma João: *“a gente não vendia em lugar nenhum. Nós vimos, nós vimos um espelho dentro de Campina Grande e João Pessoa, nós vimos que estava dando certo”*. Embora os agricultores não estivessem inseridos nos mercados de feiras, eles já forneciam parte de suas produções para os programas de governo PAA e PNAE, o que já demonstrava que eles possuíam grande potencial produtivo capaz de atender outros mercados. Além disso (e como já foi dito no capítulo anterior), os agricultores se sentiam “lesados” vendendo seus produtos aos atravessadores que levavam parte dos seus lucros. A partir de então, os agricultores foram estimulados por outros atores a seguirem adiante com a ideia.

Outro ator importante é o vereador Irisvaldo que, na época da criação da feira, exercia o cargo de secretário de agricultura do município de Areia e foi o responsável técnico pelo projeto de “criação da feira” submetido ao MDA. Segundo Irisvaldo, era necessário começar logo, de imediato a feira: *“a primeira feira foi no centro da cidade, que a gente tinha que abrir”*. É possível que esta ação tivesse por objetivo não só atender as demandas dos agricultores, mas também a do contexto político da época. O ano de 2008 foi ano eleitoral, e o então prefeito de Areia, Dr. Elson da Cunha Lima Filho, mais conhecido como Dr. Elsinho estava concorrendo à reeleição.

Assim, a feira do produtor iniciou suas atividades em 2008 (figura nº 7), em frente ao Casarão José Rufino, um prédio histórico erguido no início do século XIX, local importante que conta um pouco da história da cidade de Areia. Porém, em virtude de se tratar de um local histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que recebia muitos turistas, a feira não poderia funcionar ali, como aponta o representante da ADAF: *“por ser um lugar turístico, que vinha muita gente de fora, e via e entrava no Casarão José Rufino, e atrapalhava um pouco o movimento em frente, né?”*. A feira funcionou por pouco tempo na frente do Casarão, aproximadamente uns seis meses.

Figura 7 Feira do Produtor em seu primeiro endereço



Foto: Irisvaldo, 2008.

A justificativa para retirada da feira pode indicar algumas percepções que se têm dela: primeiro, como um lugar desorganizado e que, portanto, impediria o movimento em frente ao Casarão; e em segundo, a feira é vista como um elemento que *enfearia* o espaço, uma vez que, ela estaria em uma área onde está localizado um prédio que data do período colonial e traz consigo uma história de opulência, riqueza, o que contrastaria com a feira, que traz elementos do rural, que ainda é visto como atrasado. Além disso, mostra uma certa hierarquização dos **espaços** a partir das desigualdades entre os agentes que estão em disputa pelo **espaço**, como bem afirma Bourdieu (2008, p. 160),

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de "fronteira natural").

É importante ressaltar que, embora o município venha se destacando pelo discurso de um turismo rural, é possível observar uma delimitação dos espaços para o turista ver e para os locais frequentarem. No caso da feira do produtor, ela foi realocada para um espaço mais escondido, longe dos olhares de quem vem de fora. A feira é de certo modo, carregada de vários estigmas e contradições, lugar com muita concentração de pessoas, de fartura, mas ao mesmo tempo de miséria (pois há um número grande de pedintes), lugar que é possível ver a presença de pessoas viciadas em drogas, prostituição etc. A “fronteira natural” a qual Bourdieu se refere, seria a naturalização de certos espaços, onde os agentes sociais se apropriam dele e lhes imprime suas características.

A noção de espaço social reificado proposto pelo autor (Bourdieu, 2008, p. 161) também vai mostrar a forma objetiva dos bens e dos agentes no espaço físico:

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital).

Nesse sentido, o Casarão seria o lugar da exclusividade, dos bens raros (e do valor simbólico que esses bens representam), um lugar frequentado por pessoas dotadas de vários tipos de capitais (econômico, social, cultural e escolar), que visitam o local para adquirir conhecimento e viver experiências. Em relação ao Casarão, a feira é um lugar onde se agrupam várias pessoas, detentoras ou não de capital (econômico, principalmente), mas também de pessoas estigmatizadas. Segundo Bourdieu (2008, p. 163),

o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade (...), da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico.

Desta forma, a retirada da feira da frente do Casarão demonstra a força dos agentes dominantes em relação ao grupo de agricultores que estão subordinados às ações e determinações do poder público local.

A feira do produtor começou com aproximadamente oito agricultores que viam que a cidade precisava de uma feira em dia diferenciado da feira do sábado, como mostra o relato de um agricultor (João):

Começamos com oito agricultores, né e a gente fomos bem acolhidos pelos consumidores na cidade de Areia, a nossa feira começava às quatro da manhã, e nesse tempo só ia até às oito horas do dia, né? Porque ali não tinha uma feira livre na sexta-feira, não tinha. Não tinha, né? E o povo tava precisando muito de... assim, de uma feira de dentro de Areia, né? E a gente começou, né? Levamos os produtos para o centro da cidade, né? Que essa feira era no centro da cidade, né? Alí, vizinho do Casarão José Rufino, ali é parte central, né? Quem sai destino à Lagoa Grande, Pilões à Campina Grande, Esperança, Remígio, tinha que passar pela feira do agricultor, né? Com o grande apoio da EMPAER, né, e a gente ficamos (João, 2022).

Na fala do agricultor, ele aponta que em Areia não existia feira livre na sexta-feira, e que, a escolha para criar uma feira neste dia era justamente para se diferenciar da feira livre que ocorria no sábado, uma feira composta somente de agricultores(as), sem atravessadores. Mais

adiante falaremos mais sobre isso, de como a junção dos agricultores e feirantes dentro do mercado público, na sexta-feira vai tomar outros contornos fazendo com que a feira de sexta se torne maior que a do sábado.

Algo que chama a atenção é o uso do tempo passado como algo positivo para justificar o presente como algo negativo, quando o agricultor diz: “*a nossa feira começava às quatro da manhã, e nesse tempo só ia até às oito horas do dia*”. Aqui ele se refere que, naquele tempo, no dia de sexta-feira, a feira terminava cedo, pois eles conseguiam vender tudo porque não havia concorrência. Assim, essa fala reforça o discurso de não aceitação da junção de parte dos feirantes do sábado vendendo com os agricultores na sexta-feira. Por isso, o agricultor é bem enfático ao dizer que não existia feira livre em outro dia da semana a não ser no sábado.

Outro ponto interessante a ser observado foi a escolha do local para eles iniciarem a feira, que foi em frente ao Casarão José Rufino, um local turístico, onde também está localizada a rodoviária da cidade, com um fluxo bastante grande de entrada e saída de pessoas para outros municípios da região do brejo. Essa escolha dava visibilidade a feira do produtor, como afirma o agricultor com um certo saudosismo:

E a gente gostaria de tá lá porque quem passava ali no centro da cidade via nós, né? Assim, é um ponto de informação que ali tinha uma feira do agricultor, né? Quem passava levava a história de Areia para outra cidade, né? Uma pessoa que sai de João Pessoa, vem de João Pessoa para Esperança via a feira do Agricultor, e perguntar, o que é aquilo? É a feira do agricultor, viu? Fazer aquela propaganda, né, a quem passava lá, né? (João, 2022).

O centro histórico de Areia é um local bastante visitado por turistas de todo o Brasil, mas sobretudo por pessoas de várias cidades do estado da Paraíba. Areia além do seu passado áureo que pode ser vislumbrado nas construções históricas, nos acervos de livros e peças antigas que contam a história da cidade e de seus habitantes ilustres como o pintor Pedro Américo e José Américo de Almeida entre outros, também é conhecida como a segunda cidade do país com o maior número de engenhos de cachaça registrada, recebendo em 2021 o título de “Capital paraibana da cachaça”. Tudo isso faz com que a cidade atraia muitos visitantes.

Desta forma, estar próximo ao Casarão foi uma forma que eles encontraram de serem vistos, lembrados, pois por muito tempo, estiveram à margem, escondidos, e ao dizer: “*E a gente gostaria de tá lá*” demonstra que eles ainda permanecem esquecidos e invisíveis. As pessoas que passavam pelo centro histórico de alguma forma levariam não só as imagens da arquitetura histórica de Areia e da feira do produtor.

Esse período em que a feira funcionou em frente ao Casarão é lembrada com bastante saudosismo por parte dos agricultores, principalmente, os que iniciaram a feira. Foi o auge da feira do produtor, como podemos observar na fala do seu João:

Nós ocupamos o centro de Areia com cinquenta e dois bancos, chegamos num patamar alto, né? Aonde nós ficamos no terceiro lugar da Paraíba, né? Uma das maiores feiras da Paraíba era em Areia. Terceiro lugar, né? Campina Grande é um lugar muito grande também. (...) Primeiro é João Pessoa e segundo é Campina Grande e era nós que ficamos em terceiro lugar, né? Nós vendíamos muito nessa feira e aí ficamos, né? (João, 2021).

Segundo os próprios agricultores, esse período foi muito bom porque tudo que eles traziam para a feira era vendido. Os produtos ofertados na feira eram variados, desde carne de animais pequenos (galinha, codorna, porco, carneiro), frutas e verduras, doces e bolos e muitos outros. E muitos agricultores fazem questão de enfatizar que cedo da manhã já vendiam tudo. Além de os agricultores terem uma variedade de mercadorias disponíveis ao público, um fator importante a ser destacado é que, na sexta-feira não existia nenhuma feira e o mercado público só funcionava aos sábados, ou seja, não havia concorrentes.

A aprovação do projeto de criação da feira iria mudar seus rumos. Logo que aprovado, os agricultores além de ganharem uma barraca e kits para poderem vender seus produtos na feira, também tiveram acesso a curso de capacitação de como atender os clientes, manusear os alimentos (figura nº 8), conforme relata o agricultor:

Nós fizemos o curso, somos capacitados, nós temos é, certificado, né? Como trabalhar os nossos produtos, como atender nossos clientes, como comercializar. É, a higiene, né. A gente tem hoje um curso de capacitação, e foram capacitados setenta e dois agricultores, né? (...) Desses setenta e dois, só cinquenta e dois estavam participando da feira, mas foi um corte bem mastigado, bem conversado, bem discutido, né? (João, 2021).

Um ponto a ser destacado na fala do agricultor diz respeito à ideia de “estar capacitado” a partir de um certificado dado por uma instituição. Ter um certificado, passar a ser reconhecido como capaz, de algum modo representa um valor simbólico para os agentes que em sua maioria mal sabem assinar o próprio nome. Porém, essas ações institucionais por vezes nega o saber que esses agricultores possuem. Após o curso de capacitação, os agricultores (as) ainda permaneceram em frente ao Casarão, mas por pouco tempo.

Figura 8 Capacitação das agricultoras



Fonte: Irisvaldo, 2008.

Embora a feira do produtor de Areia tivesse sido bem-sucedida em termos de aceitação do público e na venda dos produtos, os agricultores (as) foram obrigados a sair do local onde trabalhavam por motivos de que, ali não era o “local ideal” de funcionamento da feira, como podemos observar na fala de Irisvaldo:

A primeira feira foi no centro da cidade, que a gente tinha que abrir. Alguns dias depois, se chegou à conclusão que não era o local ideal, o centro da cidade, a cidade é uma, o município é uma cidade tombada pelo patrimônio histórico, era em frente ao casarão José Rufino, que era de visitação então apesar de ser só um dia por semana mas não era o local ideal (Irisvaldo, 2022).

Podemos observar na fala do vereador como o uso e apropriação dos espaços evidenciam mecanismos de diferenciação e segregação, mas também de construção de uma identidade, onde determinados espaços não podem ser acessados por qualquer pessoa.

Nas conversas informais, era recorrente alguns atores falarem sobre o papel do Ministério Público no processo de retirada da feira do produtor de frente do Casarão, principalmente através de denúncias anônimas. Em entrevista, Zé Ilton que foi um dos fundadores da feira do produtor fala sobre a saída da feira da frente do Casarão: “Era o do centro, do início, na frente do casarão que é um ponto turístico, né? Mas como as coisas não depende da gente, a gente está sempre se adequando, onde chegar a gente se adequa”. Ao afirmar que, “as coisas não dependem da gente”, o entrevistado tenta falar nas entrelinhas como se dá às relações e as influências do poder local, e por possuírem pouco poder de escolhas, o grupo acaba aceitando as decisões que “vem de cima”.

Essas intervenções de outros atores, seja na escolha do dia e do local de funcionamento da feira, mostram como os agricultores não possuem total autonomia nas suas decisões, tendo

que “se adequar às regras” para não perder o pouco que havia conquistado. Isso nos leva a pensar o que Bourdieu (2011) chamou de “*efeito de histerese*” que ocorre quando o “*habitus*” é forçado a operar em contexto estrutural diferente distinto daqueles em que foi formado, ou seja, a partir de suas condições objetivas os agricultores ajustam suas ações através do *habitus*.

A feira do produtor ficou poucos meses na frente do Casarão, sendo realocada para a frente da secretaria de saúde do município, e apesar do pouco tempo de funcionamento do local, é lembrado por quase todos os agricultores(as) como o melhor lugar onde a feira já esteve.

2.5.1 *Em frente a secretaria*

Quando a feira foi transferida para a frente da secretaria de saúde, os agricultores já contavam com uma associação para gerenciar a feira, através de um regulamento. Além de definir normas para o bom funcionamento da feira, o regulamento da associação também possuía regras para quem estivesse interessado em participar da feira. Como vimos anteriormente, assim que o projeto de criação da feira foi aprovado, os recursos para aquisição de barracas e equipamentos foram disponibilizados. Todo o material foi adquirido ainda quando a feira funcionava em frente ao Casarão. Quando a feira foi para a frente da secretaria, no final de 2008, as barracas permaneceram as mesmas e estavam em bom estado de conservação, conforme figura nº 9.

Figura 9 Segundo endereço da Feira



Fonte: Irisvaldo, 2022.

As barracas eram simples, de ferro, pintadas na cor verde e cobertas com uma lona de cores verde e branco e com algumas descrições tais como: Feira do produtor, EMATER-PB e outros nomes que não é possível visualizar na figura. O balcão, a parte onde os produtos são expostos também era feito de ferro, porém era no estilo gradeado. Desta forma, os agricultores colocavam lonas sobre o balcão para que produtos não caíssem entre os espaços gradeados. Além disso, a parte inferior abaixo do balcão também era utilizada para acomodar outros objetos como caixas e carrinhos de mão. Outra coisa que nos chama a atenção na figura é que a maioria dos agricultores já não estão com a farda branca, não sendo possível identificar quem é agricultor e cliente.

Em sua pesquisa sobre feiras agroecológicas na Paraíba, Lima (2017, p. 200) faz uma breve descrição sobre a feira do produtor no município de Areia:

Fazem parte da feira de produtores de Areia aproximadamente 40 famílias, vindas das comunidades Muquem, Lagoa de Santana, Chã de Jardim, Usina Santa Maria, Sítio Macaco, Guaribas, Matagão, Santana, fazenda Riachão e Mangabinha, todas do município de Areia. Os produtores fazem parte da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do município de Areia (ADAF).

Podemos observar, a partir das informações trazidas por Lima, que a feira do produtor contemplava uma diversidade de agricultores oriundos de diversas comunidades pertencentes ao município de Areia, sendo que esta é uma das condições no regimento da associação para quem desejava participar da feira. Além disso, chama-nos a atenção o número de participantes da feira no ano de 2016, período em que Lima esteve em Areia para a pesquisa de campo, conforme registrada na figura abaixo, onde a feira ainda se encontrava funcionando na rua.

Figura 10 Feira em frente a Secretaria municipal de saúde



Fonte: Lima, 2017.

Segundo Lima (2017), a feira contava com cerca de 40 famílias, um número bem significativo, mas que já apresentava uma queda após a saída de frente para o Casarão. Quando

indagado sobre a mudança de local de funcionamento da feira em frente ao Casarão para a frente da secretaria, João (2021) respondeu: “*Aí depois fomos mudados, trocados de lugar, né? De um ponto para outro ponto, né? Também no centro da cidade aonde um pouquinho a feira caiu, né? De pontuação, tipo de banco, né?*”.

Assim, com a primeira mudança de local da feira, há uma pequena queda no número de agricultores participando na feira. Além disso, é possível que, ao se referir que a feira “*caiu de pontuação*”, o agricultor esteja relacionando à posição que a feira ocupava na Paraíba em quantidade de participantes.

Observando o registro feito por Lima, em 2016, podemos observar que as barracas são as mesmas, porém a lona de cobertura mudou, não está mais padronizada. Algumas são pretas, outras azuis, mas a maioria são verdes. Partes delas já estão em processo de deterioração, provavelmente, em virtude dos efeitos do tempo, do sol e da chuva. Um fato interessante é que nesta figura, todos os agricultores estão padronizados. O fardamento agora é da cor verde, que traz as seguintes inscrições: na parte da frente, no bolso, tem a sigla da ADAF que substituiu a antiga ADAMA e na parte de trás, a feira do produtor. Uma das exigências para quem trabalha na feira é que durante os dias de feira os produtores deveriam usar uniforme.

Durante o período que funcionou na frente da secretaria, algumas agricultoras relataram que foi um período que venderam bastante produtos na feira. Vendia-se de tudo, animais pequenos abatidos ou vivos (galinhas), frutas, verduras, doces, artesanatos e muitos outros produtos. Muitos agricultores (as) adquiriram alguns bens materiais como carros, motocicletas, equipamentos para melhorar a produção ou realizaram algumas benfeitorias em suas residências (veremos mais detidamente sobre isso no último capítulo deste trabalho).

A feira do produtor na frente da secretaria foi um local que os agricultores gostavam e permaneceram por uma década no local. Porém, novas denúncias foram feitas afirmando que o local apresentava riscos para os clientes, entre esses, que podiam ser atropelados:

Porque quando foi pra vir pro mercado... eh, se viu que não dava certo na rua, no meio da rua, a feira tava crescendo, passagem de carro, né? Fumaça, os clientes reclamavam também, reclamavam com a gestão, não era nem com eles. Chegava pra gente, “essa feira não dá certo na rua, vocês vão deixar sempre essa feira no meio da rua, a gente até pra comprar é ruim”. Então, se chegou à conclusão que era melhor ir pro mercado (Irisvaldo, 2022).

Os agricultores(as) pouco falaram sobre esse período, que embora tenha sido muito bom para eles, quase não reportam sobre a questão das denúncias. Alguns falam apenas que “teve denúncias” e que tiveram que sair do local. Os argumentos de que a feira havia crescido demais e, por isso, estaria atrapalhando o fluxo de pedestres e de automóveis ou que a fumaça dos

veículos poderia interferir na qualidade dos produtos foram as justificativas utilizadas pela gestão para retirar a feira e os agricultores do local que eles trabalhavam há dez anos. O vereador Irisvaldo (2022) justifica a mudança de local da feira: *“Teve que ir pra dentro do mercado porque já não cabia mais na rua, a feira na rua não é o local certo”*. (...) *“Então, se chegou à conclusão que era melhor ir pro mercado”*.

Historicamente, as feiras nasceram nas ruas. No passado (Séc. XIX), Areia foi um importante centro comercial, onde sua feira era considerada a maior da Paraíba e funcionava na rua. Então, ao que parece, a ideia de tirar a feira da rua pode estar carregada de questões mais profundas. A quem interessava tirar a feira do produtor do local em que ela já funcionava há dez anos? E por quê? Talvez, não consigamos responder a essas questões, pois a maioria dos agentes que de alguma forma fez ou faz parte do processo de construção e de funcionamento da feira preferem não tocar no assunto de forma detalhada. Por se tratar de uma cidade pequena em que todos se conhecem, é possível que exista um medo de represálias, por isso, o silêncio. O local onde a feira funcionava é também um lugar de intenso comércio, principalmente, de médios e pequenos supermercados, e quando a feira funcionava, o comércio informal de vendedores ambulantes também era presente. De todo modo, a retirada da feira do produtor parece ir na direção de tentar “abafar” um grupo, colocando-os mais uma vez à margem.

Na frente da secretaria de saúde, a feira funcionou por muito tempo (final de 2008 até final de 2019, aproximadamente). Nesse período, a feira contava com 52 agricultores(as). A maioria dos agricultores(as) relataram que o local era bom, porém não trazem muitas informações a não ser duas agricultoras que disseram que vendiam muito na feira: Sara que vendia codorna e porco; e Abigail que vendia pamonha e doces nos potes. De qualquer forma, a memória dos agricultores parece ser marcada por momentos muito marcantes, mas que não está ligada ao tempo de vivência do fato, mas a sua intensidade. Por isso, as melhores lembranças estão voltadas para a feira no período do Casarão e as piores serão lembradas no período de funcionamento da feira dentro do mercado público (que veremos a seguir).

Segundo informação de uma agricultora, na época da gestão do então prefeito João Francisco (Filiado ao PSDB, esteve à frente da prefeitura de Areia entre os anos de 2017 e 2020), foi alegado que o funcionamento da feira naquele espaço atrapalhava o fluxo de carros e de pessoas (podendo ocorrer acidentes), além disso, as fumaças que saíam dos carros poluíam as verduras e hortaliças. Todos esses argumentos, segundo ela, foram utilizados para retirar a feira e realocá-la para dentro do mercado público.

2.5.2 Em 2019, a feira do agricultor foi para dentro do mercado.

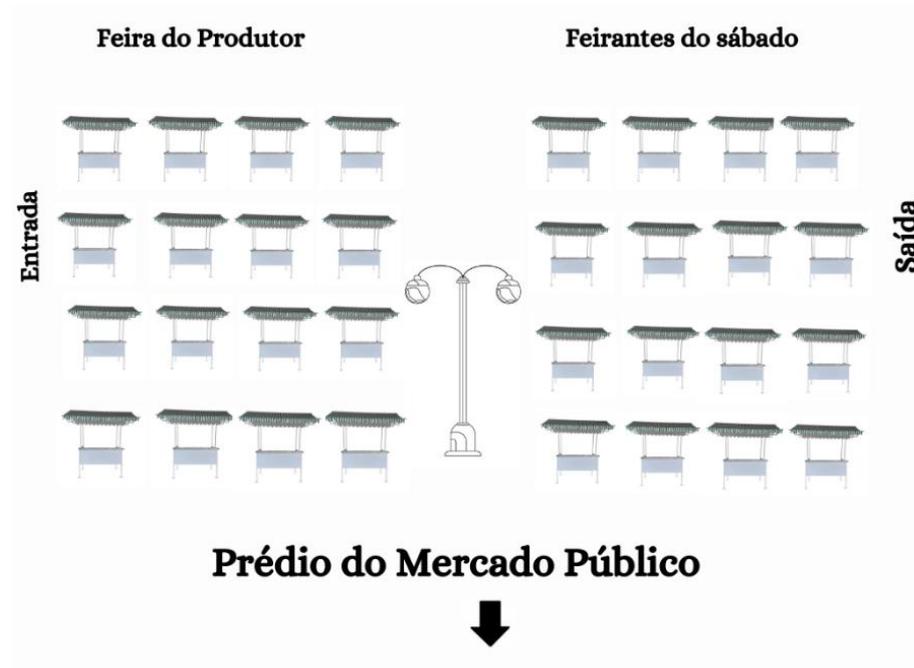
Ao serem inseridos dentro do mercado, os agricultores tiveram que demarcar espaço, pois os feirantes do sábado também começaram a disputar espaço na sexta-feira que era o dia de funcionamento da feira do agricultor. Assim, foi necessário negociar de que forma ambos dividiram o mesmo espaço dentro mercado, conforme relata o então presidente da ADAF em entrevista:

A gente se reuniu com a feira livre e o prefeito e me pediram um espaço. Eu dei 5 metros de distância, e para colocar a faixa, feira do agricultor. Essa faixa ficou responsável o Irisvaldo, secretário de agricultura e ainda hoje não colocou, estou cobrando toda semana e ainda hoje vou cobrar agora, mais uma vez, colocar a faixa dizendo: aqui é a feira do agricultor. Na frente e atrás, onde separa (João, 2022).

Segundo o presidente da ADAF, mesmo com o acordo de distanciamento firmado em reunião, este não foi suficiente para evitar os conflitos entre agricultores e feirantes, sendo necessário separar os grupos demarcando o espaço através de um poste. Embora na fala do entrevistado, o acordo firmado transpareça que tenha ocorrido sem conflitos, não foi o que ocorreu. Em uma conversa informal com seu Samuel (em 2020), ele relatou que, durante a reunião, foi sugerido ao então prefeito da época João Francisco, que os agricultores utilizassem a parte inferior do mercado público (nos fundos do prédio), somente os agricultores, porém o prefeito não concordou e colocou-os na parte superior junto com os outros feirantes de sábado. Esse episódio (a reunião ocorrida em 2019) talvez tenha sido um divisor de águas para os grupos que disputavam o espaço dentro do mercado, sobretudo, para os agricultores da feira do produtor, mas também para o então o prefeito que na época tentaria a reeleição no ano seguinte.

Para entendermos um pouco a dinâmica de funcionamento das feiras no mesmo dia é importante destacar que, existirá uma feira do produtor antes e depois da pandemia do Coronavírus Disease (Covid-19), mudando as relações dentro do mercado, intensificando os conflitos já existente entre os dois grupos, mas também aumentando a pressão dos agricultores sobre o poder público para que os grupos trabalhassem separados. Durante nossas primeiras incursões na feira do produtor, no início do ano de 2020, antes da pandemia, pudemos observar que de fato havia uma separação entre os dois grupos e o poste (figura nº 11) era o que limitava ou impedia que um grupo avançasse o espaço do outro.

Figura 11 Disposição das barracas dentro do Mercado público



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Essa divisão permaneceu até início dos anos de 2020, antes da pandemia. Em uma dessas visitas, o presidente da ADAF fez questão de nos mostrar onde ficava localizado o poste, mas também expressou sua preocupação com o avanço dos feirantes ultrapassando a linha (imaginária) que os separava.

A feira do produtor funcionava dentro do espaço do mercado público, porém na parte que não era coberta. Na primeira figura abaixo, temos a feira vista de cima. É possível ver também o poste e o prédio do mercado (com a caixa d'água). Pela cobertura das barracas podemos observar que há quatro fileiras delas, além disso, elas ainda apresentam bom estado de conservação. Esse registro foi feito durante a pandemia (setembro de 2021), porém com o início da vacinação e as medidas de prevenção e proteção (como o uso de máscaras), muitos estabelecimentos voltaram a funcionar. Nesse período também, a feira já se encontrava misturada (falaremos mais sobre isso adiante).

Na figura nº 12 podemos observar como eram as estruturas das barracas. Além da cobertura de lona amarela, ela possuía uma cobertura amarela na parte inferior com ilustrações sobre a cultura nordestina. As barracas eram de ferro, mediam aproximadamente dois metros de comprimento e a bancada era de ferro e possuíam uma proteção nas laterais evitando que os produtos caíssem no chão. Dependendo da quantidade de produtos, os agricultores podiam ou não dividir as barracas. Agricultores como o seu Luiz e dona Eliza (que está de casaco cinza na figura nº 13), por exemplo, que traziam bastante produtos para a feira, sempre ficavam sozinhos

em uma barraca. Já seu Malaquias, outro agricultor da feira do produtor, dividia a barraca com a esposa, pois a quantidade de produtos trazidos pelos dois cabia em uma só barraca.

Figura 12 Barracas no Mercado público



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Figura 13 Feira do Produtor no Mercado Público



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Além da demarcação espacial entre os grupos dentro do mercado, a vestimenta foi um elemento utilizado para diferenciá-los. Alguns trabalhadores usavam uniformes (camisas) que indicavam a qual grupo pertencia, sendo o uniforme de cor verde utilizada pelos agricultores da feira do produtor e a cor bege usada pelos feirantes de sábado, conforme figura nº 14.

Figura 14 Diferenciação nos uniformes



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

O uso dos uniformes não era somente para diferenciar quem era da feira do produtor ou da feira livre. Havia também um discurso de oposição por trás do uso da vestimenta: produtor

versus feirante; produto sem veneno *versus* produto com veneno; feira do produtor *versus* feira livre. Durante toda a pesquisa os agricultores da feira do produtor acionaram esse discurso de diferenciação social. Nesse sentido, a feira do produtor em si não possui *status*, pois o que vai trazer prestígio para ela é a identidade do ser agricultor/produtor. E essa identidade está carregada pelo discurso do “produtor é quem produz”, “nossa produção é sem veneno”. Essa diferenciação está relacionada às diferentes posições e hierarquias que são estabelecidas no campo com base nos diferentes tipos de capitais dos agentes, que no caso dos agricultores da feira do produtor, seriam os capitais simbólico e ecológico.

Para entendermos as relações entre os agentes no espaço do mercado público recorreremos a dois conceitos importantes formulados por Pierre Bourdieu: *habitus* e campos. O *habitus* segundo Bourdieu (2009, p. 87) são:

sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

Nesse sentido, o *habitus* nas palavras do autor é a mediação entre a ação e a estrutura, o indivíduo e a sociedade. É um conhecimento adquirido (Bourdieu, 1989) ao longo da vida pelos agentes, resultado de um processo de inculcação, sendo produzidos e reproduzidos nas práticas dos agentes em campos específicos. Assim, não dá para pensar o *habitus* sem relacioná-lo ao campo, pois ele é a “incorporação da estrutura e a estruturação das práticas a partir da posição que os agentes ocupam dentro do campo” (Monteiro, 2018, p. 55). Ao definir campo, Bourdieu (2019, p. 109-110) indica que os agentes que fazem parte dele possuem um *habitus* determinado para o referido campo:

Um campo, tratar-se-ia do campo científico, define-se, entre outras coisas, ao definir questões e interesses específicos, que sejam irreduzíveis às questões e aos interesses próprios de outros campos (não podemos ocupar um filósofo com questões de geógrafos), e que não sejam recebidas de alguém que não tenha sido construído para entrar nesse campo (cada categoria de interesse implica a indiferença em relação a outros interesses, outros investimentos, assim destinados a serem percebidos como absurdos, insanos ou sublimes, desinteressados). Para que um campo funcione é preciso que haja desafios e pessoas prontas para jogar o jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, questões etc.

A disputa pelo espaço dentro do mercado motivou os agentes a competirem entre si, os agricultores orientados pelo conhecimento e experiências adquiridas ao longo da vida e os feirantes que também dispõe de um *habitus* que orientam suas práticas. Contudo, nessa arena de competição, os capitais (ecológico, de identidade de agricultor enquanto discurso de

diferenciação) acionados pelos agricultores não foram suficientes para conseguir as reivindicações mínimas exigidas, além disso, a falta de coesão do grupo pode ter sido um fator importante nesse jogo de disputa. Os feirantes através do capital social e de articulação, permaneceram onde estavam, conseguiram que o espaço do mercado fosse destinado somente para as atividades do grupo, além de terem conseguido benfeitorias na feira (realizado pela gestão atual) e um nome que agora os identifica “a feira da fruta e da verdura” (veremos mais sobre isso ao final deste capítulo).

A ida dos agricultores para dentro do mercado causou um descontentamento muito grande no grupo, pois como eles já trabalhavam na rua há mais de dez anos, a mudança de local poderia acarretar perda da freguesia e a descaracterização da feira enquanto feira do produtor. Porém, esse espaço destinado ao funcionamento das duas feiras foi abruptamente modificado com a chegada da pandemia no Brasil em 2020.

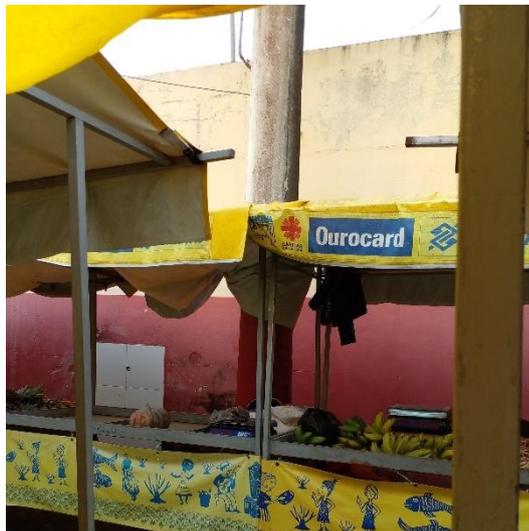
Foi em março de 2020 que o país registrou a primeira morte por Covid-19. Com o aumento dos casos e das mortes pela doença em vários estados do Brasil, várias medidas restritivas foram tomadas, dentre elas o fechamento de vários estabelecimentos. As feiras também foram afetadas. Desta forma, os agricultores ficaram meses sem se reunirem. Em março de 2020, foram emitidos alguns decretos restringindo e liberando as atividades comerciais no município de Areia-PB. O Decreto nº 006/2020 de 21 de março de 2020 determinou o fechamento de estabelecimentos comerciais exceto farmácias, drogarias e postos de gasolina e, posteriormente, o Decreto nº 010/2020 de 03 de abril de 2020, liberando o funcionamento das feiras livres desde que respeitando as seguintes medidas: distanciamento de dois metros entre barracas e feirantes; somente feirantes do município podem exercer atividades na feira; restrição do número de frequentadores; disponibilização de material de higiene e Equipamento de Proteção Individual (EPI) aos feirantes entre outras medidas. Com o agravamento da pandemia e o aumento dos casos, um novo Decreto nº 015/2020 foi emitido em 11 de maio de 2020 proibindo o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, incluindo as feiras livres. Em dezembro de 2020, a feira livre e a do produtor voltam a funcionar, porém não há nenhum decreto formalizando o retorno das atividades dos mercados. Aqui, os agricultores e feirantes já estavam “misturados”.

Em janeiro de 2021, ocorreu a reunião para eleição da nova diretoria da ADAF e o mapeamento da produção para PNAE, mas a questão que se destacou foi a das feiras que haviam se juntado. Na ocasião, Eduardo, o representante da EMPAER disse: “*eu arranjei desamizade com o prefeito por causa da junção da feirinha*”. Embora ele não tenha entrado em detalhes, outras falas dos agricultores, por exemplo, reforçam o tom mais acalorado das relações entre os

agricultores e feirantes: “*temos que marcar uma reunião com a prefeita para ver a situação da feira*”, afirmou uma agricultora na reunião. Essa situação nos chamou a atenção e surgiu uma nova questão: o que ocorreu nesse ínterim (entre a suspensão e o retorno das atividades dentro do mercado)?

Como já foi dito, antes da pandemia havia uma separação espacial entre os dois grupos, onde o poste era o limite entre eles. Porém, no retorno das atividades, os feirantes começaram a ocupar os espaços antes destinados aos agricultores da feira do produtor, e como as barracas não tinham nenhuma identificação de pertencimento a determinado grupo, eles foram ocupando os espaços e as barracas. Desse modo, o agricultor Malaquias que antes do fechamento do mercado ocupava uma das primeiras barracas dentro do espaço destinado à feira do produtor, agora estava próximo a saída do mercado no espaço que era destinado aos feirantes. Com os agricultores e feirantes misturados, o poste que servia para delimitar o funcionamento das feiras também foi tomado por barracas (figura abaixo).

Figura 15 Poste que divide os feirantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Além disso, muitos agricultores desanimados com a situação, deixaram de usar suas fardas de identificação. Na figura nº 16, temos o agricultor Samuel (de camisa azul clara).

Figura 16 Barraca de seu Samuel



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

É importante destacar que a feira dos agricultores já estava bem consolidada e organizada, com uma associação e, por se tratar de agricultores (e, possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP), tinha uma série de benefícios, como acesso à créditos, entre outros direitos, por exemplo, não pagar pelo uso da barraca dentro do mercado. Todos esses fatores despertaram nos feirantes uma insatisfação uma vez que eles consideravam uma concorrência desleal, pois os agricultores são beneficiários de linhas de créditos diferenciadas, colocando-os em vantagens em relação aos antigos (Ramiro, 2021).

Nesse sentido, Bourdieu (1996) aponta que o espaço social é construído de forma que, os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição a partir de princípios de diferenciação. No caso específico das disputas entre os feirantes e agricultores, podemos observar que ambos buscam estratégias de sobrevivência e manutenção de seus grupos. Um elemento que tem sido importante nesse jogo é o capital social que cada grupo tem tentado construir. Além disso, o fator político tem um grande peso nessa disputa, seja em favor dos agricultores ou dos feirantes, e isso tem causado uma insegurança para ambos, pois dependendo do cenário político local, um grupo sempre sairá perdendo.

Ir para dentro do mercado não foi uma escolha dos agricultores. A maioria falou que foram obrigados a trabalhar dentro do mercado:

A princípio os agricultores não gostaram e tal, mas quando a gente foi para o mercado viu que era possível funcionar no mercado, desde que houvesse uma separação: “a partir daqui é agricultor familiar e convencional separado, que a gente deixava uma distância de uns três metros. O pessoal desrespeitava muito, os da feira convencional (Irisvaldo, 2022).

A entrada no mercado para muitos agricultores foi a pior coisa que havia acontecido. Nas visitas à feira, esse descontentamento era geral com quem conversamos. Em Areia a feira livre sempre foi no sábado, não existia feira na sexta até a feira do produtor surgir. A escolha da sexta para o funcionamento da feira do produtor foi dos próprios agricultores. Ao serem obrigados a irem para dentro do mercado público, os agricultores permaneceram vendendo na sexta-feira, porém os feirantes que vendiam no sábado também começaram a comercializar seus produtos na sexta juntamente com os agricultores.

Se os feirantes de sábado estavam insatisfeitos com os agricultores e consideravam a concorrência desleal por eles serem beneficiados com políticas de crédito do governo, os agricultores também não gostavam da ideia de dividir espaços com os feirantes de sábado:

Aí ficou ruim pra nós ali, né? Porque botaram a gente mesmo naquele... mas é melhor do que lá dentro. É melhor do que tá junto da feira, da feira do mercado público, da feira livre. Era pior no começo, quando nós começamos lá dentro do mercado. E uma que a mercadoria da gente não fica vista, né? Porque nós estamos trabalhando com aquele negociante que negocia com os produtos da CEASA (Samuel, 2022).

Embora seu Samuel demonstre insatisfação com o novo local de funcionamento da feira (que falaremos sobre isso a seguir), ele deixa bem claro que é melhor do que estar dentro do mercado. Na figura nº 17 podemos observar que os clientes e vendedores se misturam, dificultando a identificação de ambos, principalmente, de identificar quais produtos são da CEASA dos que não são.

Figura 17 Clientes e vendedores



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Para a maioria dos agricultores, a entrada no mercado público foi negativa, principalmente, porque a feira perdeu sua característica que a distinguia da feira livre: *“E a gente passamos a trabalhar dentro do mercado aonde já não era mais uma feira do agricultor,*

aí misturou a feira do agricultor” (João, 2021); *“Jogamos aqui no mercado e junto ao pessoal da feira livre. Aí praticamente acabou. A feira do agricultor não tinha mais característica”* (Zé Ilton, 2022). Nesse sentido, observamos nas falas a importância que tem a questão espacial enquanto signo distintivo entre a feira do produtor e a feira convencional, juntamente com o discurso do não uso de agrotóxicos e por se tratar de uma feira feita por agricultores. E nessa luta por legitimidade social, cada signo é importante, até porque quando não se dispõe de muitos recursos nas disputas sociais, cada capital distintivo é essencial. Nas falas dos dois agricultores, a feira do produtor ao ser colocada no mesmo espaço da feira livre perdeu o seu valor distintivo, ou seja, ela passou a ser uma feira comum. Contudo, o que está em jogo é a valorização e legitimação de uma identidade do ser agricultor construída ao longo do tempo. Logo, os discursos dos agricultores são estratégias utilizadas visando manter o seu capital simbólico.

2.5.3 2022 – A feira do produtor em frente ao STR de Areia

Durante o período que estiveram trabalhando dentro do mercado público, os agricultores sempre procuraram a gestão (tanto a anterior quanto a atual) para dialogar, expor suas insatisfações e solicitar um novo local para que eles pudessem trabalhar fora do mercado. Após diversas tentativas, no dia 19 de janeiro de 2022, os agricultores se reuniram com a atual prefeita Sílvia (que praticamente não abriu a boca), pois o seu marido, o ex-prefeito “Elsinho” foi quem conduziu toda a conversa. Em sua fala inicial, ele disse que, como idealizador da feira na época de sua gestão, a feira foi uma das maiores da Paraíba. *“Tem que voltar à feira do agricultor. Vários municípios têm feira do agricultor, só Areia que não tem”*, afirmou Elsinho. Além do novo espaço, várias promessas foram feitas para o funcionamento da feira tais como: barracas novas, fardamento padrão para os agricultores, e que, *“dinheiro não falta para isso”*.

No dia 25 de janeiro, aconteceu uma reunião com os agricultores e representantes da EMPAER. João fala um pouco sobre a reunião com a prefeita e, nesse momento, ele diz que, *“o prefeito vai dar um lugar e os bancos serão reformados”, “ele se comprometeu em pintar e reformar e forrar os bancos”*. Em muitos momentos o ex-prefeito era citado como se ele fosse o atual gestor, apagando o papel da prefeita. Outro ponto a ser destacado na fala de João é que as promessas feitas pela gestão soavam mais como benesses e não como um processo de luta e de reivindicação dos agricultores(as). Eduardo representante da EMPAER, que também esteve na reunião com a prefeita, reiterou sobre o que foi dito na reunião: *“vai ter a faixa, vamos*

organizar todas as barracas, não tem escolha de ponto, pois a feira será central, padronizada e terá divulgação na rádio e no carro de som". Doze agricultores manifestaram interesse em participar da feira.

Figura 18 Reunião entre prefeitura e feirantes na sede da EMPAER Areia



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O ponto alto da reunião girou em torno de como ficariam os agricultores(as) que queriam continuar vendendo dentro do mercado. Muitos agricultores(as) no decorrer do tempo trabalhando dentro do Mercado acabaram vendendo também no sábado, com isso, ficaram receosos em perder suas barracas não estando na sexta-feira, conforme podemos observar na fala de um agricultor: *“eu quero participar da feira da sexta, mas não quero perder a barraca que eu vendia na sexta na feira livre e que também vendo no sábado*”. Quando a feira do produtor passou a funcionar dentro do mercado, na sexta-feira, muitos agricultores(as) aproveitaram para vender também no dia de sábado, ou seja, vendiam nos dois dias. Como as barracas não possuem nomes de quem nelas trabalham, se ausentar desse espaço pode implicar na perda dele. Esse era o medo do agricultor de chegar no sábado e encontrar outra pessoa na “sua barraca”.

Segundo alguns agricultores, quando a feira do produtor foi para dentro do mercado ela atraiu a atenção dos feirantes, pois além de grande (ter muitos agricultores vendendo) ela já tinha um público que lhe acompanhava desde o início de sua criação. Tentaremos compreender melhor como a sexta-feira vai se consolidar como um dia também de feira no mercado público por conta da feira do produtor com a fala de João (2021):

E a gente começou no foco grande, né? Foi crescendo, crescendo, crescendo. Quem viu a gente crescer e viu o espaço dentro do mercado, viu o espaço sem a gente estar lá, viu? Porque a gente estava fora. Mas viu o espaço do mercado. E assim, eu

*também vou colocar, né? Uma semana vinha um, uma semana vinha outro, com um pouco mais, encheu o mercado, né? Do mercado. Eh, tinha um senhor lá que vendia carne de bode, não sei se você já viu. Ele matava dezoito bode por feira e um garrote, e era da feira do agricultor, vendia todinho. Quer dizer, ele tinha um patamar financeiro, né? Estava crescendo, mas quando os outros viram que ele estava vendendo bastante, vou colocar, entendeu? **E a feira cresceu bastante, cresceu, cresceu, cresceu, cresceu, a feira livre e a gente também crescendo, crescendo, crescendo.** Chegamos a colocar até cinquenta e três bancos, né? E, aí pronto, **aí a gente tivemos, forçado, forçado não foi coisa de livre vontade, forçado para ir para dentro do mercado.** Separaram o povo, aí pronto. Até hoje, Areia tem duas feiras. Uma na sexta e a outra no sábado. Eh, porque a feira da sexta-feira era só dos agricultores. Hoje não é mais. A feira de Areia oficial é no sábado. Mas hoje não, **hoje a feira da sexta é maior que a do sábado, hoje, hoje, porque os agricultores estão na sexta-feira, mas também os agricultores estão no sábado também, entendeu?** (João, 2021).*

Nesse trecho da entrevista, podemos observar que a feira do produtor enquanto crescia fora do mercado, outra feira estava se formando dentro do espaço aberto do mercado público atraída pelo movimento da feira do produtor. A feira livre/mercado público funcionava apenas no sábado e dentro do prédio. Dessa forma, quando a feira do produtor, os agricultores são colocados dentro do mercado, os feirantes já estavam ocupando parte do espaço ao lado do prédio. Assim, ao chegarem no mercado, os agricultores já encontraram os feirantes, e mesmo possuindo uma trajetória de luta por reconhecimento e direitos, com um grupo consolidado, os agricultores não conseguiram impor suas condições e foram obrigados a trabalhar com os feirantes.

Após as reuniões com os gestores públicos e representantes da EMPAER ficou decidido que a feira do produtor recomeçaria com dez barracas, fora do mercado público, e de acordo com a chegada de novos agricultores novas barracas iam sendo colocadas. A falta de um projeto concreto por parte da gestão municipal aliado a ânsia dos agricultores em sair de dentro do mercado denota que essa ação era apenas para dar uma resposta rápida aos anseios dos agricultores, como podemos observar em algumas falas:

“A gente tá fazendo uma tentativa” (Eduardo/EMPAER);

“A prefeitura vai fazer de tudo para que o agricultor não saia no prejuízo. **O coração da feira livre são vocês, quando vocês saírem vão enfraquecer eles**” (Júnior/EMPAER);

“Recebi mensagem do Dr. Elsinho sobre as barracas, ou seja, ele tem interesse em ajudar” (Eduardo/EMPAER);

“O negócio é que na próxima gestão não mude” (Zé Ilton/SAFER);

“É preciso uma lei de proteção aos agricultores da feira para garantir os nossos direitos e os vereadores podem fazer isso” (Gabriel/Agricultor).

Nas três primeiras falas, os dois representantes da EMPAER já indicam que o novo espaço de funcionamento da feira pode não dar certo, mas minimiza afirmando que a prefeitura

não tem medido esforços para “ajudar” os agricultores demonstrando um caráter assistencialista das ações em relação à feira do produtor. Na fala de Junior, chama-nos a atenção a seguinte frase: *“O coração da feira livre são vocês, quando vocês saírem vão enfraquecer eles”*. Durante a pesquisa, essa fala foi bastante proferida por alguns agricultores que, quando eles saíssem de dentro do mercado, haveria uma queda nas vendas em virtude da diminuição de circulação de clientes (pois quem ia para o mercado buscava um produto diferenciado, no caso, produtos sem veneno) e, conseqüentemente, um enfraquecimento dos feirantes, porém o que ocorreu foi o inverso (veremos mais adiante). Nas duas últimas falas, o tom é de preocupação. Sem garantias legais e sem um espaço fixo para trabalharem, os agricultores ficam dependentes da “boa vontade” de gestores e políticos locais.

No dia 04/03/2022, a feira do produtor foi reinaugurada, em um novo local, após inúmeras reivindicações dos agricultores que estavam insatisfeitos por não terem um espaço só deles para a comercializar os seus produtos. Houve uma ampla divulgação nas redes sociais oficiais da prefeitura (figura nº 19), bem como na página pessoal do ex-prefeito (figura nº 20).

Figura 19 Reinauguração da feira na agenda da prefeitura

Figura 20 Compartilhamento da notícia pelo ex-prefeito



Fonte: Conta no Instagram da prefeitura, 2022.



Fonte: Conta no Instagram do ex-prefeito, 2022.

Na figura nº 21, podemos observar a feira vista de cima. O novo endereço era a avenida Manoel da Silva, no espaço do meio fio. Foram armadas dez barracas, porém faltaram dois agricultores (o casal, dona Rute e seu Malaquias).

Figura 21 Reinauguração da Feira do Produtor em seu quarto local



Fonte: Prefeitura de Areia, 2022.

A feira do agricultor estava localizada numa avenida que é bastante movimentada (principalmente, a partir das 07:00 da manhã), onde têm muitos comércios, secretarias e que fica próximo da feira livre. Embora os agricultores tenham ficado satisfeitos com a localização, o sentimento ainda era de insegurança quanto a sua permanência no local. Duas preocupações foram apontadas: a primeira é que o espaço é pequeno, e caso mais agricultores desejassem entrar para a feira, não haveria espaço para colocar mais barracas. A segunda preocupação é justamente sobre a possibilidade de saírem dali pelos mesmos motivos que eles foram retirados da frente da secretaria de saúde na gestão passada, que por ser um local de bastante fluxo de carros, isso poderia trazer alguns riscos físicos aos clientes e aos agricultores, e por estarem em um ambiente aberto, os produtos estariam expostos a contaminação, principalmente da fumaça que sai dos carros.

Pouco tempo depois, outros problemas começaram a surgir. Na figura nº 22, podemos observar um caminhão estacionado ao lado das barracas dificultando a mobilidade de clientes e agricultores, além de bloquear a visão da feira.

Figura 22 Caminhão muito próximo das barracas



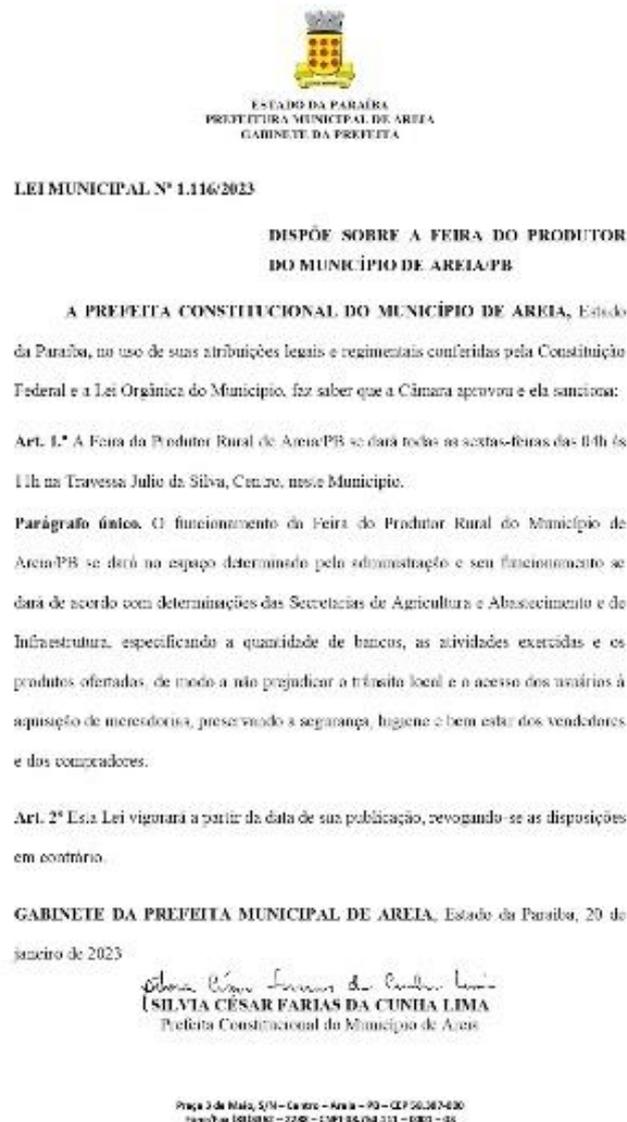
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Todos esses problemas levaram os agricultores a reivindicarem (mais uma vez) um local adequado para o funcionamento da feira. Embora tenha permanecido por pouco tempo nesse novo local, isso foi suficiente para que alguns agricultores saíssem da feira do produtor e voltassem para a feira dentro do mercado (essa discussão será feita no próximo capítulo).

2.5.4 2023 – A feira do produtor ao lado da saída do Mercado Público

Após muita luta e reivindicação dos agricultores, foi aprovada e sancionada a Lei – 1.116/2023 regulamentando o funcionamento da feira do produtor em um local e dia específico (permanecendo às sextas-feiras), com hora para começar e terminar (figura nº 23).

Figura 23 Lei regulamentado a Feira do Produtor



Fonte: Prefeitura de Areia, 2023.

O local fica ao lado da saída do mercado público. Em minhas duas últimas visitas à feira, conversei com alguns agricultores(as) que falaram que o local era bom e que esperavam que eles não fossem tirados dali. Embora os agricultores estejam satisfeitos com o novo local, ainda há problemas a serem resolvidos, por exemplo, proibir a circulação de automóveis, principalmente de caminhões no local. O atual presidente da ADAF, o agricultor Messias, nos contou que vai procurar a gestão para cobrar as promessas de melhorias para a feira feitas em reuniões anteriores. Durante a nossa conversa, um caminhão passou e saiu arrastando uma das barracas. “*Ainda bem que vocês estavam aqui e viram*”, afirmou o agricultor. Além disso, Messias reclamou do descaso da gestão que colocaram eles lá, mas sem nenhuma estrutura, faltando arrumar as barracas e marcar os lugares.

Embora os agricultores tenham conseguido conquistar um espaço separado que eles tanto almejavam, ainda é perceptível a insatisfação dos agricultores que não possuem ainda as mínimas condições para trabalharem. As barracas velhas, as lonas rasgadas, a bancada de tapume de madeira com mofo ou deteriorada pela chuva e sol, a falta de fardamento entre outros não condizem com história e a identidade da feira construída há 16 anos, que tem como base a diferenciação de outros mercados, da produção sem veneno, da promoção de consumos de alimentos saudáveis, da higiene entre outros.

2.6 Sociabilidades na feira do produtor

Uma das coisas que pude observar na feira diz respeito ao processo de construção das relações sociais, especialmente entre feirantes e clientes, que acontecem de forma um pouco diferente do que observamos em outras feiras mais populares. Os sons, os cheiros, os gestos, as falas, os espaços, a estética entre outros elementos que estão comumente relacionados aos espaços das feiras, também podem ser encontradas na feira do produtor em Areia, porém com menor intensidade ou com outros significados. Para esta apresentação farei alguns apontamentos sobre as sociabilidades que observamos na feira do produtor ao longo da pesquisa.

“Os chamados” – É muito comum sermos abordados por feirantes, nos convidando a olhar os seus produtos, tentando nos convencer a comprar ou experimentar alguma coisa da banca. Às vezes, com frases prontas do tipo, “moça bonita não paga, mas também não leva”. A verdade é que, durante a pesquisa de campo na feira do produtor, não vi esse tipo de *marketing* para atrair fregueses ou qualquer tipo de convite para que as pessoas que estão passando pela feira se sintam atraídas a olhar os produtos. Isso nos leva a pensar que, o fato de a feira ser da agricultura familiar, de que os produtos ofertados são produzidos sem veneno são a própria propaganda da feira, não necessitando de outros argumentos.

Estética da feira e dos produtos – A feira possui 10 barracas improvisadas (falta a gestão arrumar a parte da mesa, onde se coloca os produtos, pois é usado uma espécie de compensado para se fazer de mesa). Os feirantes trazem lonas para cobrir o compensado e tornar a barraca visivelmente mais bonita. As barracas são armadas na quinta-feira por alguns rapazes do município recebendo o valor de 10,00 reais por cada barraca. Desta forma, é importante que o agricultor(a) avise com antecedência de que irá para a feira ou não. O valor é pago na sexta-

feira. Um dos rapazes passa em cada barraca fazendo o recolhimento do dinheiro de cada feirante. Após desarmadas, elas são guardadas no prédio do SAFER. Na figura nº 24, podemos observar os rapazes desmontando as barracas.

Figura 24 Jovens são "contratados" para desmontar e guardar as barracas



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Ordem das barracas – Em um primeiro momento, quando observamos as falas dos agricultores, percebemos que a distribuição dos feirantes se dá da seguinte maneira: os mais antigos na feira ocupam as primeiras barracas que ficam próximas à rua principal. Boa parte dos feirantes, sobretudo os mais velhos e antigos, chegam por volta das 03:30 e 04:00 horas da madrugada na feira, assim, ficam com as barracas mais próximas da rua principal.

Seguindo essa ordem linear, os agricultores estão dispostos da seguinte forma conforme imagens abaixo:

Na primeira barraca (ao lado da moto), trabalha o agricultor (e assentado) João; na segunda barraca, trabalha o agricultor (e assentado) Samuel; na terceira barraca, trabalha o jovem agricultor (produtor de batatas doces) Gabriel; na quarta e na quinta barraca, Messias; na sexta barraca trabalha a agricultora (produtora de queijos) Sara; na sétima barraca trabalha a agricultora (produtora dos bolos e doces) Abigail; na oitava barraca trabalha a agricultora (e assentada) Isabel; na nona barraca trabalha o agricultor Malaquias (também assentado e pai de Isabel); e na décima barraca trabalha a agricultora Berenice (que produz flores e cactos).

Figura 25 Feira em sua atual localização



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Figura 26 Feira do Produtor



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os feirantes também não possuem uniformes novos, por isso vão com roupas normais, ou com a farda antiga, às vezes, com uma roupa mais desgastada (os homens, no caso) mesmo, exceto a agricultora Abigail (figura nº 27) que usa uma espécie de jaleco branco, pois como trabalha com comida, o branco é uma cor que traduz limpeza e higiene. É uma forma de demonstrar através da roupa limpa que a agricultora tem zelo pelas coisas e que os seus produtos são feitos de forma asseada.

Figura 27 Barraca de café da manhã



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os produtos – Em relação à organização dos produtos, é possível notar que alguns agricultores, sobretudo as agricultoras, procuram sempre passar uma imagem de organização. Embora Vedana (2008) afirme que a disposição dos alimentos nas bancas tem a ver com um traço de cada feirante, que organiza os seus produtos como forma de atrair os clientes, acreditamos que mais do que uma característica pessoal, essa organização, sobretudo nas barracas onde as vendedoras são mulheres, ela está relacionada ao que Garcia-Parpet (1992, p. 7) chama *habitus* feminino:

Exigindo pouco investimento inicial - os utensílios domésticos podem ser usados para “botar banco” -, é um setor em que são valorizados o conhecimento e o *habitus* feminino: fazer refeições, guardar as armas dos compradores e vendedores, eventualmente cuidar de uma gripe com um chá, ser discreta e amável, são estas as atividades e qualidades para as quais as mulheres são socializadas desde a infância no seio da unidade doméstica. É também um setor em que elas não sofrem a concorrência masculina. De fato, para os camponeses, a atividade culinária é a atividade feminina por excelência, e não pode ser executada em público pelos homens.

A forma como os doces são organizados, embalados, agrupados por categorias, a toalha de mesa que decora, mas também protege o alimento do contato com a superfície da bancada da barraca (figura nº 28). Essas habilidades e disposições na feira estão relacionadas aos conhecimentos adquiridos no interior da unidade doméstica.

Figura 28 Organização na apresentação dos produtos



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Em relação a estética dos produtos, aqueles que são *in natura* como frutas e verduras, pude observar que os agricultores da feira do produtor não usam recipientes com água para colocar suas hortaliças, por exemplo. Esse tipo de prática é muito comum em outras feiras, pois tem como objetivo conservar por mais tempo esse tipo de produto, por exemplo, o coentro. Assim, quando é por volta de 09:00h da manhã, as hortaliças já estão murchas por causa do sol forte. Minha hipótese para que os agricultores não utilizem desse tipo de mecanismo para conservar tais produtos é que eles não querem permanecer por muito tempo na feira, justamente porque a feira não tem essa função de se prolongar o dia todo. O objetivo é que se venda tudo pela manhã.

Ainda sobre a **estética dos produtos**, há uma preocupação por parte dos agricultores(as) em apresentar um produto bonito, porém, esse bonito tem um outro significado. O bonito não é um produto sem manchas, por exemplo. Em uma das minhas primeiras visitas à feira, ainda quando funcionava dentro do mercado público, a agricultora Abigail ao apontar para uma barraca me disse: “*tá vendendo aquela fruta ali? Bonitinha, né. Ela tá cheia de veneno. Quando você ver uma fruta grande e bonitinha, ela tá cheia do veneno*”. Esse é um assunto que vários agricultores relataram que quando algumas pessoas veem uma fruta muito pequena ou com manchas acha que ela não presta, então, preferem comprar as que estão com aparência mais bonita e maiores. Contudo, a diferença de preço entre os produtos comercializados entre agricultores e feirantes é mínima. E por que algumas pessoas ao invés de comprar alimentos da agricultura familiar preferem comprar dos feirantes que compram da CEASA? Embora nossa pesquisa não tenha se detido a analisar a clientela dos trabalhadores da feira, tentaremos responder essa questão a partir de trabalhos sobre as escolhas alimentares.

Bertoncelo (2019) ao analisar as práticas alimentares no Brasil, buscou compreender a relação entre classe social e alimentação para analisar a reprodução de desigualdades e hierarquias simbólicas na sociedade brasileira. Da sua pesquisa e análise sobre a “*estratificação social do consumo alimentar*” destacamos dois padrões de consumo alimentar que nos dão uma pista para entender o comportamento dos consumidores e suas escolhas dentro do espaço do mercado público.

O primeiro está relacionado aos recursos econômicos. Os tipos de alimentos consumidos podem indicar o acesso dos grupos sociais a recursos econômicos. Grupos com maior poder aquisitivo tendem a consumir alimentos mais caros e sofisticados, enquanto grupos de menor renda podem ter uma dieta mais restrita. Neste caso, quem tem limitações financeiras, pouco dinheiro, tende a comprar uma palma de banana maior, por exemplo, mesmo que esta seja oriunda da CEASA do que comprar uma palma de banana pequena produzida pelo agricultor, sem veneno. Segundo Bourdieu (2011, p. 189), isso acontece porque nas classes populares, dotadas de menor capital econômico e cultural – “a alimentação e o ato de comer a partir da oposição entre a forma e a substância: em um caso, a alimentação é reivindicada em sua verdade de substância nutritiva por sustentar a corpo e fornecer energia”, ou seja, as condições de existência dos agentes são marcadas pela necessidade material, que vai orientá-lo a escolher um produto maior ou mais pesado.

Simbolicamente, o gosto por alimentos pesados, mais baratos e que saciam a fome se difere dos produtos que possuem a mesma composição nutricional, porém um pouco mais caros. Isso nos leva ao segundo padrão que é o estilo de vida. Há, portanto, uma clientela que busca alimentos mais saudáveis, que estão preocupados com o corpo e com a saúde, não se importando com o tamanho dos produtos expostos nas barracas. As escolhas alimentares também estão intrinsecamente ligadas à construção de identidades e estilos de vida dos diferentes grupos sociais, reforçando hierarquias simbólicas na sociedade (Bertoncelo, 2019).

Em outro momento de visita à feira, o agricultor Samuel trouxe várias mangas com algumas manchas pretas para vender na feira (figura nº 29). Embora não tenha vendido tudo e ter distribuído boa parte entre algumas agricultoras da feira, esse agricultor entende que, o seu produto não precisa ter aparência bonita, pois ele já possui (simbolicamente) o selo de qualidade e isso basta. E, por vezes, ouvimos o próprio agricultor dizer que seu produto é bom, pois não tem veneno.

Figura 29 Mangas

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Em relação à **percepção dos sentidos** na feira, a questão visual está presente, sobretudo quando as barracas são organizadas pelas mulheres. Mas isso não significa que não exista uma preocupação por parte dos agricultores (homens) em relação à apresentação da feira, porém eles não se cobram. Há um entendimento de que a feira precisa estar bem apresentável, com as barracas organizadas (pintadas, com lonas e bancada resistentes), com **muitos produtos expostos**, de preferência variados, pois isso chama a atenção dos frequentadores. Essa questão foi bastante relatada pelos agricultores, inclusive, por agricultores que fizeram parte da feira do agricultor (continua vendendo no mercado público). Essa questão de ter uma barraca cheia de produtos, sobretudo variados, é um problema para alguns agricultores, como é o caso do seu Malaquias que, por não ter outros produtos para levar para a feira ou ter apenas um produto, no caso a banana, prefere ficar em casa.

Existe um contato visual na feira por parte dos clientes. Às vezes, eles passam o olho nas mercadorias expostas e se veem que estão murchas nem compram. Mas esse contato pode ser direcionado ao agricultor que está na barraca. Um olhar acompanhado de um sorriso ou aceno é uma forma de eles se comunicarem. A questão olfativa existe, mas em menor intensidade se comparado a outras feiras e mercados. Isso ocorre porque os produtos além de não serem tão variados, os que são vendidos geralmente são repetidos, o que acaba que o cheiro se torna único. Até as flores parecem não exalar perfume.

O paladar é um dos sentidos bastante aguçados, principalmente nas barracas de queijo e de bolos. As agricultoras sempre oferecem uma pequena porção dos seus produtos para que os clientes provem e se sintam estimulados a comprar. Essa é uma estratégia que dá certo. Em relação ao tato, é muito comum os clientes pegarem nas mercadorias, compará-las e decidir por

vezes pelo tamanho. As hortaliças também são alvos de verificação, por isso, alguns clientes tocam os produtos para saber se estão boas. Se forem frutas, do tipo abacate, geralmente se aperta para saber se está verde ou madura (de vez).

Segundo Vedana (2008, p. 144-145), feira possui uma atmosfera particular que permite aos clientes e agricultores feirantes se envolverem:

Tudo o que é falado guarda um sentido que se revela ou expressa em alguma coisa que está acontecendo: um freguês escolhendo suas compras já dá ensejo para o início de um anúncio sobre determinado produto, a informação de que há uma promoção na banca; cada fala se direciona ao freguês e ao mesmo tempo cumpre o papel de informar a todos dentro da banca como andam as coisas, alguém olha para o moranguinho, é hora de reafirmar a qualidade, o preço baixo, a beleza e o sabor desta fruta, é hora também de avisar que é preciso colocar mais moranguinhos na banca, é hora de fazer uma brincadeira, de chamar o colega a ocupar seu lugar na banca.

Assim, estar na feira é experienciado de forma coletiva e individual, a partir das funções executadas por cada agricultor feirantes através de suas performances, dos seus gestos, da forma de se comunicar com o grupo ou com os clientes, das brincadeiras e do compartilhamento da vida social.

Performance na feira – Uma das coisas que nos chamou a atenção foi a questão performativa dos agricultores feirantes, as falas, as brincadeiras no interior da feira e gestos corporais demonstrando que existe um ser feirante em construção. Contudo, podemos afirmar que há uma memória do ser agricultor(a) já construída. E essa memória de agricultor pode ser observada no próprio corpo, através das marcas deixadas pelo tempo, do corpo queimado do sol, pelas mãos calejadas e muitas vezes pelo rosto abatido. Essas marcas no corpo fazem parte da sua constituição como agricultor. A história está inscrita nas coisas, mas também nos corpos (Bourdieu, 2019).

Embora eles não utilizem a categoria de feirante para se definirem, e sim a de agricultor, o ser feirante está presente, e sendo construído no dia a dia, quando ele ao mesmo tempo quer e não quer sair da feira. No capítulo 1 deste trabalho, citamos uma fala de um agricultor João, que relatou cansaço e que pensava em sair da feira, pois as outras fontes de renda que tem (trabalhando no condomínio e fornecendo para o PAA e PNAE) lhe permitia ter uma vida confortável. Mas logo em seguida, ele afirmou que gosta de estar na feira, de conversar com as pessoas, reencontrar amigos. São essas relações construídas no cotidiano da feira que torna o feirante quem ele é, ou seja, não é só uma pessoa que vende mercadorias, mas o que constrói relações, subjetividades. Ao analisar os processos de sociabilidade na feira de Campina Grande, Rolim (2023, p. 80) também observou a dupla eficácia da relação trabalho e socialização entre fregueses e feirantes:

O certo é que as performances que envolvem interações e brincadeiras com a freguesia são acionadas pelos feirantes como práticas capazes de garantir a atenção dos fregueses e a consequente venda dos produtos que ali são comercializados, possuindo ainda a finalidade de aproximá-los, tornando as relações entre eles mais “amigáveis” e até mesmo prazerosas. É nesse sentido que criar vínculos, abrir espaço para o novo e para as novas formas de sociabilidade produzem uma dupla eficácia. Elas garantem de um lado a venda e o lucro e, de outro, criam as condições necessárias para o entretenimento. É trabalho e estratégia de venda sim, mas é também socialização, brincadeira e divertimento.

As brincadeiras jocosas, falas machistas ou “salientes” são reverberadas na feira de modo que, “as regras que valeriam para outros espaços não valem na feira” (Sato, 2012, p. 125). Além disso, brincadeiras relacionadas a candidatos ou partidos políticos também foram utilizadas por alguns agricultores como forma de se posicionar e/ou criticar o antigo governo de Jair Bolsonaro (na época era filiado ao Partido Social Liberal – PSL e governou o país de 2019 a 2022), mas também, há agricultores que defendem o ex-presidente e são críticos ferrenhos do atual presidente Lula (filiação ao Partido dos Trabalhadores – PT). É importante ressaltar que, para se “tirar uma brincadeira” dessas, o agricultor precisa ter um nível de relacionamento com o outro(a) de longa duração, que ele conheça os gostos pessoais, preferências políticas, entre outras particularidades. Exemplificarei algumas dessas situações:

Em uma de nossas idas à feira, enquanto tomava café na barraca de Abigail, seu João começou uma conversa com ela e seu esposo (Manuel), mas que tomou o seguinte rumo: “*Faça tudo bem direitinho, viu. Senão você vai apanhar em casa*” disse João ao esposo de Abigail. De repente, todos riam e Abigail confirmava tudo o que o companheiro de feira dizia. Embora visivelmente constrangido, o marido de Abigail concorda com a fala de seu João. Abigail é uma mulher muito despreendida, que fala na feira, que chama a atenção pelo seu carisma, enquanto o seu marido fica calado, porém é ele quem cuida do dinheiro, quem dá o troco (provavelmente, ele cuida do dinheiro por questão de higiene) apesar de ela também saber passar.

Além disso, acredito que possa ter se criado uma imagem dela, por ela passar uma impressão de ser uma pessoa brava que é associada à sua aparência física, por ela ser uma mulher grande, alta, forte e o seu esposo um tanto franzino. Por vezes, em momentos de brincadeira, escutamos seu João falar para o esposo de Abigail: “cuidado, Manuel, vai apanhar quando chegar em casa”. Essa imagem um tanto cheia de preconceitos demonstra como o corpo da mulher também é subjugado à sua forma física pela sociedade quando este não possui uma feminilidade e delicadeza. As relações no mundo social são moldadas segundo Bourdieu (2017) de acordo com a oposição mulher-homem, masculino - feminino, delicado - grosseiro que vai se estender a outros setores da sociedade. Assim, o conceito de dicotomia é reafirmado pelo autor (2017, p. 20) quando ele diz que:

a divisão das coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, (...) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo // subir/descer, fora/dentro // sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências.

Esse “jogo inesgotável das transferências e das metáforas”, é definido pelo autor de violência simbólica, onde o corpo é percebido dentro dos sistemas de oposição. A ideia de que o corpo da mulher deve ser feminino ou que ela é frágil são construções sociais, reproduzidas cotidianamente e que passa a ser tratado como algo natural.

2.6.1 O mercado público sem a feira do produtor

E o que aconteceu com os feirantes que ficaram dentro do mercado? Será que “enfraqueceram” após a saída dos agricultores? A resposta é, não! Antes da feira do produtor sair de dentro do mercado público, havia promessas por parte da gestão atual de revitalização do espaço, tanto do prédio quanto da área ao lado. Após a saída da feira, poucos meses depois iniciaram as obras no local. No dia 29.12.2023, foi inaugurado o espaço que antes abrigava as duas feiras, agora apenas para os feirantes. Houve uma ampla divulgação nas redes sociais oficiais da prefeitura e da secretaria de agricultura do município (figura nº 30).

Figura 30 Convite para a inauguração da Feira da fruta e verdura



Fonte: Secretaria de agricultura de Areia, 2023.

A inauguração do espaço que agora chama-se “Pátio Coberto do Mercado Público” que segundo a legenda da postagem era uma “reivindicação e um sonho antigo de todos os comerciantes de frutas e verduras que acaba de sair do papel e se torna realidade”. De fato, essa reivindicação é antiga, na época em que a feira do produtor funcionava dentro do “pátio”. O espaço revitalizado e coberto passa-se a se chamar de “feira da fruta e da verdura”.

Além da propaganda da gestão atual em relação a gestão passada “ambiente totalmente modernizado, diferentemente da situação entregue pela gestão anterior”, do cumprimento de promessas de campanha eleitoral, a palavra moderna/modernização foi bastante citada nas postagens da inauguração: “A reforma e modernização do pátio onde ocorre a Feira da Fruta e Verdura”, mas também na fala de um agricultor: “*você já foi lá dentro, tá tudo novo, moderno*” disse seu João. Nas figuras nº 31 e nº 32, temos o antes e o depois da reforma. O espaço revitalizado além da cobertura, conta com iluminação adequada, placas de sinalização e identificando os setores, portões novos, bancos reformados e pintados e câmeras de monitoramento.

Figura 31 Antes



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Figura 32 Depois



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A fachada da entrada e saída da feira também foram reformadas. Nas figuras nº 33 e nº 34, podemos observar essa mudança.

Figura 33 Fachada antes



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Figura 34 Fachada depois



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

No dia da inauguração da “feira da fruta e da verdura” os agricultores da feira do produtor foram até o local para prestigiar e ver como ficou o espaço após reforma. Eles iam revezando entre si ou entre parentes deixando sempre alguém tomando conta da barraca. As impressões eram sempre positivas, de que a feira tinha ficado bonita e com uma boa estrutura. Mas ao final, com a inauguração de uma nova estrutura na feira livre o que fica é o sentimento amargo de mais uma derrota para a feira do produtor, a confiança depositada na atual gestão não foi recompensada de forma satisfatória, por exemplo, os “bancos novos” oferecidos pela são de qualidade muito inferior ao desejado pelos agricultores, o espaço da feira do produtor na rua não é respeitado pelos carros e caminhões de carga e descarga que atuam na região comercial, o que por vezes causa alguns incidentes. Apesar de alguns agricultores ainda estarem esperançosos quando ao canal de diálogo com a atual administração municipal, fica a impressão de que a ADAF, responsável pela organização dos agricultores feirantes não têm capital social suficientemente forte para conquistar os objetivos dos feirantes, que por enquanto se reduzem em um local digno e socialmente reconhecido e uma estrutura igualmente digna para exercerem sua atividade.

3 A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (ADAF)

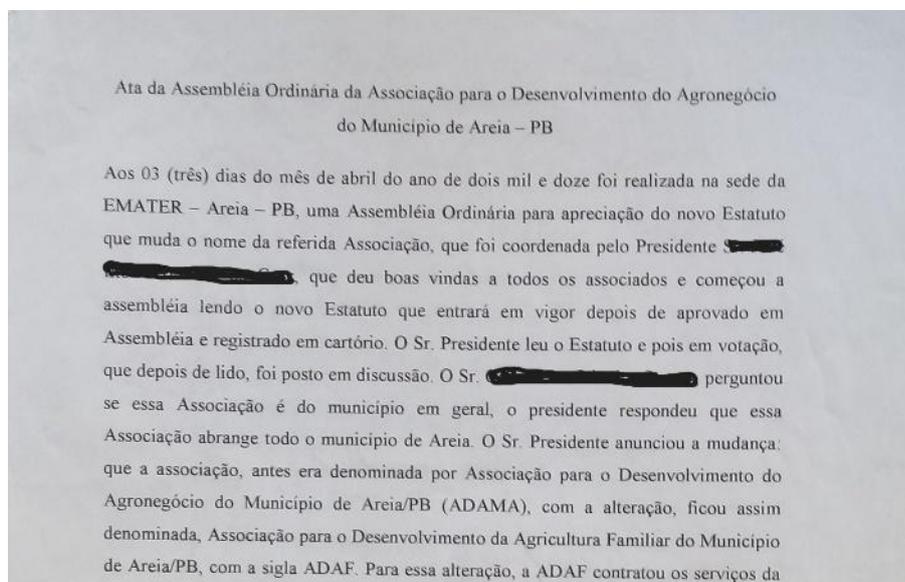
3.1 História da associação

Após a criação da feira, era necessário criar uma associação e um estatuto para regulamentar o seu funcionamento. Assim, em junho de 2008, era criada a Associação de Desenvolvimento do Agronegócio no Município de Areia (ADAMA):

E foi feito em 2008 com a feira do agricultor já para surgir, a gente teve a ideia de fundar uma associação. Porque a grande verdade é o seguinte: quem está hoje numa gestão, pode não estar amanhã. Mas se uma associação, se o grupo estiver reunido, organizado, né... aí a gente pensou através de uma associação, que a princípio era a mais adequada. Então, a gente fundou a associação que na época se chamava ADAMA (Irisvaldo, 2022).

No documento da Ata da Assembleia Ordinária do dia 03 de abril de 2012, o significado da sigla ADAMA era Associação para o Desenvolvimento do Agronegócio no Município de Areia (figura nº 35). E, é nesse mesmo documento, que foi aprovada a mudança do nome de ADAMA para ADAF (Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar).

Figura 35 Ata de mudança do nome da associação



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Em conversas informais com o presidente da associação ele explicou que a ADAF era o nome mais correto para representar os agricultores familiares de Areia, pois o termo

agronegócio não seria o mais adequado tendo em vista a própria condição dos agricultores. É importante notar essa questão da apropriação e dos usos de termos como agricultura familiar, camponês, agronegócio entre outros termos, pois segundo Bourdieu (2008b, p. 81) as palavras também fazem parte da construção das coisas sociais: “ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada)”. Embora as palavras tenham importância simbólica na construção da realidade, Bourdieu (2008b, p.108) afirma que não podemos esquecer que são as lutas, os conflitos em torno das identidades que darão o poder de classificação, impondo de forma legítima a definição “das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer os grupos*”. Bourdieu (2008b, p. 108) define essa nomeação como “poder de di-visão”:

O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.

Para além da própria luta dos trabalhadores camponeses, e de seu autorreconhecimento enquanto trabalhadores familiares e não de pessoas ligadas ao agronegócio, gostaria de pontuar que esse movimento de mudança de nomenclatura acontece também no contexto político de grande reconhecimento por parte do poder público desses grupos sociais e, portanto, essa mudança traria consigo alguns benefícios de políticas públicas que eles não teriam se não se reconhecessem como agricultores familiares. Uma mudança que redireciona a ação concreta dos agentes em sua relação com outros atores sociais, nesse caso, o poder público.

Ao falarmos de agronegócio estamos nos referindo aos empreendimentos agropecuários mais capitalizados de produção, ou seja, aquelas propriedades que possuem condições e objetivam a expansão da produção e da produtividade de suas respectivas atividades. Além disso, o agronegócio ao ter acesso privilegiado e fazer uso de tecnologias busca se afastar do que é entendido como “atrasados”. Do outro lado, temos a agricultura familiar que segundo Sauer (2008, p. 20), é uma “expressão traduzida do modelo norte-americano” que buscava se afastar da noção de “produção de subsistência”, que eram vistas como ineficientes, de baixa produtividade, e que não se inseria nos mercados.

Desta forma, a categoria *agricultura familiar* é criada com o objetivo de delimitar esse grupo social no contexto da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), segundo afirma Wanderley (2003, p. 43-44):

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento.

Os anos 1990 foram sem dúvida um período de grande mobilização dos movimentos sociais do campo em busca de reconhecimento, do processo de construção e apropriação da categoria agricultura familiar, que vai ter seu marco histórico com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. A criação do PRONAF além de legitimar o conceito de agricultura familiar, foi uma resposta do governo federal às demandas das inúmeras categorias do meio rural, historicamente marginalizadas que lutavam por políticas públicas diferenciadas. Voltando a discussão sobre os usos dos termos agronegócio e agricultura familiar, criou-se uma oposição entre eles, sendo o agronegócio usado para legitimar um processo produtivo tecnológico, moderno, que concentra terra e renda em oposição à agricultura familiar vista como ultrapassada, pouco rentável e incapaz de alcançar a racionalidade técnica.

Dessa forma, “processo histórico de disputa e apropriação transforma o conteúdo meramente descritivo em conceitos definidores de sujeitos e ações sociais” (Sauer, 2008 p. 23). Assim como as classificações foram feitas no bojo das lutas sociais (Bourdieu, 2008b) e, no caso da agricultura familiar, ela representa a resistência ao modelo vigente de produção que há séculos explora e expropria os trabalhadores do campo. Portanto, ao entender que a utilização do termo ‘agricultura familiar’ é o mais adequado para descrever os agentes que compõem a associação e retirar o termo ‘agronegócio’ do nome, os membros da associação avaliam e decidem qual será a melhor estratégia de posicionamento nesse campo de disputas, como por exemplo, o acesso a determinadas políticas públicas direcionadas aqueles agricultores financeiramente menos capitalizados, e dessa forma, reconhecem sua condição de não pertencentes ao que convencionou-se chamar de agronegócio.

A ADAF é uma associação de pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, nem de cunho político ou partidário, sendo indeterminado o seu tempo de duração, cujo único objetivo é atender a todos os associados residentes no município de Areia, conforme consta no “capítulo 1 e art. 1º” do Estatuto da Associação. Atualmente, a ADAF funciona no mesmo espaço que o SAFER de Areia, um prédio que fica ao lado da feira. É neste local que os agricultores que fazem parte da associação fazem algumas de suas reuniões, resolvem questões

burocráticas, tiram dúvidas, além de guardar todos os documentos cadastrais dos associados (fichas de inscrição, cópias das DAPs, entre outros documentos).

O processo de inscrição dos associados ainda é realizado de forma manual. Os agricultores se dirigem até o escritório do SAFER munidos de todos os documentos pessoais e que comprovem o exercício da atividade rural, e preenchem uma ficha de cadastro. Observamos que a associação caminha com bastante dificuldade no quesito controle dos documentos. Por não ter uma sede, os principais documentos da associação ficam sob os cuidados do presidente ou de algum membro da diretoria, que para maior segurança leva esses documentos para sua própria casa. Outra dificuldade observada é o não preenchimento das fichas por completo, o que torna mais difícil a construção de um perfil mais detalhado dos membros associados. Além disso, não há uma preocupação com a atualização e controle de quem participa efetivamente ou não das atividades da associação. Mesmo diante das dificuldades, existe uma preocupação por parte da diretoria em realizar o registro das reuniões e a assinatura uma lista de presença das reuniões para fins de registro em ata, documento que atesta que a associação está em atividade.

Sobre o estatuto, um dos pontos importantes é o fortalecimento do grupo de associados através de atividades educativas e de cooperação entre os agricultores e instituições locais, seja na participação de eventos comemorativos (Dia do Agricultor familiar, Marcha das Mulheres etc.), cursos promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e iniciativas do próprio presidente da associação com o intercâmbio entre as feiras de produtores dos municípios vizinhos. Outro ponto importante do estatuto refere-se ao Art. 6º, que diz que só podem participar da associação e da feira do produtor pessoas que comprovem ser agricultores familiares e residentes no próprio município de Areia. Essa regra visa barrar pessoas de outros municípios ou aqueles que não são agricultores familiares. Porém, quando perguntado o que era é preciso para entrar na feira, o presidente da ADAF responde:

O que precisa para entrar na feira é ser agricultor. O primeiro passo é ser agricultor. Outra coisa que a gente pede é um documento, a DAP. A DAP é um documento que comprova que você é um agricultor. Se você não tiver sua DAP, também a gente não aceita. Mas se a gente souber que ele é agricultor mesmo sem DAP a gente aceita. Porque 20% da associação aceita pessoas sem DAP. Isso a gente tem que provar que é agricultor (João, 2021).

Podemos observar na fala do presidente uma flexibilidade, por exemplo, quando o agricultor não apresenta a DAP e mesmo assim poderá ser aceito. A DAP é um dos principais documentos no que se refere à comprovação da condição de agricultor familiar, com este documento o agricultor pode ter acesso a diversas políticas públicas direcionada para este público específico. E no caso de não possuir a DAP, será necessário que o ingressante prove de

outra forma sua condição de agricultor, e que trabalhe na terra, somente depois dessa ‘comprovação’, que o novo membro é aprovado na assembleia geral dos associados.

Todo esse processo é também uma forma de controle da associação de quem vende na feira e o que pode ser vendido nela. Nesse sentido, a orientação é para que os próprios agricultores observem e alertem o presidente da associação caso algum agricultor esteja vendendo produto proveniente da Central de Abastecimento (CEASA) ou de alguma pessoa que não faz parte da associação ou que estejam ocupando barracas no dia de funcionamento da feira do produtor (porém, essa regra era quando a feira funcionava dentro do Mercado Público e estava separada pela marcação do poste, antes de ocorrer a pandemia da COVID-19).

Caso ocorra a quebra das “regras” pode ser gerada uma advertência e até a expulsão do associado conforme consta no art. 8º do estatuto. Esse tipo de ação visa pôr em prática um dos pontos importantes do estatuto que é o de zelar pelo nome da associação e dos que dela fazem parte e, quando isso ocorre, as medidas são tomadas, como podemos observar na fala do presidente:

*A gente não tem o produto de CEASA, quando tem produto lá que eu vejo que é da CEASA, eu vou, converso com os feirantes. Tem que retirar ou retira a gente, ou retira o produto ou retira o feirante. Aí tudo tem que ser da agricultura familiar, produtos sem agrotóxicos, **não é tão orgânico, mas é sem agrotóxico**, né como outros têm. E o povo hoje valoriza muito essa agricultura (João, 2021).*

Podemos observar na fala do presidente da ADAF sua percepção sobre o que seja uma produção sem agrotóxico e orgânica, mas que precisa ser questionada e analisada mais a fundo, é que apesar de compreender o movimento em busca de uma vida mais saudável, ele também se coloca como aquele que está ali para zelar pelo nome da associação e seu estatuto. O então presidente da ADAF é consciente de que os produtos da feira do produtor não são o que chamamos de orgânico, tanto é que ele afirma “*não é tão orgânico*”, mas ressalta que dentro das possibilidades do grupo, seus produtos procuram ser “*sem agrotóxico*”.

Observamos que a associação sofre com a falta de informação das técnicas com relação ao que seria produção orgânica ou mesmo sobre transição agroecológica. Na verdade, a luta da associação por um local para se firmar no espaço comercial da cidade de Areia foi o que realmente preocupou os agricultores feirantes em todo o tempo de nosso trabalho de campo. De toda forma, tanto o presidente quanto os associados têm noção de que o primeiro passo para uma produção orgânica ou agroecológica é a retirada dos agrotóxicos da produção, passo que nem sempre é seguido à risca pelos agricultores feirantes.

No caso de violação do estatuto, o associado é advertido, persistindo com a má conduta, será suspenso ou expulso da associação e, conseqüentemente, do espaço da feira. Brasil e

Schneider (2020 p. 11) ao propor a ideia de mercados imersos destacam que uma de suas principais características é que eles são sustentados por recurso de uso comum, ou seja, “eles são um recurso que permite aos atores obterem benefícios comuns, a partir do compartilhamento de normas e regras construídas e aplicadas coletivamente. Nesse sentido, pressupõe ação coletiva e autogestão para evitar o oportunismo e, conseqüentemente, preservar sua reputação”.

Em relação aos direitos e deveres dos associados, que trata os artigos 12º e 13º, destaco a reunião como momento importante de participação dos agricultores. É o momento em que há alguns tensionamentos, mas também, momentos de descontração. É na reunião que os agricultores discutem, planejam e decidem coletivamente ações, e as regras que visem melhorar o funcionamento da feira, mas sobretudo, se discute o problema da localização da feira, o que tem causado preocupação por parte dos agricultores. Em uma das reuniões ocorridas no início do ano de 2021, houve dois momentos de tensão: o primeiro, foi sobre a pesquisa de preço do PNAE em que muitos agricultores reclamam dos valores baixos praticados na chamada pública anterior e o segundo momento, foi quando os agricultores reclamaram da situação em que a feira se encontrava no momento.

As reuniões da associação são momentos importantes de tomadas de decisões onde os agricultores podem propor ideias e reivindicar apoio de setores locais para melhorar suas condições de trabalho. A não participação nas reuniões além de deixar o associado “por fora” dos temas discutidos, também pode deslegitimá-lo em relação às decisões tomadas pelos demais associados, além de correr o risco de ser excluído da associação. Um fato interessante ocorreu no final do ano de 2022, contado pelo então presidente da ADAF, que em uma das reuniões o vice-presidente da ADAF há muito tempo não participava das reuniões o procurou reivindicando um espaço na feira, o que lhe foi negado por este ter quebrado as regras do estatuto. Embora o estatuto pareça ser rigoroso, na prática ele não é. Observamos que há certas tolerâncias e flexibilizações, no caso da participação nas reuniões, desde que a ausência tenha justificativa e que esta não venha comprometer a imagem do grupo elas são toleradas.

Com base no levantamento de informações obtidas no trabalho de campo, tabulando e analisando os dados extraídos das fichas preenchidas pelos agricultores no ato de filiação, foi possível traçar o perfil geral do grupo. Na figura nº 36, temos uma ficha que foi preenchida por um agricultor com algumas informações sobre o associado. A ficha de filiação é padrão, contendo em seu cabeçalho o nome da associação, a data de fundação, número do CNPJ e endereço de funcionamento com uma espécie de observação: “Reformada em 03 de abril de 2012”. Essa observação diz respeito à mudança do nome da associação que iniciou como

ADAMA, mas em Assembleia Ordinária, em 03 abril de 2012 decidiram mudar o nome para ADAF (conforme explicado anteriormente).

Figura 36 Ficha de filiação

ADAF – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
 DOMUNICIPIO DE AREIA-PB. FUNDADA EM 16 DE JULHO DE 2008-CNPJ: 10.964.828/0001-13
 PRAÇA JOÃO PESSOA Nº: 83 CENTRO CEP: 58.397-000 REFORMADA EM 03 DE ABRIL DE 2012

FICHA DO ASSOCIADO ATUALIZADA EM FEVEREIRO DE 2017

Nome: _____

Filiação: _____

Nº: _____

Estado Civil: Casado Naturalidade: Areia

Residente: P.A. União Ctps: _____

Serie: _____

RG: _____ CPF: _____

Alfabetizado: Não Título: _____ Secção: _____ Zona: _____

Associado em: _____ Nascimento: _____ Profissão: Agricultor

Condições de Trabalho: Agricultura Familiar Local de Trabalho: _____

P.A. União

Trabalha para: de próprio

Desde o Ano de: _____ Nome do (a) Esposo (a) _____

Nome dos Filhos: _____

PRESIDENTE ASSOCIADO

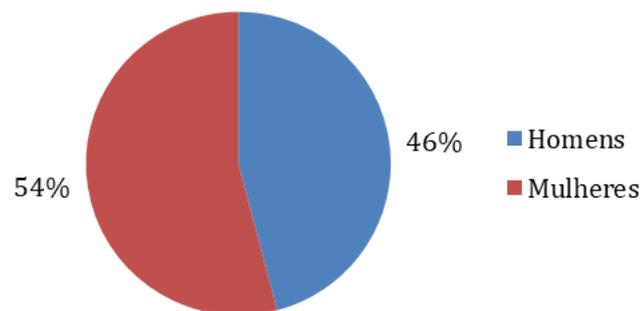
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Como podemos observar na ficha do agricultor Paulo, boa parte dos campos não estão preenchidos. Isso vai se repetir em praticamente todas as fichas, exceto uma em que o agricultor preencheu todos os campos. Não conhecemos as circunstâncias em que os agricultores se encontravam no momento da filiação, se estavam apressados, sem todos os documentos à disposição, ou se simplesmente não sabiam como responder. Observamos também que a diretoria da associação parece não se preocupar com o preenchimento completo dessas fichas de cadastro. Essa falta de rigor terá impacto nos dados que apresentaremos a seguir, onde a alta proporção de valores 'não informados' certamente se destacará em alguns quesitos. De todo modo, as informações contidas nas fichas nos dão uma ideia de quem eles são.

Em relação ao número dos associados, buscamos informações com vários atores que compõem a associação (presidente, tesoureira, secretária) que nos davam alguns números aproximados (mais ou menos 80, ou uns 56 associados) ou diziam não saber. Obter essa informação foi uma das grandes dificuldades durante a pesquisa, pois a associação não dispõe de um banco de dados sobre os associados, tudo é realizado manualmente. Além disso, por não possuir um espaço próprio, alguns documentos ficam guardados na SAFER e outros, tidos como mais importantes, ficam sob a guarda do representante da associação como informamos.

A partir das informações levantadas no ano de 2020, quando tivemos acesso a essas fichas, conseguimos desenhar um “quadro” dos associados. Nesse período, a ADAF contava com 61 associados, sendo que as mulheres eram um pouco mais numerosas, 33 mulheres associadas (54%) e 28 homens associados (46%).

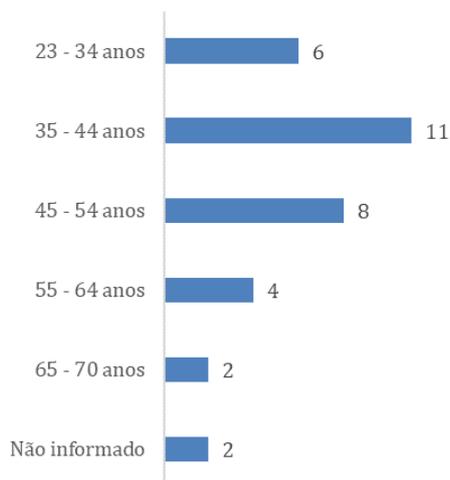
Gráfico 3 Relação de homens e mulheres da ADAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre as associadas, a mais jovem tinha 23 anos e a pessoa mais idosa tinha 70 anos, distribuídas por faixa etária conforme gráfico nº 4. Desta forma, elas estão distribuídas por faixa etária da seguinte maneira: seis mulheres com idade entre 23 e 34 anos (18%), onze mulheres entre 35 e 44 anos (34%), oito mulheres entre 45 e 54 anos (24%), quatro mulheres entre 55 e 64 anos (12%), duas mulheres entre 65 e 70 anos (6%) e duas mulheres que não informaram as suas idades (6%). Ou seja, mais da metade das associadas à ADAF são de mulheres na faixa de 35 a 54 anos de idade, mulheres maduras, mães de família que apesar da origem camponesa, dos afazeres domésticos e do trabalho se dispõem a participar da associação.

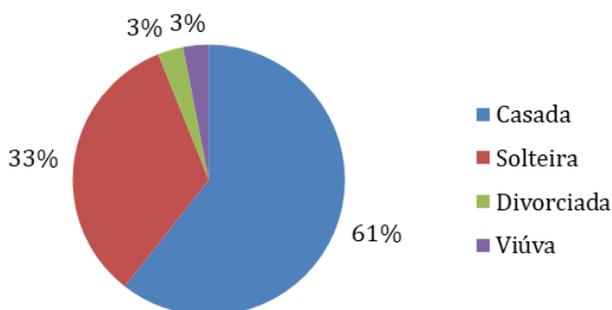
Gráfico 4 Faixa etária das associadas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Em relação ao estado civil (gráfico nº 5), 20 responderam ser casadas (61%), 11 solteiras (33%), 01 divorciada (3%) e 01 viúva (3%). Corroborando com nossa percepção de que estamos tratando de mulheres que, tendo em vista as limitações sociais impostas a elas, buscam participar do grupo associativo. Mas essa participação feminina não é por acaso, há também um certo incentivo a essa participação, uma série de políticas públicas implementadas nos últimos tempos visa “empoderar”, inclusive financeiramente essas mulheres, o caso mais emblemático do que estamos falando é o Bolsa Família que busca deixar nas mãos das mulheres o controle do recurso financeiro do benefício.

Gráfico 5 Estado civil das associadas

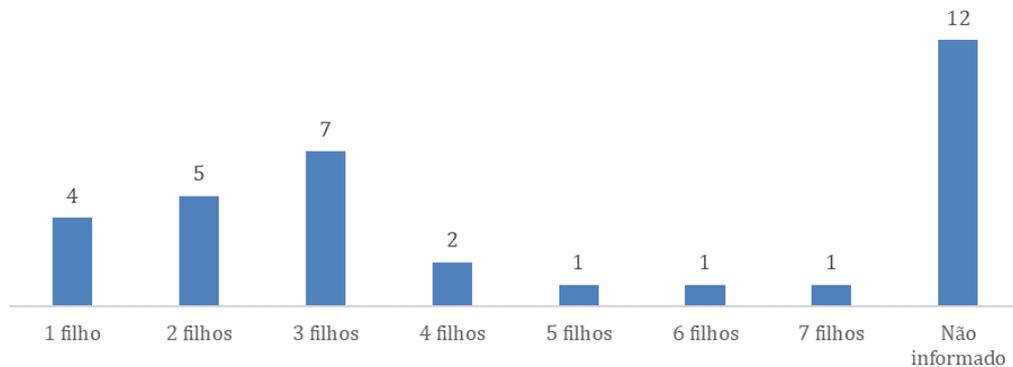


Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre filhos, o campo a ser preenchido não perguntava se elas tinham e, sim, quais os nomes dos filhos, sendo que 21 associadas responderam que tinham filhos, enquanto 12 não informaram. Acreditamos que talvez esse tipo de informação possa ter sido confuso para as

agricultoras, tendo em vista que algumas delas têm mais de cinco filhos. O gráfico n° 6 apresenta o número de filhos declarado pelas associadas.

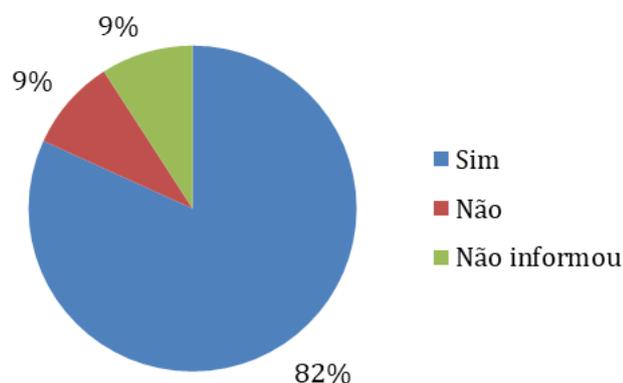
Gráfico 6 Filhos



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Outro dado diz respeito à alfabetização das associadas (gráfico n° 7), sendo que 27 responderam ser alfabetizadas (82%), enquanto 3 responderam que não são (9%) e 3 não informaram (9%). Infelizmente, essa informação é muito genérica, o que não nos permite aprofundar sobre quais níveis de escolaridade elas possuem e, assim, traçar um perfil mais específico dessas mulheres.

Gráfico 7 Alfabetização das associadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Embora a ADAF tenha um número significativo de mulheres associadas, e que elas têm direito a uma banca na feira, apenas 5 das 33 associadas comercializam na feira do agricultor. Podemos pensar que essa ausência das mulheres na feira se deve ao fato de elas terem filhos e, portanto, isso seria um fator que limitaria elas a participarem deste espaço, tendo em vista que a maioria das associadas responderam que têm filhos. Garcia-Parpet (1992) ao analisar o processo de socialização e ciclo de vida de mulheres e homens em uma feira no Nordeste,

percebeu que algumas mulheres deixam a feira por ocasião do casamento e quando elas têm filhos pequenos. No caso da feira do produtor de Areia não é diferente, contudo, outros fatores também devem ser considerados como a falta de um local fixo para funcionamento da feira, a chegada ao mercado público e a pandemia.

Em relação à participação nas reuniões da associação, percebemos que havia um número pequeno de mulheres presentes nas reuniões conforme podemos observar nas imagens abaixo. Esse esvaziamento pode ser justificado pelo fato de que, a maioria das mulheres acabam sendo privadas desse espaço por terem que cuidar da casa e dos filhos pequenos. As poucas mulheres que estiveram presentes nas reuniões também têm filhos, contudo, os filhos pequenos ficam sob os cuidados de irmãos ou irmãs mais velhos, o que lhes proporciona uma certa “segurança” de se ausentar do lar por algumas horas. Somado a isto, tem a questão dos deslocamentos que faz com que parte dessas mulheres que moram distantes da cidade de Areia não participem das reuniões por falta de transporte particular ou público.

Outro fator importante que foi diminuindo a participação delas estava relacionado ao funcionamento da feira dentro do mercado público, diminuindo o interesse de participar da feira e, conseqüentemente, das reuniões da associação. Somado a isto, é preciso destacar que a pandemia também inibiu a participação das associadas, seja por ter sido acometidas pela Covid-19, ou por medo de contrair o vírus e contaminar os demais membros da família. Assim, podemos observar que tanto a pandemia quanto os deslocamentos da feira, principalmente quando ela se desloca para dentro do mercado público foram importantes fatores de desmotivação e desmobilização não apenas dos agricultores feirantes, mas daqueles que participavam das atividades da associação.

No caso das reuniões, embora em número menor em relação aos homens (conforme figuras nº 37 e nº 38), observamos que as mulheres participavam mais dos debates que os homens, seja criticando a falta de ações por parte do presidente da ADAF em relação ao problema da feira do produtor estar dentro do mercado público, junto com outros feirantes não associados (entre os anos de 2020 e 2021), seja propondo possíveis soluções para sanar essa questão, ou seja, indicando possíveis espaços para o funcionamento da feira. A maioria das mulheres que participam ou participaram das reuniões sempre iam acompanhadas dos maridos. Isso acontecia porque a maioria desses casais possuem transportes próprios, sendo o esposo é o que conduz esses veículos, facilitando e permitindo que essas mulheres participem desse espaço de tomada de decisões.

Figura 37 Reunião ADAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Figura 38 Reunião ADAF na EMPAER



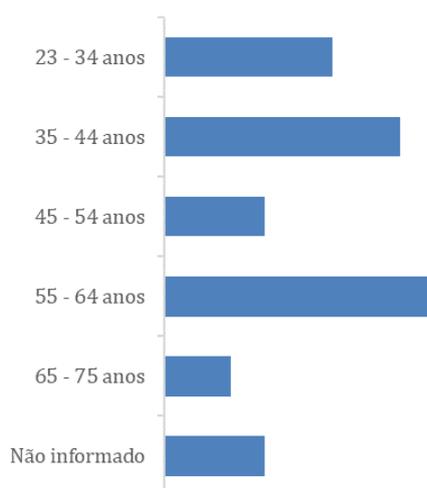
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A primeira figura é de uma reunião realizada em dezembro de 2020. Em virtude da pandemia, os associados estavam há dez meses sem se reunir. Embora não seja possível ver todos os participantes na foto, neste dia havia aproximadamente sete mulheres presentes, e como já dito anteriormente, vários fatores podem ser atribuídos a isto, especialmente, ao medo de contrair o vírus da Covid-19. A segunda figura é de uma reunião realizada em dezembro de 2022. Além da reunião para fazer um balanço das atividades realizadas pela associação durante o ano de 2022, também foi um momento de confraternização com direito a bolo personalizado feito por uma agricultora. Havia aproximadamente sete mulheres. Esse esvaziamento foi ocorrendo de forma gradual e ao longo dos últimos anos, sobretudo quando a feira do produtor passa a funcionar dentro do mercado público, trazendo descontentamento por parte dos agricultores de uma forma geral, principalmente quando os associados iam para as reuniões e saíam dela sem uma resposta concreta quanto à resolução deste problema. Algumas mulheres que estiveram presentes na reunião de 2020 foram deixando de participar das reuniões nos anos

seguintes, outras deixaram de vender na feira do produtor, mas continuam no registro da associação.

Já entre os associados homens, o mais jovem tem 23 anos e o mais idoso tem 75 anos, distribuídos por faixa etária conforme gráfico nº 8, sendo cinco homens com idade entre 23 e 34 anos (18%), sete entre 35 e 44 anos (25%), três entre 45 e 54 anos (11%), oito homens entre 55 e 64 anos (28%), dois entre 70 e 75 anos (7%) e três que não informaram as suas idades (11%). Assim como no caso das mulheres, os homens associados a ADAF são homens mais velhos, onde a faixa etária mais expressiva são homens com idade entre 55 e 64 anos de idade.

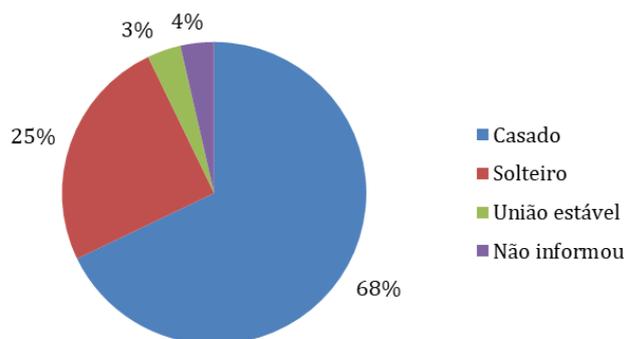
Gráfico 8 Faixa etária dos associados



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Em relação ao estado civil (gráfico nº 9), 19 são casados (68%), 07 são solteiros (25%), 01 vive em união estável (3%) e 01 não informou (4%).

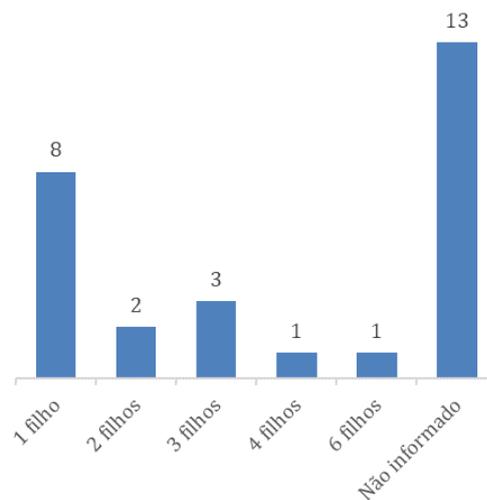
Gráfico 9 Estado civil dos associados



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre filhos, o gráfico n° 10 apresenta as seguintes informações: 15 associados informaram que têm filhos (54%) e 13 não informaram (46%). É possível que esta pergunta muito específica tenha acarretado a mesma situação que ocorreu nas respostas das mulheres, pois para não ter que escrever os nomes de todos os filhos, os agricultores deixaram o campo de resposta em branco, por exemplo, existe um agricultor que tem dez filhos.

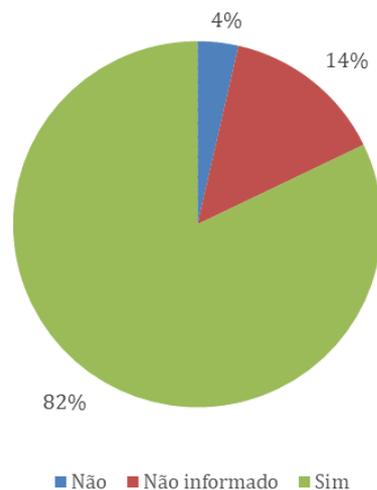
Gráfico 10 Filhos



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sobre ser alfabetizado (gráfico n° 11), 23 homens responderam que são alfabetizados (82%), 01 respondeu não ser alfabetizado (4%) e 04 não informaram (14%). Aqui nos deparamos com a mesma situação ocorrida com as respostas das mulheres, o que nos impede de avançar numa análise mais detalhada sobre a escolaridade dos agricultores, saber quem teve acesso ou não à escola.

Gráfico 11 Alfabetização dos associados



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os homens sempre foram maioria nas reuniões da associação. A maior parte deles possui algum tipo de transporte (carro ou moto) o que facilita seu deslocamento até a cidade, os demais pegam carona com algum conhecido ou pagam algum tipo de condução (ônibus ou van). No início de nossas idas às reuniões da ADAF, observamos a presença de homens mais idosos, mas com o passar do tempo, alguns deles foram se ausentando. Acreditamos que um dos motivos pelos quais esses agricultores deixaram de participar das reuniões tenha sido a saída da feira do produtor. Com a feira dentro do mercado público e a insatisfação de muitos agricultores, percebemos que muitos iam para os encontros, especialmente para saber que tipo de solução seria dada para resolver esse problema e, ao longo dos últimos 3 anos, muitos foram desanimando e deixando de participar da feira e, conseqüentemente, das reuniões. Vale lembrar que, durante as reuniões, além da questão do local de funcionamento da feira, temas como: editais do PNAE e PAA, assistência técnica e da importância dos associados “estarem em dia” com suas mensalidades sempre estavam na pauta das reuniões.

Outro dado interessante é que a associação possui um grupo no aplicativo de comunicação *WhatsApp*. Segundo o presidente da ADAF, o grupo foi criado para compartilhar informações sobre associação, tirar dúvidas, convocação para as reuniões e lembretes de eventos importantes. Em conversa, o presidente nos informou que o grupo tinha 15 participantes. É possível que alguns desses agricultores possuam celular, mas não tenham acesso à internet ou que não queiram participar do grupo. De toda forma, é um número pequeno se comparado ao número de associados (61 agricultores/as).

Em relação aos domicílios, cinquenta e três associados(as) responderam que moram em sítios (87%), seis deram respostas variadas como: moram em fazenda, distritos, ou deram nomes de ruas entre outras respostas (10%), e dois não informaram (3%). Na ficha de filiação há dois campos a serem preenchidos para identificar o local de residência e o de local de trabalho dos agricultores. A maioria respondeu que o local onde eles residem é também onde eles trabalham. Mas há também agricultores que trabalham fora de sua residência, como é o caso de um agricultor que trabalha na terra de outra pessoa em sistema de comodato (contrato estabelecido entre agricultor e o dono da terra).

3.2 Categorias de trabalhadores da Associação

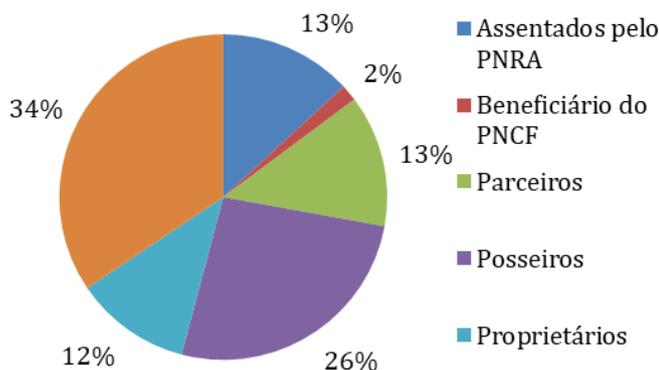
Um ponto a ser destacado diz respeito à condição e uso da terra por esses agricultores. Desta forma, interessa-nos saber em que medida essas categorias declaradas no documento têm ou não elementos que possam nos fazer pensar no passado desses agricultores ou da região em questão. Para tanto, utilizamos informações extraídas das fichas e das DAPs para compreender as diversas categorias presentes na feira. Entendemos que, por se tratar de um documento oficial, eles já possuem categorias definidas e, portanto, elas não conseguem alcançar as demais categorias que poderiam ser definidas de outra forma pelos agentes. Por enquanto, descreveremos a condição desses agricultores e sua relação com a terra a partir das informações disponíveis nos dois documentos. As fichas são documentos apenas de filiação dos agricultores na associação e, por isso, não há obrigatoriedade em preencher todos os campos. Porém, no caso da DAP, todos os campos são preenchidos (pelo funcionário da EMPAER do município), pois trata-se de um documento oficial de identificação do agricultor, que garantirá que ele tenha acesso às políticas públicas de crédito e de programas de compras governamentais como PAA e o PNAE.

A partir de dados primários, referentes às trinta e seis DAPs e as sessenta e uma fichas entregues pelos agricultores(as) no momento da filiação na ADAF temos uma noção de como se dá a relação dos agricultores associados com a terra. Além disso, é importante destacar que, todas as categorias apresentadas estão presentes no espaço da feira. Abaixo temos dois gráficos referentes às informações obtidas nas fichas e nas DAPs respectivamente.

Conforme gráfico nº 12, das 61 fichas analisadas temos: oito assentados/as pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (13%), um beneficiário Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF¹⁸) (2%), oito parceiros/as (13%), sete pequenos proprietários/as (12%), dezesseis posseiros/as (26%) e vinte e um agricultores/as (34%) que não responderam. Quando observamos os campos da ficha “local de trabalho e trabalha para:” o número de assentados aumenta de oito para quinze agricultores(as), porém só foi possível chegar a esse número pelo conhecimento prévio dos nomes dos assentamentos em que os agricultores disseram trabalhar e porque eles trabalham para si próprios.

¹⁸ Sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário, ver: IPC-IG (2016).

Gráfico 12 Formas de posse da terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A **condição de beneficiário do PNCF** é quando o agricultor tem acesso à linha de crédito para comprar a terra ou investir em infraestrutura no seu imóvel rural. Podem ser beneficiários os trabalhadores rurais que não sejam proprietários, os que se enquadram na condição de assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários. Esses trabalhadores devem comprovar experiência na atividade rural de no mínimo cinco anos.

Além disso, os agricultores que possuem imóveis cuja área seja menor que a de uma propriedade familiar, e que comprove que a terra não é capaz de proporcionar o sustento da família, também podem se beneficiar do Programa. Além disso, o agricultor ou agricultora deve estar na faixa etária entre 18 e 70 anos e comprovar ter no mínimo 15 anos de experiência na atividade rural. Os jovens entre 16 e 18 anos também terão acesso desde que estejam emancipados; ou jovens entre 16 e 19 anos que comprovem dois anos como integrante na agricultura familiar ou como estudante de escola técnica ou dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), inclusive similares. Outro requisito é não ser funcionário público e nem assentado da reforma agrária ou participar de algum programa que receba recurso do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Na **categoria de parceiro** podemos observar um número maior de mulheres nesta condição. Segundo Tosi (1988), esses trabalhadores são “sem-terra” e pequenos produtores, mas que não possuem propriedade. Esses agricultores utilizam as terras de outra pessoa para poderem produzir. A terra para esses agricultores é a principal forma de sustento da família, porém costumam realizar outras atividades para complementar a renda.

Na **condição de posseiro**, temos agricultores(as) que detêm a posse da terra e trabalham nela com o grupo familiar. Essas terras, geralmente são improdutivas e/ou devolutas, ou seja, são terras do governo, mas que não são utilizadas. Nesse grupo, temos uma paridade de gênero,

o que demonstra a participação das mulheres na produção rural. É interessante sabermos onde ficam essas unidades e se elas pertencem à União, ao estado ou são de particulares.

Temos a condição de proprietário que é quando o agricultor é dono da unidade produtiva. Aqui observamos que há um número maior de mulheres proprietárias rurais, significando que elas estão se envolvendo cada vez mais no processo produtivo, e se tornando protagonistas ao terem os títulos de terras em seus nomes, coisa que no passado não era possível. Podemos pensar também que mulheres como pequenas proprietárias poderiam ter acesso a linhas de crédito e políticas públicas que facilitem o acesso destas a esses recursos.

Por fim, temos os agricultores que representam **a categoria de assentados** (PA União e PA Socorro). No caso dos assentados da Areia, eles são resultados de um processo de luta por direitos e pela terra. Contudo, antes de chegarem à condição de assentados, esses agricultores foram moradores da Usina Santa Maria. Entender a trajetória dessa categoria de assentado será de fundamental importância, pois ela nos fornecerá elementos para compreender as relações no espaço da feira do produtor, tendo em vista que, partirá de alguns assentados a ideia de criação da feira. Desta forma, farei uma breve discussão sobre o significado de ser morador no contexto da *plantation* canavieira do Nordeste.

Segundo Palmeira (2009), ser morador significava ter ligação a um engenho de forma particular, ou seja, quem morava num engenho sempre se referia ser morador de um determinado engenho, demonstrando um forte significado simbólico de ligação com o lugar, mesmo que aquele engenho tenha sido incorporado por uma grande usina de açúcar. O autor afirma que não há morador de usina ou trabalhador de engenho, pois o trabalhador sempre dirá que é morador de engenho mesmo que as terras estejam dentro da usina. Além disso, o trabalhador só se tornará morador a partir do momento em que estabelecer um “contrato” particular que vai de fato vinculá-lo ao senhor de engenho.

Corroborando com essa ideia, Garcia Jr. (1989) afirma que, ser morador da usina ou de engenho, implicava dedicação exclusiva de sua força de trabalho e de sua família ao proprietário. Nesse sentido, a categoria de morador traz o significado de dependência ao senhor, pois quem pedia morada não tinha escolha. Quando o trabalhador conseguia entrar com sua família, recebiam uma casa e um espaço para plantar e criar animais pequenos. Assim, podiam ter um roçado para cultivar produtos para sua subsistência. Como afirma Lygia Sigaud (1979, p. 34) que:

Ao torna-se morador de engenho, através do ritual de pedir morada, o trabalhador recebia como concessão do proprietário uma casa e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração, bem como acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência, acesso ao barracão da propriedade, onde podia abastecer

daquilo que não produzia, que porque não pudesse, quer porque fosse impedido pelo proprietário, e ainda o acesso aos rios e matas do engenho, que lhe garantia água e a lenha. Como morador podia também criar alguns animais domésticos.

Desta forma, quem dava a morada ditava as regras, pois possuíam condições materiais para manter essas famílias sob seu domínio, além disso, por não possuir nenhum tipo de formalização contratual, as regras eram internalizadas por ambos, o que fazia do morador mais um bem do proprietário. Ser morador significava realizar todos os interesses do patrão e isso acontecia através da dominação do proprietário sobre o morador: “A realização das obrigações de trabalho representava a forma mais codificada e mais previsível da relação de dependência junto ao proprietário e de submissão a seus interesses” (Garcia Jr., 1989, p. 41).

Assim, não havia necessidade de coerção direta sobre o morador, pois a dominação era construída através de ações de “generosidade” por parte do patrão, tornando o morador a cada dia um “devedor”, sendo obrigado a obedecer às ordens para retribuir uma dívida que não podia ser paga. Nesse sentido, o morador entendia que tudo que tivera (casa, roçado) era um “dom”, uma graça concedida pelo senhor que, portanto, o morador deveria estar sempre à disposição, e sem certa medida o deixava “refém”, impossibilitando-o de qualquer ação contrária ao que senhor impusera. Para Garcia Jr. (1989, p. 46),

O que retém os *moradores* nos limites dos engenhos não é só a expectativa de um grito a lembrar que o *senhor* precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do *senhor*, o limita os horizontes mentais (“uma geografia mínima”), desviando-os e isolando-os do mundos social mais abrangente. Tudo isso sem que haja qualquer regulamento explícito, sem que os limites da propriedade sejam guarnecidos por muro ou cercas.

No entanto, esse “contrato” estabelecido entre morador e proprietário de engenho será quebrado a partir do momento em que o proprietário exigirá as terras (para a produção de cana-de-açúcar) que eram destinadas ao morador para o cultivo familiar. E como já foi dito, todo esse processo resultará na expulsão de muitos moradores dos engenhos sem receber os direitos trabalhistas, obrigando-os a morarem nas *pontas de rua* ou tendo que migrar para o Sudeste (Garcia Jr., 1989) em busca de melhores condições de vida. É nesse contexto que, os ex-moradores e vários setores da sociedade se mobilizaram entrando na justiça contra os proprietários da Usina Santa Maria, iniciando um processo de transição de ex-morador para assentado.

Observando as categorias descritas é importante esclarecer que embora algumas delas sejam criação do estado como a PNCF e de Assentados, elas não são suficientes para descrever as relações ou sentidos que os agentes dão a si mesmos. Por isso, importa-nos saber como eles

se definem ou como constroem significados para essas categorias. Conversando com os agricultores na feira identificamos uma grande diversidade de autodefinição como: agricultor familiar, produtor, assentado, morador e agricultor por contrato de comodato. Sobre essas duas últimas definições, trata-se de um casal de agricultores e de um jovem agricultor respectivamente que em conversas informais na feira, se definiram como morador e agricultor por contrato de comodato. O casal de agricultores que possui uma banca de café na feira, informou que moram numa fazenda há muitos anos e que o sítio de 2 hectares em que vivem foi herança dos avós (da família da esposa) que já viviam por lá. Segundo a agricultora, a fazenda possui mais de 200 hectares e lá moram outras pessoas, inclusive a dona da fazenda, que tem mais de 90 anos. O jovem agricultor nos informou que trabalha numa propriedade cedida pelo proprietário através de um contrato dando-lhe o direito de usufruir do imóvel rural por um tempo determinado.

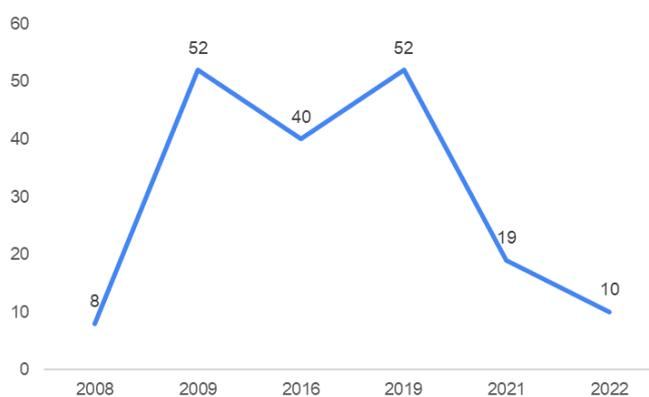
Analisando as fichas de filiação da associação observamos que o número de assentados associados é de quinze assentados, porém apenas quatro assentados(as) dos PA União e PA Socorro participam da feira. Sobre as famílias assentadas no município de Areia, Santos (2014) em 2013 contabilizou 141 famílias assentadas (dos PA Esperança, PA Socorro e PA União). Se levamos em consideração a quantidade de famílias existentes nesses assentamentos e compararmos com o número de associados ou de participantes da feira, podemos ver um número muito baixo de agricultores assentados ocupando esses espaços tão importantes. Além disso, outro dado que nos chama a atenção é que alguns desses assentados filiados já participaram da feira, mas não querem voltar e outros não querem participar.

Durante as idas a campo, e conversando com alguns agricultores, os relatos era de que, a maioria dos assentados ainda preferem vender sua produção (a maioria banana) para o atravessador mesmo tendo uma margem de lucro pequena do que ter que lidar com a feira que demandaria uma “arte de negociar”, correndo o risco de não vender toda a produção e, neste caso, vender para o atravessador é garantia de dinheiro certo. Há também assentados exercendo outras atividades fora dos assentamentos, geralmente, trabalhos na construção civil e no corte da cana (para os homens) e trabalhos como cuidadora de idosos ou vendendo produtos artesanais (bonecas de pano, panos de cozinha bordados, bolsas de pano, doces caseiros etc.) geralmente atividades exercidas por mulheres. Há os associados que não são assentados, mas que também não estão na feira. Alguns estão trabalhando por conta própria, em pequenos comércios em suas residências, ou trabalhando como cozinheira em um restaurante, como é o caso de uma agricultora que saiu da feira há alguns anos.

3.3 Quem são os agricultores e agricultoras da feira do produtor?

Como já foi visto, ao longo dos anos de funcionamento, a feira enfrentou diversos problemas relacionados à falta de um lugar permanente/oficial para o seu funcionamento, sendo este um dos motivos para a queda do número de agricultores participantes dela. No *Gráfico nº 13*, podemos observar melhor essas mudanças, especialmente, as saídas de agricultores na feira do produtor de Areia. A partir das informações obtidas durante a pesquisa de campo foi possível construir o gráfico a seguir.

Gráfico 13 Número de Agricultores



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

No ano de 2008, quando a feira surge, ela inicia com apenas oito agricultores. É nesse mesmo ano que os agricultores começam a reivindicar melhores condições de trabalho juntos aos órgãos públicos, além de novas barracas para que novos agricultores pudessem participar da feira. Logo após a aprovação do projeto de criação da feira e com a chegada de novas barracas e de equipamentos para os feirantes trabalharem, a feira cresceu rapidamente, chegando ao número de setenta e dois participantes em 2009.

Contudo, de 2008 até os dias atuais, a feira perdeu vários feirantes, sendo o principal motivo, a insegurança de não ter um local fixo para o funcionamento da feira, desmotivando muitos agricultores a continuarem participando dela. Santos (2017) ao fazer uma breve descrição da feira do produtor de Areia constata que, no ano de 2016, faziam parte dela aproximadamente quarenta famílias vindas de várias comunidades localizadas no município de Areia. Em 2019, o número de participantes tem um leve aumento passando a cinquenta e dois feirantes. Ainda neste mesmo ano, a feira do produtor foi realocada para dentro do Mercado Público, causando uma insatisfação geral entre os agricultores, pois além de estarem junto com feirantes do mercado, eles ainda perderam alguns clientes que frequentavam o local antigo.

Para agravar a situação, no final do ano de 2019, o mundo era assolado pela pandemia da Covid-19. No ano seguinte, vários estabelecimentos públicos e privados tiveram que fechar temporariamente, as feiras também foram afetadas. No ano de 2021, com a chegada da vacina contra a doença, alguns estabelecimentos foram retomando suas atividades, e as feiras voltaram a funcionar. Neste mesmo ano, o número de agricultores da feira do produtor era de dezenove, sendo um dos principais motivos para essa diminuição dos feirantes, o deslocamento da feira do produtor para dentro do mercado público.

Após várias reivindicações junto a gestão municipal e órgãos públicos, a feira foi retirada de dentro do Mercado Público. Mesmo com um novo espaço, alguns agricultores não estavam confiantes em sair de dentro do mercado, pois o local escolhido para o funcionamento da feira do produtor parecia-lhes incerto, e o temor de serem realocados para outro espaço novamente, fizeram com que muitos agricultores ficassem no mercado, além do medo de perderem novamente a clientela já consolidada, dessa forma, alguns associados não acompanharam mais um deslocamento da feira do produtor e permaneceram dentro do mercado público. Em 2022, a feira do produtor contava com dez agricultores, sendo cinco mulheres e cinco homens. A princípio esse número de participantes foi estabelecido durante uma reunião entre representantes da ADAF e a prefeita do município e, assim, conforme novos agricultores quisessem participar da feira, novas barracas iam sendo adquiridas.

Como vimos anteriormente, a ADAF em 2020 contava com 61 associados. Isso significa que todos eles participaram da feira em algum momento, pois para entrar na feira era necessário ser sócio. Contudo, a última contagem de associados realizada pelo antigo presidente da associação, em 2022, dava conta de 58 membros na ADAF. É sabido também que as mudanças da feira contribuíram para a redução drástica no número de agricultores feirantes, mas se todos os agricultores se encontram associados e têm direito a uma barraca, por que não reivindicam o seu lugar na feira? Os motivos para não retornarem à feira são os mais diversos como: descontentamento com as mudanças de local da feira, falta de produtos e dificuldades na produção, problemas pessoais/familiares ou de saúde, entre outros. É possível também que alguns agricultores apenas queiram estar vinculados à instituição como forma de ajudá-los futuramente, por exemplo, para se aposentar. Neste caso, ser associado na ADAF é mais um elemento de reconhecimento enquanto categoria de agricultor familiar, tendo em vista que a maioria dos agricultores contribuem para os sindicatos no município (STR e o SAFER). Assim, os agricultores podem continuar associados sem participar da feira, mas o contrário não é possível.

3.4 Perfil socioeconômico dos agricultores

Para traçar o perfil dos agricultores feirantes, foi necessário aplicar um questionário socioeconômico. Dos 19 agricultores da feira do produtor de Areia, 15 responderam à pesquisa. O questionário foi aplicado nos dias 04/02/2022, 04/03/2022 e 01/04/2022. No primeiro dia de aplicação, os agricultores ainda se encontravam dentro do mercado público, nos outros dias, a aplicação ocorreu já no “novo espaço” da feira.

Em relação aos produtos comercializados na feira, embora a maioria seja frutas e hortaliças, alguns desses produtos demandam um certo volume de capital inicial para serem produzidos e comercializados, por exemplo, as hortaliças necessitam de bastante água para a sua produção. Considerando as dificuldades de acesso à água por parte de muitos agricultores, para que eles consigam produzir é necessário a construção de um barreiro e de um sistema de irrigação, porém os custos são altos. Outro exemplo, quem trabalha com a produção de queijos também deve possuir um capital econômico considerável tendo em vista os altos custos para a sua produção.

Nesse primeiro momento, apresentaremos apenas o perfil dos dez agricultores que responderam ao questionário e que permaneceram trabalhando na feira até o fim da pesquisa. Em seguida, discutiremos sobre aqueles 2 agricultores que não quiseram participar da feira do produtor em mais uma mudança de local, 3 dos que até acompanharam a feira do produtor em mais uma mudança de local, mas desistiram e voltaram para dentro do mercado e 4 que desistiram de participar das feiras (feira do produtor e mercado público).

Para melhor descrição dividimos os agricultores da feira do produtor de Areia por sexo conforme os quadros nº 3 e nº 4 abaixo.

Quadro 4 Agricultoras

	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Condição	Tamanho da propriedade	Titular da barraca
Isabel	34	Casado	4	Ensino médio completo	Agricultora	5,4 hectares	Sim
Ana	40	Casado	2	Ensino médio incompleto	Parceira	6 hectares	Sim
Abigail	42	Juntado	4	Até a 4ª série	Comodato	2 hectares	Sim
Berenice	42	Casado	1	Superior completo	Pequena proprietária	10 hectares	Sim
Sara	45	Casado	1	Ensino médio completo	Pequena proprietária	2 hectares	Sim

Rute	61	Casado	8	Ensino médio completo	Assentada	5 hectares	Sim
------	----	--------	---	-----------------------	-----------	------------	-----

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A agricultora mais jovem é Isabel. Ela tem 34 anos, é casada e tem quatro filhos. Isabel terminou o ensino médio com muitas dificuldades, pois precisava cuidar do filho. Quando perguntada sobre como se identifica, ela respondeu que é agricultora, pois segundo ela, mesmo morando em área de assentamento, não se considera assentada, pois a terra em que vive pertencia a sua sogra que já faleceu. O processo de transferência da terra para o seu nome e do seu cônjuge ainda está tramitando no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A área onde Isabel vive e trabalha possui 5,4 hectares, onde ela produz banana e tem uma criação de cabras. Ela é titular da barraca e costuma levar para a feira: banana, mangas (geralmente, extraídas das árvores frutíferas do quintal de casa), além de ‘pé de moleque’ e café.

A agricultora Ana tem 40 anos, é casada e tem duas filhas. Ela não terminou o ensino médio. Sua condição no uso da terra é de parceria. Segundo ela, a propriedade em que ela vive e trabalha mede 6 hectares e pertence à sogra. Além disso, há outros parentes/herdeiros que também vivem na propriedade, porém cada um tem a sua casa. Ana é titular da barraca e, juntamente com o seu cônjuge, costumam levar produtos diversificados como: hortaliças (alface e coentro), bolos caseiros, salgados e café.

A agricultora Abigail tem 42 anos, é “juntada¹⁹”, ou seja, vive junto com o seu ‘esposo’, tem quatro filhos e estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Em relação a condição de uso da terra, agricultora respondeu ser em contrato de comodato (já explicado anteriormente), possuindo uma área de 2 hectares. É titular da barraca e sempre está acompanhada do esposo que a ajuda. Os produtos que comercializam na feira são em sua maioria derivados da mandioca e da macaxeira (bolos, beijus, tapiocas, massa de mandioca), além de doces, sucos, café e chá, “tudo caseiro” como ela gosta de enfatizar.

A agricultora Berenice, tem 42 anos, é casada e tem uma filha. Ela terminou o curso superior em agronomia, na UFPB campus Areia. É uma pequena proprietária e sua propriedade mede 10 hectares. É titular da barraca e os produtos que comercializa na feira são plantas variadas como: cactos, rosas, suculentas, bromélias, entre outras.

¹⁹ Embora a palavra “juntada” soe estranho ao leitor quando pronunciada, ela faz parte do vocabulário da interlocutora, sendo proferida algumas vezes por ela durante nossos encontros na feira. Nesse sentido, podemos definir “juntada” como uma categoria êmica, ou seja, é uma expressão utilizada pela entrevistada para explicar que ela vive com uma pessoa, mas não é casada no religioso e nem no civil.

A agricultora Sara, tem 45 anos, é casada e tem um filho. Tem ensino médio completo. Sara é pequena proprietária, sendo a terra fruto da herança deixada pelos pais e dividida entre cinco herdeiros. O tamanho de sua propriedade é de 2 hectares. Ela é titular da barraca e comercializa queijos tipo coalho e manteiga, além de manteiga da terra e ovos de galinha caipira. Vale ressaltar que o leite utilizado na fabricação dos queijos é comprado de terceiros.

Por fim, a agricultora Rute, que tem 61 anos, é casada e tem oito filhos. Ela terminou o ensino médio. É assentada da reforma agrária e sua propriedade mede 5 hectares. É titular da barraca e, juntamente com o seu cônjuge, comercializa banana, ‘pé de moleque’ e café na feira.

Quadro 5 Agricultores

	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Condição	Tamanho da propriedade	Titular da barraca
Gabriel	31	Solteiro	1	Superior completo	Comodato	2 hectares	Sim
João	56	Casado	2	Até a 4ª série	Assentado	7,8 hectares	Sim
Samuel	62	Casado	10	Não estudou	Assentado	5,21 hectares	Sim
Epitácio	77	Casado	10	Não informou	Herdeiro	18 hectares	Sim

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Gabriel é o agricultor mais jovem da feira, tem 31 anos, é solteiro e tem um filho. Ele possui ensino superior em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus Campina Grande. Sua relação com a terra é através do contrato de comodato e sua área mede 2 hectares. É titular da barraca e comercializa na feira produtos como: batata grã-fina, feijão verde e milho verde.

O agricultor João tem 56 anos, é casado, tem dois filhos e estudou até a 4ª série do ensino fundamental. É assentado e sua área mede 7,8 hectares. É titular da barraca e os produtos que comercializa na feira são: banana, batata e macaxeira. Os produtos que ele leva para a feira geralmente são todos reservados para certos compradores, por isso, ele sempre é o primeiro a vender sua produção.

O agricultor Samuel tem 62 anos, é casado e nunca estudou. É assentado e sua propriedade possui 5,21 hectares. Ele é titular da barraca. Seu Samuel comercializa hortaliças (coentro, alface), frutas (banana, manga e abacate), além de verduras como pimentão.

O agricultor José é o mais idoso da feira, tem 77 anos e é muito respeitado pelos demais agricultores por ser um homem muito ativo e trabalhador. No momento da aplicação do questionário, ele não respondeu a escolaridade, mas na sua ficha de filiação ele respondeu ser alfabetizado. Seu José herdou a terra em que vive e trabalha, e ela possui uma área de 18 hectares. Ele é titular da barraca, e mesmo não vindo à feira com tanta frequência, os produtos

que ele comercializa são bem variados como: feijão carioca, batata doce, coentro, quiabo e maxixe.

É importante salientar que os dados referentes aos produtos comercializados pelos agricultores(as) durante a aplicação do questionário nem sempre estarão disponíveis nas barracas nos dias de feira, principalmente os produtos que são “de épocas”, ou seja, lavouras temporárias como: mandioca, macaxeira, milho e outros. Além disso, fatores como escassez hídrica e falta de estrutura para irrigação dificultam a produção de hortaliças. Há também agricultores que desistiram da produção de hortaliças mesmo possuindo estrutura para esse tipo de produção (água e sistema de irrigação), pois o investimento é muito alto e o retorno não compensa, como é o caso do agricultor Gabriel, que justificou a desistência, pois além de ser um produto mais perecível, o valor de venda é muito baixo e, por isso, ele desistiu das hortaliças e está investindo na batata doce. Essas dificuldades enfrentadas pelos agricultores, reflete nos produtos comercializados na feira, que são produtos repetidos como banana e frutas colhidas dos quintais, ou seja, pouca variedade. Além disso, para alguns agricultores não é vantajoso ir para a feira com poucos produtos, considerando os gastos que terá para se deslocar até o ponto de comercialização. Mais adiante falaremos mais sobre a história de vida de alguns agricultores que permaneceram na feira do produtor, mas primeiro, falaremos sobre aqueles agricultores que de alguma forma desistiram de participar da feira do produtor.

3.5 Os agricultores que saíram da feira do produtor

Ao longo da pesquisa, analisando documentos, conversando com agricultores e demais atores ligados direta ou indiretamente à feira, observando as transformações da feira do produtor, podemos afirmar que, difícil não é entrar na feira, mas permanecer nela. Não basta ser agricultor, é preciso ter a terra produzir. E, mesmo possuindo a terra, se o agricultor não tiver condições para trabalhar nela, dificilmente ele entrará ou permanecerá na feira. Mas existem outros fatores que inviabilizam a permanência dos agricultores na feira, como a insegurança de trabalhar em um lugar provisório e a desvalorização do trabalho dos agricultores familiares. No caso específico das mulheres (em sua maioria), a saída destas da feira acabou ocorrendo sobretudo no período da maternidade, onde precisam ficar com os filhos pequenos. Por fim, a falta de vontade política e de inúmeras promessas não realizadas por parte dos

gestores municipais também são motivos para que os agricultores desistam de continuar na feira.

3.5.1 *“A intenção é boa, mas o local não vai dar certo”*

O título faz referência a fala de um agricultor que, quando perguntado sobre a saída da feira do produtor de dentro do mercado público para um local na rua, a frente da Loja Maçônica no município de Areia, foi bem enfático ao dizer que a mudança não daria certo, pois segundo ele, *“A intenção é boa, mas o local não vai dar certo. A rua não é lugar para a comercialização de produtos alimentícios”*.

Seu Geraldo, tem 61 anos, é casado, pai de quatro filhos e estudou até a 4ª série do antigo primeiro grau (hoje, ensino fundamental). É natural do município vizinho de Remígio - PB, mas reside na zona rural de Areia em um sítio que foi herança deixado pelo pai. É proprietário do sítio e sua área é de 2 hectares. Chegou na feira do produtor em meados de 2012 através do contato estabelecido com Zé Ilton. Seu Geraldo relatou que antes de chegar na feira vendia sua produção a atravessadores, mas não dava certo, não tinha lucro. A aplicação do questionário com o seu Geraldo foi realizada em um dia de sexta-feira, dentro do mercado, ou seja, no dia de feira. Além da feira do produtor, o agricultor afirmou que também vendia na feira livre, aos sábados. Os produtos comercializados na feira eram frutas (banana, laranja, mamão, limão, manga), tubérculos (macaxeira), hortaliças (alface, coentro, cebolinha), além de milho e feijão verde. Segundo o agricultor, a média de ganhos por feira é de aproximadamente duzentos reais, somando a duas feiras, seu Geraldo *“apura”* em torno de quatrocentos reais por final de semana. Seu Geraldo chegou a participar da feira do produtor logo que ela saiu de dentro do mercado público, no dia da inauguração. Porém, o agricultor desistiu e retornou para dentro do mercado.

3.5.2 *“Quando você muda de canto você perde muito freguês”*

O título é parte da resposta do agricultor sobre a mudança da feira do produtor para fora do mercado público. Seu Luiz afirmou que não acompanharia a feira caso ela mudasse de local,

“*eu mesmo não vou, não*”. Muitos agricultores relataram que as mudanças de locais da feira acarretaram numa perda significativa da freguesia, pois quando há mudanças, geralmente os fregueses não ficam sabendo e acabam comprando em outros locais.

Seu Luiz é natural do município de Areia, tem 39 anos, é viúvo e pai de três filhos. Estudou até a 7ª série do ensino fundamental. O agricultor relatou que não pôde concluir os estudos, pois teve que trabalhar muito cedo. Mora na zona rural de Areia, é um pequeno proprietário e sua propriedade mede 1 hectare. Seu Luiz está na feira desde sua fundação como bem afirmou, “*tem dez anos que estou nessa feira, desde que ela foi fundada*”. Antes de chegar na feira do produtor, o agricultor relatou que já trabalhava na feira livre desde os 12 anos juntamente com o seu pai. Teve conhecimento sobre a feira do produtor através da EMATER.

Além das feiras, seu Luiz vende sua produção para vários estabelecimentos no município de Areia tais como: restaurante Vó Maria e Aroma da Serra e para os restaurantes da Pousada Vila Real e do Casarão do Brejo. O agricultor já forneceu produtos para os programas do governo como o PNAE e o PAA.

Antes de aplicar o questionário com o seu Luiz, já tínhamos sido alertados pelo então presidente da ADAF que ele era “o maior produtor da feira”. De fato, pois ao chegarmos na sua barraca, pudemos observar uma grande variedade e quantidade de produtos. Havia produtos expostos na barraca, bem como produtos em caixas embaixo da barraca (estes estavam separados, eram encomendas). A maioria dos produtos trazidos pelo agricultor são hortaliças (rúcula, salsa, coentro, alface, couve, cebolinha, pimentão e chuchu), além de laranja. No momento da pesquisa, havia poucos produtos na barraca do seu Luiz que contou que já tinha vendido muita coisa: “*tinha mais coisas, mas eu vendi tudo*”, afirmou o agricultor. Sobre o quanto ganha por feira ele respondeu: “*a gente não tem uma base certa. Uma semana é boa, outra não é. Uma faixa por feira de quatrocentos reais e nas duas setecentos reais*”. Seu Luiz produz bastante e, além do seu sítio, ele utiliza outra propriedade: “*Tenho dois sítios, um aqui e outro na usina arrendado de um assentado*”.

Seu Luiz estava bem decidido em não acompanhar a feira do produtor após sua saída de dentro do mercado público. Sobre a saída da feira ele nos informou: “*a feira deveria ser aqui, deveria separar. Se tá dando certo, né? Eu sei que eu não vou, não!*”, afirmou seu Luiz. Em todo o momento o agricultor deixou bem claro que não mudaria para o novo espaço da feira, que iria continuar onde estava e que a resolução para o problema entre os feirantes e os agricultores que trabalham dentro do mercado público seria separar os trabalhadores: “*poderia separar, banco a gente tem e é bom*” afirmou ele. Por fim, lembrou de como era a feira no

passado: *“tinha mais de trinta agricultores. Era a maior feira que tinha. Aí veio a gestão e mexeu com a gente, veio a pandemia e misturou tudo”*.

3.5.3 *“A gente precisa de um lugar fixo para não ficar mexendo”*

Essa frase entre aspas foi dita pelo agricultor Fabiano e reflete o descontentamento dos agricultores da feira do produtor que estão cansados de serem mudados de um local para outro: *“o outro prefeito tirava a gente, mexendo de um canto para o outro. A gente precisa de um lugar fixo para não ficar mexendo”*, afirmou Fabiano.

Fabiano tem 44 anos, é casado e pai de dois filhos. É natural do município vizinho de Remígio - PB e estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Mora na zona rural de Areia e trabalha na terra na condição de parceiro. Sua propriedade mede 3 hectares e meio. Seu Fabiano está na feira do produtor há mais de dez anos, e quando perguntado de quais feiras participava, ele respondeu: *“hoje, só a do produtor. Às vezes, eu venho no sábado, mas tenho pouca verdura. Antigamente, eu fazia a feira de Arara, com a pandemia eu vim só para cá. As águas estão poucas demais. Tenho poço artesiano, mas a água tá pouca demais”*.

Na fala do seu Fabiano podemos observar algumas questões bem problemáticas que afetam diretamente os pequenos agricultores: primeiro, a questão da baixa produção que está diretamente relacionada ao segundo problema que é a falta ou o pouco acesso aos recursos hídricos, questão crucial sobretudo para os agricultores que trabalham com verduras e hortaliças. Mesmo possuindo outros espaços para vender os seus produtos, o agricultor não tem produção suficiente. A pandemia foi um problema que afetou os agricultores de forma geral, porém alguns agricultores foram mais afetados que outros. No caso do seu Fabiano, que vendia os seus produtos em outra feira da região, a pandemia acabou acarretando o fechamento de vários estabelecimentos ou restringindo o número de pessoas trabalhando e circulando nesses locais, em especial as feiras. De todo modo, a questão hídrica é um tema que afeta muitos agricultores, principalmente, aqueles que trabalham na produção de hortaliças, como apontado.

Apesar das dificuldades relatadas, o agricultor traz para a feira produtos bem variados que vão desde frutas (banana, mamão, laranja), vegetais (abobrinha), verduras e hortaliças (pimentão, alface, couve, coentro). Quando chegamos na barraca do seu Fabiano ainda tinha alguns produtos, sobretudo, verduras e hortaliças. No caso das frutas, ainda restavam poucas ‘conchas’ de banana e alguns mamões. As laranjas já tinham sido vendidas, pois todas já haviam

sido encomendadas. O agricultor relatou que vende outros produtos, mas por causa da seca não estava produzindo culturas como beterraba e cenoura, além disso, produtos como macaxeira, batata doce e jerimum estavam “*fora de época*” e, por isso, não tinham na barraca, mas quando tem ele traz para a vender na feira. De fato, estávamos no mês de fevereiro e praticamente não vimos macaxeira para vender nas barracas da feira do produtor.

Sobre os ganhos obtidos por feira, o agricultor disse que “não dava para saber” devido a vários fatores: “do jeito que tá aqui não dá para nem para apurar cinquenta reais. As outras coisas tudo cara e a do produtor não tem valor”, relatou seu Fabiano. É possível perceber o descontentamento do agricultor em relação à situação dos agricultores dentro do mercado e a desvalorização de seus produtos em relação aos vendidos pelos feirantes que tem seus produtos oriundos da CEASA. Além dos produtos citados, observamos que havia uma ave com pés presos por uma corda que o agricultor havia trazido para a feira: “trouxe a galinha, encomendada, mas o cara não veio”, relatou seu Fabiano com um tom de desapontamento.

Ainda sobre a saída da feira do produtor de dentro do mercado público, a preocupação de seu Fabiano é a mesma da maioria dos agricultores entrevistados que é a perda da freguesia: “*a gente vende hoje aqui, o freguês vem, depois a gente sai e o freguês não sabe*”. Por ser um dos mais antigos na feira do produtor, o agricultor já viveu outras experiências de mudança da feira e, por isso, não está tão confiante em mudar de lugar mais uma vez: “*eu tenho que ver como vai funcionar lá. Tem muito freguês que não sabe, aí a gente fica no prejuízo. Por enquanto, eu vou ficar nessa. Quando firmarem lá e disserem que tá certo, eu vou para lá. Muita gente está acostumada a comprar aqui*”, afirmou seu Fabiano.

Por fim, vale destacar que, para muitos agricultores o trabalho na feira é exercido desde criança, sempre acompanhado do pai ou de um adulto responsável, que no caso do seu Fabiano, foi o seu avô que o levava para a feira. “*Desde pequeno eu trabalhava no sítio, meu avô era agricultor e eu trabalhava com ele na feira*”, relatou o agricultor ao ser questionado como chegou a vender na feira.

3.5.4 “O que conquista o cliente é o vendedor”

O título diz respeito à resposta do agricultor Celso quando questionado o porquê não queria mudar para o novo espaço da feira, sendo bem enfático afirmando que não mudaria de local e que o seu desejo é ficar na feira livre. Celso tem 41 anos, é casado, pai de dois filhos e

estudou até o 1º ano do ensino fundamental. Nasceu no sítio Ipueira, próximo a antiga Usina Santa Maria. Sua condição é de posseiro e sua propriedade mede 2 hectares. Está na feira do produtor há oito anos e, atualmente, trabalha nas duas feiras (produtor e livre).

Seu Celso nos contou um pouco de como chegou na feira do produtor: “trabalhava na feira da Usina com perfumaria, aí conhecia a feira pelo meu primo e outras pessoas conhecidas. Antes vendia a produção aos atravessadores”. Muitos agricultores chegaram na feira do produtor através de conhecidos que já participavam da feira e encontraram nela uma alternativa de escoamento da sua produção. Além das feiras de Areia, o agricultor vendia em outra feira da região: “já vendi na feira de Barra de Santa Rosa, mas a pandemia atrapalhou”. A pandemia foi um dos fatores relatados por vários agricultores como empecilho para continuar fornecendo para outros mercados.

Na barraca do seu Celso havia produtos variados como: frutas (banana, jaca, manga), hortaliças (couve, cebolinha, coentro e alface), massa de macaxeira e ovos caipira. O agricultor tira por feira uma média de trezentos reais em um dia bom e duzentos reais em um dia ruim. Essa oscilação no valor dos ganhos pode ter explicação no número de consumidores que frequentam a feira, sobretudo após abertura do comércio após a pandemia, mas também pelo número alto de vendedores dentro e ao redor do mercado público. Ainda sobre a saída da feira do produtor para outro local, seu Celso respondeu: “*tenho medo de sobrar comida lá, de ficar de um dia para o outro*”. A preocupação do seu Celso em mudar de local não é só pela clientela já formada ou medo de perdê-la, mas de perder a sua mercadoria. Isso porque o agricultor possui um local dentro do mercado público onde pode guardar os produtos que sobra da feira de sexta-feira para vender no sábado. No caso da feira do produtor funcionando na rua, os agricultores não terão onde guardar os produtos que não conseguirem vender. Dessa forma, ficar no mercado é mais vantajoso para o agricultor.

3.5.5 “*Acho melhor ser separado*”

O título refere-se à fala do agricultor José sobre o que achava da mudança de local da feira do produtor. Seu José foi o agricultor mais contido em suas respostas, respondendo apenas o que foi perguntado, porém não respondeu quando perguntamos em “qual feira iria ficar?”. Durante a aplicação do questionário o agricultor nos respondeu: “*acho melhor ser separado*”.

Neste caso, “ser separado” significava que ele concordava com a saída da feira do produtor de dentro do mercado.

José tem 77 anos, é casado e pai de dez filhos. O agricultor não informou se havia estudado. Seu José mora na zona rural de Areia e sua propriedade mede 18 hectares. Está na feira do produtor desde a sua criação e chegou a ela através de um representante da EMATER. Participa somente da feira do produtor e nos informou que já vendeu para a prefeitura. Os produtos que o agricultor traz para a feira variam de acordo com a estação. No dia da aplicação do questionário ele havia trazido feijão verde, batata, quiabo, tomate cereja, maxixe e coentro. O agricultor afirma fazer uma média de duzentos a trezentos reais por feira.

Seu José chegou a participar da feira do produtor no “novo espaço”, mas foram poucas vezes. Um dos feirantes nos contou que o agricultor deixou de participar da feira por vários motivos, principalmente, porque ele não tem quem o ajude no roçado e, por conta da idade e dos problemas de saúde, seu José não tem como ir à feira. O agricultor mora com um dos filhos, mas segundo o nosso informante, seu José enfrenta problemas pessoais com ele, sobretudo, porque o filho não o ajuda. Mesmo não participando da feira, o presidente da ADAF informou que a hora que ele quiser aparecer o seu banco estará garantido. Seu José é uma referência para muitos agricultores da feira do produtor, sobretudo por sua disposição para trabalhar mesmo enfrentando diversas dificuldades.

3.5.6 “*Antes no mercado era separado*”

O título acima é parte da explicação dada por seu Paulo sobre a feira do produtor ter saído de dentro do mercado. Aplicamos o questionário com Paulo no dia da “reinauguração” da feira do produtor no novo espaço, fora do mercado público e, embora o agricultor estivesse lá, na sua barraca, ele nos afirmou que não queria sair de dentro do mercado.

Seu Paulo tem 55 anos, vive junto com dona Idalina (que estava presente na feira), é pai de um filho de um casamento anterior e estudou até a 1ª série do ensino fundamental. Ele é natural do estado do Rio Grande do Norte, mas disse não lembrar o nome da cidade, porém mora a muitos anos na cidade de Areia, afirmou o agricultor. Dos entrevistados, Paulo é o único agricultor que vive na zona urbana de Areia, no bairro da Jussara. Ele nos contou que há 12 anos fez a sua DAP e que paga a associação. Sua propriedade mede 1 hectare e meio e, segundo o agricultor, a terra era da prefeitura, mas foi doada. Seu Paulo está na feira do produtor “*desde*

que ela foi para dentro do mercado” e antes de chegar na feira participou das reuniões da associação na sede da EMATER em Areia. De fato, um dos requisitos para participar da feira do produtor é ser associado da ADAF e ser aprovado em assembleia pelos demais associados. Além de vender nas duas feiras (produtor e livre), o agricultor também vende os produtos em sua residência: “*em casa sempre vendo umas coisinhas*”, afirmou Paulo.

Os produtos que o agricultor trouxe para a feira foram: frutas (banana e abacate) e hortaliças (couve e coentro). Quando estávamos lá, na barraca do seu Paulo, havia poucos produtos. Quando perguntado o valor que ganhava em média por feira ele respondeu: “*hoje não dá para saber ainda, primeiro dia vendendo aqui. Mas dentro do mercado eu tiro uma média de cinquenta a sessenta reais*”. Se considerarmos a média declarada dos demais agricultores que foi em média de duzentos reais por feira, o que Paulo apura está bem abaixo da média.

Voltando ao tema da mudança de local da feira, já sabemos que o agricultor não queria mudar para o novo espaço e que a solução seria continuar dentro do mercado, porém separados dos demais feirantes. Porém, no novo local o agricultor pôde avaliar e comparar o que ele considera mais vantajoso, por exemplo, ele fala que “*a barraca no mercado é maior*” em relação a barraca nova que além de ser menor, ainda tem que dividir com outro agricultor. Além disso, Paulo relatou: “*no sábado eu vendo produtos da CEASA*”. Esse é um ponto importante a ser destacado, pois durante minhas idas à feira quando esta funcionava dentro do mercado, e conversando com os agricultores, muitos diziam que era mais vantajoso comprar produtos da CEASA para vender na feira.

Em uma de minhas idas à feira junto com o presidente da ADAF, observei ele indagar a um agricultor que se encontrava no lado dos feirantes: “*João: E aí, vai voltar para a feirinha? O agricultor: O sistema ainda é o mesmo? João: É. Tem que ser tudo da agricultura familiar, tudo sem veneno. Agricultor: Ah, então não tem como eu ir. A minha produção é pouca. Não pode vender nada da CEASA? João: Nada da CEASA!*”. Esse agricultor já havia vendido na feira do produtor, mas diante das dificuldades na produção, principalmente, as relacionadas a escassez de água na sua propriedade, acabou indo para o lado do mercado público (feira livre) onde é permitido vender produtos oriundos da CEASA. Outro ponto importante é quando o agricultor pergunta se “o sistema” ainda é o mesmo?”. “O sistema” a que ele se refere são as regras que cada agricultor associado da ADAF precisa cumprir para fazer parte da feira do produtor, especialmente, produzir alimentos sem veneno.

Eis aí uma das grandes dificuldades dos agricultores menos capitalizados, que é se manter dentro desse “sistema de regras” como é o caso de Paulo. Muitos agricultores até conseguem ter acesso à terra através de diversos acordos (de comodato ou arrendamento, por

exemplo), porém tornar essa terra viável para a produção muita das vezes exige recursos (econômicos, naturais e humanos) que o agricultor não dispõe ou se tem são insuficientes.

Muitos agricultores, inclusive, alguns da feira do produtor, relataram que às vezes utilizam defensivos na sua produção. Mas o leitor pode se perguntar, mas se alguns agricultores da feira do produtor utilizam agrotóxico, por que há tantas regras e barram os demais agricultores que fazem uso desses produtos na plantação? Embora alguns agricultores da feira do produtor (uns três) tenham relatado que faziam uso de defensivos (carbureto), principalmente na banana, eles disseram que fazem uso esporadicamente. Além disso, observamos que nas barracas os agricultores costumam separar os produtos que foram utilizados agrotóxicos dos que não foram. Em uma das visitas à feira, pudemos observar um agricultor alertando uma cliente que escolhia bananas, “*essas daqui têm carbureto*”. Essas bananas eram um pouco mais baratas que as outras que não levavam a substância. Embora a ideia seja que a feira do produtor seja somente de produtos livres de veneno, nos parece que há um nível tolerável para o uso dos defensivos, sobretudo em casos em que o agricultor não tenha nenhuma alternativa para melhorar a sua produção.

Por fim, o seu Paulo nos informou que a sua horta tem 250 metros onde divide com o cultivo de macaxeira, feijão e banana. Por ter muita dificuldade em ter acesso a água em sua propriedade e, conseqüentemente, na produção das hortaliças, o agricultor relatou sobre a possibilidade de não vir para a feira: “*quando a verdura começar a queimar, eu vou deixar de vir para a feira. Quando eu não tiver mercadoria, eu vou falar para João ceder o meu banco para outro. No meu terreno não tem água*”. Essa foi a primeira e última vez que o agricultor esteve na feira do produtor no “novo espaço”. Diante das situações a que lhe foram impostas, provavelmente, ele tenha “optado” por ficar somente no mercado público.

3.6 Agricultoras que deixaram a feira

Todos os relatos dos agricultores mostram que deixar de vender na feira do produtor não foi apenas uma escolha pessoal, mas sim uma soma de situações que influenciaram suas tomadas de decisões. Tais circunstâncias mostram que embora o agricultor tenha autonomia, ela é relativa, pois o agricultor familiar não a possui por completo, tendo em vista que ele precisa manter relações sociais e econômicas com outros grupos sociais e, portanto, submetido às situações que ele não controla. Autonomia no sentido empregado por Ploeg (2008) está

relacionado à capacidade dos agricultores familiares ou camponeses exercerem o controle sobre suas próprias práticas agrícolas e decisões relacionadas à produção de alimentos. Nesse sentido, o que existe é uma busca pela autonomia que está intimamente ligada com o processo de trabalho desenvolvido dentro das unidades de produção, ou seja, refere-se à necessidade de garantir que os agricultores familiares possuam a capacidade de tomar decisões autônomas em relação às suas práticas agrícolas.

Existem também outras situações que estão alheias à própria vontade dos agricultores da feira do produtor, no caso em questão, das agricultoras. Citarei apenas três exemplos de agricultoras que tiveram que deixar a feira. Sabemos que há mais casos como este, porém, durante a pesquisa não foi possível acompanhar devido às questões de logística, da pandemia que diminuiu a participação de muitas agricultoras na feira e a própria dificuldade de ter contato com essas mulheres.

3.6.1 *"Um dia eu volto"*

O primeiro caso que analisaremos é o da agricultora Claudia. As informações que trarei sobre a agricultora foram retiradas da ficha de associada da ADAF e de algumas conversas informais que tivemos no decorrer da pesquisa, pois como não estava participando da feira do produtor, não foi possível aplicar-lhe o questionário. Atualmente, Cláudia está com 43 anos, é casada e mãe de três filhos. Sua condição é de assentada da reforma agrária. Durante a pandemia a agricultora enfrentou diversos problemas de saúde devido a contaminação pelo vírus da Covid-19, além de cuidar de familiares que também foram acometidos pela mesma enfermidade.

Durante os poucos encontros que tivemos, sempre lhe era perguntado quando voltaria para a feira e sua resposta era sempre a mesma: *"um dia eu volto"*. O verbo "volto" que está no presente do indicativo passa uma ideia de algo que acontecerá num futuro próximo. De fato, a agricultora sempre relatou que um dia voltaria a participar da feira, porém compartilhou conosco alguns motivos pelos quais a levou a sair temporariamente da feira. O primeiro motivo seria os altos custos na produção, que vão desde a aquisição de insumos, poucos recursos humanos (para trabalhar na terra) e dificuldade na logística (levar a produção para a feira). O segundo motivo seria a pouca variedade de produtos para levar à feira e, por fim, os preços baixos para venda.

Um dos produtos que a agricultora dispõe em seu roçado é a banana. A banana é um dos produtos mais vendidos na feira e é bastante cultivada na região do brejo paraibano. E isso significa que, quando a oferta de determinado produto aumenta, o seu preço tende a diminuir. Mesmo conhecendo esta regra, os agricultores permanecem com a cultura da banana, pois, há uma certa segurança de retorno no cultivo dessa fruta, e neste caso, a segurança de algum lucro é melhor que o risco de plantar uma outra cultura.

A agricultora avalia as possibilidades de perdas e ganhos e as condições do grupo familiar, ou seja, vale a pena se “arriscar” e colocar em risco o que já possuem? Para Wolf (1970, p. 33), precisamos compreender que, “tais esforços para equilibrar a balança do orçamento pelo subconsumo explicam, parcialmente, por que os camponeses temem o novo como se vissem a própria tentação: qualquer novidade poderá abalar seu precário equilíbrio”. De toda forma, a agricultora não descarta a possibilidade de voltar. Enquanto isso, ela fornece parte de sua produção para o PAA e PNAE, que nas palavras dela “*é um dinheiro certo*”. Durante a pandemia, Claudia nos contou que trabalhou como cuidadora de um idoso no período noturno no município de Areia. Atualmente, a agricultora está trabalhando com artesanato com um grupo de mulheres no assentamento onde vive.

3.6.2 *Maternidade e a saída da feira*

Os próximos casos são de agricultoras que tivemos a oportunidade de acompanhar por um determinado tempo na feira, como é o caso da agricultora Ana. Quando aplicamos o questionário, a agricultora estava no novo local de funcionamento da feira, além disso, tivemos outras oportunidades de conversar com ela em outros locais além da feira, como nas reuniões da associação e, posteriormente, em sua residência. De todo modo, um dos motivos para a saída da agricultora da feira, foi porque não tinha com quem deixar a filha pequena. Antes a agricultora deixava a filha pequena com a filha mais velha, porém sua filha se casou e foi morar em outro município inviabilizando sua permanência na feira. Esse é um ciclo que tende a se repetir com a maioria das agricultoras que trabalham na feira, conforme apontou Garcia-Parpet em seus estudos na década de 1980 e 1990 na região do brejo paraibano.

Segundo Garcia-Parpet (1992), as mulheres tendem a deixar a feira em virtude do casamento ou de uma gravidez. Segundo a autora, o casamento é um momento importante no ciclo de vida de homens e mulheres, mas também de redefinição das posições dos indivíduos

no espaço social, cabendo ao homem a responsabilidade do sustento da casa. No caso das mulheres, sua ausência na feira é notada em virtude de uma gravidez e elas só retornarão para a feira quando os filhos atingirem uma certa idade.

No caso da feira do produtor, pudemos observar que os motivos que levaram as mulheres a saírem da feira estão relacionados às questões do casamento e de gravidez, marcando o lugar dessas mulheres na nossa sociedade, como a mulher cuidadora, a mulher do lar, a esposa. Ana ainda participou da feira por um bom tempo mesmo tendo uma criança pequena em casa, contudo, ela possuía o apoio da filha mais velha antes também de se casar. Em uma de nossas conversas a agricultora relatou que sua filha mais velha a ajudava bastante com os trabalhos em casa, sobretudo, cuidando da irmã mais nova, levando-a e buscando-a na escola.

Ao longo dos anos trabalhando na feira, Ana quase nunca faltava, todas as sextas-feiras ela estava na sua barraca com os seus bolos, pães, salgados e café. Porém, com a segunda gravidez, ela teve que se ausentar da feira e, posteriormente, com a chegada da pandemia e com uma filha pequena em casa, ela foi diminuindo suas idas à feira. Após a liberação do funcionamento do comércio no município de Areia pela prefeitura, a agricultora retorna para a feira. Inicialmente, a agricultora começou na feira juntamente com o marido (que já vendia antes) com uma barraca onde metade da barraca ele vendia as hortaliças e na outra metade ela vendia os bolos e salgados. Com o aumento na produção de hortaliças foi necessário adquirir mais uma barraca na feira do produtor e, assim, cada um ficava em uma barraca vendendo os produtos.

Além de comercializar seus bolos e salgados na feira, a agricultora também fornece bolos para o PNAE e bolos temáticos e salgados para festas infantis. Todo o processo de fabricação acontece em uma cozinha que ela construiu ao lado da sua casa com recursos adquiridos com as vendas dos produtos na feira e através de empréstimos bancários que, além da construção também ajudou a agricultora a equipar o espaço com máquinas, forno industrial, utensílios e tudo o que era necessário para montar a cozinha.

Uma das coisas que nos chamou a atenção foi que, durante a pandemia e o fechamento da feira, Ana juntamente com o marido elaboraram uma alternativa de vendas para angariar recursos para manter o grupo familiar. Diante da situação de calamidade pública em razão do agravamento da pandemia, eles venderam sua produção porta a porta no município de Areia. Em conversas informais, Ana relatou que ela fazia os pães e bolos para o marido e o genro venderem. Mas eles não vendiam só os produtos panificados, as hortaliças também eram vendidas por meio de encomendas dos clientes. De todo modo, o casal afirmou em uma das reuniões da associação que no período pandêmico, foi quando eles conseguiram vender melhor.

Isso se deveu ao fato de que, sem a feira e o mercado funcionando, eles tiveram a ideia de oferecer produtos nas ruas da comunidade onde vivem e através de encomendas feitas via aplicativo de conversa *WhatsApp*.

Atualmente, a agricultora aparece na feira para rever os amigos e aproveita para fazer algumas compras nos estabelecimentos ao redor da feira, mas sempre acompanhada com a filha pequena, enquanto o marido toma conta das duas barracas. Durante nossas idas a campo, depois da saída da agricultora da feira, percebemos que quase sempre há uma pessoa auxiliando o seu marido nas barracas, este é o pai de Ana. Embora esteja com a saúde fragilizada em decorrência do alcoolismo, o pai da agricultora aparece de vez em quando para ajudar o genro, principalmente quando ele precisa sair para fazer as necessidades fisiológicas, comprar algo que a esposa pediu ou para pagar um boleto no banco ou lotérica. Essa rede de apoio e de solidariedade é muito importante e muito presente entre os participantes da feira. Mesmo não indo trabalhar na feira, ela continua trabalhando em casa, cuidando da filha, realizando as tarefas domésticas e produzindo seus bolos e salgados para serem vendidos na feira, pois a sua barraca é armada todas as sextas-feiras visto que, o seu marido agora é quem toma conta de duas barracas.

3.6.3 *Sobrecarga de trabalho e a saída da feira*

Dona Rute é uma das agricultoras mais antigas da feira. A agricultora terminou o ensino médio e sua condição é de assentada pela reforma agrária. Ela trabalhou em todos os lugares por onde a feira passou. Nosso primeiro contato com a agricultora foi dentro do mercado público, quando a feira do produtor funcionava naquele local. Na época, ela dividia o banco com o marido Malaquias que vendia bananas e ela produtos derivados da mandioca (tapiocas, beijus e pé de moleque) e café. Na ocasião do nosso encontro, a agricultora compartilhou um pouco da sua história e revelou que estava tentando pela 3ª vez a eleição para representante da associação do assentamento onde vive com a família.

Ao longo da pesquisa observamos que a agricultora é bem ativa e engajada em outras atividades fora da unidade produtiva, por exemplo, participando de instituições e promovendo eventos educativos ligados aos assentamentos da região do brejo. Em uma de nossas últimas conversas a agricultora relatou sobre o excesso de trabalhos dentro e fora da unidade produtiva fazendo com que ela deixasse a feira. Em fevereiro de 2020, quando ocorreu o nosso encontro,

a agricultora que fornecia bolos para o PNAE mesmo com a sua DAP cancelada. Na verdade, Rute fazia os bolos e o seu genro que tem DAP fornecia (e ainda fornece) os bolos em seu lugar. Passados quatro anos desde a nossa primeira conversa, sua DAP ainda está cancelada. Segundo a agricultora, somente o INCRA pode regularizar o seu documento. Além da feira do produtor, dona Rute e seu Malaquias também vendiam na feira livre aos sábados. Assim, o que sobrava de produtos da sexta-feira (geralmente, bananas), eles guardavam em um espaço dentro do mercado e vendiam no sábado. Porém, por não possuírem outros produtos além da banana, acharam melhor não participar da feira no sábado, pois segundo eles ‘não compensa’.

Um dos últimos contatos que tivemos com a dona Rute foi na feira do produtor no novo espaço e em duas reuniões da ADAF onde está atuando como secretária. Ele precisou deixar a feira para se dedicar a outras atividades na coordenação do Fórum dos Assentados. Atualmente, apenas o seu marido e sua filha Isabel participam da feira. Porém, seu Malaquias tem ido pouco, pois além de não ter outros produtos além da banana, os preços para a venda não têm compensado os custos que ele tem na produção e no deslocamento do seu roçado até a feira.

A maioria dos agricultores que responderam ao questionário não queriam sair da feira do produtor, porém ao avaliar as possibilidades reais de perdas tiveram que fazer uma escolha. Essas perdas podem ser econômicas e não econômicas. Como vimos, os motivos econômicos para o abandono da feira foram:

a) A redução da rentabilidade da produção agrícola devido a fatores como o aumento dos custos de produção, a queda dos preços para a venda dos produtos (como é o caso da agricultora Claudia), além disso, muitos agricultores precisam “contratar” trabalhadores para colher a sua produção, por exemplo, a banana, tornando mais difícil para os agricultores obterem lucros com a venda de seus produtos na feira. Atualmente, o milheiro da banana está custando em média entre noventa e cem reais, e uma diária que o trabalhador cobra varia entre sessenta e setenta reais (esses valores foram informados pelo seu Malaquias), ou seja, uma parte importante do lucro do agricultor vai para pagar os trabalhadores contratados por diárias. Mas isso mostra uma outra realidade presente nas unidades produtivas que é a falta de mão de obra familiar, seja porque os membros são ainda muito pequenos ou porque cada vez mais os jovens filhos de agricultores buscam outras atividades fora da agricultura; problemas de acesso à água também motivaram agricultores a deixarem a feira, pois sem esse recurso natural e essencial é impossível continuar produzindo levando alguns agricultores a comprar produtos da CEASA e vender no mercado (como foi o caso do seu Luiz);

b) O aumento da concorrência com o aumento do número de agricultores que vendem seus produtos na feira nos últimos anos tem levado a uma maior concorrência e redução dos

preços dos produtos tornando inviável a permanência dos agricultores na feira. No caso dos agricultores da feira do produtor essa concorrência cresceu, principalmente quando foram para dentro do mercado, pois além do aumento de feirantes ainda tinham que concorrer com produtos oriundos da CEASA (conforme relatado pelo agricultor Fabiano). Além disso, existem muitos estabelecimentos comerciais que também vendem frutas e verduras com preços mais caros que os praticados na feira, mas que possui facilidades de pagamento (cartões de créditos e débito, *pix* e transferência) o que acaba sendo mais vantajoso para o cliente que não possui dinheiro em espécie;

c) As dificuldades logísticas para transportar os produtos agrícolas até a feira pode ser uma tarefa difícil e custosa. Isso pode ser um obstáculo para os agricultores que possuem pequenas propriedades ou que estão localizados em áreas rurais distantes. Nos primeiros três anos da pesquisa observamos que um agricultor da feira do produtor não possuía meio de transporte o que tornava praticamente insustentável participar da feira como era o caso do seu Malaquias;

d) O medo de perder a freguesia também foi um dos motivos alegados por muitos agricultores para permanecerem dentro do mercado. O medo de perder a clientela já consolidada não está associada apenas ao econômico, mas também as relações sociais que são construídas entre agricultores e consumidores estabelecendo uma fidelidade onde o cliente só compra naquela barraca, com aquele agricultor e o agricultor também retribuiu quando seleciona as melhores frutas ou verduras, por exemplo. Às vezes, o agricultor coloca uma ou duas unidades a mais de um produto como forma de agrado a esse cliente que é fiel.

Infelizmente, a pesquisa não conseguiu ter acesso ao demais agricultores que deixaram a feira do produtor, porém a maioria dos agricultores com quem pudemos conversar, seja na feira ou nas reuniões da associação, relataram que a entrada da feira do produtor no mercado público foi o principal fator de desistência sendo agravado com a chegada da pandemia. Em setembro de 2021, conversamos com vários agricultores que reclamaram da “*venda fraca*” que é quando os agricultores têm uma baixa na venda dos produtos que levam para feira. A agricultora Eliza afirmou que vir para a feira “*não compensa nem a gasolina*” e que “*o povo misturado*” e a pandemia fez com muitas pessoas desistissem da feira; a agricultora Abigail disse que “*vai vender na feira para não ficar em casa, mas que nem sempre compensa*” e que “*a pandemia atrapalhou tudo*”.

O período da pandemia foi muito difícil para os pequenos agricultores de um modo geral, pois mesmo com o retorno das atividades na feira, o movimento de clientes havia caído bastante e, conseqüentemente, das vendas. Mas “*estar misturado*” foi a principal causa de

aborrecimento entre os agricultores, não apenas pela concorrência desleal e pelos constantes conflitos entre agricultores e feirantes dentro do mercado público, mas porque ao misturar todos em um mesmo espaço, sem uma delimitação espacial, os próprios agricultores se sentiam descaracterizados da sua condição de agricultor, ou seja, seus produtos eram igualados aos produtos da CEASA, não havia diferença.

4 HISTÓRIAS DE VIDA DOS AGRICULTORES E A CHEGADA NA FEIRA DO PRODUTOR

4.1 “A gente sofreu muito na infância para chegar aonde hoje nós estamos, um pouco mais acomodado, né?”

Seu João tem 58 anos, é um dos fundadores da feira do produtor e foi por duas vezes consecutivas presidente da ADAF. Como já foi bastante mencionado, a criação da feira se deu a partir do interesse dos agricultores e da articulação de vários atores locais. No caso de João, ele também fez parte desse processo de construção da feira e da associação. Ao longo da sua trajetória, nosso entrevistado exerceu diversas atividades laborais, mas também se dedicou ao trabalho social e à luta pelos direitos dos trabalhadores do campo, em especial, dos ex-moradores da antiga Usina Santa Maria. Todo esse empenho lhe fez ser bastante conhecido na região como alguém que poderia ser representante dos menos favorecidos.

O entrevistado nos relatou como foi a sua infância e as dificuldades enfrentadas nesse período, tendo que trabalhar desde muito novo. Casado com Tânia, eles têm dois filhos que moram na mesma propriedade, porém cada um tem sua casa. O casal teve três filhos (dois homens e uma mulher), porém a filha mais nova faleceu ainda criança. Na visita que fizemos à sua residência para entrevistá-lo, relatou o sofrimento vivido por ele e a esposa quando a sua filha adoeceu vindo em seguida a falecer. Enquanto nos contava sobre todo o sofrimento da enfermidade da filha, ele mostrava um quadro na parede com uma imagem da filha que mandara fazer e emoldurar. Mesmo falando das dificuldades de acesso aos recursos médicos da época, de todas as tentativas realizadas para que a saúde da sua filha fosse restabelecida, seu João encontra explicação e consolo na sua espiritualidade para a morte da filha afirmando que, “Deus quis levar”. “Eu tive três filhos, mas Deus tomou um para Ele”. Explicações de ordem religiosas para questões sociais são bem comuns de ouvir entre os agricultores, como é o caso do seu João e sua esposa que são católicos praticantes. Atualmente, trabalha sozinho no roçado, pois seus filhos exercem outras atividades não-agrícolas. Quando pedimos para contar sobre sua história de vida, ele relatou:

A minha infância foi um tempo assim, sofrida, né? Digo assim, sofrida em termos de naquele tempo, meus pais trabalhavam, tinha patrão e ganhava pouco. E isso aí, com cinco filhos para o meu pai dá de comer com o pouco que ele ganhava, né? E a gente passava necessidade assim, tinha dia que tinha o que comer, tinha dia que não tinha,

porque era só meu pai para trabalhar para sustentar a família, né? E eu com oito anos de idade, nove anos, dez anos. Nesse tempo a Usina Maria funcionava, né? E eu cortava cana na usina, aqui em Ipueira, onde eu moro, né? Aqui onde eu moro, para ajudar meu pai e sustentar a família, né? Principalmente, eu que sofri trabalhando, mas também os meus irmãos que também trabalhavam, e no sábado recebia o dinheiro, e tinha que dar ao pai, para o pai fazer feira para ajudar, né? (João, 2021).

Ao contar sobre a sua infância, João é bem enfático ao dizer que foi uma infância de muito sofrimento, sobretudo porque a família “passava necessidade”. Embora não consiga precisar a idade correta que iniciou as atividades laborais, ele aponta ser ainda uma criança. João começou a trabalhar cortando cana-de-açúcar na antiga Usina Santa Maria. O trabalho no corte da cana-de-açúcar é uma atividade extremamente desgastante, pois exige uma certa habilidade e cuidado no uso de instrumentos de corte como facões afiados, além de longas jornadas de trabalho sob o sol. Além de João, seus irmãos também tiveram que trabalhar para auxiliar no sustento da família, e como afirma, todo o dinheiro que recebiam da semana de trabalho era entregue ao pai para fazer a feira.

Ao analisar os motivos do ingresso das crianças no mundo do trabalho, Rizzini (2010) afirma que, a maioria dos trabalhadores infantis são vítimas da miséria, da situação de extrema pobreza em que vivem, como foi o caso narrado pelo nosso entrevistado, que mesmo percebendo que o seu trabalho era degradante, não havia escolha de não trabalhar, pois era necessário à manutenção do grupo familiar.

Observamos que em todo o momento, o trabalho está presente na sua vida, conforme o trecho abaixo:

E aí, a gente começou a se desenvolver trabalhando e eu trabalhava, né, os seis dias da semana cortando cana. Sábado, segunda até sábado cortando cana. Na sexta-feira à noite, sábado à tarde, domingo o dia, eu fazia um extrazinho enchendo caminhão de cana, para sobrar um dinheirinho para mim, né? Porque o que eu ganhava no meio de semana, pegava tudo e dava para o meu pai fazer a feira, ajudar a fazer a feira, né? (João, 2021).

“A gente começou a se desenvolver trabalhando” mostra que a função do trabalho na vida do entrevistado se tratava de um processo dialético que moldava a sua natureza humana, ou seja, enquanto trabalhava transformando a natureza (Marx, 2006), João também era transformado físico e socialmente pelo trabalho que exercia.

Além de trabalhar regularmente durante o dia, seu João fazia os extras no período noturno enchendo caminhão de cana-de-açúcar. O dinheiro extra era importante para comprar itens que não podiam ser comprados com o dinheiro destinado aos itens básicos, especialmente alimentos. Isso acontece porque produtos como perfume e sapatos não fazem parte dos itens de primeira necessidade do grupo familiar, pois, diante das dificuldades materiais, podem ser

considerados supérfluos. Para João, esses produtos eram importantes pois atendia a outras necessidades típicas de “quando é jovem”. A ideia de ter o próprio dinheiro para comprar uma roupa ou um sapato, o que ao final, significava ter liberdade.

João estudou até a 4ª série do antigo segundo grau (que hoje equivale a 5ª série do ensino fundamental 1), pois precisou escolher entre continuar os estudos e assumir a responsabilidade de um casamento, e segundo ele, ‘fez a opção’ por se casar. Mesmo não tendo concluído os estudos, nosso entrevistado relatou que se orgulha muito de ter estudado até a quarta série e destaca que além dos estudos é preciso ter habilidades específicas. Além disso, enaltece e valoriza o pouco tempo que estudou e faz comparação a outras pessoas que alcançaram níveis mais altos de estudos que ele, mas não valorizam. Mesmo orgulhoso da sua trajetória escolar, ressalta que gostaria de ter estudado mais.

Assim como em outras narrativas de atores sociais camponeses, muitos homens e mulheres ainda na fase infantil, tiveram que conciliar os estudos com intensas jornadas de trabalho, o que não foi diferente para João:

Eu trabalhava de sete às onze, vinha para casa, almoçava, voltava pra aula de onze e meia até uma hora pra estudar, né, numa escola particular, com uma pessoa, né? Uma prima minha que me ensinava e a meus irmãos, para de uma hora estar no serviço, trabalhando, das sete da manhã às onze. Voltar para cá, para de onze e meia está na escola, para estudar de onze e meia até dez para uma, para ir trabalhar, nós tudo pirralho, tudo pequeno, oito anos, nove anos para ir para essa escola. E aí fui aprendendo, fui aprendendo e depois cresci mais um pouco, fui para fora do município, né? Depois pensei em trabalhar de novo, aí tem que trabalhar às cinco horas da manhã até às cinco da tarde para tomar um banho, no tempo da Usina para ir para a cidade de Areia pegar o transporte para voltar às onze da noite, né? Para dormir quatro horas por dia, por noite para no outro dia trabalhar. Porque a gente sofreu muito na infância para chegar aonde hoje nós estamos, um pouco mais acomodado, né? Hoje estamos um pouco mais acomodado (João, 2021).

Nesse fragmento, seu João nos conta de forma detalhada como era o seu dia a dia durante a infância em que precisava estudar e trabalhar. Aqui João inicia falando da infância “*nós tudo pirralho, tudo pequeno, oito anos, nove anos*” e depois sinaliza uma outra fase da vida, a adolescência “*depois cresci mais um pouco*”.

Crescer na fala do seu João marca a passagem da infância para a adolescência e juventude. Contudo, o desafio de aliar estudo e trabalho foi algo sempre permanente na vida do entrevistado. Estudar distante de casa e do trabalho exigia um empenho maior. Sua jornada diária consistia em acordar cedo para trabalhar das 05:00 até as 17:00, se arrumar para pegar o transporte para estudar na cidade. Ao término da aula, pegava o transporte às 23:00 para voltar para casa e dormir para no dia seguinte fazer tudo novamente. Seu João narra que dormia quatro horas por noite. Por fim, como uma espécie de avaliação da sua trajetória de vida, ele diz que

sofreu muito na infância até chegar aonde está, ou seja, “mais acomodado” como afirma. Acomodado nas palavras de João é estar mais confortável financeiramente, sem precisar passar ou fazer com que os filhos passassem por tudo que ele passou durante a infância e juventude.

Ao narrar sobre sua vida conjugal, João lembra que no início foram tempos difíceis. Nesse momento da entrevista, a sua esposa estava na sala conosco e confirmava balançando a cabeça para tudo o que o entrevistado falava. Sobre o dia do seu casamento, João relata que é uma data que ele nunca esquece, pois foi o dia em que não recebeu o salário do mês e não pôde levar a esposa para a casa:

*Antigamente dava dinheiro para a feira, né? E eu peguei o dinheiro que eu ganhava, dei pro meu pai fazer a feira. Isso eu lembro porque foi o dia que eu casei. No dia que eu casei, o dinheiro que eu tinha no bolso, “toma meu pai o dinheiro pra feira”. Meu pai disse: “não, fique que você vai casar hoje e já é da sua feira”. Não, meu pai! E mais tarde, no sábado, tinha o pagamento e eu faço minha feira. Negativo. **No dia que eu casei, cheguei da igreja, estava rolando a festa do casamento, chegou o gerente e disse que não tinha pagamento nesta semana (risos).** Aí foi no dia dezessete de novembro, né? Quarta-feira faz trinta e um ano que faltou dinheiro pela primeira vez na Usina Santa Maria, né? A primeira vez. Quando eu olho assim, vou completar ano de casado, eu lembro dessa data, né? **E eu fiquei sem levar a noiva para casa (risos) porque não tinha o que comer. Não tinha feira, né? Confiando naquele pagamento que ia receber a tarde** (João, 2021).*

Quando João se casou com ele tinha 24 anos. O dia do casamento é sempre lembrado como um momento especial e feliz para os noivos que irão iniciar um novo ciclo de vida juntos. O casamento do seu João com dona Tânia também foi inesquecível, porém os motivos foram bem desagradáveis. Ao lembrar esse momento ruim da sua vida, João conta em tom de leveza e risos. Ele conheceu a esposa na Usina Santa Maria. Ela trabalhava numa fazenda pertencente à Usina. Seu trabalho era adubar e limpar a cana. A família de Tânia era numerosa e com nove irmãos, ela precisava trabalhar para ajudar os pais na compra da feira e de coisas de uso pessoal. Essa parte da vida de Tânia foi contada por João e confirmada por ela.

João sempre reservava o dinheiro para o pai fazer a feira, e no dia do seu casamento não foi diferente, ele entregou o dinheiro confiando que receberia o salário da empresa no mesmo dia. Ao saber que não iria receber o salário, optou por não levar a esposa para casa, pois sem dinheiro do pagamento não teria como mantê-la. Assim, Tânia ficou na casa de seus pais e João na casa dos pais dele até ele receber conforme ele relata: “*eu fico sem ir para casa mais noiva, mas eu não vou. Na segunda-feira começou, né? Começou, o pagamento voltou, né? E aí, eu fiquei ainda oito dias em casa, eu na minha casa e a noiva na casa dela*”. Só após o pagamento, seu João pôde levar a esposa para a casa. A ideia de Tânia ficar na casa dos pais foi a solução encontrada por João para que ela não passasse necessidades logo no início do casamento, literalmente. Todo o aniversário de casamento do casal é marcado pela lembrança do dia em

que a Usina não pagou os funcionários pela primeira vez. Sobre esse evento que ficou marcado na memória do agricultor, Pollak (1992, p. 202) afirma que se trata dos “vestígios datados da memória” que acontecimentos que ficam gravados como data precisa em “função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da pública” que podem ser assimiladas ou separadas na hora do relato. A entrevista com o seu João foi realizada na sua residência, no dia 15 de novembro de 2021, e por coincidência, era a semana de aniversário de casamento deles. Eles se casaram no dia 17 de novembro de 1990.

O entrevistado exerceu diversas funções no contexto da atividade canavieira ligada a usina na região, entre essas funções podemos citar:

Cortador de cana – A primeira atividade exercida por João ainda na infância foi de cortador de cana em uma fazenda de propriedade da Usina Santa Maria. Essa fazenda que João trabalhava não era a mesma em que ele e a família moravam. Como narrou, foi um período muito sofrido e esse sofrimento ainda se estenderia pela sua juventude;

“Fiscal” – Após longos anos trabalhando no corte de cana e enchendo caminhão de cana, João foi trabalhar em outra função, mas dentro da fazenda Bom Retiro que pertencia a Usina. Embora não tenha explicitado qual era a sua nova função dentro da administração da usina, pela descrição feita por seu João acreditamos que era uma espécie de fiscal dos trabalhadores. Vejamos nesse fragmento:

*No mês que eu casei, eu fui trabalhar na administração, fui fazer parte da administração da Usina. **Eu tomava conta de trezentos e doze homens trabalhando**, né, numa fazenda chamada de Bom Retiro e daí ela começou a falir, falir, falir, falta de pagamento e a gente como administração tinha que ficar de frente, nas fazendas trabalhando, né? Pra ver se um dia recebia o dinheiro. Era muito triste naquele tempo porque era só eu e ela, né? E eu não tenho vergonha de falar a verdade que tinha uma semana que, ela sabe aí, que eu não tinha o que gastar. Mãe deu dinheiro pra eu comprar meio quilo de carne de porco, tá aqui ela que prova que era pra gente comer no domingo. Eu entrei nela, naquele tempo era difícil, Usina parada, trabalho sem receber, a gente ficou quatorze semanas trabalhando sem receber, né? Na administração, né? Tinha que trabalhar mesmo. E, assim, a gente ficou nessa situação difícil. Era na fazenda chamada de Bom Retiro, e ela engravidou logo, logo ela engravidou e aí eu fiquei, aí ficamos sem saber o que fazer e como fazer, pra comprar o enxoval do menino, né? (João, 2021).*

João narra que logo que se casou, assumiu a responsabilidade por 312 trabalhadores da Fazenda Bom Retiro. Contudo, o novo cargo não lhe trouxe bom retorno financeiro, pelo contrário, foi um período muito difícil para João que estava iniciando uma etapa de sua vida com uma nova família. João se casou em 1990. Nesse período, a Usina começa a entrar em processo de falência e a atrasar os pagamentos dos funcionários. Recém-casado e com a esposa grávida, o entrevistado narra que começaram a passar necessidade, falta de comida e, por vezes, se valeu da mãe que dava comida para ele e a esposa se alimentarem. Mesmo com a usina

parada e sem receber salário por quase 14 semanas, João relata que ele e os demais funcionários da usina tinham que trabalhar. Nesse sentido, João se viu numa situação difícil, pois não tinha dinheiro nem para comprar o enxoval do filho. Para prover o alimento da esposa que estava grávida, ele trabalhava durante as folgas;

Apontador – O trabalho como apontador segundo seu João era “*um nível mais alto e com recurso*”. Isso significava que, além de exercer uma função hierarquicamente melhor, a fazenda contava com recursos financeiros para pagar os funcionários. Perguntamos o que era a função de apontador e ele responde:

Apontador? É, apontador é tomar conta da fazenda e toda a parte financeira, o apontador era quem fazia, o apontador era quem fazia folha de pagamento, fazia pagamento, né? Fazia pagamento, tudo, todo o dinheiro era passado pelo apontador, como se fosse hoje um tesoureiro da Usina. Assim, já falindo, né? Ai eu já trabalhava com recurso, né? (João, 2021).

Segundo João, apontador era uma espécie de tesoureiro, a pessoa responsável pela parte financeira, responsável inclusive pelos pagamentos dos funcionários da usina que já estava falindo, segundo relata. De toda forma, estava exercendo uma função de muita responsabilidade, talvez, por isso, ele se referiu a um cargo de nível mais alto. Mas nosso entrevistado não nos dá mais informações sobre quanto tempo ficou nessa função e como era sua vida financeira. Embora narre que havia recursos na usina, tudo leva a entender que a situação financeira de João e sua família pouco mudou, pois na sequência, ele narra um dos períodos mais críticos de sua vida;

Enchendo caminhão – Quando a usina faliu, João voltou para o campo para trabalhar enchendo caminhão com cana-de-açúcar. O que vem a seguir é um relato angustiante de um retorno a uma situação muito difícil no trabalho e na manutenção da família:

*Quando a Usina fechou em noventa e... em oitenta, em noventa e sete, em noventa e três, em noventa e seis a Usina fechou de uma vez. Mas ficamos sofrendo problemas, financeiramente, né? Eu trabalhava numa fazenda, mas não vou citar o nome da fazenda, de um senhor de engenho aqui, que eu saí de casa cinco horas da manhã, chegava dez da noite né, onze da noite. Tinha semana que meus filhos eu via no domingo e só ia ver no outro domingo, porque a gente trabalhava diretamente nesse engenho, saindo de casa cinco da manhã, cinco da manhã, chegando em casa de meia-noite, tinha dia que eu chegava em casa quatro hora da manhã, que o caminhão quebrava e a gente sofria. E esse engenho, onde a gente trabalhava, o pagamento às vezes não tinha, a gente tinha que comprar na bodega pra comer e a gente quando chegava lá tinha num papel por escrito com todo o nome dos trabalhador no balcão, “você só pode vender a João isso”, né? A gente não podia comprar aquilo que queria porque o dinheiro era pouco e comprava na bodega. **A gente já dava lucro trabalhando para o proprietário e dava lucro comprando na bodega que era tudo caro** (João, 2021).*

Embora o entrevistado não entre em detalhes sobre a situação vivenciada, o tom em que ele narra revela um tempo muito difícil para ele e a família. A falência da usina causou um

impacto econômico e social muito grande na região do brejo paraibano e, quando ela encerrou as atividades, os trabalhadores como João ficaram sem receber os salários atrasados e os direitos trabalhistas. Ele relata que na época, trabalhava em uma fazenda para um senhor de engenho que ele não quis nos informar o nome.

Essa parte da entrevista foi narrada em tom de tensão, o que pode indicar que o senhor de engenho ou os seus herdeiros ainda estejam vivos e morando na região. De toda forma, observamos uma espécie de medo no entrevistado, o que nos faz pensar que o terror infligido ao trabalhador na época da usina era tamanho que deixaram suas marcas na vida desses trabalhadores que, mesmo na segurança de suas casas, ainda temem os resquícios/herança das opressões do passado. Nessa fazenda, João narrou jornadas intensas de trabalho que variavam entre doze e quatorze horas por dia enchendo caminhão de cana. Essas jornadas de trabalho extremamente exaustivas, impedia o nosso interlocutor do direito ao convívio familiar e social.

Outro fato que nos chama a atenção é que nem sempre João recebia o pagamento do salário em espécie, obrigando-o a comprar os produtos de primeira necessidade na bodega existente dentro da fazenda. Esses locais de vendas eram chamados de barracões onde os moradores dos engenhos compravam alimentos e até mesmo os instrumentos de trabalho. João narra que não tinha liberdade para comprar o que quisesse na bodega, nem ele e nem os demais trabalhadores da fazenda. Dessa forma, cada trabalhador tinha direito de comprar produtos já definidos de acordo com o valor que recebia pelos dias trabalhados. E, mesmo que seu João quisesse comprar algo para além do que constava na lista, ele não poderia, pois o que recebia era pouco. Assim, o dono da fazenda lucrava com a exploração dos trabalhadores e com a venda dos produtos com preços abusivos. João é, assim como inúmeros trabalhadores rurais pelos país que sofreram e ainda sofrem com essa prática tão conhecida que é uma espécie de ‘escravidão por dívida’, onde os trabalhadores, sem poderem quitar suas dívidas ficam prisioneiros das demandas do patrão.

Essa privação alimentar causou em João um trauma. Nesse momento da entrevista, ele pede licença para falar algo que sua esposa não vai gostar:

Eu hoje vou fazer uma coisa que Tânia... quer comprar e eu não deixo. Um peixe chamado “furado do olho”. Um peixe de corda, né? Porque eu comia muito lá, e quando eu vejo eu lembro de lá. Eu lembro desse peixe de lá (risos) que eu já comi muito, né? (risos). Mas eu falo pra ela que não compre, eu não quero, né? (João, 2021).

As lembranças de escassez de alimentos ou de carência de uma alimentação adequada no passado podem ser reavivadas no presente. Em um primeiro momento, a fala do agricultor pode soar como autoritária por não permitir que ela compre o peixe que para ele é sinônimo de

um tempo que não se podia escolher o que comer. João explicou que chama esse peixe por “furado do olho” porque seus olhos são furados para colocar o barbante para que sejam vendidos em mais de uma unidade. Esse peixe é muito consumido por pessoas das classes populares e pode ser encontrado em quase todas as feiras da região.

O agricultor continua narrando como era o seu dia a dia trabalhando enchendo caminhão de cana. Nesse fragmento, ele descreve um dos momentos mais difíceis de sua vida:

E, tinha noite, antes de eu subir a Serra de Alagoa Grande em cima de um caminhão de cana, e me chegava uma balança lá pra pesar a cana, o braço ia pesar e o motorista ia beber. Né? Ia beber, aí eu ficava em cima do caminhão lá. Tinha noite que eu subia, e deitado em cima do caminhão, deitadinho, emborcado, caladinho, mas chorando, pedindo a Deus, que Deus me tirasse dali que era sofrer, era sofrer. A gente tinha de ir de noite, não sabia se chegava em casa ou não ou em cima de um caminhão carregado de cana, vinte, vinte e cinco homens em cima de um caminhão né, pra chegar em casa e, pra ver a esposa e ver os filhos, e tinha noite que eu nem via. Nem atenção a esposa a gente dava, né? Não dava porque não podia, cansado de serviço, né? Era um povo estressado. Às vezes, a mulher culpava a gente, mas era estresse do serviço (João, 2021).

Além das longas jornadas de trabalho pesado, João narra os riscos que ele e outros trabalhadores enfrentavam durante as viagens em cima do caminhão. Além das péssimas condições de trabalho e de transporte dos trabalhadores, ele ainda tinha que lidar com a irresponsabilidade do motorista do caminhão que bebia durante o trabalho. Mais de vinte trabalhadores sendo transportados em cima de um caminhão carregado de cana-de-açúcar e guiado por um motorista alcoolizado era o que enfrentava quase todas as noites. Seu sofrimento era tanto, que ele pedia intervenção divina, pois não sabia se chegaria vivo em casa. A rotina exaustiva de trabalho a que era submetido o impedia de dar atenção à esposa e aos filhos;

Casa de farinha – A casa de farinha doada por um senhor a João é o começo da mudança de vida para ele e sua família. Se antes faltava dinheiro para comprar comida, com a nova atividade, João já podia fazer uma reserva e investir no seu lote. Vejamos no relato:

Mas, mesmo assim, a gente... Deus é maravilhoso que, eu trabalhei muito, agradeço também a Deus e a outro senhor que me deu a mão, e doou uma casa de farinha, que se chama “nenê de Areia”, que chamou eu pra trabalhar com ele para comprar mandioca na região, né? E eu comecei a comprar mandioca e sempre me segurando, minha esposa e as coisas, né, começou abrir o caminho, né? E eu não sou uma pessoa de gastar muito, né? Fiz uma reservazinha, fui investindo, investindo no meu lote, investi na minha plantação, investi na minha... na agricultura familiar, né? E, hoje, graças a Deus estou aqui porque trabalhei muito, trabalhei, sofri, sofri, sofri, mas não vou dizer que não sofri não, né? (João, 2021).

Nesse trecho, podemos observar uma mudança significativa na vida do seu João. Se antes não havia muitas expectativas para o futuro, com a doação da casa de farinha e o trabalho em conjunto com o amigo, as coisas começaram a melhorar e “os caminhos começaram a se abrir”. O investimento na compra da mandioca e na produção da farinha permitiu a João criar

uma reserva para investir no seu lote. Nos chama a atenção quando ele fala que durante esse período “sempre se segurava e não era muito de gastar”, o que demonstra cautela, uma característica do seu João baseada na própria experiência de vida. Para uma pessoa que enfrentou muitas dificuldades e privações na vida, a primeira boa oportunidade que lhe aparece não pode ser desperdiçada. Numa fala anterior ele havia dito: “*E eu não tenho vergonha de falar a verdade que tinha uma semana que, ela sabe aí, **que eu não tinha o que gastar***”, ou seja, as diversas situações problemáticas vividas no passado são acionadas na memória dos agentes de forma que, o presente é o resultado de uma reorganização do passado. Na fala do seu João, o passado é sempre repetido como algo que ele não quer mais vivenciar, mas ao mesmo tempo, só rememorado para explicar momentos difíceis que foi superado;

Educador do EJA - Em seguida, nosso interlocutor narra que foi educador do EJA pelo SEDUP. Embora tenha estudado até a 4ª série do antigo primeiro grau, João se orgulha muito de ter contribuído na alfabetização de algumas pessoas:

Depois eu fui convidado a ser educador do EJA, né? Educação de jovens e adultos, né? Eduquei algumas pessoas, né? Ensinei as pessoas a fazer o nome, outro aprendeu ler, mesmo o que era analfabeto, né, que não conhecia nem o que era uma letra, educado por mim, né, e pelo SEDUP Guarabira foi até presidente de associação aqui dentro, porque aprendeu comigo, entendeu? (João, 2021).

Como já dito, o SEDUP é uma instituição de educação popular muito importante na Paraíba que atua desde os anos de 1980. A alfabetização de adultos era um dos setores do SEDUP e surge em “decorrência da situação de analfabetismo na região e da necessidade das lideranças que emergiam dos grupos populares, para melhorar o desempenho nas atividades sindicais” (Moreira e Zitkoski, 2021, p. 33) e, inspirados no método de Paulo Freire, buscou criar ações educativas e de formação de agentes autônomos e políticos.

Nesse processo de formação, João ensinou, mas também aprendeu. E o resultado foi que, durante o processo de desapropriação das terras da usina, ele esteve à frente, na luta pelos seus direitos e dos demais trabalhadores juntamente com outros atores importantes na época. Logo que as terras foram desapropriadas, João se tornou o primeiro presidente da associação do assentamento em que mora, tornando-se uma pessoa muito conhecida na cidade de Areia e na região do brejo paraibano. Por ser bastante atuante na região, lutando pelos direitos dos agricultores familiares, ele também assumiu funções dentro do CMDRS e foi presidente da ADAF por dois mandatos.

Antes das terras da usina serem desapropriadas, João já trabalhava no lote que, posteriormente, seria seu. Na primeira entrevista, perguntamos se ele havia trabalhado sempre na agricultura e sua resposta foi a seguinte:

Não. É que a gente trabalhava sempre como trabalhador rural, né! A gente trabalhou, nos anos 89 para trás, na antiga Usina Santa Maria, né! Ela entrou em falência e a gente ficou muito tempo sem trabalho, né! Mas sempre trabalhando na terra da usina. Depois a gente começou assim, lutar pela terra. Não conflito, lutar. Que a gente já morava na terra da antiga Usina Santa Maria, massa falida da Usina Santa Maria. E a conquista veio em 89, aliás, 99 a gente teve a conquista e a gente, cada qual recebeu o nosso pedaço de terra, né. Uma marcação temporária, né! Depois veio a marcação definitiva e a gente começou a produzir, uma produção assim, diferenciada, né! Uma banana, um caju, um coqueiro. Eu com muito orgulho sou agricultor, minha função hoje é de agricultor. Antes era trabalhador rural, né! Antes eu era empregado, hoje eu sou patrão. Né! (risos) Como diz o povo, né! Hoje eu sou patrão meu mesmo, não trabalho para ninguém, graças a Deus. Estamos aí, na luta de agricultor (João, 2021).

Nesse fragmento, nosso interlocutor demarca temporalmente a sua transição de trabalhador rural para agricultor. Se antes da usina falir ele trabalhava para os outros, era empregado assalariado, após a sua falência, João passa a trabalhar na terra e tirar dela o sustento da família, transição marcada pela intermediação da luta social pelos direitos dos ex-trabalhadores da usina falida. Da quebra da usina até a desapropriação das terras para fins de reforma agrária, muitos trabalhadores e ex-moradores da usina permaneceram nas terras, trabalhando nelas até que a decisão definitiva saísse. O entrevistado deixa bem claro que não existiu conflito entre os trabalhadores e os donos das terras, porém o que houve foi uma luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais dentro das esferas jurídicas pela luta dos direitos trabalhistas. Conflito a que João se refere é o da disputa violenta, com o uso da força, e luta significa resistir.

Podemos observar que o entrevistado, do período da falência da usina até a posse da terra, em que não está mais trabalhando para os donos da usina, mas para a sua sobrevivência, se percebe como agricultor, função que ele declara ter muito orgulho de exercer. Ser agricultor para ele significa liberdade, ser dono de si. Ao afirmar que, “*hoje eu sou patrão*”, fala que repete algumas vezes ao longo da entrevista, mostra um pouco do discurso do empreendedorismo que é muito propagado em nossa sociedade, a ideia de você ser o seu próprio patrão. Ao final, diz que está “*na luta de agricultor*”, ou seja, na busca por melhores condições de trabalho para a categoria, por acesso às políticas públicas e por reconhecimento. Após a demarcação das terras, João iniciou o plantio de outras culturas além da que ele já plantava. Antes de chegar na feira do produtor, seus produtos eram vendidos apenas para os programas governamentais PNAE e PAA, mas também aos atravessadores.

No caso do nosso entrevistado, para manter a família e ter um pouco mais de conforto, além de vender na feira e participar dos programas do governo, ele trabalha alguns dias durante a semana em uma propriedade particular que ela chama de “*diariarinha*” e “*bico*”: “*A gente vivi mais, assim, viver da agricultura, claro que tenho minha diariarinha, meu bico por fora, mas*

o meu foco é ser agricultor”. João trabalha como agricultor para um político muito influente do estado da Paraíba cultivando e cuidando das hortas, plantando árvores frutíferas em sua propriedade localizada na zona rural de Areia. Nosso interlocutor também nos informou que, de vez em quando, ele é chamado para fazer a manutenção do jardim na residência que este político possui na cidade de João Pessoa.

Mas mesmo exercendo outras atividades fora da propriedade, o trabalho na agricultura e na condição de assentado é um motivo de muito orgulho para o nosso entrevistado:

Eu sou assentado da reforma agrária, né com muito orgulho, né? O povo chama sem-terra, eu chamo com terra né (risos) e a gente produz nossos produtos diretamente de um lote de um assentado para a feira do agricultor, né? A gente não tem isso de tá comprando da Ceasa, comprando de outras pessoas, não. Nossos produtos são da comunidade (João, 2021).

Ser assentado, ter a terra para produzir garantiu a João não apenas o sustento da família, mas possibilitou a construção de uma identidade social a partir de toda uma vivência e experiência que ele teve ao longo da vida, ganhando força através da sua participação em grupos e movimentos sociais. Essa interação com outras pessoas com o mesmo propósito que o seu, permitiu o desenvolvimento do senso de pertencimento e a formação de uma nova identidade.

Quando João diz: “*A gente não tem isso de tá comprando da Ceasa, comprando de outras pessoas, não. Nossos produtos são da comunidade*”, ele está afirmando sua identidade como agricultor familiar, como produtor de alimentos em contraposição aos feirantes/comerciantes que compram os produtos da CEASA para revender no mercado central da cidade. Isso nos remete ao que Oliveira (2003) conceituou de identidade contrastiva, que é quando a identidade de um grupo é construída em contraste com outros grupos, ou seja, a identidade do grupo de agricultores da feira do produtor é moldada pela forma como eles se percebem em relação aos “outros” e, portanto, eles são diferentes em termos sociais. A identidade do grupo não é definida apenas por suas características internas, mas também pela comparação de quem produz e quem não produz, da produção sem veneno e produção com veneno. E essa comparação esteve muito presente nas falas dos agricultores, especialmente, quando eles estavam dentro do mercado dividindo espaço com os feirantes do sábado.

Sobre a produção no seu lote, nosso interlocutor narrou que, embora a maioria dos assentamentos em Areia estejam produzindo bananas, sua produção é bastante variada, em seu “*pomarzinho*” produz uma variedade de outras frutas como: caju, coco, maracujá, laranja e mamão. Ao falar sobre a produção do coco, ele se mostrou bastante empolgado e esperançoso, pois naquele momento o produto estava com uma grande procura nos mercados e restaurantes da cidade. A laranja também é um produto bastante vendido pelo seu João, que além de levar

para a feira, ele também fornece ao PAA. Mas apesar de destacar a variedade de sua produção, observamos que assim como muitos produtores da região do brejo, a banana é o principal foco de atenção e da lucratividade desses agricultores. Vale destacar que, a maioria dos produtos que ele leva para a feira são produtos encomendados por comerciantes locais e clientes antigos. Ele também produz macaxeira e inhame, que são comercializados na feira e para os programas governamentais.

Produzir verduras tem sido um desafio para os agricultores e, no caso de João, não é diferente. A escassez de água e de chuvas tem imposto aos agricultores novas formas de produção ou fazendo com que muitos produzam apenas um tipo de cultura, como é o caso da banana que não necessita de tantos cuidados. A criação de gado é utilizada como poupança, pois caso aconteça alguma emergência, o animal é vendido e isso não compromete o equilíbrio familiar. Já a criação de galinhas é destinada ao consumo familiar, bem como os ovos que ela produz. Contudo, João relatou que não aprecia muito o comportamento das aves, pois como elas vivem soltas, de vez em quando elas entram na casa e põe os ovos na cama do casal ou no forro da casa. Quando perguntamos se ele criava porcos, João respondeu que não, porém acrescentou que em seu barreiro cria alguns peixes como carpa e tambaqui, mas apenas como animal de estimação.

Após a entrevista, pudemos conhecer um pouco a propriedade de João tanto a residência onde mora com a esposa quanto o roçado e o espaço onde cria o gado. Para dar conta das diversas atividades, ele conta com a ajuda de alguns maquinários que facilitam o seu trabalho como por exemplo, um micro trator para arar a terra, equipamento que adquiriu no período da pandemia. Com isso, o trabalho que era realizado por duas ou mais pessoas e que podia durar mais de um dia, agora é feito por uma pessoa e em poucas horas. Além disso, ele conta com equipamentos para retirar água do rio que passa em sua propriedade, facilitando a irrigação no seu roçado.

Durante a nossa entrevista, algo que nos chamou a atenção quanto se referia aos seus cultivos foi a escolha do nosso entrevistado pelo cultivo do coco e sua motivação para a escolha dessa cultura, e quando perguntamos o porquê essa escolha de plantar coco, ele nos respondeu:

Não, porque é o seguinte... é porque eu, que já estou um pouco meio maduro, meio velho, né? Já pensando na velhice, né? E você sabe, hoje meus filhos trabalham tudo empregado, e quando eu não puder mais trabalhar, meu lote vai ficar um pouco desativado, né? E eu plantando caju, plantando laranja, coco, meu lote vai ser, ficar um pouco produtivo, né? Produtivo, minha banana, né? E estou pensando nessa parte de uma fruta de longa vida porque vai permanecer dentro do lote. Hoje o jovem, o filho de assentado, não tem mais vontade de trabalhar como os próprios pais, né? Isso não é só aqui, mas o que a gente conversa em reunião dentro do assentamento vai ser isso. Vai chegar um tempo em que os filhos não vão valorizar

aquilo que os pais construíram. Eu espero que não seja isso, mas... É por isso que eu penso em produzir um plantio de longa vida, né? Um coco, a laranja, o cajueiro, essas coisas, né? (João, 2021).

Uma das grandes preocupações dos agricultores mais velhos da feira é sobre a continuidade do trabalho na roça e, no caso do nosso entrevistado, não é diferente. A escolha pelo plantio de culturas de ciclos longos dá-se a partir da preocupação em não deixar a terra inativa quando ele não puder mais trabalhar nela. Os dois filhos do seu João moram no mesmo lote que ele, porém cada um em suas casas e ambos trabalham fora. Ciente que os filhos não o sucederão no trabalho da terra, ele já está plantando árvores frutíferas para que permaneçam no lote, sendo está uma forma de garantir que o lote não seja tomado no futuro por estar improdutivo. A questão da sucessão geracional da terra é um assunto muito importante no campesinato, tendo em vista que a maioria dos filhos de agricultores têm buscado novas possibilidades de trabalho fora da unidade produtiva, a continuidade a unidade familiar é sempre uma questão a ser considerada, seja medo pelo abandono produtivo da propriedade, como no caso do nosso entrevistado, seja pelo fracionamento da terra entre muitos herdeiros, como em outros casos (Woortmann, 1990). Além disso, o contato com a cidade faz com que os jovens comparem os modos de vida na cidade e no campo, este último na maioria das vezes é visto como atrasado e desvalorizado e escolha não continuar a atividade dos pais (Bourdieu, 2006).

Sobre os produtos vendidos na feira, nosso interlocutor defende a bandeira de um produto livre de agrotóxico e que os agricultores feirantes levem o máximo de produtos variados, evitar repetir os produtos, por exemplo, a banana. Segundo João, levar produtos variados é uma estratégia de venda:

Por isso que eu produzi e deu certo maracujá, mamão, inhame, laranja, abacate, né? Tenho uns pés de abacate. Vários produtos diferentes. Eu levo pro meu banco. Quem vem comprar o maracujá compra uma banana. Quem vai comprar a banana compra maracujá. Um mamão, um coco verde, vão procurar um produto diferente, né? (João, 2021).

A ideia de ter vários produtos dispostos na barraca é que, se o cliente não comprar um, ele pode comprar outro ou até mesmo levar mais de um produto. Quando perguntamos quais os produtos que levava para a feira, João respondeu: “*Eu tô levando agora laranja, inhame, coco verde, banana, isso? É isso? De vez em quando um maracujazinho quando tá maduro. Coco verde, laranja, inhame e bananas. Esses quatro produtos*”. Como já falamos, a maior parte dos produtos do João já tem destino certo. O restante é negociado na barraca da feira por preços bem mais em conta para que o agricultor “se livre” logo da mercadoria para não ter que voltar

para casa com ela. Além disso, era muito comum vermos ele dar produtos aos pedintes que passam na feira em busca de alimentos.

João é um de nossos interlocutores mais articulados, sua história na luta pela terra fez com que ele soubesse os caminhos das negociações políticas, em Areia, procura ser amigos de todos, inclusive dos adversários políticos, sabe por experiência de vida que as conquistas para os economicamente mais fracos sempre será mais difícil, por isso que, mesmo já demonstrando sinais de cansaço no que se refere a feira do produtor, está presente todas as sextas-feiras, levando seu produto para comercializar, mas para além disso, construindo e fortalecendo laços sociais com os demais atores locais e assim dá sua parcela de contribuição para a consolidação da feira que tem como objetivo, justamente apoiar a agricultura familiar.

4.2 “Eu sei que a feirinha ajudou, a feirinha ajudou bastante, a feirinha ajudou a gente”

O trabalho na infância pode ser visto nas classes populares como um mecanismo disciplinador (Rizzini, 2010), capaz de afastar as crianças e adolescentes dos perigos da rua, mas também de ensiná-las desde cedo o valor do trabalho, como é o caso do seu Samuel, que mesmo relatando sobre a penosidade do trabalho durante a infância, afirma que era a forma que os pais ensinavam os filhos a não serem “preguiçosos”.

Seu Samuel tem 62 anos, é casado com dona Antônia e tem dez filhos. Mora com a esposa e o filho mais novo, Pedro. O entrevistado faz questão de dizer que foi graças ao seu trabalho na roça que conseguiu criar todos os filhos e que hoje todos eles estão empregados. Embora não relate sofrimento durante esse período da vida, seu Samuel destaca o perfil rígido do pai que não tolerava ociosidade dentro de casa por parte dos filhos. Quando perguntado se ele e os irmãos ajudavam o pai no trabalho, seu Samuel respondeu:

Era na roça. Não, tudinho trabalhava, meu pai não tolerava ninguém em casa sem trabalhar, não. Ele dava de comer a tudinho, mas tinha que trabalhar. Porque hoje nós estamos aqui, hoje nós somos trabalhadores porque o pai da gente ensinou. Porque, nessa época da gente não tinha moleza, não. Os pais não davam moleza, não. Eu com nove anos de idade, eu botava ração para onze cabeças de gado que o meu pai tinha, num animalzinho botando cana, “olho de cana” da usina. Nem poder botar a carga eu podia no animal. Eu pedia aos amigos, tinha vez e, quando os amigos abusavam, eu encostava numa barreira para botar a carga. Mas tinha que levar o olho para casa, para o gado comer. O velho meu pai era meio... Logo ele não era daqui não, era sertanejo. Era meio brabo. Meu pai era meio brabo. Mas ele não tolerava não, ninguém ficar em casa (Samuel, 2022).

Ao enfatizar a intolerância que o pai tinha em ver os filhos encostados em casa, percebemos que Samuel fazia questão de relacionar esse tempo vivido com as novas gerações que para ele, como afirmou em outro momento, “*não querem nada da vida*”. Essa ideia de que trabalhar desde a tenra idade o fará um adulto responsável e trabalhador alimenta o senso comum não apenas do seu Samuel, mas de uma boa parcela da população que acabam privando os filhos de brincarem e até mesmo de estudarem. Samuel atribui a rigidez de sua criação ao pai, um homem sertanejo, não um brejeiro, (“ele não era daqui não, era sertanejo”). Assim como nosso interlocutor, que aponta na origem do pai valores de distinção de caráter, principalmente no que se refere aos atributos do trabalho, José Américo na obra ‘A bagaceira’ (2004), na caracterização dos personagens faz a mesma dicotomia entre o sertanejo e o brejeiro, o primeiro carregando os valores ‘positivos’ do trabalho e da valentia, enquanto o segundo os valores ‘negativos’ da preguiça e da covardia.

Assim como João, a adolescência foi um período de muito trabalho também para o seu Samuel, que teve que exercer jornadas estafantes de trabalho. É nessa fase que o entrevistado se define como trabalhador: “*Eu fui trabalhador quando eu comecei com onze anos trabalhando na terra da usina. Aí trabalhei uma porção de tempo*”. Logo em seguida, relata que o trabalho realizado fora da unidade produtiva familiar era feito sem o consentimento do pai:

*E o velho não queria não que a gente trabalhasse fora não. A gente foi a maior peleja para sair quando a gente era pirralho, que a gente botava olho de cana para o gado dele e ele não sabia, **a gente cortava a cana escondido**. A gente botava, eu logo cedo eu saía de casa, no escuro. Aí botava uma carga de olho, aí descia para lá, quando chegava lá cortava dez carga de cana, aí vinha trazer olho de cana em casa que **era para meu pai não saber que eu estava trabalhando e assim eu comecei, né**. E a gente pirralho e ele não queria que a gente trabalhasse na usina não, ele queria que trabalhasse no roçado. Não queria que a gente saísse não de perto dele não (Samuel, 2022).*

A família de Samuel era moradora de uma fazenda localizada na comunidade Ipueira, na zona rural de Areia. Além da casa, eles tinham um roçado. Para que o seu pai não descobrisse que ele trabalhava fora, Samuel se desdobrava trabalhando no roçado do pai e na usina. Além dessas atividades, narra que ainda muito novo, ele e os seus irmãos trabalharam com o pai na produção do agave. Quando perguntamos onde e como era o trabalho com a agave, Samuel respondeu:

Foi. Aqui em Ipueira Grande. O velho meu pai era desfibrador. E, eu ajudava ele. Aí eu era quem estendia o agave. E eu novinho. Agave é muito ruim. E a gente fizemos muita coisa. Nesse tempo a gente contava com a turma todinha em casa. Nós fazíamos corda pra usina, pros engenhos. A gente vivia mais com esse salariozinho e se arrumava assim. Era fazendo corda para as usinas e pros engenhos. Corda de fibra

e a gente desfibrava esse agave aqui em Ipueira Grande, que antigamente as plantas daqui era mais agave. Aí o povo desfibrava, tanto manual. O velho meu pai desfibrava muito manual, numa desfibradeira de mão (Samuel, 2022).

É interessante acrescentarmos sobre o tema da “ajuda” que, quando esta é realizada para o pai, independente se atividade é boa ou ruim, mais pesada ou menos, ela é tida como ajuda também por quem a exerce. Para Woortmann (1990), o termo ajuda tem significados distintos, a depender do contexto, e neste caso, significa hierarquia e subordinação.

Sobre os estudos, Samuel narra as dificuldades de conciliar trabalho e estudo:

Estudamos tudo um pouco porque o meu pai queria que a gente estudasse mais de noite, e quem trabalha de dia de noite está enfadado, não pode estudar mais não. Aí a gente não botava isso na cabeça esse negócio de estudo, a gente não ligava porque pensava que não dava. Eu mesmo imaginava que não dava certo, né? Tem que estudar para quê? Que o cabra vai precisar para quê? E a cabeça verde. Não pensava em nada, né? Aí o velho meu pai dizia: olha, vocês para estudar aqui vocês têm que estudar de noite porque tinha um professor aqui, nessa grota aqui, aí ele queria que a gente saísse lá de Ipueira Grande, lá da extrema da Usina para aqui pra vim estudar de noite. De noite pro cabra que trabalha de enxada, braçal, já está morto de trabalhar. Tudo pesado. Aí ele quando botou eu na escola, já foi com... eu tinha onze anos. Aí quando botou, quando foi com uns dias, ele disse: não, você vai estudar de noite. Aí eu saí da escola. Aí só sei assinar o nome, só aprendi o nome e pronto. Não quis aprender, não (Samuel, 2022).

Estudar a noite era uma alternativa encontrada pelos pais para que os filhos permanecessem trabalhando durante o dia. Nestes casos, o trabalho na terra era prioridade, pois a ausência de um membro na atividade do roçado poderia comprometer o consumo familiar. Trabalhar durante o dia e estudar à noite se tornava extremamente cansativo. Para nosso interlocutor, estudar ficava cada vez mais distante, pois além de trabalhar o dia inteiro, ainda tinha que andar bastante para chegar na escola. Seu Samuel narra que hoje só sabe assinar o nome, que não quis aprender, que saiu da escola por vontade própria, sem se dar conta que ele na verdade não teve muita escolha.

Neste outro fragmento, o agricultor narra a oportunidade perdida para assumir o cargo da presidência do sindicato por não saber ler:

Aí eu trabalhava no sindicato nesse tempo eu ainda fui conselho fiscal do sindicato de Areia e os cabra queriam que eu fosse presidente, mas eu não sabia ler, aí eu perdia. Mas coragem eu tinha de falar, sabe? De falar, que eu toda vida eu fui a favor do pobre, que eu nem ia ser a favor do rico, né? Aí os cabra dizia que eu tinha coragem de ser um cabra do sindicato, mas quando os cinquenta e dois sindicatos da Paraíba que era tudo a favor de eu, aí quando foi que era para eu ficar no sindicato, e quando foram olhar meus documentos, aí não dava porque tinha que ter a leitura. Aí eu perdi por causa disso (Samuel, 2022).

Nesse momento da entrevista, Samuel nos conta com um certo entusiasmo sua coragem de falar em prol dos mais pobres. Além de coragem, Samuel tinha a seu favor a aprovação dos

associados, porém isso não foi o suficiente para que ele assumisse a função de presidente da associação, pois não sabia ler, importante quesito para o trato com questões burocráticas relacionadas às atividades sindicais.

Também nos contou como conheceu sua esposa, a dona Antônia. A entrevista com Samuel foi realizada na casa do casal e a esposa esteve presente o tempo todo e sempre que ele esquecia de algum fato ou falava algo confuso, ela intervia e o corrigia. O agricultor narra que conheceu a esposa através do contato da família dela com a sua:

*Rapaz, eu conheci a mãe dela... a avó vinha lá para casa, aí ela era muito colega da minha mãe e era comadre da minha mãe, a mãe dela, que ela foi criada com avó. Aí ela veio mais a avó lá para casa, aí eu fiquei conhecendo (risos do casal). Aí depois fomos pra festas e nas festas nós começamos a se conhecer (Samuel, 2022).
E eu conheci você quando era menina mesmo. Ei! Depois de moço, que você foi para a Usina e as minhas primas conheciam você e a gente foi e se encontrou com por lá (Antônia, 2022).*

O agricultor narra que a família de sua esposa e a sua família eram muito próximos e isso favoreceu para que eles se aproximassem e se conhecessem melhor. Samuel e Antônia se conheceram ainda muito jovens. Embora ela não tenha revelado sua idade na época em que conheceu seu esposo, podemos afirmar que ambos ainda não tinham completado dezoito anos de idade. Quando perguntamos quantos anos tinha quando se casou, Samuel respondeu: “*eu ia fazer dezoito*”. Antônia é mais nova que o esposo e, quando relembra como se conheceram, utiliza a expressão “menina” para demarcar a fase da vida em que ainda era adolescente.

Na narrativa de seu Samuel e sua esposa, esse período em que se conheceram é lembrado como tempos bons, que remete a festas e muita fartura. Além disso, nos chama a atenção esse lugar que é lembrado como um lugar com muita gente e que se parecia com uma usina. O local a que eles se referem é um antigo engenho que se chamava Ipueirinha e fica localizado às margens da rodovia estadual PB-087. Nesse local havia uma casa de farinha onde se encontravam bastante pessoas para trabalharem fazendo farinha, e essa atividade que era realizada de forma intensa de dia e, às vezes pela noite, era narrada por dona Antônia em tom de saudosismo.

Nosso entrevistado narra o lugar comparando-o com uma usina, onde o trabalho é realizado durante toda a semana e utilizando muita mão de obra. Após se casarem, foram morar na casa dos pais dele até se mudarem para uma fazenda (que se chamava Grutão e que hoje é o assentamento União) onde ele começou a morar e trabalhar, mas não ficou lá por muito tempo por causa dos patrões que, segundo ele, eram muito exigentes. Diante disso, ele voltou com a esposa para a casa do pai dele e, posteriormente, ele ainda foi para João Pessoa trabalhar sozinho, mas ficou lá apenas seis meses. Samuel conta que ao voltar para Ipueirinha novamente,

nunca mais saiu: “*áí fiquei Impurinha mesmo, áí arrumei uma casa. De lá para cá a gente não saiu mais pra canto nenhum*”. O casal teve dez filhos, mas apenas um vive com eles e é o filho que trabalha com ele na feira e nas horas vagas o auxilia no roçado.

Igualmente a João, seu Samuel começou a trabalhar quando ainda era criança. Nessa fase, trabalhou no roçado com o pai, alimentando os animais e no agave. Quando pedimos para Samuel falar com quantos começou a trabalhar, ele descreve que foi ainda quando era pirralho, não definindo uma idade específica. Contudo, sua esposa lhe faz alguns questionamentos sobre ter iniciado tão cedo as atividades laborais descritas por ele. Vejamos a seguir o diálogo entre eles:

Dona Antônia: *Samuel, a pergunta que ela fez foi, com quantos anos você foi trabalhar na usina?*

Seu Samuel: *Nove anos, nove ano de idade.*

Dona Antônia: *De nove anos, não.*

Seu Samuel: *Não, com onze anos.*

Dona Antônia: *Cortar cana?*

Seu Samuel: *Era onze. Eu tinha onze. Eu tinha onze anos.*

Dona Antônia: *Você já cortava cana?*

Seu Samuel: *Já. Já nada.*

Dona Antônia: *Você trabalhava na máquina mais seu pai, no agave.*

Seu Samuel: *Hãhã? Mas o agave foi antes, Antônia.*

Dona Antônia: *Você começou a cortar cana já tinha uns quatorze anos.*

Seu Samuel: *O agave foi antes, o agave foi antes.*

Nesse diálogo, nossos anfitriões tentam precisar uma data exata de momentos do passado, não chegando a um acordo. De toda forma, o que nos interessa nesse primeiro momento, é entender quais atividades Samuel exerceu, sendo o trabalho no agave e no corte de cana as primeiras atividades laborais que tinham como destino atender as demandas da usina.

Agave – Vimos que Samuel e sua família trabalhavam com o agave, planta bastante cultivada na região onde morava. E ele narrou que começou a ajudar o pai nessa atividade ainda novo, porém definiu como uma tarefa “muito ruim”. Sua função era estender o agave e o seu pai é o responsável por desfibrar a folha da planta agave também conhecida como sisal. A produção era familiar e contava com todos os membros da família que ia desde o cultivo da planta até a fabricação das cordas que eram vendidas para a Usina Santa Maria e para os engenhos na região do brejo paraibano. Vale ressaltar, a partir da fala do entrevistado, que toda a produção era feita de forma manual, numa desfibradeira à mão durante muito tempo. No trecho a seguir, Samuel narra o processo de mudança de retirada da fibra que era manual passando a feita por uma máquina:

Áí depois, os ricos foram... os patrões foram comprando máquina áí ele desfibrava. Áí eu fui aprendendo e fui aprendendo, já estava quase desfibrando mais ele, mas eu era ajudante dele, áí eu treinava mais ele a desfibrar, mas não é bom, não. Mas

estender a agave, eu estendi muito. Aí depois que, aí depois que eu fui crescendo, crescendo, crescendo e nós abandonamos o agave, aí fomos para a usina (Samuel, 2022).

Com a chegada da máquina para desfibrar o agave, o pai de Samuel continuou na função de desfibrador, mas ensinava ao filho como utilizar a máquina. Essa cultura do agave como em outras culturas é muito comum o processo de aprendizado ser passado de pai para filho, sobretudo, quando este último não tinha outras oportunidades melhores como estudar ou até atividades menos penosas.

Usina – Samuel começou a trabalhar na Usina Santa Maria na adolescência, com 14 anos de idade. Nosso entrevistado narra como era o trabalho na usina:

Não era bom não, eu enchia carro, cortava cana, cambitava, cavava rego, limpava cana, era de toda qualidade, era só braçal mesmo o meu serviço. toda vida foi pesada, não era não era muito fácil, não foi muito fácil não. O trabalho da usina era complicado e sempre a gente só acompanhava trabalhar na usina que aqui em Ipueira Grande não tinha outro serviço pra gente. Aí a gente só não era morador da usina porque a gente morava em Ipueira Grande. Mas toda vida a gente foi morando só extremo aqui, que aqui é bem pertinho da usina. E a gente trabalhava só mais pra usina (Samuel, 2022).

As atividades exercidas pelo nosso entrevistado na usina eram executadas manualmente, que ele define como “braçal”, ou seja, são tarefas que exigiam dele bastante esforço físico e pouco trabalho intelectual. A vida toda seu Samuel trabalhou no “pesado”, pois eram os únicos serviços disponíveis dada a falta de instrução escolar dele. Ao final dessa fala, ele faz questão de dizer que ele e sua família não eram moradores da usina, mas viviam numa comunidade muito próxima a ela. Samuel e sua família eram moradores de uma fazenda, mas trabalhavam para a usina.

Conselho fiscal do Sindicato – Fazer parte do conselho fiscal do sindicato dos trabalhadores rurais de Areia foi outra função exercida por nosso interlocutor. Nesse período, a usina já havia entrado em processo de falência e havia uma grande mobilização dos sindicatos na região, dos movimentos sociais e de outros atores importantes na luta pelos direitos dos trabalhadores da usina. Nosso entrevistado narrou que nesta época, estava bem envolvido na luta pela desapropriação das terras da usina, participando de reuniões e eventos em João Pessoa, se definindo como uma “pessoa desenrolada”, ou seja, uma pessoa comunicativa. Porém, por não saber ler, ele não pode se candidatar à presidência do STR. “*Aí eu trabalhava no sindicato nesse tempo eu ainda fui conselho fiscal do sindicato de Areia e os cabra queriam que eu fosse presidente, mas eu não sabia ler, aí eu perdia*”.

É muito comum alguns agricultores narrarem a história da feira na 3ª pessoa do plural, mesmo muitos deles estando diretamente ligados ao processo de criação. E diferente de João, Samuel atribui a EMATER o esforço em ajudá-los a começar a feira.

Foi a feirinha rapaz, que nós entramos através da Emater, né. A EMATER foi quem ajudou a gente. A gente tivemos, nós tínhamos uns camarada que trabalhava lá, aí eles começaram e chamou a gente pra ser sócio lá, fazer uma carteirinha, aí depois apareceu essa feirinha pra gente. Eu não sei se foi do PA que começou. Não sei quem foi que trouxe essa feira para a gente (Samuel, 2022).

Embora o nosso entrevistado tenha sido um dos primeiros a participar do processo de criação da feira, inclusive, nas conversas informais ele afirmava isso, na entrevista ele relatou não saber quem trouxe a feira para os agricultores: “*Eu não sei se foi do PA que começou. Não sei quem foi que trouxe essa feira pra gente*”. Isso demonstra como a luta dos agricultores por um espaço de comercialização foi e vem sendo gradativamente apagada e substituída por discursos de cunho assistencialista, repetidos por políticos locais que utilizam a história da feira para fins eleitoreiros.

A criação feira foi um importante passo para que agricultores como o seu Samuel tivesse mais autonomia, sobretudo, que não precisasse mais vender parte da produção ao atravessador: “*Eu sei que a feirinha ajudou, a feirinha ajudou bastante, a feirinha ajudou a gente. Pra começar a gente tem uns negocinho da gente, pra levar pra feirinha, né? Aí no lugar de vender atravessador, tá vendendo na feirinha, né?*”, afirmou Samuel. A feira é um estímulo para muitos agricultores que buscam nela mais uma alternativa de obtenção de renda.

É importante destacar que, não buscamos aqui demonizar a figura do atravessador, pois em determinados contextos, eles podem desempenhar um papel positivo, através do fornecimento de serviços de transporte, armazenamento e comercialização que os agricultores familiares não podem realizar por conta própria. No entanto, não dá para negar que a presença do atravessador para muitos agricultores familiares pode resultar em uma exploração econômica através da compra de produtos dos agricultores por preços abaixo do valor de mercado que os revendem a preços muito altos, obtendo lucros significativos. Além do mais, os atravessadores acabam exercendo um controle de mercado, impondo condições desfavoráveis aos agricultores familiares, controlando os preços de compra e fazendo com que os pequenos agricultores fiquem “refêns” dos atravessadores devido à falta de acesso a outros canais de comercialização.

Em outro momento da entrevista, Samuel narra como foi a sua chegada na feira:

Rapaz, quando a gente começou eu não sei se era cinco ou se era oito, era uma coisa assim. Ou eram cinco ou eram oito que começou, viu? E quando eu comecei essa feira

mais os meninos, eu nem banco pra eu não tinha. Já foi o Zé Ilton que mandou eu ir vender mais outra pessoa. Dividir o banco. Aí quando ele viu a mercadoria minha chegar, eu só vendi uma vez no chão, na outra semana eu já tinha um banco pra eu. Aí quando ele viu as mercadorias ele disse: “não, tu tem que ter um banco”. Aí arrumou um banco lá e botou eu. Eu sei que nessa brincadeira já passou de, já está com quatorze anos ou é quinze. Acho que já fez quatorze, já estamos dentro de quinze anos nesta feira, viu? (Samuel, 2022).

Quando começou na feira, nosso interlocutor teve que dividir o banco da feira com outro agricultor, pois os bancos eram disponibilizados de acordo com a chegada de novos agricultores, e, da quantidade de produtos que ele trazia para a feira, como foi o caso de Samuel. Como já foi falado, a feira iniciou em frente ao Casarão José Rufino e para os mais antigos da feira, esse foi o melhor local. Na ocasião da entrevista, Samuel falou um pouco sobre esse período de funcionamento da feira:

*Era o melhor canto que tinha. Aí eu não sei se foi os donos das casas, dos mercados que não quiseram a gente lá, né? Eu sei que nós já temos muita mudança ali, visse. **É puxa pra ali, puxa pra lá, na hora que você tá se acostumando num canto o cabra pega na ponta da corda e puxa nós pra outro canto.** Aí eu não sei como é que vai ficar agora, né? (Samuel, 2022).*

Todos os agricultores(as) que trabalharam na feira durante o seu funcionamento na frente do Casarão são unânimes em afirmar que ali era o melhor local para o funcionamento da feira. Diferente de outros entrevistados que repete o discurso de que a feira saiu da frente do Casarão em virtude de o local ser tombado pelo IPHAN (e que de fato o é), Samuel levanta algumas hipóteses interessantes como a possível interferência de comerciantes ou “donos das casas” próximo ao Casarão para que a feira saísse daquela localidade. Essas *casas* a que o entrevistado se refere são em sua maioria estabelecimentos comerciais que passaram por uma revitalização em suas fachadas no intuito de revitalizar o cenário arquitetônico do passado “áureo” da cidade de Areia. Outro espaço por onde a feira passou (e funcionou por uma década) foi em frente a secretaria de saúde do município. Sobre esse período, o entrevistado narrou:

*Lá era bom também, era. **O canto mais ruim que nós peguemos, que nós peguemos, era ruim no começo, esse que nós estamos agora.** Por causa do trânsito. Do trânsito. Que é ali o trânsito você sabe. Fecharam lá embaixo. Aí ficou ruim pra nós ali, né? Porque botaram a gente mesmo na..., **mas é melhor do que lá dentro. É melhor do que andar junto da feira pública mesmo, do que a feira livre** (Samuel, 2022).*

Nesse pequeno fragmento, Samuel narra os três locais de funcionamento da feira e faz uma avaliação sobre cada um: na frente da secretaria era bom; o lugar que estamos agora é ruim, mas é melhor do que lá dentro (do mercado). Essa entrevista foi realizada em 2022, poucos meses após reinauguração da feira. Ela funcionava em um canteiro central, próximo ao mercado público onde há bastante fluxo de carros e caminhões (que descarregam mercadorias). Contudo, mesmo não sendo o local ideal, Samuel afirma que “*é melhor do que andar junto da*

feira pública mesmo, do que a feira livre”, o que nos leva a entender que, a questão não só pela disputa por espaço. O não querer estar junto com os outros feirantes que não são da feira do produtor revela uma disputa por uma identidade, de um grupo historicamente marginalizado e excluído socialmente, que luta por reconhecimento e legitimidade de suas identidades e demandas sociais.

No início da pesquisa de campo, seu Samuel foi o primeiro interlocutor a falar sobre sua insatisfação de estar trabalhando misturado com outros feirantes dentro do mercado. Passados dois anos do nosso primeiro contato, e mesmo trabalhando em um novo local, ele ainda relembra como era trabalhar dentro do mercado. E, quando perguntamos por que o mercado era pior, ele respondeu:

*Era. Era pior. No começo, nós começamos lá dentro do mercado... e uma que, a mercadoria da gente não fica visto, né? **Porque nós estamos trabalhando igualando aqueles outros negociantes que negociam com os produtos da CEASA.** Aí ele não queria que nós saíssemos lá de dentro, homem. Quer dizer que o negócio estava bom para ele, né? Estava provando que estava bom para ele. Quando foi para nós sair dali eles não quiseram, não. Não é para sair de perto da gente, não. E ficou fraco depois que nós saímos. Agora está bom. Agora está ficando bom agora. Porque já tão... parece que a prefeita já está vendo que a gente tem que ter o canto da gente certo, né. Porque agora parece que ela já está mais..., mas não vai numa reunião. A gente chama, chama, chama (Samuel, 2022).*

Na fala do nosso entrevistado podemos observar que ele toca em três pontos importantes que são: a invisibilidade e a equiparação do grupo enquanto agricultor e produtor de alimentos em relação aos que não produzem, ou seja, não era só os produtos vendidos pelos agricultores que estava sendo posto em dúvida, mas o seu trabalho do agricultor, pois quando o cliente chegava no mercado, ele não conseguia distinguir o que era da agricultura familiar e da CEASA e, portanto, os produtos acabam sendo taxados como oriundos da CEASA.

O segundo ponto foi sobre a possível insatisfação dos feirantes em relação a saída dos agricultores do mercado. Antes de funcionar dentro do mercado, a feira do produtor já era bastante conhecida e atraía um bom número de consumidores, e quando ela vai para o mercado, os clientes também vão. Quem ia para o mercado na sexta-feira, estava indo em busca dos produtos da feira do produtor que eram diferenciados. Esse movimento atraiu outros feirantes que começaram a disputar espaço e clientes com os agricultores, e a crescer. A saída da feira do produtor de dentro do mercado resultaria no enfraquecimento das vendas para os feirantes do mercado tendo em vista que muitos os clientes iriam comprar na feira do produtor conforme narra Samuel, “*Quando foi pra nós sair dali eles não quiseram, não. Não é pra sair de perto da gente, não. E ficou fraco depois que nós saímos*”. Embora seu Samuel afirme que o movimento e as vendas dos feirantes iriam enfraquecer após a saída da feira do produtor, o que observamos é que esse movimento foi o contrário, que o movimento aumentou e que os

feirantes foram beneficiados com algumas ações da gestão municipal (como apontamos anteriormente). Claro que essa fala foi dita no momento da saída da feira de dentro do mercado, quando os agricultores estavam se acomodando no novo local e a ideia que se fazia naquele momento era de que haveria uma baixa nas vendas dos feirantes do mercado público que atuavam na sexta-feira.

Por fim, nosso entrevistado afirma que o novo local está bom, mas sinalizando que ainda não é o mais apropriado. E, apesar de o grupo estar há muito tempo reivindicando um espaço próprio junto à gestão municipal (que publicamente sempre se comprometeu em solucionar essa questão), pouco se fez nesse sentido.

Em relação à produção, nosso interlocutor tem uma pequena variedade de cultivos em seu roçado que na ocasião da entrevista, ele nos convidou para conhecer. Além do orgulho de ser agricultor que ele sempre faz questão de enfatizar, ele relatou o que produz em seu roçado:

Sou da agricultura. Nasci e estou com sessenta e três anos trabalhando. Trabalho na agricultura. A gente planta bananeira, planta maniva de macaxeira, nós planta um feijãozinho. Aí a gente planta também a uma hortazinha, a gente tem uma horta, a gente planta coentro, alface, pimentão, cenoura e tem um feijãozinho que a gente gosta de plantar também para levar pra feira, né? E comer também, né? Aí tem umas cebolinhas, tem uns alface, aí a gente tanto come como vende na feira, né? Aí é aquilo, a gente tem um aposento, mas a gente precisa de uma interinha para ajudar os mantimentos da vida, né? Aqui só foi esperar só pelo salário, o salário não dá para nada não. Serve muito né? Mas também o custo de vida da gente é meio longo, né? Aí a gente tem que se virar, arrumar qualquer coisinha do sítio, né? E o sítio graças a Deus que a terra é boa, né? E a gente tem onde produzir, a gente tem o banquinho da gente na feira Mas tudo que a gente vende é daqui do sítio. A gente não compra nada a ninguém atravessador, não. A gente produz aqui a Deus querer (Samuel, 2022).

No roçado, observamos que ele possui além da plantação de verduras e hortaliças, uma variedade de árvores frutíferas. Ele nos contou que começou o cultivo das frutas por causa dos filhos que ainda eram muito pequenos e numerosos, e para que eles não ficassem nos terrenos vizinhos em busca de frutas, resolveu plantar no quintal. Além da banana, há pés de caju, jaca, manga, mamão entre outras. A produção de frutas, verduras e hortaliças são vendidas na feira, mas também abastecem a casa. Durante nossa caminhada pelo roçado Samuel foi nos mostrando cada local onde cada alimento é produzido e as técnicas utilizadas em cada cultivo. Ao passarmos por uma pequena produção de tomates, ele relatou as dificuldades de se produzir o fruto sem o uso de veneno e, para não ter que utilizá-lo, vem desistindo de plantar os tomates.

Samuel toca em um ponto muito importante que é a dificuldade da maioria dos agricultores se manterem, sustentarem a suas famílias apenas com uma atividade, por exemplo, sobrevivem apenas da aposentadoria ou apenas da agricultura. A realidade de Samuel é também a de muitos aposentados que não conseguem sobreviver apenas com o salário do benefício e

precisam realizar outras atividades para complementar a renda. Nesse sentido, vender na feira é uma das estratégias para a manutenção do grupo familiar do nosso entrevistado, mas que também não é a única, pois ele também fornece parte da sua produção para o PNAE e PAA. E, assim, a aposentadoria, a venda na feira e os programas governamentais juntos fazem parte do conjunto de estratégias que ajudam a manter a unidade familiar. Por fim, ele encerra essa parte da fala afirmando que tudo que vende na feira é oriundo do próprio roçado e produzido pelo próprio grupo familiar.

Seu Samuel é um dos agricultores feirantes mais velhos do grupo da feira, ele também participou, assim como João, das mobilizações pela conquista dos assentamentos na região do Brejo, as limitações por não ter formação escolar o impediram de atuar mais ativamente na política local, mas de toda forma, seu Samuel procura contribuir como pode para o fortalecimento da feirinha. Atualmente, seu filho Pedro é quem está mais diretamente responsável pelas vendas nos dias de feira, mesmo assim, nosso entrevistado sempre que pode, busca se fazer presente, como vimos anteriormente, a feira é um lugar tradicional de socialização para as populações rurais, nesse sentido, Samuel se faz presente, para encontrar os colegas feirantes, os fregueses e ‘passear’ pela cidade Areia a fim de se informar sobre os últimos acontecimentos do local.

4.3 “O difícil não era produzir, era comercializar”

Nosso próximo entrevistado é um jovem agricultor, Gabriel de 32 anos. A entrevista com ele foi a mais longa. Embora eu quisesse saber muito sobre a sua história de vida, Gabriel estava mais ansioso para falar sobre questões mais atuais. Ele queria falar. Nascido em Muquém, um distrito rural de Areia, ele é o quarto de uma família de cinco irmãos. Seu pai era agricultor e trabalhava para o dono de uma fazenda localizada próximo a área da Usina Santa Maria. Além de trabalhar para o dono, a família de Gabriel também morava na fazenda deste. Sobre o período da infância eles nos contou:

A gente morava lá, eu não esqueço nunca, existia uma cerca mais ou menos uns cinquenta metros da nossa casa para o cercado onde era criado os animais. E chegou uma época que o dono, já o filho depois que foi dividido a fazenda como eu contei, resolveu abrir esse cercado para que o gado ficasse ao redor da casa, como se a gente morasse no cercado junto com o gado. E aí, isso foi uma humilhação muito grande. Meu pai trabalhava no final de semana, muitas vezes era aquele dinheiro que tinha para fazer a feira, né? Muitas vezes, o dono não tinha condições de pagar ou às vezes

não queria pagar, não pagava, e a gente sofria muito. A gente passava necessidade de verdade. A ponto de alguns irmãos meus ir trabalhar em Campina. E ao trabalhar em Campina alguns podiam ajudar de alguma forma em casa (Gabriel, 2022).

Gabriel relata como foi sua infância e as dificuldades enfrentadas por sua família, sobretudo, a condição de sujeição ao dono da fazenda (e, posteriormente, aos filhos). Para Gabriel, a maior humilhação foi quando o dono abriu o cercado para o gado ficar na área que era destinada à sua família. Em seu entendimento, ao fazer isso, colocar o gado no mesmo espaço que o deles, o dono estava igualando-os aos animais. Mesmo trabalhando na fazenda, o que o pai do entrevistado recebia não dava para sustentar a família, chegando às vezes a passarem necessidade, sendo necessário que alguns de seus irmãos deixassem a família para trabalharem em outra cidade. Gabriel expressava sentimento de revolta e inconformismo diante de determinadas situações que ele julgava serem injustas. Mesmo ante as situações de sofrimento e humilhação vividos por sua família, Gabriel relatou de momentos bons que marcaram sua infância:

Lá onde a gente morava tinha um açude que eu não esqueço. Aquele açude me marcou muito porque era onde a gente ia tomar banho, pegar peixe. A gente brincava. Tipo assim, tem esse sofrimento, mas a gente amava demais esse pedacinho dessa fazenda que ficou lá para o outro dono, onde a gente morava (Gabriel, 2022).

O açude na fazenda é o lugar que marcou a vida de Gabriel. Um lugar que para o jovem e os seus irmãos remetia a felicidade, a brincadeira e a fonte de alimento, mas que ficou para o dono da fazenda. Ao contar mais sobre sua infância e as privações materiais vivenciadas na época, como o de não terem acesso à energia elétrica, elas se misturam com sentimentos saudosos do lugar onde cresceu e de momentos lá vividos conforme nesse trecho:

A minha lembrança é uma casa humilde, sem energia elétrica, eu esqueci esse detalhe, a gente só veio ter energia elétrica quando se mudou para a rua, para o distrito, uma vida tranquila, meio da natureza, né? Não é à toa que eu sou apaixonado por lugar assim, calmo. É uma vida assim, onde a gente levava uma bateria para carregar no caminhão para assistir uma televisãozinha desse tamainho, a gente ficava escutando música num radinho pequeno de pilha, escutava disco, música de disco na radiola (Gabriel, 2022).

Durante a entrevista e em conversas informais, nosso interlocutor sempre expressou sua paixão pela vida no campo mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no passado e no presente. E é essa paixão pelo campo que motiva o jovem a trabalhar para ter o seu próprio sítio.

Como vimos, João e Samuel tentaram conciliar trabalho e estudo, mas não conseguiram e precisaram abandonar a escola. No caso de Gabriel, veremos que mesmo com as dificuldades

enfrentadas pela família, ele optou por abandonar parcialmente o trabalho no roçado para poder se dedicar aos estudos.

Gabriel narra que mesmo os filhos trabalhando, seu pai fazia questão que todos estudassem estipulando horários para cada atividade. Porém, mesmo diante das dificuldades enfrentadas por ele e seus irmãos em conciliar estudo e trabalho, afirma que faltou esforço para os irmãos chegarem ao ensino superior como ele. Além disso, ele faz questão de enfatizar que sua entrada na universidade foi graças a seus esforços. E afirma:

Eu vou apenas usar meus conhecimentos para o Enem e não acreditava passar. Porque para mim era algo muito distante de mim. E, simplesmente fiz o Enem, com os meus conhecimentos, os meus esforços. (...) E, tava pra sair o resultado da chamada da UFCG. E eu não esqueço nunca, eu cheguei lá dia dois de janeiro para voltar dia vinte e oito, eu creio de janeiro, passar quase um mês. Quando eu cheguei em casa, em Muquém, de volta, a primeira coisa que me falaram foi um colega meu que estudava comigo, veio me dizer que eu tinha sido aprovado para o curso de geografia. Na época, ainda era meio assim, distante da realidade nossa alguém adentrar universidade (Gabriel, 2022).

Adentrar na universidade para Gabriel mesmo com todos os esforços empreendidos era uma realidade muito distante, mas quando ele entrou no ensino superior outras dificuldades surgiram e ele se viu no dilema se começava ou não o curso de geografia. Gabriel nos contou um pouco como foi dar a notícia da aprovação para a mãe:

Eu disse: olha eu passei, mas como é que eu vou? O meu pai, o que ganhava mal dava para a gente comer. E, simplesmente, eu disse "olha eu não vou fazer". Minha mãe disse: "olha se Deus deu a oportunidade de você passar, Ele vai dar a oportunidade de você terminar esse curso". E isso eu não esqueço nunca. Sabe aquelas palavras que dão força? E aí imediatamente conversei com meu irmão e ele disse: olha, você vem morar aqui comigo (Gabriel, 2022).

Para iniciar o curso superior em Campina Grande, ele contou com a ajuda dos familiares. É muito comum estudantes se deslocarem de suas localidades para estudar em outras cidades vizinhas. A distância aproximada do município de Areia para Campina Grande é de 50 km, e para não fazer esse trajeto todos os dias, Gabriel foi morar com o irmão. Com poucos recursos financeiros para se deslocar até a universidade, Gabriel ganhou uma bicicleta do seu irmão. Em Campina Grande, morou no bairro Santa Rosa, a distância da sua residência até a universidade é de aproximadamente 7 km, trajeto feito de bicicleta diariamente.

Nesse fragmento, Gabriel detalha as diferentes dificuldades enfrentadas como aluno, sobretudo, aluno oriundo da zona rural:

É, eu não esqueço nunca, o meu pai trabalhava alugado na época, e tinha semana que ganhava, era muito pouco na época. Ele fazia o maior esforço, Rosana, para a final de semana ele consegui economizar cinco, dez reais para me dar pelo menos para eu chegar em Campina Grande. E eu era muito grato por isso. Quando eu chegava em Campina Grande, eu que me virasse assim para ir até a universidade,

*que precisasse de um lanche, que isso era de menos porque a barriga espera até chegar em casa e ter uma refeição. Tirar apostilas, fazer cópias de apostilas tu sabe se gasta demais na universidade. E muitas vezes sofri muito com isso. Eu não tinha dinheiro para tirar a xerox de uma apostila. Eu não tinha um dinheiro para fazer o lanche, eu não tinha dinheiro para pegar um ônibus, se eu pegasse um dia chovendo, tinha que enfrentar na bicicleta mesmo. Mesmo assim, com todo esse sacrifício, eu comecei a estudar em Campina. **Quando eu cheguei dentro da universidade uma das coisas que as pessoas olham para a gente quando a gente vem diretamente do sítio, ainda um pouco matuto, é a gente de certa forma sofre algum preconceito. Porque a maior parte do meu curso eram pessoas de outras cidades, mas pessoas que tinham uma qualidade de vida melhor, tal, enfim, sabiam lidar melhor com a cidade média, né? Que na época eu chamava de cidade grande, mas depois eu mudei esse conceito. E aí foi um ano de sofrimento. Eu cheguei em alguns momentos de precisar vir de Campina ou ir a Campina de Bicicleta porque eu não tenho dinheiro para chegar lá. Isso eu não tenho vergonha de dizer a ninguém. Só que Deus me deu uma graça muito grande porque eu amava muito andar de bicicleta (risos)** (Gabriel, 2022).*

Durante a semana Gabriel estudava e nos finais de semana voltava para o sítio da família. Mesmo ganhando pouco no trabalho alugado, seu pai separava um dinheiro para Gabriel comprar a passagem de volta para Campina Grande. Gabriel narra uma sequência de dificuldades enfrentadas durante o primeiro ano na universidade, como a falta de dinheiro para se alimentar, para tirar cópias de textos, para pegar ônibus em dias chuvosos. Além disso, relata ter sofrido preconceito por sua origem rural e por ser “um pouco matuto”. Ao lembrar desse período difícil, narra em tom de brincadeira que sua paixão por pedalar é que não fez desanimar dos longos percursos que precisou fazer para conseguir concluir os estudos. No segundo ano do curso de geografia, começou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) o que lhe permitiu além de experiência acadêmica, uma renda para gastos com material impresso.

Ao narrar sobre sua vida privada, Gabriel explica muito resumidamente como era a sua relação com a mãe do seu filho, vamos chamá-la de Fernanda. “*E aí a mãe do meu filho tinha um sítio e eu disse: rapaz vou fazer o quê? Vou procurar emprego vai demorar, uma pressão grande. Eu vou começar a investir lá no sítio. Daí começa a minha história como agricultor assim, pra valer até hoje*”. Gabriel e Fernanda não viveram juntos. Sem emprego e com um filho para sustentar, Fernanda que tinha um sítio, lhe cedeu o terreno para que ele trabalhasse na terra. Segundo conta, a necessidade material é que vai torná-lo agricultor. Mesmo após investimentos, relata problemas na produção e o medo de não conseguir pagar a pensão do filho:

E aí a gente começou a plantar, mas era a maior dificuldade, se perdia tal, e eu não conseguia comprar o leite do meu menino com aquilo ali. Na época eu tive um problema também com a mãe do meu filho e eu não conseguia pagar a pensão do menino e um dia eu fiquei sabendo que ela pensava em me colocar na justiça, eu era arriscado ser preso (Gabriel, 2022).

Segundo Gabriel, Fernanda cogitava entrar na justiça caso ele não pagasse a pensão alimentícia do filho e o medo de ser preso o fez pensar em alternativas que pudessem sanar aquele problema. Nesse trecho, fala quais eram as alternativas:

E eu pensei duas opções, ou eu me arriscava a ser preso continuando no que eu estava trabalhando sem conseguir pagar a pensão ou ir embora para a região sudeste morar com um irmão que eu tenho lá que hoje ele tem uma vida financeira muito boa. Ele foi para trabalhar com gesso. Todos os meus irmãos hoje trabalham na construção civil. Isso é um detalhe, né. E aí o meu irmão me chamou, venha para cá porque você tem esse emprego certo, você vai pagar as contas do seu filho, construir sua vida aqui, só que tem muitas coisas na minha comunidade, principalmente minha missão, a parte social, eu me apegava demais, eu não podia deixar o lugar onde eu vivia, podia fazer alguma coisa a mais pelo meu lugar, né? E eu decidi continuar na área da agricultura (Gabriel, 2022).

As dificuldades de se trabalhar na terra e viver dela narradas por Gabriel ainda é um problema vivido por boa parte dos agricultores, sobretudo, os pequenos agricultores. E como no passado, onde muitos agricultores no Nordeste tiveram que deixar suas terras em busca de melhores condições de vida, Gabriel também cogitou essa possibilidade. Esse período narrado foi entre 2014 e 2015. O entrevistado não falou em qual cidade do Sudeste o seu irmão mora, mas ele falou com muito entusiasmo sobre a condição financeira do irmão e do convite feito por ele para migrar para o Sudeste do país. Ficar em Areia e continuar trabalhando na agricultura era um risco, pois se não desse certo, se ele não conseguisse o dinheiro da pensão, iria preso. Mas ir para o Sudeste também implicava na perda dos laços sociais e afetivos construídos ao longo da sua vida, especialmente, na igreja católica. Agricultura para Gabriel não significava apenas a possibilidade de produção e reprodução material, mas também social.

Se para alguns entrevistados, os trabalhos físicos exercidos durante a infância, adolescência até a vida adulta foram muito pesados, para o nosso entrevistado Gabriel, isso vai ser experienciado somente na adolescência e na fase adulta. Mesmo sem fornecer muitos detalhes sobre como era o seu trabalho no roçado com o pai, essa foi a primeira atividade desenvolvida por ele. Ao narrar a sua história, expôs a situação difícil que sua família enfrentava, das dificuldades que o seu pai tinha para manter a mulher e os filhos. Quando o seu pai não estava mais conseguindo sustentar a família, seus irmãos mais velhos tiveram que sair de casa para buscar trabalho em outras cidades e ele continuou trabalhando com o pai no roçado até ingressar na universidade. Na universidade, adquiriu experiência em sala de aula através de programas de formação docente, e ao final do curso, ele já estava trabalhando em sala de aula conforme Gabriel narrou: “(...) no final do curso eu tava dando aula nesse colégio Sistema Educacional Areiense”. Ao narrar sobre seu curto período como docente, nosso interlocutor

fala sobre suas insatisfações em relação a direção da escola e do valor muito baixo que recebia pelas aulas ministradas:

Mês de novembro, aliás, no mês de julho, a diretora tinha me chamado dizendo que ia assinar a minha carteira. E outra coisa, recebia uma miséria, viu? Pelas aulas que eu dava. Eu vinha de Campina, tinha dia que eu vinha de Campina dar três aulas e tinha que voltar pra ter aula, o dinheiro que eu ganhava mal dava pra pagar as passagens, eu estava mais pela experiência do que pelo dinheiro (Gabriel, 2022).

Gabriel trabalhava recebendo pouco, mas com a promessa de que, quando terminasse o curso de geografia, sua carteira de trabalho seria assinada. É muito comum alunos de licenciatura que estão próximos de concluir o curso trabalharem dando aula em escolas particulares com a promessa de serem contratados. Após formado, Gabriel decidiu se dedicar ao trabalho na agricultura e à vida missionária na igreja católica.

Diferentemente de João e Samuel que estão desde o início da feira, e que fizeram parte da sua criação, há aqueles que chegaram bem depois na feira do produto, como é o caso de Gabriel. Nosso jovem interlocutor contou um pouco como foi sua chegada a feira:

Eu comecei na livre. Aí depois eu me associei e adentrei a feira do agricultor. Não lembro também o ano que eu entrei na livre, mas eu sempre dividi banco com uma senhora. Ela me cedeu um pedacinho pra vim trabalhar dentro do mercado, embaixo, onde está a feira hoje. Só que depois da pandemia subiu pra cima. Pra onde ela foi eu fui. Agora a gente se separemos, né? Aí agora eu estou na praça de alimentação. Mas assim, eu vejo essa conjuntura de feira livre sempre foi muito polêmico ali (Gabriel, 2022).

Nosso interlocutor inicia sua história como feirante na feira livre/mercado público e somente depois é que entra na feira do produtor. Ainda sobre a feira livre, ele narra que começou dividindo banco com outra feirante, algo bastante comum para quem está começando como feirante. Além disso, ele iniciou na parte interna do mercado, na parte dos fundos que ele chama “*embaixo*”, somente depois, ele vai para a parte de cima da feira, agora, sozinho.

Curiosamente, o edifício que abriga a feira livre de Areia possui dois níveis, a maior parte ao nível da rua onde está o comércio da cidade, onde podemos destacar o setor de carnes e a praça de alimentação e um nível abaixo que está no nível da rua que fica ao fundo da feira, esse nível, apesar de não ser geograficamente bem posicionada em relação ao primeiro nível é bastante movimentada em dia de feira, e além dos comerciantes (vendedores de frutas e verduras), nesse nível também se localiza os banheiros públicos e a sala da administração da feira. Ao que parece, a maioria dos feirantes, sobretudo os menos capitalizados, começam suas atividades na feira nos espaços de menor visibilidade, longe da entrada principal para depois irem galgando para outros espaços de maior destaque. Embora ele não tenha revelado o que seria a polêmica envolvendo a feira livre, sabíamos que se tratava dos conflitos que existiam

entre comerciantes feirantes e agricultores feirantes quando estes dividiram o mesmo espaço dentro do mercado.

Logo em seguida, Gabriel detalha como chegou a feira do produtor. Ele disse:

É o seguinte, eu não tinha conhecimento de quase ninguém da associação na época. Eu não conhecia o João, eu não conhecia Zé Ilton, que na época era os cabeça. Eu tinha um pequeno conhecimento com Messias e dona Ana, né? O irmão de... aliás o cunhado de Messias, a irmã, essas pessoas assim. Só que eu conhecia só que o agricultor, principalmente, quem trabalha com hortaliça na região se conhece uns aos outros. E a gente começou se aproximando e a primeira coisa é pedir pra se associar. Eu pedi pra me associar. [...] Eu e o outro rapaz que a gente compartilhava o banco junto. A gente trabalhava junto, né? Então, foi mais ou menos isso aí. Dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete. Só que em muitos momentos a gente passou um tempo sem ir pra feira. Porque às vezes, eu tenho uma demanda de venda maior do que a demanda de produção. E muitas vezes se torna inviável. Hoje mesmo eu voltei pra feira agora por dois motivos, eu tenho produção, bastante, e também tá tendo problema com a feira livre, eu estou em um lugar que não tá vendendo e tal e aí eu preciso fazer sacrifício (Gabriel, 2022).

“Os cabeça” a quem Gabriel se refere, são as pessoas que fundaram a feira do produtor e a ADAF e, embora ele não os conhecesse, sua rede de contato com outros agricultores permitiu-lhe chegar até a feira. Foi essa rede de relações sociais entre grupos de agricultores produtores de hortaliças no brejo paraibano que ajudou Gabriel a se inserir dentro do grupo de agricultores da feira e da ADAF e que é denominado por Bourdieu como capital social, ou seja, são recursos que um indivíduo dispõe dentro de uma rede de relações em que ele e outros membros podem ser beneficiados. Esses benefícios tanto podem ser materiais quanto simbólicos, como por exemplo, pertencer a um grupo social.

Embora não recorde a data com precisão de quando chegou na feira do produtor, o processo de inserção foi parecido com a sua entrada na feira livre no sentido de compartilhar o banco juntos para depois ter o seu próprio espaço. Sobre o início na feira do produtor, ele narrou: “Eu trabalhei uns dois anos com hortaliça e depois comecei a migrar pra outras culturas. Hoje o meu carro chefe é batata doce”. Embora inicie o trabalho no campo e na feira com hortaliças, diversas dificuldades irão aparecer e fará com que o agricultor busque alternativas de produção na agricultura (o que veremos mais adiante).

Gabriel como muitos outros agricultores(as) tiveram que se ausentar da feira do produtor por uns tempos, mas ao contrário da maioria, ele sempre retornava. Segundo o nosso informante, às vezes, sua produção era insuficiente para atender as demandas das feiras, tendo em vista que ele também comercializa seus produtos em outros locais. Porém, na maior parte do tempo em que esteve ausente da feira do produtor, ele estava vendendo os seus produtos na feira livre (aos sábados). Em conversas informais, ele também relatou que sua ausência se deu por não aceitar o modo como as coisas na feira do produtor estavam sendo conduzidas. Por fim,

ele justifica sua volta para a feira do produtor alegando que o espaço em que vendia na feira livre não era bom, pois não estava conseguindo vender seus produtos e, portanto, ele precisava “fazer sacrifícios”, ou seja, escolher entre a feira livre e a feira do produtor.

Apesar das discordâncias que Gabriel tem em relação ao modo como a associação e a feira são administradas ele reconhece o papel de ambas para os pequenos agricultores:

Ao chegar na feira, fui bem acolhido pela associação. E como eu te falei, sempre vi a associação como uma associação que poderia fazer mais pela agricultura. Através da feira também, eu tive conhecimento de uma forma mais profunda dos projetos de aquisição de alimentos PNAE e PAA. Já entreguei PAA um ano, PNAE eu acho que eu já tô no quarto ano (Gabriel, 2022).

Nesse fragmento da sua fala, nosso entrevistado traz um ponto muito importante que é: a associação deve ser um instrumento de fortalecimento do grupo visando defender seus interesses e necessidades perante o governo e demais instituições. Além de facilitar para os membros o acesso a serviços e recursos diversos (acesso a sementes de qualidade, crédito agrícola, assistência técnica, treinamento e capacitação entre outros serviços) visando melhorar a produtividade, e ser um espaço de troca de conhecimento e experiências entre os associados.

Sobre a produção, nosso entrevistado possui uma variedade de cultivos em seu nas terras em que trabalha. Porém, no período da entrevista, ele narrou que já estava sinalizando para o encerramento da produção de hortaliças. “*Hoje eu tenho ainda hortaliças somente o coentro, couve, a alface e a cebolinha que pode ser que até dezembro eu finalize ou pare de plantar porque por causa de logística mesmo, de produção*” afirmou Gabriel. Foi com a produção de hortaliças que o nosso interlocutor iniciou sua atividade na agricultura para fins de comercialização, porém não teve o retorno esperado causando-lhe grande decepção. “***O difícil não era produzir, era comercializar. E aí a gente começou a plantar, mas era a maior dificuldade, se perdia tal, e eu não conseguia comprar o leite do meu menino com aquilo ali***” narrou Gabriel.

Eis aí a maior dificuldade enfrentada pelos pequenos agricultores familiares que é o escoamento da produção. Isso acontece por diversos motivos, porém vamos elencar os três principais: o primeiro, a infraestrutura de transporte que é inadequada, com estradas mal conservadas ou sem pavimentação, sobretudo nas áreas rurais; o segundo, os altos custos de transportes, em especial para produtos perecíveis, como é o caso das hortaliças, reduzindo assim a competitividades dos agricultores no mercado; e o terceiro diz respeito à própria complexidade da logística que possui múltiplos intermediários entre o produtor e o consumidor final, acarretando em atrasos, perdas e custos adicionais para os agricultores. Gabriel nos dá

dois exemplos sobre as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores em escoar suas produções:

Se você chega no supermercado daquele, como aquela COBAL ali, em Areia. Eu conheço um agricultor que entrega hortaliças ali. Por exemplo, se ele colocar cem moi de coentro lá, hoje pela manhã e no fim da tarde tiver vinte, ele só recebe os oitenta que foi vendido, os vinte ele vai perder, tem que dar, vender ou ir em outro canto levar, ninguém sabe, mas eles só pagam o que passa no caixa. É justo? Não é! (...) Você chega numa CEASA sei lá, a batata tá sessenta reais a caixa, cê chega numa quitanda daquela ali de, em qualquer cidade aqui da região, eu tenho uma batata, ou o cabra quer comprar e igualar o preço da CEASA ou quer comprar a menos mesmo você indo levar a batata lá, muitas vezes a batata tem uma qualidade melhor, mas eles não valorizam. Eles são, mas pegar o carro e ir pra CEASA comprar. Aí como é que a gente vive num mundo assim? (Gabriel, 2022).

Nos dois exemplos citados pelo nosso interlocutor, o agricultor sai perdendo, sendo que no primeiro, ele deixa uma determinada quantidade de hortaliças para o dono do supermercado, mas só recebe pelo produto vendido no caixa, ao consumidor final. O que sobra o agricultor terá de dar um destino, levando para casa onde essa mercadoria pode ser consumida pela família ou pode ser destinada aos animais caso esteja impróprio para o consumo humano (o que é mais provável em se tratando de um produto tão perecível), mas também ele pode vender em outros estabelecimentos. Porém, como se trata de um produto muito sensível aos efeitos externos, principalmente quando exposto a temperaturas altas ou quando não possuem as mínimas condições de armazenamento, as hortaliças tendem a ficar murchas e, no geral, muitos agricultores jogam-na no lixo. Segundo o nosso entrevistado, essa prática é muito comum entre os grandes comerciantes de Areia.

E no segundo exemplo, mesmo o agricultor levando a mercadoria para a CEASA, o comprador não quer pagar o valor pedido, rebaixando o valor ou igualando-o ao preço que é praticado na feira livre (essa mesma situação foi relatada por outros agricultores). Mesmo sabendo a procedência do produto, a forma como foi produzido (sem o uso de agrotóxicos) muitos comerciantes ainda preferem comprar do CEASA. Sua fala final soa em tom de indignação e de sentimento de injustiça e de desvalorização.

Como podemos observar na trajetória de Gabriel na agricultura, ele está em processo de transição de culturas, deixando a produção de hortaliças para se dedicar a produção de tubérculos e leguminosas. Vejamos o que ele tem produzido:

*Tem o feijão de corda, o feijão macassar como se querem chamar. Hoje, também eu trabalho com feijão de arranca, que pode ser carioca, feijão rosinha, enfim, feijão fava, tem as variedades, batata doce como eu disse, **eu quero me tornar o maior produtor de batata doce da região do brejo**, se Deus quiser nos próximos anos, irrigada, no período seco. Tô pra fazer uma parceria para produzir batata também na região de Lagoa de Barro, região mais seca no inverno lá eu produzo pra colher até agora, e aqui eu produzo na seca pra ter batata sempre porque aqui é inviável.*

Macaxeira também é um produto também que vem me dando uma força muito grande financeiramente e milho verde também. Para você ver, tô colhendo e tenho plantios novos. Eu creio que são essas coisas (Gabriel, 2022).

Nosso interlocutor é jovem e sempre fez questão de expressar seus desejos em crescer como produtor de alimentos e por mudanças sociais e políticas. Durante a entrevista e visitando as terras em que trabalhava, ele fez questão de mostrar sua produção, especialmente, a produção de batata doce grã-fina. Embora possua uma diversidade de cultivos, seu foco tem sido na produção desse tubérculo e o seu objetivo é se tornar o maior produtor de batata doce do brejo paraibano. Além da batata doce, e de hortaliças, ele também cultivava macaxeira, milho e uma variedade de feijões. Por não ser dono da terra, ele não pode plantar culturas de ciclos longos. Essa proibição se encontra no contrato firmado entre o agricultor e o dono da terra visando dar ao proprietário a segurança jurídica caso o agricultor venha requerer algum direito sobre a terra. Enquanto não tenha seu próprio sítio, Gabriel continua trabalhando na propriedade alheia, sem esperanças de renovação do contrato.

Além da feira, nosso entrevistado também comercializa os seus produtos em outros locais. Quando perguntamos quais eram os outros locais de venda, ele nos respondeu:

PNAE, e, eu vendo para revenda. Para terceiros, né? Revender, né? Para o mercado mesmo, para o dia a dia. E, também, às vezes tem alguns restaurantes sazonais por tempo, eu também faço entregas. Por exemplo, hoje em dia eu faço entregas de macaxeira no Vó Maria. É um restaurante que sempre compra em determinados momentos produção. O Hotel Triunfo que pertence ao dono da fazenda também eu chego a entregar em alguns momentos não direto, mas em alguns momentos eu também faço essas entregas (Gabriel, 2022).

Além da feira do produtor, o jovem também fornece seus produtos para o PNAE, para os pequenos estabelecimentos comerciais e restaurantes da cidade de Areia. Outro fato que vale ser destacado é que durante a pandemia, ele vendia sua produção por meio de encomendas nas redes sociais. Essa estratégia de vender seus produtos utilizando as tecnologias deu certo e até hoje ele continua vendendo. Sobre isso Gabriel narrou:

*É, eram encomendas, né? Pro pessoal fazer encomenda. Na época, minha ex-namorada e muita amiga hoje. Ela que fazia isso, ela tinha esse trabalho de divulgação, eu ia e eu entregava muito em Remígio é um mercado muito bom que até hoje eu tenho. (...) E aí eu vendia muito nesse sistema. E foi como eu sobrevivi, visse? Mas também é, não existe forma de você não sobreviver em tempos de crise, você acha um jeito. **As pessoas precisam comer, e alguma forma tem que chegar ali dentro na mesa deles. E a gente produz alimento. Alimento todo mundo precisa. Só que a gente tem que ter cuidado com a forma como esse alimento chega até as pessoas, preço, logística. Você sabe que hoje em dia, às vezes você chega numa feira alguém troca o seu produto ótimo por um produto pior do mundo. Só tem beleza. Para ferrar sua saúde. Você vai gastar com remédio, talvez perder a vida no amanhã. Mas fazer o que né? Não tem essa conscientização (Gabriel, 2022).***

Durante a pandemia, muitos agricultores tiveram que se reinventar para sobreviver. No caso do nosso entrevistado, ele juntamente com a ex-namorada iniciou um trabalho de divulgação e vendas de produtos pelas redes sociais. Ao final de sua fala, Gabriel faz uma reflexão sobre a responsabilidade dos(as) agricultores(as) em alimentar o mundo e que esse alimento não pode ser feito e nem entregue de qualquer jeito. Nesse sentido, ele alerta para a importância de as pessoas terem consciência sobre o que é melhor para a saúde delas, pois nem sempre o produto bonito é o mais saudável.

É possível perceber que a trajetória dos nossos entrevistados tem percursos diferentes, mas as dificuldades são experienciadas por todos, porém em graus diferentes. A questão geracional também é um fator importante, pois os mais jovens tendem a passar por dificuldades, mas com menor intensidade se comparado a gerações anteriores, como é o caso de Gabriel, que mesmo sua família enfrentando muitos problemas, ele conseguiu ingressar no ensino superior e se manter até terminar o curso através das políticas universitárias e do apoio dos irmãos mais velhos (contribuindo financeiramente com o sustento da família e dando suporte para Gabriel estudar). No caso do seu João e seu Samuel, estudar era algo muito distante da realidade deles, e mesmo após várias tentativas para continuar os estudos, a necessidade de trabalhar para contribuir para a manutenção da família se sobrepõe à vontade de estudar.

Gabriel é um entusiasta da feira do produtor, e por ser jovem é uma possibilidade de renovação deste projeto e para que essa conquista não seja perdida, acredita, juntamente com o atual presidente da ADAF, em fazer uma política em prol da feirinha na direção de uma cobrança mais ativa dos gestores (e mesmo enfrentamento), diferente dos mais antigos que se utilizavam de suas habilidades para o diálogo e a conciliação em favor dos agricultores. Em nossas últimas visitas a campo, observamos que Gabriel trocou sua moto por um carro do tipo *pick up* para o trabalho, mas mesmo com essa conquista, ele ainda enfrenta grandes dificuldades pois ainda não possui sua terra para produzir, questão que mobiliza os companheiros(as) de feirinha na busca de uma solução para essa situação.

4.4 “Tudo que eu tenho agradeço a Deus e a feira do agricultor”

Ao longo das entrevistas, não foram só os homens que contaram sobre as dificuldades durante a infância, como é o caso da agricultora Abigail, 43 anos, que precisou trabalhar desde

cedo para contribuir com o sustento da família, e em determinado momento de sua vida, teve que assumir toda a responsabilidade na manutenção do grupo familiar.

Entrevistamos Abigail no sindicato (SAFER), espaço cedido pelo presidente Zé Ilton, que nos deixou à vontade na sala, fechando a porta e ficando do lado de fora vigiando para que ninguém nos interrompesse. Essa foi a entrevista mais sensível e emotiva de todas, pois mesmo em um local com pouca privacidade, nossa entrevistada não conteve a emoção e as lágrimas ao falar com muito orgulho do filho mais velho. Abigail mora em uma fazenda com o marido e os dois filhos menores (os dois mais velhos já são casados e moram na zona urbana de Areia).

Quando pedimos para Abigail contar um pouco da sua história, ela começou assim: “*meu Deus!*”, pois estava um tanto nervosa, e continuou:

Meus pais foram nascidos e criados lá, e construí minha vida toda, a minha vida é, parte toda, lá com agricultura. Trabalhei dezenove anos de carteira assinada, mas aí nunca deixei a agricultura de lado porque sempre trabalhei com meu pai na roça. É tanto que eu só estudei até a quarta série porque meu pai não deixou eu estudar mais porque a gente tinha que andar quatorze quilômetro para pegar o ônibus, aí naquele tempo não tinha condições. E eu só cheguei a quarta série porque tinha que trabalhar na agricultura. Quando meu pai faleceu eu fiquei com dezessete anos, aí tive que trabalhar na casa de cozinha para criar meu filho e dar de comer à minha mãe (Abigail, 2023).

O trabalho na agricultura é parte constitutiva da sua vida, e que mesmo exercendo outras atividades não agrícolas, nunca deixou o trabalho na roça. Embora ela não narre de forma sequenciada as fases da sua vida, e não conte de forma direta como foi a sua infância, podemos observar que esse período foi experienciado pelo exercício do trabalho na roça, dado que ela associa o trabalho na agricultura à ausência na escola (embora ela não explicitamente, podemos concluir que o trabalho doméstico também foi responsável também por tirá-la da escola devido às jornadas longas e exaustivas de trabalho. Além do trabalho na roça, a distância para chegar até a escola e as dificuldades financeiras também contribuíram para o abandono escolar.

A entrevistada afirmou que, foi graças ao pai e ao trabalho exercido desde pequena que ela aprendeu tudo o que sabe hoje:

Aí eu digo a você: tudo que eu aprendi hoje, tudo que eu sei, é devido a minha vida que ensinou, porque meu pai ensinou a trabalhar logo cedo, ensinou a dar valor e quando ele, quando ele plantava muita mandioca, ele dizia assim, final de ano, repare só: “vão ganhar uma roupa, mas vão ter que levar a mandioca na casa de farinha”. A gente saía com as mandiocas na cabeça, botava três, quatro caminho na casa de farinha para fazer a farinha para ele vender a farinha e a goma para comprar a roupa do final de ano da gente. É assim que eu fui criada minha filha, e assim que eu ensinei a minha filha a dar valor (Abigail, 2023).

É bastante recorrente ouvirmos falas como a que atribui ao trabalho desde cedo, às vezes até penoso, como principal fator de ensinamento para que os indivíduos deem valor à vida ou a tudo que construíram ao longo da sua existência. Abigail narra sua história com sentimento de tristeza e da necessidade de trabalhar muito cedo para ajudar o pai a sustentar a família, e não ter o que comer foi algo recorrente vivido por ela e os demais membros da família, conforme ela nos relata nesse trecho:

É triste, eu sei que eu digo a você, que eu já passei isso, você chegar em casa e olhar assim e não ver nada, porque eu já passei por isso. E dizer assim, não, não tem não. Cadê a comida? Não, não, não tem, não. Isso eu já passei e eu sei o que é, e eu sei o que é isso. E eu espero que eu e meus filhos nunca passem mais pelo que eu passei na vida. Porque o que eu passei chegar, esperar pelo resto que os outros já comeram, para levar para alimentar meus irmãos para não ver eles passando fome. Muito triste isso, Rosana (Abigail, 2023).

Essas dificuldades relatadas por Abigail, sobretudo as de acesso às refeições diárias, retrata um cenário de extrema pobreza vivido em nosso país. A fome não assolava só os centros urbanos, mas principalmente, a zona rural. O grande paradoxo é que, quem plantava eram as principais vítimas da fome e da desnutrição segundo relatório do Fome Zero produzido no início dos anos 2000. Uma realidade triste expressada por nossa entrevistada ao dizer que ela e a família comiam as sobras que outras pessoas deixavam.

No caso de Abigail, não foi só o trabalho na agricultura que a afastou dos estudos, o trabalho fora da unidade produtiva também foi um fator decisivo para que ela concluísse os estudos, conforme trecho de sua fala a seguir:

Trabalhei dezenove anos de carteira assinada, mas aí nunca deixei a agricultura de lado porque sempre trabalhei com meu pai na roça. É tanto que eu só estudei até a quarta série, não porque meu pai não me deixou estudar, mas porque a gente tinha que andar quatorze quilômetro para pegar o ônibus, aí naquele tempo não tinha condições. E eu só cheguei a quarta série porque tinha que trabalhar na agricultura. Quando meu pai faleceu eu fiquei com dezessete anos e aí tive que trabalhar na casa de cozinha para criar meu filho e dar de comer à minha mãe (Abigail, 2023).

Como vimos, a agricultora precisou assumir responsabilidades ainda muito cedo, sobretudo após o falecimento do pai e, na ausência de filhos homens mais velhos, as filhas mais velhas acabaram assumindo esse espaço reservado aos homens.

Ao analisar os motivos de algumas mulheres camponesas assumirem o papel de chefe de família, Garcia-Parpet (1992) observou que isso se dava por ocasião do falecimento do marido ou por ele ser acometido por algum tipo de deficiência (física ou mental) ou até mesmo por ele ter migrado para outra região em busca de trabalho. A incapacidade ou a ausência do marido provoca, na maioria das vezes, a perda dos recursos familiares. No caso da nossa entrevistada, não será a sua mãe, a viúva, quem assumirá esse posto, e sim, ela.

Se para alguns o trabalho feminino no roçado é visto e relatado como “ajuda”, na entrevista sempre enfatizou que trabalhava com o pai e, segundo a agricultora, o seu trabalho era essencial para a manutenção do grupo familiar. Assim, continuar os estudos ficava cada vez mais distante. Nossa entrevistada relata que estudou até a 4ª série (do antigo primeiro grau) em virtude das inúmeras dificuldades para chegar na escola. Nesse trecho, Abigail detalha o percurso que fazia para ir à escola:

Porque quando meu pai faleceu ficou mais difícil ainda a situação e naquele tempo Rosana, eu andava Rosana, seis quilômetro a pé para ir para a escola. Agora repare só, era um lápis e uma borracha, Rosana e um caderno dentro de uma sacola de pão. Eu andava seis quilômetro para ir e voltar. Seis para ir, seis para voltar, a pé, Rosana. Hoje os carros passam na porta e as crianças não querem estudar. Eu fico indignada quando vejo o ônibus passando na porta da casa de uma criança. Eu andava seis quilômetros a pé, Rosana, de ida e de volta. E diga aí, e a merenda era a merenda que se comia na escola e quando tinha, porque quando eu saía de casa não tinha café pra mim tomar, eu saía de casa em jejum e ia pra escola e andava seis quilômetro. Na maioria das vezes, o professor tinha tanta pena das crianças, que mandava juntar os balaços de manga na hora da merenda quando não tinha merenda para a gente. Eu não esqueço disso nunca. A gente merendava, a gente chupava manga mesmo na hora da merenda. Porque a gente saía de casa e não tinha as condições para tomar café. Hoje você amanhece o dia. Você tem de tudo dentro de casa e não dá valor (Abigail, 2023).

A entrevistada conta as dificuldades para se estudar na época e compara com as facilidades dos dias atuais, pois, se antes ela precisava andar 6 km a pé para chegar na escola, hoje os alunos da zona rural têm ônibus escolar que passa na porta da casa do estudante. É muito recorrente os entrevistados fazerem esse tipo de comparação entre situações do passado e presente, principalmente para criticar o comportamento da atual geração que “*não dão valor às coisas que tem*”.

Em relação ao casamento, como conheceu o esposo, a agricultora não deu muitos detalhes. De todo modo, descreveremos brevemente a partir do que foi narrado por ela durante a entrevista e em conversas informais que tivemos na feira. Durante a aplicação do questionário ela definiu seu estado civil como “*juntada*”, que é quando um casal resolve morar juntos sem precisar casar-se oficialmente. Porém, Abigail nos revelou que sempre quis se “casar no papel”, porém o seu companheiro Manoel nunca quis. Revendo a sua ficha de associada da ADAF, nos chamou a atenção que a agricultora respondeu o item estado civil como sendo solteira. Em relação a criação dos filhos, a agricultora narra que tanto ela como o esposo sempre buscaram dar o melhor para os filhos para que eles nunca precisem passar pelo que eles passaram.

Para a maioria das nossas interlocutoras as atividades descritas não foram narradas em tom de sofrimento ou que exigissem delas muito esforço físico, pois elas sempre contavam com apoio familiar na execução de algumas tarefas tornando-as menos penosas. No caso de Abigail,

seu relato de vida e das atividades exercidas ao longo da vida foi marcado por um sentimento de tristeza e sofrimento. Após a perda do pai, Abigail relata que sua família vivia somente do que produziam no roçado, porém não era suficiente para a manutenção do grupo:

Naquele tempo ainda a situação ainda era mais difícil porque a única renda que a gente tinha era agricultura, meu pai faleceu que era quem dava de conta de casa, aí a gente ficou... eu era a maior com dezessete ano e meus irmãos tudinho escadinha, assim ó, pequenininho. Minha mãe não sabia nem o que era dinheiro, que nunca tinha ido nem a uma feira. De você imaginar, você morar num sítio, minha casa não tinha energia, digai. Não tinha banheiro, era céu aberto, era uma situação meio pesada. Aí quando eu me vi, a única pessoa que podia ajudar dentro de casa, fui trabalhar. Aí fui trabalhar na mesma fazenda onde a gente mora. Aí a senhora foi, me deu o emprego e eu fui trabalhar, trabalhei dezenove anos de carteira assinada (Abigail, 2023).

Diante da situação de penúria em que se encontravam, e mesmo tendo na agricultura a principal fonte de subsistência, ela não era suficiente para suprir as outras necessidades do grupo, tampouco para melhorar as condições de moradia, nossa interlocutora precisou trabalhar em atividades não agrícolas para sustentar a família: “*Tive que trabalhar na casa de cozinha pra criar meu filho e dar de comer à minha mãe*”.

A agricultora trabalhou de carteira assinada durante dezenove anos na função de doméstica para a dona da fazenda onde morava e relatou como era o seu trabalho:

(...) eu não recebia nem a metade de um salário. E, na verdade, ela me deu esse serviço para ajudar em casa na situação de casa. Aí você vê, eu trabalhava de domingo a domingo, hoje em dia, Rosana, uma cozinheira ela chega de oito horas, e sai de quatro horas da tarde. Naquele tempo, eu chegava às cinco e meia da manhã que era para fazer café para o pessoal tudinho dos engenhos, eu saía de nove horas da noite quando eu dava de jantar a todo mundo. Isso eu não ganhava nem a metade de um salário, era só para ajudar a situação de casa que era pesada. Aí depois de dezenove anos de carteira assinada eu saí (Abigail, 2023).

Sobre a exploração do trabalho doméstico a que era subordinada, ela está relacionada a uma subordinação pessoal do trabalhador ao proprietário de terra, do uso dos seus corpos e do seu tempo (Garcia Jr., 1989). Essa violência simbólica a que era submetida, estava disfarçada na “bondade” do patrão em querer ajudá-la. E, assim, ela trabalhou 15h por dia, de domingo a domingo, ganhando menos de um salário-mínimo por mês, durante dezenove anos para os donos da fazenda. Seu trabalho era cozinhar para os patrões e para os trabalhadores dos engenhos.

A saída do trabalho se deu por um desentendimento com um dos filhos dos patrões, pois, além do serviço de cozinheira, Abigail também exercia a função de cuidadora dos filhos da patroa, “*E aí teve uma situação meio pesada, que a gente se desgosta de um dia pra outro, e eu criei os filhos dela, né? Aí quando você tá adulto, já grande aí você quer desrespeitar uma*

pessoa que deu banho em você, não? Aí foi eu me desgostei, aí saí, eu digo: não”. Essa insatisfação da nossa entrevistada em relação ao jovem pode ser explicada pelo sentimento de respeito e obediência que ele deveria ter com alguém que poderia ser sua mãe, afinal, ela o criou. Isso está muito ligado também ao discurso que é perpetuado pela classe média brasileira que as empregadas domésticas não são apenas trabalhadoras, mas que elas são parte da família, e esse discurso é internalizado pelo trabalhador. Contudo, numa situação conflituosa, como foi o caso vivido pela nossa entrevistada, a posição de hierarquia precisou ser reafirmada.

Se para alguns a feira é mais uma alternativa de escoamento da produção, para outros, ela será a principal fonte de renda, como é o caso de Abigail. Sua entrada na feira se deu a partir de um convite feito por um agricultor já estabelecido na feira, seu Samuel. Em uma de suas idas à cocheira para retirar leite, eles se encontraram, vejamos o que conversaram:

Samuel: Galega, não está mais aqui, não?

Abigail: Estou não, Samuel. Me desgostei (Aí contei a situação pra ele).

Samuel: Vamos pra feira, vender. O que tu sabes fazer?

Abigail: Samuel, eu sei fazer de tudo na vida, doce, queijo, bolo e todos os tipos de comida, eu sei fazer. (porque apesar dos apesares, eu fui tomar de conta de uma casa, onde eu aprendi todo o processo de minha vida até hoje, ganhando dinheiro, os trocados que eu ganho, foi aprendendo os processos lá nessa fazenda, né?).

Samuel: E o que tu vai levar? Olhe, se você for pra feira eu garanto a você que nunca vai faltar um real no seu bolso.

Abigail: (E até hoje eu me lembro disso. Eu digo direto. Samuel, até hoje eu me lembro do que tu disse, pia! Num vai ter muito dinheiro não, mas eu garanto a você que, um real que você procurar no seu bolso você vai encontrar). Será, Samuel, que dá certo?

Samuel: Dá. Eu vou falar com o menino lá e eu vou ajeitar um banquinho pra você. Tu não tem coragem de trabalhar? (Ele já sabia da minha situação em casa porque sempre ele visitava meu pai, que ele era muito amigo de meu pai, aí já sabia que eu tomava de conta de um roçado enorme e sozinha, e quando meu pai faleceu eu que comecei a tomar de conta dos roçados sozinha, plantar, colher e fazer farinha. Te juro. Era eu, minha filha, pra dar de comer, a minha mãe e aos meus irmãos. Eu fui a mais velha de casa, fiz tudo).

Diante da situação, seu Samuel se encarregou de conseguir uma barraca para Abigail. Sem muitos recursos financeiros para produzir doces, ela decidiu iniciar suas vendas com a produção de pé de moleque, pois segundo ela, não iria gastar nada. E, assim, nossa interlocutora iniciou suas atividades na feira do produtor, sem muitos recursos, com apenas um produto, mas com bastante disposição para trabalhar (como ela mesma narrou em outros momentos da entrevista).

O início na feira não foi fácil para a nossa entrevistada, a falta de transporte para levar a produção até a feira foi a primeira barreira que ela precisava transpor. Observamos que alguns agricultores não possuem transporte próprio o que gera um custo e uma dependência muito

maior de terceiros, além de tornar a atividade comercial quase inviável. Vejamos como Abigail superou essa barreira:

Eu nesse tempo, a gente não, ninguém tinha transporte, porque aqueles que possuíam, tinham uma moto, né? Aí a gente não tinha transporte, aí quando foi numa sexta-feira eu fiz os pés de moleque, aí eu disse assim, e agora? Aí o menino foi e emprestou uma moto. Aí a gente pegou e foi pra feira de madrugada (Abigail, 2023).

Por muito tempo a imagem representativa que se tinha do Nordeste era a do homem do campo montado em animal (cavalo ou jumento) conduzindo o rebanho ou utilizando-o para transporte ou até mesmo no trabalho com a terra, no arado (onde também era utilizado os bois). Contudo, este cenário mudou com a popularização das motocicletas, “tornando a vida da população rural nordestina mais rápida e mais dinâmica” (Aquino e Freire, p. 11, 2018). Ao analisar o crescimento das motocicletas no meio rural nordestino, Aquino e Freire (2018) destacaram alguns pontos positivos e negativos após a chegada das motocicletas, sendo os pontos positivos: o encurtamento das distâncias entre os moradores do campo e da cidade; facilidade no acesso aos serviços de saúde, educação e ao trabalho fora da zona rural, melhorando a mobilidade das pessoas que vivem em locais mais isolados; e o ponto negativo é que, com a expansão das motocicletas, o número de acidentes (e com vítimas fatais) aumentou nas áreas rurais nordestinas.

Durante a nossa pesquisa, conversamos com alguns agricultores que relataram ser condutores de motocicletas, porém não possuem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Outro ponto a ser destacado é que, todas as agricultoras da feira do produtor não sabem dirigir e nem possuem CNH, o que as torna dependente dos seus companheiros que já são condutores. No caso da nossa entrevistada, ela não possuía transporte e não sabia dirigir (mas seu esposo, sim), e para chegar na feira, com os produtos, ela contou com o apoio de um conhecido que emprestou a motocicleta para que eles pudessem trabalhar.

Seu primeiro dia vendendo na feira foi um sucesso. “*Quando eu cheguei aqui, foi o maior sucesso, minha filha, os pés de moleque foram embora de uma vez*” narrou a agricultora com muita empolgação. A partir de então, os clientes foram dando ideias de outros produtos para que ela trouxesse para vender na feira e, assim, ela foi acatando as sugestões e trazendo doces e bolos diferentes a cada semana. Além do pé de moleque, ela levava pamonha e canjica. Ela nos contou que, esses dois últimos produtos lhe renderam um bom dinheiro, sobretudo, no período das festas juninas. Assim, ela pôde, finalmente, comprar os potes para guardar os doces: “*Aí, oxente! Eu digo, agora eu vou fazer meus doces porque eu tinha ganhado dinheiro, né? Aí eu, agora dá pra comprar os potes*” relatou a agricultora.

Com a produção e venda dos doces, os clientes começaram a sugerir que ela fizesse doces com outros tipos de frutas. E, assim, ela o fez. Além dos produtos citados, Abigail decidiu levar bolos e café para vender e foi um sucesso, pois segundo ela, aquilo era novidade na feira. O diferencial dos produtos comercializados pela nossa entrevistada na feira é que a maior parte dos insumos utilizados para a fabricação dos doces, bolos, cafés e demais produtos são cultivados no próprio roçado como: a macaxeira, o milho, o café, as frutas. A partir daí, ela não parou mais e com sucesso nas vendas, nossa entrevistada disse que começou a juntar cada centavo das vendas e começou a investir na criação de gado e, assim, foi conquistando alguns bens:

Nesse tempo, eu não tinha conta na Caixa, aí oxente, guardava e bem guardado cada centavinho. Aí quando foi um dia meu marido disse assim: “é, já dá para nós comprar um boi?”. Eu disse: já. Compramos um boi, um garrote. Aí, com seis meses ele vendeu. Compramos uma moto. E eu já tinha já um trocadinho, visse? Porque durante esses tempos que ele foi criando boi lá, arrumando boi lá, eu já estava juntando mais um trocadinho. Aí nós compramos uma moto. Aí eu disse: agora tá bom! Porque uma caixa, eu boto uma caixa grande atrás da minha moto e agora nós, oxente! Aí eu disse assim: é, agora eu vou renovar (Abigail, 2023).

Abigail foi guardando o dinheiro em casa e investindo em gado até conseguir comprar uma moto. A criação de gado é vista como reserva, como meio de ter acesso à terra (Heredia, 2013) ou a um bem. No caso da agricultora, que possui uma terra muito pequena, a maior parte dela é ocupada pelo roçado que é responsável pela maior parte dos bens “reconhecidos socialmente como mais importantes” (Heredia, 2013, p. 105). A aquisição da motocicleta facilitou bastante a vida do casal que agora conseguia fazer mais de uma viagem do sítio até à feira.

Quando nossa entrevistada diz que vai renovar, ela se refere a fabricação de novos produtos que neste caso, era a produção de queijo. E mesmo tendo que comprar o leite, que exigiria um investimento de capital considerável, ela decidiu produzir queijo: “botei pra fazer queijo também”. Agora, ela dispunha de uma variedade de produtos e uma clientela já consolidada na feira (inclusive, já produzia e vendia por encomendas). Porém, a moto não estava mais suprimindo a necessidade, então resolveram trocar a moto por um carro. Mais uma vez, o uso do gado é acionado: “Aí os trocadinhos que a gente tinha junto vamos comprar mais boi. Oxe! Eu só sei que, durante três anos já dava para comprar um carro” relatou a agricultora que além do valor adquirido com a venda dos bois ainda teve que dar a moto na compra do carro.

De todo modo, a compra do carro facilitou a vida do casal, pois permitiu que eles levassem uma maior quantidade de produtos para a feira e, conseqüentemente, suas vendas

também aumentaram. Com dinheiro em caixa, nossa entrevistada narrou que começou a comprar alguns eletrodomésticos como freezers para armazenar as frutas para a produção dos doces, trocou o carro fechado por um “*carro aberto*”, ou seja, com carroceria. E, com as vendas dando certo, ela conseguiu melhorar a sua vida e a dos seus filhos:

*Eu vou dizer um negócio a você: hoje mesmo eu já dei uma casa para o meu primeiro que casou e dei uma moto. Graças a Deus! Depois que um fez dezoito anos, eu comprei um carrinho. Agora, comprei uma casa pro outro. E eu vou te dizer um negócio. **Tudo que eu tenho agradeço a Deus e a feira do agricultor.** Eu comecei do zero, vendendo pé de moleque enroladinho numa bolsinha porque não tinha o plástico filme para embalar. Hoje eu digo a você, hoje eu tenho minhas máquinas para trabalhar, meus filhos cada um nas suas casas e ainda tem um lá em casa que tá terminando os estudos que disse assim: “Mainha, eu nem quero um carro, nem quero uma moto, mas quero duas hectares de terra pra eu trabalhar que nem a senhora trabalha. Eu quero dois hectares de terra pra eu criar galinha, porco, boi e manter a vida com a senhora. Um dia, quando a senhora sair daqui mainha, se a senhora não tiver mais eu, eu quero dar continuidade a tudo que a senhora fez”, e eu ensino a meus filhos, sabia? (Abigail, 2023).*

Como pudemos observar, nossa entrevistada passou por muitas dificuldades ao longo da sua vida até chegar à situação confortável que hoje se encontra. Sua entrada na feira, suas habilidades culinárias e o modo como gerenciava o dinheiro que ganhava com as vendas dos produtos, permitiu a ela realizar desejos e garantir o futuro dos filhos. Durante a entrevista, Abigail narrou sobre os ensinamentos deixados pelo pai e que repassava do que aprendeu aos filhos. Além dos valores morais, ela também destacou que sempre colocou os filhos para ajudá-la na produção dos doces, bolos e demais iguarias como forma de aprender a saber fazer e de valorização do trabalho.

Em relação à produção no roçado, nossa entrevistada narrou que produz de tudo um pouco e que a família vive quase que exclusivamente da agricultura, do que eles produzem. Sobre isso, Heredia (2013, p. 92) afirma que, “os produtos do roçado são, pois, os responsáveis pelo abastecimento do consumo familiar, e é por isso que sua ausência num ano agrícola implicaria não apenas na impossibilidade do seu consumo, como também na ameaça da não reprodução no ano agrícola seguinte”.

Ao falar sobre os cultivos realizado na unidade de produção, ela destaca o papel do esposo pelas conquistas do grupo:

E eu também agradeço a ele. Hoje, assim, as coisas que a gente tem dentro de casa é porque ele é muito trabalhador. Praticamente a gente só vive da agricultura. Lá em casa tem pé de café, fruta pão, cana. Todas as variedades de cana têm lá em casa que ele planta tudinho. Todas as variedades de macaxeira têm lá em casa que ele também arruma e planta. É banana, é fruta pão, é abacate e acerola, de tudo que ele vê a gente planta lá em casa (Abigail, 2023).

Embora tenhamos visto todas as dificuldades que a nossa entrevistada passou durante a vida, ela destaca que o mérito por tudo que foi conquistado coletivamente foi do esposo. Isso acontece porque o modelo familiar de nossa sociedade é centrado na figura do homem e no meio rural isso ainda é muito forte e presente, o que acaba reduzindo o papel da mulher a ajudante ou apoiadora nas atividades produtivas (Heredia, 2013; Garcia-Parpet, 1992).

Sobre os cultivos, eles possuem uma variedade de frutas e tubérculos. Outro ponto que nos chama a atenção é a produção de cana. Como já falamos, o cultivo da cana ainda é muito comum entre os pequenos agricultores que vendem sua pequena produção para os engenhos da região como forma de complementar a renda da família.

No que diz respeito à propriedade, nossa interlocutora narra como é viver e trabalhar nos dois hectares de terra que recebeu da dona da fazenda:

E é porque lá na fazenda a gente só tem direito a dois hectares de terra. Por quê? Na DAP só tem direito a dois hectares. E quando a gente fez a casa lá, pra construir, que a gente estava com as posses melhor, fizemos uma casa que não era muito grande, mas que dava pra nós viver. É, foi botado no papel que a gente só tem direito a duas hectares de terra, direito de trabalhar em duas hectares de terra, mas em duas hectares de terra ele cria gado, cria as parideiras dele tudinho e a gente cria galinha pro consumo da gente e tem roçado que ele planta tudinho. Em dois hectares de terra. Aí é o que eu digo a você, hoje a gente vive bem, mas por quê? A gente soube trabalhar, viver da feira, eu digo a você que, se você não for estragado, essa feira lhe dá de comer muito bem, lidar de vestir. A questão é você saber trabalhar e não querer o que é dos outros. O mais importante é não querer o que é dos outros (Abigail, 2023).

Embora a sua propriedade seja pequena, podemos observar que a agricultora realiza diversos tipos de culturas e possui criação de animais. Essa variedade de cultivos é definida por Ploeg (2008) como pluriatividade. Além da produção de frutas, tubérculos e criação de animais, nossa entrevistada também cultiva plantas medicinais, verduras e hortaliças que são utilizadas para o consumo do grupo familiar. No caso das plantas medicinais, elas são cultivadas para a produção de alguns chás que ela leva para vender na feira (os mais comuns são o de cidreira e o capim santo) com bastante aceitação, sobretudo, do público adulto ou mais idoso. Ela conclui dizendo que, se hoje a família vive bem é porque eles não foram “*estragados*”, ou seja, souberam viver sem extravagâncias, poupando recursos, e ressalta a importância da feira como marco fundamental para que hoje ela e a família pudessem viver bem.

Abigail é uma das agricultoras que mais participa da feira e, durante a pesquisa, só se ausentou apenas para tratar de questões relacionadas à sua saúde. Nas reuniões da associação ela também está presente, mesmo não manifestando verbalmente suas opiniões. Ao longo dos anos dedicado à feira, ela conquistou uma clientela que já está bem consolidada, sendo bastante reconhecida pelos produtos que comercializa. Podemos afirmar que, a feira foi/é a principal

fonte de renda da agricultora, possibilitando que ela conquistasse não apenas bens materiais, mas prestígio dentro e fora do grupo por sua trajetória, sendo convidada a palestrar em escolas para contar um pouco da sua história de vida.

4.5 “De tudo um pouquinho que tinha aqui no lote, eu levava”

Algumas entrevistadas relataram ter boas lembranças, especialmente no período da infância, como é o caso de Isabel, de 35 anos. Nossa entrevistada é a agricultora mais jovem da feira e nos recebeu em sua casa juntamente com sua mãe que estava lá para acompanhar a nossa conversa. Enquanto narrava sua história, sua mãe, dona Rute, fazia crochê, mas estava atenta às respostas da filha, intervindo toda vez que Isabel a solicitava ou até mesmo corrigindo as falas da filha. Nossa entrevistada estava muito nervosa e a timidez transparecia em seu semblante.

De forma bem sucinta, ela nos relatou uma série de fatos sobre a sua vida, desde criança ela sempre morou na comunidade/assentamento em que reside, ou seja, desde o período da divisão das terras da Usina Santa Maria, com breves saídas para viver com o pai do seu primeiro filho e para estudar em outra cidade. Segundo Isabel, sua infância foi marcada por muita “folia”, ou seja, muita brincadeira e alegria. Desde pequena Isabel e seus irmãos iam para o roçado ajudar o pai a preparar o terreno para o plantio da cana-de-açúcar, atividade descrita por ela como divertida, sobretudo por seu pai ser bastante brincalhão durante as atividades no roçado.

A narrativa da agricultora mostra como as brincadeiras se misturavam ao trabalho no roçado, e mesmo afirmando não ter muitas lembranças desse período, as que ela lembra são no geral sempre satisfatória, como nessa passagem narrada por Isabel:

Não tem muita lembrança dessa infância, não. (risos) Só depois que a gente vai crescendo, vai ficando mais consciente das coisas, né? Vai conhecendo as coisas nas escolas, no mundo, que a pessoa vai se entendendo de gente. Mas foi daí que, tinha poucas coisas da minha infância que eu me lembro, pouquíssima. Só me lembro mais que a gente brincava muito, arengava muito. Né? Coisa de criança mesmo (Isabel, 2022).

Nossa percepção dessa fala é possivelmente a presença da sua mãe durante a entrevista tenha de alguma forma levado Isabel a falar somente coisas positivas desse período da sua vida, e mesmo quando falou que “arengava muito” com os irmãos, ou seja, brigava com eles, ela justificou que era coisa de criança. A ideia de “*se entendendo de gente*” foi experienciada por

Isabel, a partir de sua vivência na família, escola e na comunidade. Essa percepção tem a ver com o que Paulo Freire (1987) discute em “Pedagogia do Oprimido” sobre a relação entre o homem e o mundo que se dá de forma simultânea, através da tomada de consciência de si e do mundo.

A maioria dos entrevistados narram sobre suas dificuldades em conciliar atividades laborais e os estudos. Porém, o trabalho não foi a única justificativa que impediu que alguns entrevistados desistissem de continuar os estudos (especialmente no caso das mulheres). Embora a maioria das entrevistadas tenham terminado o ensino médio, há aquelas que gostariam de ter concluído outros níveis de estudos, mas em virtude do casamento e da maternidade, tiveram que abandonar a escola, como é o caso de Isabel. Nossa entrevistada nos contou das dificuldades de concluir o ensino médio:

Eu terminei o fundamental aqui, aqui na usina. Aí quando eu fui estudar o médio em Areia, aí foi tempo que eu fiz uma prova lá em Bananeiras, aí passei. Só que não deu para ficar, arrumei logo um casamento, aí deu errado. (risos) Aí eu tive de trancar a matrícula, aí depois eu fiquei só estudando EJA. Aí depois, eu fui de novo, só para fazer o técnico, só que o menino era pequeno, aí adoeceu devido eu ir lá e ele cá, parece que a gente tem o umbigo colado, sabe? Que não pode ficar longe, não. Quando a gente se separa, assim, o menino adoece de um canto e eu no outro. É, eu não sei o que é isso, não! (risos) Aí devido a gente, devido eu, né não poder continuar fazendo, que eu fazia o técnico e o médio tudo junto, aí não deu certo. Eu tive que trancar a matrícula novamente. Aí, pronto. Eu terminei o médio, só não fiz o técnico ainda, mas o médio eu só terminei de concluir depois pelo EJA. E eu fiz o primeiro, mas só faltava... fiz o primeiro e o segundo. Aí faltava o terceiro. Eu tive que fazer pelo EJA. Aí tranquei a matrícula lá em Bananeiras, aí de lá para cá não fui mais não. Eu estava com uns vinte, acho que eu estava com uns vinte e quatro anos, por aí já. De vinte e três a vinte e quatro que o menino era pequeno. Foi por aí, nessa faixa (Isabel, 2022).

Isabel conseguiu concluir o ensino fundamental regular na escola localizada dentro da Usina. Já no ensino médio, ela precisou estudar em Areia. Ainda no ensino médio, ela tentou um curso técnico no município vizinho, Bananeiras. Mesmo sendo aprovada, não conseguiu se matricular no curso em Bananeiras porque estava recém-casada e logo engravidou do primeiro filho. Ela ainda fez uma nova tentativa de estudar o técnico, mas com o filho pequeno e doente, precisou desistir. Algo que chama atenção na fala da agricultora é quando ela diz: “*parece que a gente tem o umbigo colado, sabe?*” como uma explicação para o adoecimento do filho todas as vezes que estava distante dele. Essas explicações são oriundas do senso comum, passadas entre gerações como uma espécie de saber popular que acabam colocando na mulher toda a responsabilidade sobre a criação e cuidado dos filhos, impedindo-as de realizar qualquer atividade fora do espaço do lar.

Isabel nos contou um pouco sobre seus relacionamentos na juventude, e entre risos e falas comedidas (por sua mãe estar por perto), ela demonstrava vergonha das decisões tomadas nessa fase da vida:

Vim para casa, aí conheci um rapaz aqui, né? Só que ele morava lá em Pirpirituba. Aí a gente começou a namorar e fui pro lado de lá (risos). Aí depois não deu certo, eu vim embora para casa de novo. (...). Aí aqui, eu juntei, me juntei de novo com um rapaz aqui. Aí depois de uns tempos a gente casou, aí hoje eu estou aqui morando no assentamento. Faz uns três anos que eu casei. Não, faz dois anos. No caso eu casei recente agora a pouco (Isabel, 2022).

Isabel narra que aos 19 anos saiu de casa para morar com um rapaz com quem teve o seu primeiro filho. Porém, a união entre os dois não deu certo e ela voltou para a casa dos pais com o filho ainda pequeno. Quando pedimos para Isabel falar sobre o primeiro casamento, ela respondeu: “*não, era só junto, era só união estável*”. Para muitas mulheres, casamento válido é aquele realizado na igreja ou no cartório, mas para Isabel, não ter casado “de papel passado” no primeiro relacionamento foi narrado em tom de libertação, sobretudo, por não ter tido mais filhos com ele. “*Eu tive só um menino e pronto*”, disse Isabel.

Poucos meses depois que retornou a casa dos pais, Isabel conheceu o seu atual marido. Durante a entrevista, Isabel relatou que sofreu muito preconceito no início da relação por serem primos de primeiro grau. Por causa disso, eles se separaram, mas anos depois eles reataram. Quando resolveram morar juntos, ele já estava com dois filhos (um menino e uma menina) frutos de outro relacionamento. Ela contou que só se casou oficialmente por causa dos filhos do marido, pois como ambos foram rejeitados pela genitora e pelos avós maternos, Isabel e o marido registraram as crianças no nome deles: “*Aí a gente se juntamos. E depois de muitos anos, a gente casou pra legalizar as crianças*”. Falou bastante sobre as dificuldades enfrentadas até conseguir a guarda definitiva das duas crianças, que eram desde ameaças de tomar a menina dela até denúncias de maus tratos ao Conselho Tutelar. Isabel vive com o marido na casa que era da sogra dela e juntos têm quatro filhos, sendo um deles fruto do casamento dos dois.

Isabel foi a entrevistada que menos falou sobre as atividades laborais desenvolvidas ao longo da vida. A única atividade que ela narrou ter exercido, além do trabalho na agricultura, foi a de feirante no município vizinho de Pilões e depois na feira do produtor em Areia. Mesmo falando pouco, pudemos observar que nossa interlocutora não teve outras experiências de trabalho porque estava sempre envolvida com o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos e marido.

A maioria dos agricultores(as) chegaram na feira através de algum conhecido, principalmente, no início da sua criação. Quem foi se estabelecendo, chamavam outros para

participarem, como foi o caso de dona Abigail. Em alguns casos, como os que veremos agora, as agricultoras entraram na feira por intermédio de parentes que já trabalhavam lá, como é o caso de Isabel que iniciou as atividades na feira a convite da mãe. Após ser aprovada, ela ganhou um banco, e como ela relata: *“um banco, no fundo, lá embaixo, no rabo da gata”*. “No rabo da gata” significa no final da fila, e no caso de Isabel, ela provavelmente estava em um local de pouca visibilidade. Ela continua: *“Era fora, era ali, onde é a secretaria. A gente passou um tempão vendendo ali. Aí eu fiquei vendendo ali na ponta. Era mãe e pai lá no meio e eu ficava embaixo, na ponta, no fim da fila”*. O local de funcionamento da feira na época em que Isabel (e das demais entrevistadas) iniciaram os trabalhos era na frente da secretaria municipal de saúde. E, enquanto seus pais estavam com os bancos na parte do meio da feira, ela foi para o final.

Para a feira, nossa interlocutora levava um “pouco de tudo”: *“banana, jerimum, lanches, pastel, pé de moleque, que eu aprendi com ela, né? Os pés-de- moleque, deixa eu ver o que mais... bolos. De tudo um pouquinho que tinha aqui no lote, eu levava”* disse Isabel. Levar um pouco de tudo é uma estratégia de vendas dos agricultores feirantes, pois no geral, o cliente sempre compra alguma coisa ou até mais de uma. O começo na feira não foi fácil para a nossa entrevistada, pois nesse período, ela estava gestante. E quando perguntamos há quanto tempo participa da feira, ela respondeu: *“Não tenho lembrança não, mas a carteirinha está ali. Acho que faz mais de oito anos. E levava também massa de mandioca mole. Era. Porque eu estava gestante de Bia. Bia hoje está com seis anos. (...). É na faixa de uns oito anos por aí já que eu estou na feirinha”*.

Embora jovem se comparado às outras entrevistadas, Isabel também tem uma trajetória repleta de desafios. A chegada na feira para muitas mulheres significa a busca por autonomia, ter o seu próprio dinheiro e poder tomar decisões. Mas o difícil não é entrar na feira, mas sim, permanecer nela, sobretudo, para as mulheres. A maternidade é um dos fatores que faz com que muitas agricultoras se ausentem da feira não retornando mais. Nesse fragmento, nossa entrevistada narra como era ir trabalhar na feira e ter que levar os filhos pequenos juntos:

Porque nesse tempo a menina era pequenininha, dormia em cima do banco, era um, era a menina dormindo em cima do banco e o menino dormindo embaixo do banco, dentro da caixa. Pessoal dizia assim: “Eita! É uma pena trazer esses meninos pra essa frieza toda”. Mas não tinha com quem deixar. Tá certo, tem a minha sogra aqui, mas de manhã logo cedo ela saía pra casa da filha dela. Aí eu já ia deixar. Ela já tinha os meninos que ela criava. Deixar mais duas crianças para ela tomar de conta. Aí ficava puxado para ela (Isabel, 2022).

Neste fragmento narrado por Isabel, podemos ter uma ideia das dificuldades enfrentadas por mulheres que precisam trabalhar e, que, como ela, não tem com quem deixar os filhos

pequenos. Diante da impossibilidade de deixar seus filhos com a sogra (que além de idosa, estava doente) para não a sobrecarregar mais ainda, nossa interlocutora decidiu levar os filhos para a feira. Para quem não conhecia a realidade vivida pela nossa entrevistada, levar os filhos pequenos para a feira na madrugada fria, a impressão que passava era a de falta de cuidado com os filhos, porém, essa era a única forma que ela conseguia conciliar o trabalho e o cuidado com as crianças.

Durante as nossas idas à feira, percebemos que na maioria das vezes, ela sempre estava ausente. Essa ausência era sempre justificada pela necessidade de ficar em casa cuidando dos filhos. Sobre isso, Garcia-Parpet (1992) destacou que, a maioria das mulheres que trabalham na feira tendem a deixá-la (temporariamente ou até definitivamente) para cuidar dos filhos pequenos. No caso da nossa entrevistada, três dos seus quatro filhos são menores de 10 anos e ainda necessitam de cuidados. O filho mais velho é um adolescente, porém o horário em que estuda não permite tomar conta dos irmãos enquanto a mãe trabalha. Diante disso, Isabel acaba optando por não ir à feira.

Em relação aos demais agricultores(as) da feira, nossa entrevistada é a que mais tem dificuldade seja para produzir quanto para vender. Isabel e o seu companheiro ainda não regularizaram a situação do lote (localizado em área de assentamento) que ainda está no nome da sogra que faleceu há alguns anos. Sem os documentos instituindo que eles de fato têm direitos sobre a terra (ou parte dela, pois há outros herdeiros), eles continuarão sendo vistos como “invasores” como narrou nossa entrevistada. Além disso, ela não pode participar de nenhum dos programas de compras governamentais e nem acessar linhas de créditos, pois não possui o documento oficial do governo que a reconheça como agricultora (DAP). Quando perguntamos se ela tinha vontade de fornecer para o PNAE e PAA, ela responde:

É, eu tenho vontade, né? Porque às vezes aqui a gente planta um tanto bom de macaxeira, às vezes tem jerimum, tem milho, né? Tem banana, tem batata, aí às vezes dá vontade de entrar no projeto, assim para fornecer, né? Ficar fornecendo, mas não tem como. Faz um tempão que a gente tenta, que a gente tenta legalizar a gente aqui no lote, mas até agora estamos só esperando pela boa vontade da assistência social do INCRA vim fazer a entrevista com a gente, para gente poder ficar no lote, porque a gente já levou o nome de invasores aqui devido os titulares já ter falecido, aí isso incomoda, né? Fica meio, meio que desagradável (Isabel, 2022).

Uma coisa que nos chamou a atenção é na variedade de cultivos que ela tem no roçado, mas que não era percebida por nós nas visitas em campo, pois vemos apenas banana, beijus e massa de mandioca. Ainda sobre o processo produtivo, Isabel nos relatou que conta com a ajuda do marido, que trabalha para um engenho de cachaça da região, no roçado nos finais de semana, pois durante a semana ele trabalha fora: “Desde que eu vim morar aqui, ele trabalha fora. Só

no final de semana e às vezes, quando tem dias de folga, né? Quando têm dias de folga e feriado aí a gente vai tudo para o roçado aqui. Final de semana tira só o horário de ir ao mercado comprar alguma coisa, a gente volta e vai cuidar do lote”.

Além das plantações, há criação de galinhas, porcos e peixes que são vendidos a terceiros, por encomendas. Em conversas informais, ela relatou o desejo de vender os peixes na feira, porém não foi autorizado. Segundo ela, a justificativa é que a feira atualmente não tem estrutura para comercializar esse tipo de produto, além da sujeira e o mau cheiro que pode afastar alguns clientes.

Em relação à produção, principalmente, da banana, ela contou sobre a dificuldade de produzir sem o uso de produtos químicos: *“É orgânico, só que uma boa parte da banana eu coloco no carbureto. Eu já tentei usar o maracujá, mas não gostei não. É orgânico, mas eu não gostei, não. Não ficou amarela a banana”.* O uso de produtos químicos ainda é comum entre alguns agricultores da feira. Durante a pesquisa, seu João, seu Samuel e Gabriel, relataram que fazem uso de vez em quando de algum tipo de produto na agricultura. Em relação ao uso do maracujá para amadurecer as bananas de forma natural, nossa entrevistada relatou que aprendeu a técnica com um cunhado, porém não gostou muito do resultado. Nesse fragmento ela relata como funciona e porque não gostou da técnica do uso do maracujá:

É, coloca a casca do maracujá ou o maracujá inteiro. Dentro do, ali debaixo das bananas, aí coloca igual o carbureto. Coloca o maracujá assim, é, coloca o maracujá entre as conchas de bananas e fecha com a lona. Tanto a casca quanto ele inteiro, fechado. Só que eu não gostei não, devido as conchas de bananas começarem a ficar preta. Aí eu não arrisquei colocar o maracujá mais não. É orgânico, mas eu acredito que eu não soube colocar, né? Aí eu prefiro colocar o carbureto, que eu coloco de manhã aí vou tirar no outro dia de manhã, passa vinte e quatro horas (Isabel, 2022).

Quando ela diz que *“eu acredito que eu não soube colocar”* é porque em seguida a essa fala, ela diz que a técnica deu certo para o seu cunhado, pois até hoje ele fornece as bananas para o PNAE. *“Ele não coloca carbureto, ele usa o maracujá que é orgânico”* relatou Isabel. Além disso, a outra justificativa para o uso do carbureto é o preço alto do maracujá:

O maracujá sai mais caro. Aqui a pedra do carbureto está na faixa de, depende do tamanho da pedra, né? É acima de três, quatro, cinco reais uma pedra e dura bastante porque usa várias vezes, muitas vezes só uma pedra só. A gente só coloca ali quando chega a hora tira, amarra, guarda. Ela não esfarela logo também não (Isabel, 2022).

É importante pontuar que, a família de nossa entrevistada é ligada a uma importante organização de apoio à agricultura familiar dentro de uma perspectiva agroecológica. Sua irmã é uma importante agente mobilizadora dentro dessa organização e sua mãe é uma liderança local que sempre busca trazer para o assentamento eventos que venham apoiar os

agricultores(as) do local (como apontamos no capítulo 3). No entanto, de todos os agricultores feirantes aqui apresentados, no caso de Isabel, e de seu pai que também vende na feira, são estes que apresentam o menor volume de capital social no que se refere a saída de seus produtos, tanto é que, por muitas vezes, observamos ser estes eram os únicos produtores feirante que voltavam para casa com seus produtos, e por serem os únicos também que dependem de transporte público para se deslocarem (eles têm carro, mas por não saberem dirigir dependem da disponibilidade de um integrante da família para levar e buscar na feira) a questão de voltar para casa com mercadoria não vendida é ainda mais penosa.

4.6 “O negócio é a gente não parar, tem que aproveitar as oportunidades”

Ana, 40 anos, é casada e tem duas filhas. A entrevista com Ana foi na sua residência e fluiu muito bem. Ela é uma pessoa muito alegre e espontânea. E quando pedimos para ela contar um pouco sobre a sua história, sua infância, ela relatou assim:

Minha infância foi uma infância muito boa, né. Minhas brincadeiras eram brincadeiras assim, um pouco, posso assim dizer que, pesadas. Sempre gostei de brincadeira de menino, jogar futebol, brincar de baleada, se amorcegar em caminhão, né. Então, eu me amorceguei muito em caminhão de cana na minha infância (Ana, 2022).

Sua infância foi marcada como um período de muitas brincadeiras e, ao contrário dos demais entrevistados, ela não precisou trabalhar desde cedo para ajudar os pais. Seu pai era funcionário da UFPB Campus Areia e sua mãe dona de casa, assim, tinha tempo para estudar e brincar. As brincadeiras pesadas a que se refere são aquelas brincadas geralmente “de meninos”. O que nos chamou a atenção foi a brincadeira de “se amorcegar em caminhão” de cana, que consiste em se pendurar no caminhão em movimento, e mesmo se tratando de uma ação muito perigosa, é vista como brincadeira e narrada com certa naturalidade e com um certo saudosismo pela entrevistada.

Em relação aos estudos, Ana não terminou o ensino médio: “fui crescendo, fui estudar no Carlota, fiz o ensino médio incompleto, passava tempos no sítio de minha tia ali, nos macacos, pedia a minha mãe para passar o final de semana e passava dois, três meses lá”. Durante a entrevista, a agricultora faz uma mea-culpa por não ter terminado os estudos afirmando que ela havia se interessado pouco, mas fez questão de enfatizar que suas filhas estão na escola.

Sobre a sua vida pessoal, em particular sobre o passado, não foi um problema para ela falar, pois narrava como um testemunho de mudança de vida e, no final da fala, agradeceu a Deus por ter mudado a sua vida. Na adolescência, ela costumava sair para beber com os pais, e foi em uma dessas saídas que ela conheceu o atual marido (o pai de sua filha mais nova): “aos quinze anos eu tinha conhecido meu atual marido, quando eu tinha quinze anos. Eu saía muito com meus pais, a gente saía para beber, era meu companheiro de mesa, era meu pai e minha mãe, bebia com eles” e “aos vinte anos eu conheci o pai da minha filha, da minha filha mais velha”. A história de Ana é muito parecida com a de muitas mulheres que acabam tendo que abandonar os estudos para cuidar dos filhos e do marido. Nesse fragmento, ela relata como era a vida com o seu ex-companheiro:

*Aos vinte anos eu conheci o pai da minha filha, da minha filha mais velha, né? E aí tive um envolvimento com ele de oito anos, ela veio a nascer, só que não deu certo, né? Me separei dele. (...) Não era casada, a gente vivia junto. **Só que infelizmente ele bebia muito, bebia muito e o alcoolismo veio a atrapalhar o nosso relacionamento, né? Claro que eu bebia também, mas não era como ele.** E eu decidi deixá-lo e quando eu pensei em me separar dele nessa época eu já trabalhava numa lanchonete em Areia e eu conversei com meus pais, ele queria deixar que eu não aguentava mais aquela vida, que ele era uma pessoa que não trabalhava, deixava a minha filha na escola, às vezes agarrava no sono, teve dias de oito horas da noite a direção da escola ligar pra mim, né? Dizendo que a menina ainda estava lá, que ninguém que tinha ido pegar. Aí eu fui e deixei ele. **Quando eu o deixei, ele disse que se eu deixasse, ele me matava. Que nem ele, nem ninguém.** Eu disse: pronto, pois eu vou correr esse risco. E eu passei um tempinho indo trabalhar com o meu pai, meu pai ia me deixar no trabalho, ia me pegar e daí minha mãe decidiu estudar à noite (Ana, 2022).*

O que podemos observar na sua fala é que, além de ela ser responsável pelos cuidados da filha, ela também havia assumido a responsabilidade pela manutenção financeira do grupo familiar. Assim, o alcoolismo do ex-marido mais o acúmulo de responsabilidades fizeram com que Ana se separasse dele mesmo sabendo que sua vida corria riscos. Diante das ameaças do ex-marido, a entrevistada seguiu sua vida com o apoio e proteção dos pais. Embora ela tenha narrado que “*bebia também, mas não era como ele*”, o convívio com o pai alcoólatra durante a infância e adolescência acabou se repetindo com o ex-marido.

Em relação ao atual marido, Ana relatou que, assim que ele soube que ela estava solteira, resolveu procurá-la, conforme narrado por ela:

(...) começou a andar atrás de mim porque sabia que eu estava solteira e eu disse a ele: rapaz, eu vou sair da empresa que eu trabalho porque eu não aguento mais não. Ele disse: faça assim, se segure até eu vender um apartamento que eu tenho em São Paulo, quando eu vender o apartamento, você pega suas contas, eu pego o dinheiro do apartamento e a gente constrói uma casa e a gente vai viver. E assim, a gente fez rapidinho, minha filha. Ele vendeu o apartamento, aí eu peguei minhas contas, construí a casa com ele, né? E hoje a gente tá aqui, graças a Deus tem a minha filha do outro casamento, mas que ele a trata muito bem, tem ela como uma filha, né? Tem a menorzinha também (Ana, 2022).

Mesmo morando em São Paulo ele sempre vinha visitar a família e saber notícias da amada. Ao retornar de vez para Areia, eles concretizaram os planos e juntos construíram uma casa no terreno da mãe dele. Hoje, eles vivem juntos com a filha mais nova, pois a mais velha já se casou e mora em uma cidade vizinha a Areia.

A maioria dos entrevistados narraram o trabalho na agricultura como primeira atividade exercida dentro da unidade produtiva como forma de ajudar os pais na subsistência do grupo. No caso da nossa interlocutora, a atividade na agricultura será mencionada apenas na fase adulta, quando ela se casa com Messias. Embora seus pais tivessem sido criados na zona rural do município, quando perguntamos se os seus pais eram agricultores, ela narra que apenas sua mãe vivia da agricultura: “*Não, mainha foi, né? Assim, ela vivia da agricultura com os pais dela, mas não assim é propriamente dito, registrado*”. O trabalho na agricultura era exercido apenas pela família materna e para a manutenção interna do grupo, porém sua mãe não era registrada como agricultora.

Antes de falarmos sobre as funções que nossa entrevistada exerceu, vamos descrever um pouco sobre as atividades que os seus pais exerceram para entender como ela inicia sua atividade na agricultura. Antes de se casar com a mãe de Ana, seu pai precisou migrar para São Paulo, pois segundo nossa entrevistada, ele teve que acompanhar toda a família dele. Quando retornou, ele se casou com sua mãe, mas já tinha filhos de outro relacionamento. Ele então vai trabalhar como vigia na UFPB campus Areia e, atualmente, está aposentado pela função exercida e sua mãe é dona de casa. Dos três irmãos de Ana, apenas uma é agricultora além dela, mas sua produção é apenas para o consumo da família e os outros irmãos trabalham em atividades não agrícolas (uma é técnica em enfermagem e o outro trabalha em uma autoescola). Dito isto, podemos perceber que a relação da família da nossa entrevistada com a agricultura não é como atividade principal, mas sim como uma alternativa para momentos difíceis. Ana vem de uma origem social onde a maioria dos membros possui um capital escolar, o que permite que eles exerçam funções mais ou menos favoráveis diante das exigências do mercado. Contudo, nossa entrevistada não conseguiu avançar nos estudos a exemplo de seus dois irmãos, restando-lhe trabalho menos qualificado para sobreviver.

Como vimos, nossa interlocutora passou por dificuldades em seu primeiro relacionamento, sobretudo, financeira. Dessa forma, para conseguir sustentar a filha pequena (a primogênita), ela precisou trabalhar em uma lanchonete que foi o seu primeiro emprego.

Em busca de algo melhor, nossa entrevistada conseguiu um emprego em uma empresa ligada ao ramo de livraria: “*Aí foi quando eu conheci uma empresa chamada PROEC que era uma empresa de livros, essa empresa era de Pernambuco. E eu disse, eu vou deixar meu*

currículo nessa empresa e eu vou começar a vender livro”, relatou Ana. Nessa empresa ela trabalhou durante cinco anos onde adquiriu experiência, sobretudo, na ‘arte de vender’. A facilidade em se comunicar e a habilidade de convencimento são qualidades próprias da nossa entrevistada que pudemos constatar durante nossas idas à feira observando-a vendendo na barraca.

Ana chega à feira através de seu marido. Quando realizamos a entrevista ela ainda estava vendendo na feira. Atualmente, somente o seu marido, é quem está tomando conta das duas barracas (a dele e a dela). Quando pedimos para ela contar um pouco sobre a sua chegada na feira, ela pareceu que ia falar dela, mas acabou falando do marido:

Quando foi um determinado dia, meu marido, tinha os produtos dele em grande quantidade e ele ouviu falar do PNAE. Eu não sei se foi quando ele foi fazer empréstimo, se alguém chegou a falar para ele alguma coisa, no momento eu não me recordo, mas que ele chegou a conhecer Zé Ílton e foi para associação, em meio a reunião, não sei quem foi que falou pra ele. E, nas reuniões da associação falaram da feirinha do agricultor e ele procurou saber como fazer para entrar. Aí explicaram a ele e ele entrou na feira do agricultor. Inclusive, quando ele foi que as irmãs dele ficaram sabendo, aí a daqui foi também e uma que mora aqui atrás também foi pra feira do agricultor (Ana, 2022).

No relato, podemos observar que a chegada de Messias foi muito parecida com as dos demais, ou seja, participando das reuniões da associação, se associando e entrando na feira. Com o seu marido na feira, em seguida, nossa entrevistada também se associou e começou a vender na feira. Quando eles começaram na feira, ela estava em frente à secretaria de saúde e os dois tinham os bancos um ao lado do outro, conforme narrou Ana: “Dois bancos um do lado do outro porque ficava eu e o meu marido. Eu no banco de artesanato e ele com um banco de hortaliças”. E ela continua falando mais detalhadamente sobre o que vendia na feira:

Na feira do agricultor eu comecei com artesanato. Eu com artesanato, meu esposo com hortaliça. Aí eu fazia pano de prato com os biquinhos, com uma cabeça de gatinho que eu fazia de CD, né? Toalha de mesa de CD, blusa de crochê, touca, qualquer coisa, visse. Um bonecas de lã, não sei se você já viu umas bonecas bem fofinhas de lã que tem só a cabecinha de boneca. O resto é tudo lã. Fazia aquelas bonecas também. Eu fazia muita coisa, chaveiro. E eu vendia bem, visse na feira do agricultor (Ana, 2022).

Desde a chegada na feira, a barraca do casal sempre foi uma do lado da outra, e mesmo em momentos de mudanças nos locais de funcionamento da feira, com a escassez de barracas, eles estavam juntos dividindo o banco. Embora o artesanato tenha tido uma boa aceitação entre os clientes da feira, nossa entrevistada deixou de vendê-los por falta de tempo para produzi-los. Além disso, ela precisou se ausentar da feira em virtude da maternidade. Seu marido também se ausentou. A saída do casal temporariamente da feira se deu no início da pandemia. Além

deles, as irmãs de Messias também saíram da feira do produtor, uma não tinha produção para vender na feira e a outra decidiu ficar vendendo na feira livre.

A mudança da feira da frente da secretaria para dentro do mercado foi crucial para a dispersão de muitos agricultores que optaram por ficar na feira livre tendo em vistas as vantagens de vender os produtos da CEASA, mas também teve aqueles que decidiram não voltar mais para feira por inúmeros motivos além da mudança de local tais como: pandemia, pouca produção, dificuldades na logística, alta no preço dos insumos, preços baixos dos produtos para a venda, problemas familiares entres outros.

A entrevista com Ana foi no período em que a feira do produtor estava saindo de dentro do espaço do mercado público. Na ocasião, ela narrou um pouco sobre suas atividades/produção e expectativas sobre o novo espaço de funcionamento da feira:

Trabalho aqui há uns oito anos, né? Na área da agricultura, faço meus bolos nas horas vagas, né? Faço parte do PNAE do estado. Faço minhas entregas tanto no estado como também no município com os bolos e hortaliças e, atualmente, a gente tá tentando fazer com que dê certo a feira do agricultor, né? A feira do produtor rural aqui na cidade de Areia que está sendo retomada agora, né? Está ganhando nome e espaço, que é algo que a gente tinha perdido nesses últimos anos, né? Mas com essa gestão nova com a doutora Sílvia junto com a EMPAER, com a ADAF, que é a associação dos produtores rurais, a gente está retomando, e a secretaria de agricultura do município (Ana, 2022).

Havia uma expectativa muito grande em relação a reabertura da feira do produtor. Acompanhamos parte do processo de reivindicação dos agricultores junto a gestão e as instituições de assistência técnica por um espaço exclusivo para o grupo trabalhar. O local sugerido pela gestão municipal não era o ideal, porém o grupo de agricultores presentes acabaram acatando a sugestão, principalmente porque tinham pressa em sair de dentro do mercado público. Nossa entrevistada é uma entusiasta da atual gestão (especialmente, da prefeita), sobretudo, porque o esposo da atual prefeita que também já foi chefe do executivo municipal de Areia, é médico e foi quem fez o parto de suas duas filhas, é alguém que por quem Ana diz ser muito grata. Além disso, ela busca manter uma relação mais direta com a gestão atual. Vejamos o que Ana diz sobre isso:

Tão dando muita atenção ao agricultor, você vê, é muito difícil você ver uma liderança da cidade numa feira, logo cedo ali tomando café, cumprimentando um, cumprimentando outro, né? E chegar para você e dizer assim “ó, o que você precisar eu tô aqui pra ajudar, eu quero ajudar”. É difícil porque é como o rapaz que está aqui em casa, namorado da minha menina, ele ficou besta porque foi quarta-feira a prefeita ligou para mim, né? Conversando comigo para saber sobre um serviço que é para fazer aqui em casa, procurando saber se os meninos já tinham vindo olhar a estrada para trazer o piçarro e a máquina e dizendo que o que eu precisasse podia ligar pra ela. Ele disse: “a gente não tem nem acesso a telefone para falar com o prefeito, lá em Alagoa Grande, é a coisa mais difícil do mundo quanto mais está ligando procurando saber se foi alguém te procurar, interessado, né?” (...) Não sei

se você tem o Instagram da prefeitura. É aí ajeitando os barreiros. Barreiro, né? Os barreiros do pessoal aí, botando máquina e tudo, porque quando vier a chuva o pessoal juntar água. Ter água na seca toda. E antigamente? Se você não tiver uma cisterna, chover e para juntar água, minha filha, você fica à mercê (Ana, 2022).

Essa proximidade entre agricultores e políticos locais é uma em que as partes buscam construir e fortalecer seus capitais. Podemos observar um sentimento de proximidade de alguns agricultores que é percebido nos discursos, como é o caso da nossa entrevistada que tem contato direto com a prefeita. Vale aqui destacar o papel das redes sociais nesse processo que aproxima e distancia as pessoas ao mesmo tempo, ou seja, ser seguido por alguém que tem uma certa influência te dá a sensação de ser parte direta do grupo daquele agente social.

Em relação à produção, uma coisa que nos chama a atenção é sobre a divisão das tarefas. Como vimos, as atividades exercidas por nossa interlocutora são aquelas socialmente entendidas como femininas (Garcia-Parpet, 1992), o trabalho na lanchonete, como vendedora, na confecção do artesanato. Durante a pandemia, ela começou a investir na produção de bolos caseiros e pães, enquanto o seu marido continuou trabalhando na horta. Além dos processos de socialização em que as mulheres são submetidas desde a infância, onde são ensinadas o que a mulher pode e não pode fazer, observamos também que, no caso da nossa entrevistada, o fator religioso é muito presente nessa delimitação das funções que podem ser exercidas entre homens e mulheres. Ana e Messias são evangélicos e buscam na religião a orientação para a conduta de suas vidas.

Em visita a sua propriedade ela nos mostrou a cozinha construída ao lado da casa para a produção dos bolos e salgados e a horta onde produzem uma boa variedade de folhagens. Sobre a produção de bolos, ela narrou que, além de fornecer para o PNAE, ela também vende porta a porta e por encomenda: *"Porta a porta que é os meninos quem sai pra vender pra mim e também eu faço bolo e salgado para festa. É, eu me viro, né? Às vezes, surgem umas encomendas de crochê aqui e ali e a gente vai se virando, vai fazendo. Graças a Deus não falta, né? O negócio é a gente não parar, tem que aproveitar as oportunidades"*. Durante a pandemia, foi o período em que aumentou suas vendas de pães e bolos, pois com o isolamento social, com as restrições no funcionamento de alguns estabelecimentos comerciais, os produtos eram encomendados via aplicativo *Whatsapp* e as entregas eram feitas diretamente na porta do cliente. Além disso, “os meninos” a quem ela se refere são o seu esposo e o seu genro (que na época era noivo da sua filha) eram os responsáveis por oferecer e vender os produtos. Em relação a produção de hortaliças, eles possuem uma variedade de cultivos como: coentro, alface, cebolinha, couve entre outros. Há também um interesse em vender frutas, porém eles não produzem. Neste caso, ela explica como pretendem fazer para adquirir os produtos:

Mas assim, ele pretende começar a procurar na redondeza fruta, né? O maracujá, uma laranja, um abacate, né porque assim pode. Não pode você ir buscar na CEASA, né? Mas você tem um vizinho aqui, tem um pé de abacate, está cheio de abacate, não tem como comercializar. A gente pode pegar para levar (Ana, 2022).

A compra de produtos de outros agricultores é uma prática muito comum quando não se produz determinado item. É permitido levar para a feira produtos que você não produz desde que sua origem seja da agricultura familiar e não da CEASA conforme pontuou nossa entrevistada. No caso das hortaliças, ela também as fornece para os programas de compras governamentais. Sobre a criação de animais, dona Ana respondeu:

Já criei galinha. Já criei muita galinha. Mas como é um pouco distante daqui eu faço bolo, e tinha que correr atrás de ovo e dar comida e botar água e essas coisas, aí eu cortei. Agora, assim, duas vezes por ano a gente cria boi a cada seis meses, né? Só que hoje a gente não tem. A gente passa seis meses com o boi para engordar, né? Aí vende, aí paga o empréstimo e a outra parte a gente compra outro. Mas a gente cria mais para pagar um empréstimo, sabe. Para ter lucro, a gente paga um empréstimo e a outra parte compra outro boi. Somente. Mas assim, é complicado aqui porque como é terra de família, né (Ana, 2022).

O local onde havia a criação de galinhas era distante da cozinha onde ela preparava os bolos, além de ser muito trabalhoso para a nossa entrevistada cuidar diariamente dos bichos, ela optou por encerrar a criação das aves. Mas, ela relatou que, duas vezes ao ano, ela cria bois para revender. Quando os bois já estão prontos, eles são vendidos. E com o dinheiro da venda ela paga as dívidas e investe na compra de outro boi. No final ela destaca que “*é complicado aqui porque como é terra de família, né*” para dizer que há uma limitação no uso da terra por questões familiares.

Dona Ana não está mais na feira conforme citamos no capítulo anterior, mas durante a entrevista, já no final, seu relato indicava sinais de cansaço. Vejamos o que ela relatou:

Eu me sinto muito cansada assim para levar as coisas. Meu marido me disse assim: “Ana, aqui tu poderias tornar um lugar conhecido e tu ter bolo, contratar pessoas para produzir e a gente correr atrás pra entregar”. Eu disse, ô, meu filho. Eu já trabalho tanto, eu me sinto tão cansada. Quando foi ontem, sábado, eu tirei o dia todinho pra lavar roupa. Quando eu terminei de lavar a roupa fui lavar uma ruma de louça, se você olhar numa garagenzinha que eu tenho ali do lado ou em cima no telhado cheio de fôrma, de panela, de tudo, fora essas outras coisas aí mulher, dá pra mim não esse negócio de presidência de associação. Dá não. Eu ainda ajudo o presidente da associação porque é para ajudar mesmo, sabe? Mas assim, eu prezo muito pelo meu sossego (Ana, 2022).

Esse relato final da agricultora mostra como a dupla jornada de trabalho tem afetado a vida de muitas mulheres no Brasil e no mundo. Segundo os dados da Agência Brasil²⁰, as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais por semana que os homens devido à dupla

²⁰ Mais detalhes, acessar: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>

jornada. A sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres, vai desde as atividades remuneradas exercidas fora de casa até as tarefas domésticas e de cuidado com a família que não são remuneradas e muito menos reconhecidas como trabalho. Essa dupla jornada pode levar as mulheres à exaustão e a outros problemas de saúde mental e física como é o caso da nossa entrevistada que já apresenta sinais de fadiga. No caso de Ana, o trabalho de fora que se mistura com o trabalho de casa porque ele é realizado dentro da propriedade, tornando-o mais invisível por ser uma atividade atrelada ao espaço doméstico.

Embora esteja ausente do trabalho da feira, nossa entrevistada continua produzindo seus bolos e salgados, e tem trabalhado em outras frentes. Atualmente, ela está como presidente de uma associação de agricultores na comunidade de Muquém onde também reside, desenvolvendo ações juntamente com o apoio da atual gestão municipal com quem a agricultora tem estreitado laços. É importante destacar também o fato de que o seu esposo é o atual presidente da ADAF. Essa dupla atuação do casal nas associações tem os tornado bastante conhecidos. Já em relação à atuação na ADAF, Messias tem tido muitas dificuldades na condução e gestão da associação, principalmente na propositura de transformar a associação em cooperativa, encontrando resistência por parte dos associados mais antigos e mais influentes.

4.7 “Eu comecei vendendo codorna aqui na feirinha, eu vendia codorna”

Sara, de 47 anos, é uma agricultora *das antigas* da feira. É casada e mora no Sítio Macacos com o marido. Sua única filha está casada e mora em outro estado. Ao contar sua história, Sara o faz de forma sequenciada, mostrando uma continuidade da fase infantil para a fase adulta, mas sem demarcar a fase da juventude. Ao falar sobre sua infância, nossa interlocutora relatou como um período de muita brincadeira, felicidade e fartura:

Ah, foi tudo foi tudo muito bom, cinco irmãos dentro de casa, num sítio, muita brincadeira, a gente fazia muito cozinhado, era muita felicidade, nem se compara com hoje com essa geração de celular, do pessoal trancado, né? A gente brincava muito, minha casa era, a casa dos meus pais era muita gente, muita criança, era posto de vacina de criança, sempre tinha as vacinas lá. No domingo tinha um encontro de gente, catecismo para a gente se juntar para ir para a primeira comunhão, fazer catecismo, menina, era criança de brincar de rouba bandeira, de baleada, de muita coisa, sabe? Era sempre muita gente, muito movimentada. A gente foi criado graças a Deus numa infância muito boa (Sara, 2023).

Ao relembrar o passado feliz com sua família, Sara compara a sua geração com a atual. Segundo Sara, no seu tempo as crianças brincavam ao ar livre e as de hoje, que ela chamou de “geração celular”, vivem trancadas em suas casas. Essa crítica que ela faz ao modo como as crianças de hoje se relacionam é uma reatualização na forma de educar os filhos conforme destaca Menezes (2002, p. 2005), “A memória do passado é não só um discurso sobre o passado, mas pretende atuar sobre e representar o presente”, ou seja, essa memória se torna importante quanto mais ela interfere no presente. Ao nos contar sobre a sua infância, transparecia em seu semblante um tom de saudosismo e felicidade dos tempos de outrora, de uma infância leve e cheia de brincadeiras. Quando perguntamos se seus pais haviam trabalhado na roça e se os filhos chegaram a trabalhar com eles, Sara respondeu: “*É, eram agricultores. A gente ajudava a colher, né? Na época, a gente colhia feijão, esse negócio de despinicava, lavava as batatas, sempre participou assim, do milho, de plantar, de colher. Sempre na agricultura*”. Sara e os irmãos ajudavam os pais no roçado, algo muito presente nas falas dos outros entrevistados, porém diferente da maioria que relataram uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade no sustento da família, ela relatou que sua atividade era apenas ajudar os pais. Mesmo disfarçados de “ajuda”, as narrativas mostram a centralidade do trabalho na infância dos grupos sociais camponeses (Menezes, 2002).

A entrevista com Sara não foi em um local reservado e isso pode ter contribuído para que ela falasse pouco sobre sua vida, sobretudo, no período da juventude. Contudo, ela vai nos fornecendo algumas pistas ao longo da entrevista, conforme esse trecho:

Aí eu estudei até... terminei o primeiro grau, né? Que naquela época era até o terceiro ano científico. Aí fiz na época o Enem que era vestibular, mas aí eu não consegui. Casei com vinte anos, aí tive minha filha com vinte e um, aí fiquei fazendo alguma coisa no sítio que tivesse uma renda, né? (Sara, 2023).

Nesse pequeno fragmento, nossa entrevistada relata sobre os motivos de não ter continuado os estudos, cursado o ensino superior, no caso. Para a maioria das mulheres, após o casamento e chegada dos filhos, fica mais difícil dar prosseguimento aos estudos, e como falado anteriormente, isso acontece porque a responsabilidade pelo cuidado da casa, do marido e dos filhos foi culturalmente e socialmente destinado a elas, privando-as de exercer outras atividades fora do ambiente doméstico. Mas antes de se casar, Sara narra que fez um curso de costura no município de Areia, profissão que ela exerceu por muito tempo:

Antes de casar eu já costurava. Eu era louca por costurar. Minha mãe já tinha uma máquina de mão antiga e depois eu ganhei uma máquina daquela que pedalava, viu? Aí eu costurei um tempão daqui, sempre fui louca por costura assim, pano de prato, mas eu queria roupa, porque eu era muito magra e o meu sonho era costurar porque eu queria uma roupa sem nenhuma pinça e era muito difícil encontrar porque eu era

*muito magrela. Aí eu consegui aprender. Aí tinha um curso aqui em Areia, aí eu fui fazer um curso de corte e costura e eu era a mais nova da minha turma, ninguém botava fé em mim porque só tinha mais gente assim, adultos que se interessavam, né? Aí eu terminei o curso, aí comecei a costurar, aí **eu era realizada ao costurar** (Sara, 2023).*

Ao lembrar do tempo que costurava, Sara narra com bastante saudosismo e empolgação. A paixão pela costura começou dentro de casa, com sua mãe que já costurava, uma atividade socialmente constituída como feminina. Ela então começou fazendo pequenas peças de pano para cozinha e depois fez as suas próprias roupas. Por ser uma jovem muito magra, não conseguia comprar roupas que lhe coubesse, aumentando o seu interesse pela costura. Finalizou o curso profissionalizante de costura no município de Areia e trabalhou bastante costurando para dentro e fora de casa.

Sara foi bem sucinta ao falar sobre sua vida na juventude e sobre o seu casamento: “Casei com vinte. Vinte e ele tinha vinte e seis. Agora ele era daqui da cidade, mas ele era louco pelo sítio, até hoje é”. Ela morava no sítio quando conheceu o esposo, e após se casarem, foram morar na cidade de Areia onde permaneceram por apenas dois anos. Ao retornarem para o sítio, eles construíram uma casa.

Ao ser questionada se o esposo dela era agricultor, ela respondeu: “Não, meu esposo, ele trabalha numa firma na universidade, por uma firma, sabe. Mas é um salário-mínimo, sabe? Ele trabalha lá e ele só ajuda mais final de semana, sabe? Mas no sítio ele limpa assim, né? A gente planta, ele gosta também”. O marido de Sara trabalha de segunda a sexta como vigilante de uma empresa que presta serviços à UFPB no Campus Areia, e conforme narrou, ele não tem muito tempo para se dedicar ao roçado, restando-lhe apenas os finais de semana para ajudá-la. A questão da ajuda masculina nas atividades agrícolas e na produção dos produtos para a venda da feira foi algo que nos chamou a atenção. Algumas mulheres entrevistadas ressaltaram que os seus maridos somente a ajudavam na realização de determinadas tarefas, cabendo a elas a maior parte do serviço. Sem mais detalhes sobre sua adolescência ou juventude, relatou que vive sozinha com o marido e que sua única filha já é casada e mora em outro estado, no Ceará.

Há também aqueles que tentam seguir uma profissão por paixão, mas durante o percurso encontram dificuldades para continuar, como é o caso da nossa entrevistada, que falou sobre sua paixão pela costura, chegando a investir no ofício de costureira através da realização de cursos, mas teve que abandonar por vários motivos, sendo o principal os problemas de saúde. Na entrevista, ela relatou os motivos:

Eu costurava. Eu costurei logo no início. (...) Aí eu costurei um tempão (...), mas aí eu tive um problema de coluna e que começou meu joelho inchar, fiquei muito... Aí fui pro ortopedista e aquele povo aí. Vi muita gente lá de cadeira de roda, quase todas

eram costureiras. Aí eu fiquei louca. Aí eu disse, não, vou ter que mudar de profissão. Aí também tinha muito fiado, aí eu fui desapegando. Mas, mesmo assim, eu não vendi nada, ainda tenho minhas máquinas, tenho o meu quartinho de costura montado ainda hoje (Sara, 2023).

Como pudemos perceber, no início da sua trajetória, além do trabalho na roça, nossa entrevistada também exerceu o ofício de costureira. Porém, a realização de movimentos repetitivos na máquina de costura, especialmente o pedal, fez com que ela adquirisse muitos problemas de saúde, além disso, ela vendia fiado. Todos esses fatores foram tornando a atividade na costura inviável. Embora não exerça a profissão para fins comerciais, Sara ainda tem as máquinas guardadas em um espaço que ela criou como forma de preservar os objetos e manter viva o amor pela costura.

Sobre a entrada na feira, Sara quase não falou sobre o assunto. Semelhante às demais agricultoras, sua chegada à feira se deu por indicação de alguém que já trabalhava na feira, no caso da nossa entrevistada, foi sua irmã: “A gente num já tinha, tem associação, né? Aí a gente se associa. Minha irmã já vendia na época, aí foi tempo que ela saiu, aí ela: “dorinha vai pra feirinha”. Aí eu comecei vendendo codorna aqui na feirinha, aí eu vendia codorna” narrou Sara sobre o seu início na feira. Embora não fique claro em sua fala se houve uma transferência de barraca, pois já existia a associação e, pelas regras do estatuto, Sara teria direito a sua própria barraca, a agricultora afirmou que ficou no lugar da irmã, o que nos leva a pensar na transição da barraca de forma informal e simbólica como transmissão de patrimônio familiar.

Na feira, Sara começou negociando as aves de codornas que criava no sítio. Ela nos contou como era essa atividade:

*Eu comecei vendendo codorna aqui na feirinha, eu vendia codorna. Aí também só era muito trabalho para abater, sabe? Para vender você vendia rápido as codornas. Tem um comércio bom assim, uma procura grande, sabe? Mas aí você tem que, ninguém quer viva, todo mundo só quer tratadinha, né? Aí pelar é o fim. **Eu não conseguia trabalhador para me ajudar a pelar** e só tinha meus pais e minha filha. Nem meu marido queria pelar (risos). Depois que a gente montou tudo direitinho aí pronto. Depois que eles morreram... A gente estava para comprar uma máquina, sabe? Que depena direitinho (Sara, 2023).*

Nessa parte da entrevista, ela nos contou que as aves tinham bastante saída na feira, porém os clientes só queriam comprar se elas já estivessem mortas e tratadas. Para matar e tratar as aves, ela contava com a ajuda dos pais e da filha, e juntos tratavam em torno de 100 aves de codorna em um dia para poderem levar à feira. Embora tivesse um bom retorno financeiro com a venda das codornas, nossa entrevistada relatou que era muito trabalhoso pelar (depenar) as aves uma por uma: “Pelar um por um, né? Um negócio pequenininho, né? É como se fosse uma

galinha, você tem que molhar na água quente e depenar. Aí depois você ainda tem que abrir, né tirar os fatos. E já entregar a tratadinha. Era uma mão de obra” narra Sara.

Por ser muito pequena e frágil, as codornas requerem um maior cuidado no manuseio, no abate, na evisceração e na depenagem, essa atividade era realizada principalmente pelas mulheres. Porém, com a morte dos seus pais e a ida da filha para a universidade, nossa entrevistada desistiu de continuar criando as codornas e, passou a criar e vender porcos na feira. Embora a atividade de criação das codornas fosse algo muito exaustivo, a mudança na produção também é resultado da mudança da composição da unidade doméstica tendo em vista que permanecer com a criação de codornas trabalhando sozinha seria inviável.

Outro ponto que nos chama a atenção diz respeito aos assalariados em caráter temporário na unidade produtiva que, segundo Woortmann (1990), é importante durante o período de pico do ciclo agrícola, viabilizando a atividade dos membros da família. No caso da família de Sara, o uso da mão de obra assalariada é a condição da realização do trabalho familiar (Heredia, 2013).

Sobre a criação de suínos, ela narra três momentos importantes: no primeiro, ela criava os animais e pagava alguém, neste caso, o marchante, para abatê-los em matadouros da região, porém estava ficando muito oneroso: *“Aí o marchante queria barato porque ele tinha gasto para transportar o animal, né? Aí desconta de quem? Na pessoa que cria. Aí o valor era muito ruim ”*, relatou Sara. Segundo o dicionário (2009), o marchante significa: *“intermediário entre o produtor de gado e os açougues: atacadistas de carne”*. Embora a definição do dicionário e a própria fala de Sara nos leve a pensar que se trata de um atravessador, não dá para fazer tal afirmação, pois ele beneficia o animal, ou seja, ele não pega o animal vivo e vende aos açougues, ele mata o animal, depois vende inteiro ou em partes. De toda forma, quem cria acaba saindo no prejuízo, pois tem muitas despesas para criar, ficando inviável vender sua criação para o marchante.

O segundo momento, foi quando nossa entrevistada resolveu abater seus porcos dentro da sua propriedade. Nossa interlocutora fala sobre a alternativa encontrada para se livrar dos custos do marchante. Além de abater os animais na propriedade, ela também temperava a carne e levava para vender na feira. Porém, mesmo com uma boa saída do produto, ela relatou que era muito trabalhoso. Além disso, ela relatou que, com as proibições dos abates nos sítios e nos abatedouros clandestinos pela secretaria de agricultura e abastecimento do município de Areia fez com que ela desistisse da criação de suínos para vender na feira, chegando ao terceiro momento, onde aos poucos, a agricultora foi deixando de comercializar a carne de porco na

feira, mas não abandonou a criação de suínos, partindo para a venda dos animais ainda na fase jovem. Além disso, ela destina um animal para o consumo familiar.

Atualmente, nossa entrevistada comercializa ovos caipira e queijos na feira do produtor. Sobre este último produto, ela narrou que aprendeu a fazer queijo ainda quando era pequena observando a mãe fazendo para o patrão:

Minha mãe fazia para um patrão. Aí eu era muito criança, mas aí a gente via que era aquela parte do xicho de madeira, de você imprensar na mão. Eu tinha uma noção de fazer queijo, sabe? Aí eu comecei a comprar poucos litros pra fazer pra casa. Aí depois eu disse: não, eu vou produzir queijo porque a gente tem o soro para alimentar os porcos. Comecei comprando, comprando e o pessoal encomenda muito porque os queijos de hoje, do mercado é muito salgado e a maioria do povo idoso é pressão alta, é tudo. Eu faço até queijo zero sal, para uns idosos que tem a pressão muito alta, sabe? Eles me encomendam e eu faço zero sal, toda semana um quilo pra não fazer em quantidade, né? Que estraga (Sara, 2023).

Nossa interlocutora começou a fazer os queijos de forma experimental, para o consumo da família para depois comercializá-los. Um detalhe interessante é que ela não possui criação de vaca leiteira no seu sítio. Todo o leite utilizado para a fabricação dos queijos é comprado de um produtor de leite no município de Areia. Inicialmente, ela utilizava uma prensa de madeira para a fabricação dos queijos, mas com o aumento das vendas e das encomendas, ela precisou comprar uma prensa mais moderna que facilitasse o processo de produção:

Aí quando foi agora, tem dois meses a três, no início do ano, eu consegui comprar. Fiz um empréstimo no Banco do Nordeste, né? Aí, mulher, eu comprei essa prensa, ela tem dez formas de um quilo e meio mais ou menos. Pronto. Eu consigo fazer até cento e cinco quilos. Eu boto tudo empilhado, boto um peso em cima, sabe? Aí ele já prensa tudinho, certinho. Aí não precisa você ficar indo lá. Aí eu termino mais rápido, dá tempo de eu vir na rua e voltar. E quando eu chegar, eu só viro a posição delas. A gente desenforna e bota de cabeça pra baixo, trocar o lado e ela imprensa de novo lá quietinha. Aí quando é de tarde eu tiro, e já tá tudo imprensado, senão depois do almoço, sabe? Aí eu já tiro tudinho e boto no freezer e pronto. No outro dia é só embrulhar. Diminui muito o serviço, sabe. Aí facilitou muito depois dessa prensa. Pronto, aí eu fiquei no queijo, até na minha casa também o pessoal procura muitas vezes eu falto até a feira (Sara, 2023).

A compra de uma prensa mais moderna permitiu a Sara aumentar a produção, otimizando o tempo, permitindo que ela realizasse outras atividades (por exemplo, costurar pequenas peças de roupas, assistir suas novelas preferidas etc.). Além disso, ela hoje consegue produzir e entregar uma variedade maior de queijos, dessa forma, atendendo uma clientela também variada, como é o caso das pessoas idosas que por conta dos cuidados com a saúde preferem um queijo com menos sal.

É importante destacar duas coisas sobre a aquisição da máquina de fazer queijos: primeiro, isso foi possível em virtude da política de créditos do Pronaf, aplicados com condições especiais aos agricultores familiares a juros de 4% ao ano, a exemplo do Pronaf Mulher. Embora

seja perceptível uma mudança na estrutura produtiva no interior da propriedade da agricultora, o programa de crédito não tem alcançado outros agricultores como é o caso da agricultora Isabel causando uma disparidade no espaço rural, sobretudo no seio da agricultura familiar repetindo um viés concentracionista e produtivista do padrão agrícola em vigor no país (Aquino e Schneider, 2015). Segundo, apesar da aquisição de um maquinário mais moderno, isso não significou que o processo na produção de queijos mudou para uma escala de grande produção. A chegada da máquina facilitou e diversificou a produção de queijos, pois a agricultora apenas produz uma pequena quantidade para venda na feira e sob encomendas.

Em relação a sua atuação na feira e na ADAF, no início da pesquisa, a agricultora esteve presente em quase todas as reuniões para discutir os rumos da feira, porém nunca quis assumir cargos dentro da associação devido aos trabalhos desenvolvidos na unidade produtiva. Na feira, ela é uma das primeiras a vender todos os produtos ficando atrás do agricultor João, pois ambos já trazem a maioria das mercadorias já para os compradores certos. Sara é uma das principais participantes da feira do produtor, mesmo que sua atuação política na associação não seja expressiva. No seu relato, podemos verificar que ela, ao longo dos anos que comercializa na feira mudou de atividade três vezes, em seu relato, as dificuldades que impossibilitaram os empreendimentos anteriores foram situações em que ela não poderia contornar, mas de toda forma, cada novo recomeço foi, segundo ela, e pelo que pudemos observar, premiada com seu sucesso de vendas e pela satisfação da convivência social com colegas e clientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as feiras, em geral, são espaços tradicionais de trocas mercantis que possuem uma relevância histórica, cultural e econômica para os agricultores e moradores das pequenas comunidades. No caso da feira do produtor de Areia, ela desempenha um papel fundamental como importante elemento na reprodução econômica e social dos produtores feirantes que compõem este espaço, onde esses agricultores têm a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente aos consumidores, sem a intermediação de comerciantes ou atravessadores. Isso não apenas tem contribuído para a geração de renda e sustento das famílias que participam da feira, mas também fortalecendo a economia local, promovendo a autonomia e a valorização da produção familiar.

Além disso, a feira do produtor de Areia tem se configurado como um espaço de resistência e de construção de identidade, onde os agricultores buscam manter suas práticas tradicionais, diversificar a produção e ao mesmo tempo enfrentar os desafios quanto a continuidade do funcionamento da própria feira. A existência da feira para muitos agricultores(as), sobretudo, os menos capitalizados, é uma importante estratégia da reprodução do grupo familiar. Como elemento sociocultural a feira do produtor é um espaço de interação entre os agricultores e os consumidores estreitando laços e construindo redes de relações.

Embora inicialmente tenha sido idealizada como uma feira agroecológica, diversos obstáculos impediram que esse objetivo fosse alcançado. Como vimos nos relatos dos próprios agricultores, muitos nem ao menos sabem o que é agroecologia. A realidade é que, a falta de capitais de muitos agricultores aliado a falta de vontade política dificultou a implementação dessas práticas que não envolve apenas o não uso de herbicidas. Acreditamos que a falta de articulação social, e mesmo questões políticas com organizações que promovem a agricultura agroecológica tem inviabilizado a proposta inicial da feira do produtor de Areia. Observamos até alguns agricultores com inserção e participação nessas organizações, mas isso não se traduzia em alguma forma de apoio a produção agroecológica nem para si, nem para seus familiares, muito menos para os outros agricultores feirantes, nesse aspecto especificamente, é cada um por si.

Porém, apesar dessas limitações, a feira do produtor de Areia ainda mantém um discurso de não uso de defensivos agrícolas na produção e busca promover práticas mais sustentáveis no campo. Mesmo não sendo classificada como uma feira agroecológica, ela representa um esforço

por parte dos agricultores(as) de inserção de elementos agroecológicos em seu funcionamento, contribuindo para a disseminação desses princípios entre os agricultores e consumidores locais.

Com o decorrer de nossa pesquisa, ficou claro que a luta por espaço para o funcionamento da feira do produtor acabaria de tornando dos elementos centrais na nossa pesquisa, com uma questão tão básica em disputa, o local em que deveria funcionar a feira também era mobilizada pelos agricultores feirantes como elementos de diferenciação, o que fez com que o discurso da produção sem veneno não se fortalecesse e se tornasse uma busca efetiva por uma transição agroecológica como pensada por alguns idealizadores da feira. Antes de tudo, era preciso ter seu espaço garantido, situação que aparentemente foi resolvida em 2023, pelo menos oficialmente, embora alguns motoristas e comerciantes da área não respeitem os limites impostos pela prefeitura para o funcionamento da feira ocasionando desentendimentos entre os vários atores desse espaço. Além disso, a luta por um local para funcionamento da feira trouxe um desgaste tão grande ao grupo que o reduziu drasticamente o número de seus participantes. E agora, com o ponto garantido, recomeça a luta em busca da melhoria da infraestrutura das barracas e demais equipamentos que se encontram bastante deteriorados.

Ao estudar pequenos agricultores no brejo paraibano, Garcia Jr. (1989) classificou estes em agricultores forte e agricultores fracos (“forte e fraco” são categorias êmicas), os primeiros são aqueles que combinam agricultura, negócio na feira e acessos aos mercados institucionais e os segundo são os que dependem quase que exclusivamente do que produz no roçado.

No caso da nossa pesquisa, podemos pensar nessa mesma direção, entendendo como como agricultores(as) fortes, João, Gabriel e Ana, por exemplo, pois como destacamos, são agricultores socialmente articulados e que cresceram a ponto de se utilizar de mão de obra de trabalhadores da região em suas unidades produtivas. Samuel, Abigail e Sara também são agricultores fortes, porém ainda se utilizam de mão de obra familiar para os cuidados com o roçado ou na produção de produtos oferecidos na feira, além de possuírem maquinário e equipamentos que facilitam o trabalho grupo.

Ainda pela perspectiva de Garcia Jr., entendemos como agricultores fracos aqueles que não conseguem se estabelecer efetivamente em nenhuma das atividades citadas, como é o caso de Isabel. Como pudemos observar, ela vem encontrando dificuldades para acessar as políticas de créditos e os programas das compras governamentais por não possuir oficialmente o registro de agricultora familiar. Todos esses fatores contribuem para que a agricultora não consiga desenvolver as atividades dentro da unidade produtiva.

Na Feira do Produtor de Areia, observamos vários perfis de agricultores, a feirinha foi um espaço que recebeu a todos eles, mas com seus capitais diferenciadas, construídos ao longo

do tempo, também teremos formas de atuações diferenciadas a cada sexta feira, desde aquele agricultor que as 8 horas da manhã tem todos os seus produtos já vendidos até aquele que as 11 da manhã, ao final da feira, precisam voltar para casa com as mercadorias que não foram vendidas.

Um fato importante que foi observado durante a pesquisa (mas que não foi possível nos aprofundarmos neste momento) diz respeito a associação ADAF e participação das associadas. Desde a sua criação em 2008, a presidência foi assumida por uma mulher apenas uma vez. Na última eleição, em 2023, a composição da diretoria ficou da seguinte forma: Messias e Samuel quem foram eleitos presidente e vice, respectivamente; Isabel e Rute foram escolhidas como 1ª e 2ª secretaria, respectivamente; e Abigail, Sara e Berenice como fiscal (responsáveis por fiscalizar a limpeza da feira). Essa distribuição de atribuições onde os homens ocupam posições de fala e de tomada de decisões e as mulheres a tarefa de anotar o que acontece nas reuniões, o que os homens decidem e/ou cuidar da limpeza e higiene da feira mostram que, tanto a associação como a feira são percebidas como extensão do universo doméstico, como observados em diversas outras situações durante a pesquisa (Garcia-Parpet, 1992), acreditamos que a associação ainda não é um espaço de participação plural.

A feirinha congregou diferentes perfis, diferentes histórias de vida hoje reunidas em torno de um projeto de comercialização da produção local. Antigos trabalhadores da Usina Santa Maria, trabalhadoras da agricultura e do comércio local, pessoas que migraram para outras regiões em busca de melhor renda e retornaram etc., pessoas das mais diversas formações, agricultores “que só sabem assinar o nome”, como eles normalmente dizem e até aqueles, mais jovens, que concluíram o ensino superior. Todos em torno do projeto de fortalecer a feira, nesse sentido, a feira tem um importante papel na reconversão social pelo qual esses agentes se envolveram nos últimos tempos. Se hoje alguém vende para mercados institucionais ou se trabalha por encomenda usando tecnologia para ofertar seus produtos, a feira e a ADAF são importantes pontos para troca de experiências entre os atores, ficando a cargo de cada um, e conforme suas disposições, encarar ou não cada novo desafio.

A criação da feira do produtor e da associação inseriu os agentes em novas dinâmicas, orientando suas condutas e inserindo-os no mundo da burocracia na figura do Estado, suscitando deles novos investimentos mentais onde precisaram aprender novas regras. Para os assentados, foram as transformações dos de cima que viabilizou as mudanças dos de baixo (Ramiro, 2021), numa mobilidade ascendente (de ex-moradores e/ou ex-assalariados da usina para assentado e, posteriormente, agricultor feirante), pois estes tiveram que reconstruir seus mundos subjetivos e adquirir novos conhecimentos e habilidades para se adaptarem a essa nova

realidade. Eles precisaram aprender a lidar com questões como decisões de produção, vendas, competição no mercado local e regional, os processos burocráticos que envolvem as compras governamentais que os colocou em uma dinâmica de economia de mercado para a qual nem todos estavam inicialmente preparados. Mesmo para os que dispunha de capital escolar, a chegada na feira implicou em desenraizamento (Bourdieu, 1979) trazendo mudanças significativas na dinâmica de suas vidas. Assim, entendendo que a feira não é o ponto final na trajetória dos agentes, observamos que somente aqueles que dispõem de determinados ‘capitais’ podem ter acesso à feira, sobretudo, permanecer nela. Esse fato pôde ser comprovado com a diminuição do número de participantes da feira que era de 52 restando hoje apenas 10 agricultores feirantes.

Por fim, acrescento que as disposições individuais são determinantes para que os agricultores(as) aproveitem as oportunidades da feira. Os mais articulados, com acesso à tecnologia e redes, conseguem lidar melhor com os desafios impostos pela feira e pelos mercados institucionais, enquanto aqueles com menor capital escolar ou social enfrentam maiores dificuldades. A feira, assim, funciona como um espaço de reconversão social, mas seu sucesso depende, em grande parte, das disposições e capitais dos agentes envolvidos.

6 ÁLBUM DE FOTOS



Barraca do agricultor Gabriel



Barraca do agricultor Samuel



Barraca do agricultor Messias



Barraca do agricultor João



Barraca da agricultora Isabel



Barraca da agricultora Ana



Barraca da agricultora Rute



Barraca da agricultora Berenice



Barraca do casal de agricultores Pauli e Idalina



Barraca da agricultora Sara



Barraca da agricultora Abigail

7 REFERÊNCIAS

- ABREU, Lucimar Santiago de; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane. **Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre Movimentos Sociais, Redes Científicas e Políticas Públicas.** Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.
- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia.** 2. ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980.
- ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira:** romance. Introdução M. Cavalcanti Proença; ilustrações Poty. - 37º ed. com texto revisto da ed. crítica. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro.** In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Organizadores: Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- AQUINO, Joacir Rufino de Aquino; FREIRE, José Aldemir. **A crescente presença das motocicletas no rural nordestino.** Artigo publicado no Jornal O Mossoroense, Mossoró/RN, 26 de abril de 2018, p. 11. Disponível em: <http://www.omossoroense.com.br/artigo-a-crescente-presenca-das-motocicletas-no-rural-nordestino/> Acesso em: fev., 2023.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de., e PAKMAN, Elbio Troccoll. **O PROÁLCOOL e as Transformações no Espaço Agrícola da Paraíba.** Revista Raízes. - Campina Grande. Ano X, Nº 8, p. 113-134, jan.- dez./1991.
- ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Feiras, feirantes e abastecimento:** uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 3, p.561 - 583, out. 2018.
- BEAUD, Stéphane. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos** / Stéphane Beaud, Florence Weber; tradução Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nandi. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 2009.
- BERTONCELO, Edison. **Classe social e alimentação:** Padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. RBCS Vol. 34 nº 100/2019. DOI: 10.1590/3410005/2019.
- BERTONCELLO, B.; BELLON, S.; **Construction and implementation of an organic agriculture legislation:** the Brazilian case. In: IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS, 16., 2008, Modena, Italy. Proceeding 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. Tradução: Silvia Mazza; Revisão: Plínio Martins Filho e Vera Lúcia Bolognani. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Camponês e seu corpo**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. / A Miséria do mundo I sob direção de I Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo ... I et. ai. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer** / Pierre Bourdieu; prefácio Sergio Miceli. - 2. ed., 1ª reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Tradução de Maria Ferreira; revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. / Pierre Bourdieu: tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. – 2. Ed. rev. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Tradução de Ana Cristina Nasser. IEA-USP, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Fábio Creder: - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, v. 10, n. 1, Jan/Jun. 2007, p. 11 – 27.

BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Caminhos da agricultura**. ANPPAS, 2002.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Terra Brasil – **Programa Nacional de Crédito Fundiário 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em: mar 2021.

BRASIL, Natália; SCHNEIDER, Sergio. **Anatomia dos mercados imersos**. Guia metodológico, Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento-GEPAD, UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/agrifood/index.php/component/content/article/116-relatorios/231-anatomia-dos-mercados-imersos-guia-metodologico?Itemid=437>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRITO, Luiza Teixeira de Lima; SILVA; Aderaldo de Souza; MELO, Roseli Freire de; ANJOS, José Barbosa dos; PEREIRA, Lúcio Alberto Pereira. **Barreiro para uso da água em irrigação de salvação**. In: Tecnologias de convivência com o semiárido brasileiro. Editores técnicos, Luciano Feijão Ximenes, Maria Sonia Lopes da Silva, Luiza Teixeira de Lima. – Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2019.

CABRAL, Caterine Soffiati. **Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - João Pessoa, 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edísio Oliveira. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In.: CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, Edísio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. - 12^a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social** / Roberto DaMatta. – Rio de Janeiro: Rocco, 2010. DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa. Porto: Amazon, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^o. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRUTUOSO, Rosana Fernandes de Oliveira. **Camponeses e políticas públicas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Remígio – PB**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

GARCIA Jr., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz M. A.; GARCIA, Marie France. **Campesinato e “plantation” no Nordeste**. Anuário Antropológico, ISSN 2357-738X, ISSN-e 0102-4302, Vol. 3, Nº. 1, 1979, págs. 267-287.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GARCIA-PARPET, Marie France. **Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social**. Boletim do Museu Nacional – Antropologia. Nº 45. Rio de Janeiro. Nov. 1983.

GARCIA-PARPET, Marie France. **O segundo sexo do comércio: CAMPONESAS E NEGÓCIO NO NORDESTE DO BRASIL**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.7, n.19, Rio de Janeiro. Jun.1992.

GARCIA-PARPET, Marie France. **Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo**. Sociol. Antropol./Rio de Janeiro, V. II. OI: 123-147, JAN-ABR., 2021.

GEERTZ, Clifford. **“Uma descrição densa”** (13-41) in: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Ganabara Koogan, 1978.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras**. In: Gênero e geração em contextos rurais / organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Estimada, 2020**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/areia/pesquisa/37/30255?ano=1991>. Acesso em: Set, 2022.

IPC-IG. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Brasília, 2016.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê: Feira de Caruaru – Inventário Nacional de Referência Cultural, 2006.

IPC-IG. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Brasília, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. – 24. Ed. – Rio de Janeiro: 24. Ed. Jorge Zahar Ed, 2009.

LINHART, Robert. **O Açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro**/ Robert Linhart; tradução de J. Silveira. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIMA, Aline Barboza de. **Camponeses e feiras agroecológicas da Paraíba**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. - São Paulo, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Frank Muller. Editora Martin Claret, São Paulo 2006.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF; NEAD, 2010.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, 1975.

MENEZES, Marilda. **Memórias de infância de mulheres e homens camponeses**. Trajetos. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, n? 3, 2002.

- MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgar; MOREIRA, Emília R. **Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 21, n.2, 2013.
- MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- MORAIS, Francilene Araújo de. **Dignidade nas relações Stakeholders no mercado da feira livre de Campina Grande: um estudo etnográfico**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo, 2016.
- MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1997.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação popular na Paraíba: Memória e história do SEDUP** / Orlandil de Lima Moreira - Curitiba: CRV, 2021.
- MOREIRA, Orlandil de Lima; ZITKOSKI, Jaime José. **Educação Popular na Paraíba: Memória e História do SEDUP. Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 25-40, mai./ago. 2021.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e estrutura social**. Livraria Pioneira Editor. São Paulo, 1976.
- OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. **Turismo em Areia – PB: trocas simbólicas na produção e consumo das novas ruralidades** [recurso eletrônico]. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021.
- PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: Nota sobre relações sociais na Plantation tradicional** (1977). in: *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1/organização Clifford Andrew Welch... [et. al.]. - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PALMEIRA, Moacir. **Feira e mudança econômica**. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, nº 1, Brasília, ABA, Jan a Jun, 2014.
- PAULINO, Jonatta Sousa. **O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos, políticas públicas**. – Campina Grande-PB, 2017.
- PERONDI, Miguel Ângelo; DUQUE, Ghislaine; PIRAUX, Marc; KIYOTA, Norma; DINIZ, Paulo Cesar O.; NUNES, Sidemar Presotto. **GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA: Análise comparativa entre o caso do Polo Sindical da Borborema (PB) e a Associação do Centro de Educação Sindical (PR)**. In: *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil* / Organizadores Sergio Schneider, Marilda Menezes, Aldenor Gomes da Silva [e] Islandia Bezerra – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade era da globalização** / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRA, Marlene; SABOURIN, Eric; PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano. **Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 5-27, ISSN 1413-0580.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões**. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; Orgs. Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz/Célia Toledo Lucena. São Paulo: CERU, 2008.

RAMIRO, Patrícia Alves; GARCIA PARPET, Marie France. **A ressignificação de um produto “genuinamente” brasileiro**. Revista Continente. ed. 222 junho de 2019. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/222/cachaca--2> Acesso em: set 2023.

RAMIRO, Patrícia Alves. **Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America**. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021, p. 460-466.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Edição – São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: História das crianças no Brasil / Mary Del Priore organizadora 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SÁ, Marcio. **Feirantes: quem são e como administram os seus negócios**. – 2. ed. – Recife: Ed. Universitária UFPE, 2018.

SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise social e econômica dos assentamentos rurais do município de Areia – PB**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2014.

SATO, Leny. Feira Livre: **Organização, Trabalho e Sociabilidade**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SELZ, Marion. **O raciocínio estatístico em sociologia**. In: PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015

SCHMITT, Claudia Job. **A Transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. – São Paulo: Duas cidades, 1979.

SILVA, Susana Rolim Soares. **Experiências, memórias e perfomaces: a construção cotidiana do “ser feira” na feira central de Campina Grande-PB**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

SOUZA, Rony Willams Frutuoso de. **“O horário quem diz é a cachaça”**: o trabalho e os(as) trabalhadores(as) na agroindústria da cachaça de alambique no brejo paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

TAVEIRA, Thalita Rose Tamiarana Gadelha. **Uma análise etnolinguística da música “feira de mangaio” de Sivuca e Glorinha Gadêlha**. Revista Interfaces, vol. 11 n. 2 (2020).

THOMPSON, Paul. **A entrevista**. In: A voz do passado. RJ, Paz e Terra, 1992.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha: Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campina Grande, 1988.

VEDANA, Viviane. **No mercado tem tudo que a boca come**. Estudo Antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. 2008. 258 pags. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VEDANA, Viviane. **Técnicas corporais e ritmos do trabalho nos mercados de rua: um ensaio sobre a relação entre gestos corporais e atos de fala**. 30º Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa - Paraíba, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **“Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades”**. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, outubro de 2003.

WOLF, Eric. **Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Ed. Da UnB, 2003.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral**”, in Anuário Antropológico 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Editora da UnB, 1990.

8 ANEXO

Pesquisa de Campo – Questionário

Nome do Entrevistador: Rosana F. De Oliveira Frutuoso	
Local: Feira do Agricultor Familiar – Areia/PB	
Data:	Ano, 2022
Nome do Entrevistado (Primeiro nome):	

Sexo: F M

Idade:

Estado Civil: Solteiro Casado Viúvo Divorciado Separado

Filhos: Não Sim Quantos?

Chegou a estuda?

Onde Nasceu: Domicílio: Cidade Zona rural Especificar:

Condição: Proprietário Pequeno Proprietário Parceiro Posseiro Meeiro

Assentado Outros:

Qual é o tamanho da sua propriedade?

Titular do banco: Sim Não Especificar:

1 – Como você chama essa feira? Agroecológica Agricultura Familiar Produtor

Outros:

2 – Há quanto tempo você vende na feira?

3 – De quais feiras você participa? Agricultura Familiar Livre Das duas feiras

4 – Como você chegou a vender nessa (s) feira (s)?

5 – Além da (s) feira (s) de Areia, você vende sua produção em outros lugares? Não Sim Quais? PAA PNAE Atravessadores Outras feiras

6 – Quais os tipos de produtos destinados para a comercialização na feira? Detalhar.

7 – Quanto você ganha em média por feira?

8 – O que você achou da mudança do local da feira (de frente para Loja Maçônica)? Excelente Boa Regular Ruim Péssimo Não sabe responder Por quê?

9 – Você quer mudar para o novo espaço da feira? Sim Não Por quê?

10 – Em qual você vai ficar?

11 – O que você acha que pode melhorar na feira?

12 – O que você entende por feira agroecológica?